INPI
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Relatório Anual

2010



INPI
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Relatório Anual

2010

Rua Mayrink Veiga, 9 - 27º andar - CEP: 20090-050 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil - 55 21 3037.3121 - www.inpi.gov.br

Autoridades

República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC

Ministro de Estado
Miguel João Jorge Filho

Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

Presidente
Jorge de Paula Costa Avila

Vice-Presidente
Ademir Tardelli

Chefe de Gabinete
Josefina Sales de Oliveira

Ouvidora
Denise Fonseca Belém

Procurador Chefe
Mauro Sodré Maia

Auditor-Chefe
Cláudio Alvares Sabatini

Coordenadora-Geral de Planejamento e Orçamento
Nasareth Sandra Venancio Dias

Coordenadora-Geral de Comunicação Social
Lúcia Motta Igrejas Lopes

Diretor de Patentes
Carlos Pazos Rodriguez

Diretora de Marcas
Terezinha de Jesus Guimarães

Diretor de Contratos, Indicações Geográficas e Registros
Breno Bello de Almeida Neves

Diretora de Cooperação para o Desenvolvimento
Sérgio Medeiros Paulino de Carvalho

Diretor de Administração
Júlio César Dutra de Oliveira

Sumário

Introdução 09

Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento 13

Coordenação-Geral de Comunicação Social 47

Ouvidoria 53

Diretoria de Patentes 67

Diretoria de Marcas 83

Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros 91

Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento 109

Diretoria de Administração 141

Considerações Finais 185

Glossário 187

Lista de Siglas 193

Lista de Tabelas, Quadros e Gráficos 201

Anexos 209

Introdução

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), é responsável por registros de marcas, concessão de patentes, averbação de contratos de transferência de tecnologia e de franquia empresarial e por registros de desenho industrial e indicações geográficas, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/1996), além de registros de programas de computador (Decreto n.º 2.556/1998) e de topografia de circuitos integrados (Lei n.º 11.484/2007).

Criado no dia 11 de dezembro de 1970, pela Lei n.º 5.648, em uma época marcada pelo esforço de industrialização do Brasil, o INPI pautava sua atuação por uma postura cartorial que se limitava à concessão de marcas e patentes e pelo controle da importação de novas tecnologias.

Hoje, com a modernização do País, o INPI concentra esforços para utilizar o sistema de propriedade industrial, não somente em sua função de proteção intelectual, mas com o objetivo de utilizar este sistema como instrumento de capacitação e competitividade, condições fundamentais para alavancar o desenvolvimento tecnológico e econômico nacional.

No exercício de 2010, INPI concluiu uma reestruturação administrativa iniciada em 2005 e aprofundada a partir de 2007. O instituto foi totalmente remodelado para ajudar o País, suas empresas e instituições de ciência e tecnologia a enfrentar os desafios de uma economia globalizada que se alicerça na inovação e na construção e posse dos ativos intangíveis que dela são decorrentes.

A contribuição do INPI neste contexto é fundamental, pois a ele cabe garantir direitos sobre os resultados provenientes dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e construção de identidade, reconhecimento e reputação. Esses direitos são assegurados pelo Estado a partir dos registros de propriedade intelectual empreendidos quase sempre a partir de exames de mérito, o que lhes confere elevado nível de confiabilidade e segurança jurídica. O número de solicitações da proteção de direitos sobre bens intangíveis vem crescendo nos últimos anos em todo o mundo, e no Brasil a taxas bastante expressivas.

O desafio enfrentado pelo INPI, ao amparo da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), foi reconfigurar e imprimir agilidade aos processos de concessão de direitos sobre marcas, patentes, desenhos industriais, programas de computador, circuitos integrados e indicações geográficas e, simultaneamente, assegurar e expandir a qualidade dos exames que realiza. A reforma estrutural implantada pela Lei nº 12.274/2010 e pelo Decreto nº 7.356/2010 foi fundamental para a melhoria da gestão e para o funcionamento institucional adequado às demandas da sociedade por serviços simultaneamente eficientes e seguros. Ao longo dos próximos anos, essas melhorias contribuirão para ampliar a produtividade da Autarquia em todos os seus segmentos e campos de atuação. Mas muitos resultados importantes já podem ser auferidos.

Na área de marcas, o uso de ferramentas de tecnologia da informação já mostrou seus resultados. Ao completar quatro anos, o sistema e-Marcas, que permite o depósito via Internet, chegou a cerca de 70% do total de solicitações de marcas no período, e deverá continuar crescendo.

A área de patentes permite outra boa apreciação dos resultados já alcançados. Após a contratação de examinadores qualificados, que passaram de 112 em 2005 para 253 em 2010, as concessões de patentes aumentaram de 1.855 para 3.153 em 2009, alcançando 3.620 ao fim do ano de 2010. O trabalho de contratação de pessoal se complementou com a otimização de processos e o início de sua automação.

O sistema e-Patentes, para depósito e processamento dos pedidos em meio eletrônico, foi desenvolvido a partir de *software* do Escritório Europeu de Patentes (EPO, na sigla em Inglês). Dispensando completamente a movimentação de papel, o sistema, que entrou em teste em dezembro, estará totalmente implantado até o terceiro trimestre de 2011. Ele facilitará tanto a ação do usuário, que poderá fazer as solicitações e acompanhar o andamento e atender a exigências via Internet, quanto otimizará o fluxo do trabalho de exame dentro do INPI.

O INPI consolidou em 2010 os processos de trabalho necessários para operar, em escala, os serviços de autoridade internacional do sistema de patentes. Tais serviços incluem busca internacional e exame preliminar da viabilidade de patentes, para envio às demais autoridades nacionais ou regionais responsáveis pela concessão de patentes no mundo. O sistema alcança não apenas brasileiros, mas também cidadãos e empresas de países de língua inglesa ou espanhola, ou que aceitem documentos grafados nesses idiomas em seus procedimentos patentários.

Nos outros serviços, a demanda crescente foi acompanhada pelas mudanças de gestão e processamento para garantir qualidade e agilidade. O pedido de registro de programa de computador, que desde 2009 pode ser feito com o código-fonte em CD, terá uma base de dados na Internet e, no futuro, chegará também ao depósito via Internet, assim como é o projeto para desenho industrial, indicação geográfica e averbação de contratos.

No caso de indicação geográfica, em 2010, chegou-se ao recorde de 14 solicitações, revelando o interesse crescente por essa natureza peculiar de sinal distintivo, que permite destacar e promover as qualidades comuns aos produtos de uma determinada região ou localidade, beneficiando produtores de todos os portes.

O trabalho de ensino da propriedade intelectual teve um papel fundamental, já que não adiantaria melhorar serviços se os brasileiros não forem capazes de usar a propriedade intelectual como diferencial competitivo. Neste sentido, em 2010 o INPI capacitou 2.581 pessoas provenientes de todas as regiões do Brasil. Entre os participantes destes programas, estão os gestores de tecnologia em empresas, instituições de pesquisa e universidades, que possuem seus Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs).

O lançamento do Programa de Propriedade Intelectual para Inovação na Indústria, em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), levou o tema para empresários dos diversos campos econômicos.

A conscientização foi acompanhada por outra medida importante para estimular investimentos: a busca de segurança jurídica. Um dos principais pontos de controvérsia judicial, o prazo de validade das patentes pipeline, foi trabalhado pelo INPI e teve uma série de decisões convergentes em 2010. Entre os casos mais conhecidos, estavam os julgamentos das patentes de medicamentos como o Lípitor e o Viagra, sempre reafirmando o prazo concedido pelo INPI.

No campo internacional, o INPI vem atuando fortemente na cooperação Sul-Sul, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), para desenvolver um sistema de propriedade intelectual que permita o desenvolvimento de todas as nações e facilite a inserção competitiva de cidadãos em todas as nações. Tais propostas se materializaram na Agenda do Desenvolvimento, assumida pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), e foram desenvolvidas em diversas ações realizadas durante o ano de 2010.

Um exemplo foi a conclusão da primeira fase da integração sul-americana dos escritórios de marcas e patentes com a formação do comitê gestor do Sistema de Cooperação Regional em Propriedade Intelectual. Com isso, os países membros disporão de um portal na Internet para acesso à base de dados que reúne as informações dos países, o que permitirá o acesso dos cidadãos de cada nação ao sistema de PI das demais nações participantes, ao mesmo tempo em que sedimenta as bases para a maior cooperação em exames substantivos de marcas e patentes.

A promoção da proteção da inovação brasileira no mercado norte-americano foi objeto de grande atenção em 2010. Foram realizados encontros em parceria com o Escritório Norte-americano de Patentes e Marcas (USPTO, na sigla em inglês), contribuindo para ampliar os direitos de PI obtidos por brasileiros naquele país, que saltaram de menos de 200 em 2005 para mais de 500 em 2010.

O balanço final de todo este conjunto de ações é que o INPI avançou em qualidade e agilidade durante o ano de 2010, ao mesmo tempo em que continuará a trabalhar para estimular a inovação e a inserção global das empresas brasileiras.

Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento

1 Introdução

A Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPO) é um órgão subordinado à Presidência do INPI. A partir da nova estrutura aprovada pelo Decreto nº 7.356, de 12/11/2010, passou a contar com a Divisão de Gestão de Projetos Estratégicos (DIGEP), além das Divisões de Planejamento e de Desempenho Institucional (DPLAD) e de Programação e Acompanhamento Orçamentário (DIPOR), as quais já existiam e tiveram apenas alteradas suas denominações e siglas.

Durante o exercício de 2010, a CGPO acompanhou a tramitação do Projeto de Lei nº 3.944/2008 no Congresso Nacional, que deu origem à Lei nº 12.274, aprovada pelo Presidente da República em 24 de junho de 2010, que dispôs sobre a criação das Funções Comissionadas do INPI (FCINPI). A Coordenação-Geral também intermediou todo o processo da proposta de reestruturação regimental do INPI, que culminou com a aprovação do já citado Decreto nº 7.356/2010.

2 Divisão de Planejamento e de Desempenho Institucional (DPLAD)

A DPLAD é a responsável por promover e coordenar o Plano Plurianual (PPA) do INPI e o Planejamento Estratégico 2007-2012, em articulação com as unidades da estrutura regimental; acompanhar o desempenho do Instituto, propondo as correções e os aperfeiçoamentos que se fizerem necessários; levantar, compatibilizar, consolidar e disseminar dados de natureza estatística; e elaborar o Relatório de Anual.

2.1 Plano Plurianual

Dentre as diversas competências da DPLAD, está o acompanhamento do Programa 393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual, integrante do PPA e de responsabilidade do INPI. O Programa tem o objetivo de "promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do sistema de propriedade intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social".

O Programa 393 possui cinco indicadores, quais sejam: Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Invenção - Prioridade BR, Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Modelo de Utilidade - Prioridade BR, Prazo de Concessão de Patentes, Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial e Prazo de Concessão de Registro de Marcas. A Tabela 1 apresenta as metas e os resultados dos indicadores para o PPA 2008-2011.

2.1.1 Análise dos Resultados dos Indicadores do Programa 393

O índice de Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia apurado em 2010 mostra que foi atendida toda a demanda por serviços de requerimento de averbação sem atrasos para serem equacionados.

O Prazo de Concessão de Patentes vem sendo reduzido continuamente devido aos esforços da administração, tais como o aumento de pessoal, o

estabelecimento de procedimentos eletrônicos e os aperfeiçoamentos nos processos administrativos. A expectativa é de redução continuada deste indicador, em consonância com a Diretriz do Planejamento Estratégico do INPI de examinar patentes com alta qualidade em prazo inferior a quatro anos a partir do depósito do pedido de patente. O índice será revisto para o PPA 2012-2015 por não estar compatível com os prazos legais de concessão de patente.

O índice de Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial apurado em 2010 mostra que foi praticamente atendida toda a demanda pelos serviços dentro do prazo previsto.

O resultado abaixo da meta de Prazo de Concessão de Registro de Marca pode ser justificado por conta do emprego de recursos humanos no desenvolvimento de três projetos estratégicos da Diretoria que, em 2010, alcançaram seu estágio mais avançado: o sistema de gestão da qualidade, o manual de procedimentos e as diretrizes de exame e a implantação do sistema eletrônico de gestão de marcas *Industrial Property Automation System* (IPAS), em parceria com a OMPI. Outro fato que impactou o indicador foi a diminuição da produção no primeiro semestre de 2010 devido ao processamento quase exclusivo de pedidos com oposição, o que demanda, em geral, mais tempo do que o exame de pedidos sem oposição.

Tabela 1 – Indicadores do Programa 393 no PPA 2008-2011

Indicadores	Índice de Referência	Unidade de medida	2008		2009		2010		2011	
			Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
Crescimento do Volume de Depósito de Patentes de Invenção (Prioridade BR) (1)	10	%	10	-4,59*	10	0,94*	–	–	–	–
Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR)	3.742	Unid.	–	–	–	–	4.528	4.159	4.981	
Crescimento do Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade (Prioridade BR) (1)	2,05	%	10	1,92*	15	6,73*	–	–	–	–
Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade (Prioridade BR)	2.860	Unid.	–	–	–	–	3.461	2.902	3.807	
Prazo de Concessão de Patentes	10	Ano	3,5	10,35	3,5	10,25	3,5	8,3	3,5	
Prazo de Concessão de Registro de Marcas	2,4	Ano	0,8	2,85	0,8	2,24	0,8	2,53	0,8	
Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial	1	Mês	1,0	1,01	1,0	1,09	1,0	1,06	1,0	
Prazo de Análide de Contratos e Faturas de Tecnologia	1	Mês	1,0	0,98	1,0	0,99	1,0	0,99	1,0	

Fontes: SINPI.
(1) Alterado, a partir de 2010, de Crescimento para Volume.

O indicador de Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade – MU (Prioridade BR) ficou em 83% da meta. No entanto não é possível realizar uma avaliação adequada já que os depósitos de patentes dependem da dinâmica da economia e não apenas das ações do INPI que visam a trazer mais atores para o sistema de propriedade intelectual no País.

O indicador de Volume de Depósitos de Patentes de Invenção-PI (Prioridade BR) ficou em 91%. No entanto, assim como o de MU, não é possível realizar uma avaliação adequada pelos mesmos motivos.

2.1.2 Execução das Ações do Programa 0393

No ano de 2010, dentre as 16 ações de responsabilidade do INPI com meta física e finalísticas, oito ações tiveram execução acima de 100%, quatro ações ficaram entre 76 e 100%, uma ação ficou entre 26 e 75% e duas ações ficaram sem execução. A Tabela 2 mostra o desempenho físico de todas as 16 ações.

Merece destaque o resultado físico das seguintes ações: Exame de Pedidos de Patentes, com alcance de 135% da meta, Exame de Contratos e Faturas de Transferência de Tecnologia (116%) e Exame de Pedidos de Registro de Marca (90%). As ações voltadas para a disseminação da propriedade intelectual superaram as previsões: Ensino em PI, Inovação e Desenvolvimento (172%), Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de PI (159%), Pesquisa em PI, Inovação e Desenvolvimento (128%) e Disseminação de Informações Tecnológicas (130%). As ações relacionadas à cooperação internacional também registraram um bom desempenho, com 94% para Cooperação Técnica em PI e 93% para Integração Operacional dos Sistemas de PI no Âmbito Regional.

Tabela 2 – Execução Física das Ações Finalísticas do Programa Desenvolvimento do Sistema da Propriedade Intelectual

Ação	Produto	Previsão Anual (A)	Jan.	Fev.	
Combate à Contratação	Inserção em mídia realizada	50 unid.	-	1	
Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual	Acordo Implementado	34%	1,5%	2,5%	
Disseminação de Informações Tecnológicas	Consulta realizada	80.000 unid.	10.011	7.529	
Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	Aluno formado	1.500 unid.	21	28	
Exame de Contratos e Faturas de Transferência de Tecnologia	Contrato/fatura decidido	1.540 unid.	115	111	
Exame de Pedidos de Patente	Pedido de patente decidido	14.380 unid.	295	901	
Exame de Pedidos de Registro de Desenho Industrial	Pedido de desenho industrial atendido	5.000 unid	249	208	
Exame de Pedidos de Registro de Indicação Geográfica	Pedido de indicação geográfica decidido	3 unid.	-	-	
Exame de Pedidos de Registro de Marca	Marca decidida	123.829 unid.	8.615	2.266	
Exame de Pedidos de Registro de Programa de Computador	Pedido de programa de computador decidido	700 unid.	73	68	
Exame de Pedidos de Registro de Topografia de Circuitos Integrados	Pedido de Topografia de circuitos integrados decidido	2 unid.	-	-	
Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual	Pessoa atendida	8.000 unid.	50	55	
Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico	Centro Implantado	50%	-	-	
Integração Operacional dos Sistemas de Propriedade Intelectual no Âmbito Regional	Portal implantado	14%	1%	1%	
Modernização dos Processos	Processo certificado	2 unid.	-	-	
Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	Publicação realizada	25 unid.	2	2	

2.2 Indicadores de Gestão do INPI

Em julho de 2009, o Instituto implementou a sua primeira Carteira de Indicadores de Gestão por meio da Resolução INPI/PR n° 217/09. Este trabalho teve continuidade com a Resolução INPI/PR n° 248/2010, que aumentou a carteira de indicadores de 40 para 53, sendo 27 de áreas finalísticas e 26 de atividades da área meio. A avaliação geral é bastante favorável para o desempenho da carteira de indicadores em 2010, conforme mostra a Tabela 3.

Meta Física										Δ%	
Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acumulado (B)	Acumulado (B/A) %
-	-	-	-	19	2	3	-	-	-	**25**	**50,00**
3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	1%	**32,0%**	**94,12**
8.200	7.871	9.759	8.026	8.439	10.328	9.497	8.437	8.657	7.282	**104.036**	**130,05**
170	168	281	162	250	381	431	200	456	33	**2.581**	**172,07**
170	190	121	165	161	148	125	135	145	208	**1.794**	**116,49**
1.200	964	3.077	1.896	1.243	1.534	3.472	1.927	1.682	1.280	**19.471**	**135,40**
278	469	478	569	548	830	469	456	720	512	**5.786**	**115,72**
-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	**3**	**100,00**
2.673	20.479	3.089	11.786	11.658	12.525	8.048	15.768	7.144	7.825	**111.876**	**90,35**
131	18	27	119	33	116	60	78	32	114	**869**	**124,14**
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**0,00**
643	1.481	1.641	1.424	694	1.847	1.295	1.594	969	1.021	**12.714**	**158,93**
-	-	-	-	-	-	-	-	-	1%	**1%**	**2,00**
1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	1%	**13%**	**92,86**
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**0,00**
2	3	3	1	3	1	9	5	1	-	**32**	**128,00**

Fonte: SIGPlan.

Tabela 3 – Desempenho da Carteira de Indicadores do INPI em 2010

Desempenho	Quantidade de Indicadores	% do Total de Indicadores
Metas alcançadas	2	3,8
Metas superadas até 115%	11	20,8
Metas superadas acima de 115%	22	41,5
Metas entre 85 e 99%	6	11,3
Metas abaixo de 84%	10	18,9
Não informados	2	3,8
Total	**53**	**100**

Fonte: CGPO.

Estão destacados, nos quadros 1 a 29, os indicadores mais utilizados no processo de tomada de decisão que afetam o desempenho do INPI. Contudo, somente tiveram uma análise crítica dos resultados as variações muito significativas, com percentuais superiores ou inferiores a 15% da meta, com base no Princípio da Exceção. Os quadros que não apresentam resultados alcançados em 2009 são relacionadas a indicadores criados em 2010 pela Resolução nº 248/2010.

2.2.1 Coordenação-Geral de Comunicação Social

Quadro 1 – Indicador Imagem Institucional

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Indicador Imagem Institucional
Objetivo do Indicador/Utilidade	O objetivo deste indicador é verificar, por meio da mídia, se as mensagens a respeito da propriedade intelectual e das ações do INPI estão sendo disseminadas e valorizadas perante a sociedade. Mais do que simplesmente contar inserções em veículos de comunicação de massa, o indicador destaca a valência (positiva, negativa, neutra ou equilibrada) das matérias na visão do INPI, observando se a disseminação de informações tende a ser mais favorável ou não ao Instituto.
Tipo	Indicador do tipo quanto menor melhor.
Área responsável	CGCOM
Fórmula de cálculo e método de medição	(Total de Matérias Positivas / Total de Matérias Negativas) x 100
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da avaliação das matérias jornalísticas do serviço de Clipping que normalmente já era oferecido pela Coordenação-Geral de Comunicação Social do INPI.

Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**	
Prevista	Realizada	2008	2009
15%	7,9%	60%	–

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

Em 2010, o indicador de Comunicação do INPI passou a ser a divisão das reportagens negativas na mídia sobre as positivas, o que se revelou muito bom para analisar a imagem do Instituto na mídia.
Afinal, o indicador antigo dividia os textos positivos pelo total de reportagens, incluindo aí as matérias neutras e as equilibradas. Ao tirar tais textos, o intuito era analisar apenas os textos que apresentam juízo de valor, verificando se a imagem da Autarquia tende a ser mais positiva ou negativa.
Neste indicador, a meta era 15% e, quanto menor o percentual, melhor, pois as reportagens negativas se tornariam menos freqüentes perante as positivas. E o resultado foi melhor do que a meta: 8%, como reflexo de uma política intensa de relacionamento com a mídia.
O resultado de 2010 também indicou que é possível ser ainda mais exigente em 2011. Portanto, a proposta para este ano é manter o indicador, mas reduzir a meta para 10%. Isso significa que, para cada matéria negativa, devem ser registradas pelo menos dez textos positivos, o que é um resultado muito expressivo.

Fonte: CGCOM.

2.2.2 Ouvidoria

Quadro 2 – Índice de Satisfação com o Atendimento	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Satisfação com o Atendimento
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para examinar a efetividade dos atendimentos da Ouvidoria, uma vez que está vinculada à satisfação dos usuários, significando o impacto gerado pelo serviço prestado pelo setor.
Tipo	Quanto maior melhor
Área responsável	OUVID
Fórmula de cálculo e método de medição	(Total de usuários satisfeitos / total de usuários pesquisados) x 100
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização dos atendimentos feita pelo sistema de ouvidoria.

Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**	
Prevista	Realizada	2009	2008
65%	63%	60%	–

Fonte: OUVI.

2.2.3 Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento

Quadro 3 – Número de Pessoas Presentes em Ciclos de Estudo e Seminários	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Indicador Número de Pessoas Presentes em Ciclos de Estudo e Seminários
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para examinar a execução da capacitação de pessoas nos Ciclos de Estudo e Seminários promovidos pela DICOD/ACAD.
Tipo	Quanto maior melhor.
Área responsável	DICOD / ACAD
Fórmula de cálculo e método de medição	∑ de pessoas presentes nos eventos
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
240	558	510

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

O resultado decorre de uma subestimação da meta prevista, a qual foi estabelecida em 2008 para o período de 2009 a 2011, sendo revista no final de 2010, com o aumento de eventos ofertados e o crescente envolvimento do público interno e externo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial com a temática da Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento. Em 2010, a quantidade de seminários PI em Questão cresceu 100% e o público presente aumentou de 191, em 2009, para 327, em 2010. Ademais, a abrangência nacional de discussão acadêmica promovida pelo Encontro Acadêmico em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ENAPID) contou com a presença de pesquisadores, professores e alunos de todo o país mantendo o nível de participação de 2009, em torno de 240 pessoas.

Fonte: DICOD / ACAD.

Quadro 4 – Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação não Patentárias Solicitadas	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação não Patentárias Solicitadas
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para examinar a eficácia das buscas mensais de Documentos não patentários.
Tipo	Quanto maior melhor.
Área responsável	DICOD / CEDIN / DIBIB
Fórmula de cálculo e método de medição	(Quantidade de buscas Realizadas / Quantidade de Buscas Solicitadas) x 100.
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor.

Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**	
Prevista	Realizada	2009	2008
80%	95%	-	-

Fonte: DICOD / CEDIN / DIBIB.

Quadro 5 – Índice de Produtividade nas Buscas em Documentos de Patentes Solicitadas	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Produtividade nas Buscas em Documentos de Patentes Solicitadas
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para examinar a eficácia das buscas mensais de Documentos de Patentes.
Tipo	Quanto maior melhor
Área responsável	DICOD / CEDIN / CITEC / SEBUS
Fórmula de cálculo e método de medição	(Quantidade de buscas Realizadas / Quantidade de Buscas Solicitadas) x 100
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
90%	102%	104%

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

O percentual acima de 100% deve-se ao fato de que as solicitações de busca atendem a um fluxo de 15 dias para serem concluídas. As buscas que entram na segunda quinzena do mês, podem ser concluídas somente no mês seguinte.
Com o objetivo de contornar tal problema será alterada para o próximo exercício a forma de cálculo deste indicador. O percentual de buscas realizadas levará em conta apenas as que derem entrada no ano corrente.

Fonte: DICOD / CEDIN / CITEC / SEBUS.

Quadro 6 – N° de Pessoas Capacitadas em Cursos de Curta Duração	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	N° de Pessoas Capacitadas em Cursos de Curta Duração
Objetivo do Indicador/Utilidade	O objetivo do indicador é aferir quantitativamente a evolução da capacitação de pessoas em cursos de curta duração em Propriedade Intelectual promovidos pelo INPI. Este indicador auxilia na percepção do perfil da demanda e na definição de novas diretrizes para disseminar capacitação em PI.
Tipo	Quanto maior melhor.
Área responsável	DICOD / ACAD
Fórmula de cálculo e método de medição	Total de pessoas nos cursos (básico, intermediário e avançado)
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
900	856	1.443

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

O resultado de pessoas capacitadas nos cursos básicos, intermediários e avançados abaixo da meta estipulada deve-se a redução da demanda por capacitação em propriedade intelectual pelos agentes do Sistema Brasileiro de Inovação nesses cursos. Dessa forma, no ano de 2010 foram ofertadas novas modalidades de cursos customizados e específicos para responder às novas demandas.

Fonte: DICOD / ACAD.

Quadro 7 – N° de Pessoas Capacitadas em Cursos de Longa Duração	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	N° de Pessoas Capacitadas em Cursos de Longa Duração
Objetivo do Indicador/Utilidade	O objetivo do indicador é aferir quantitativamente a evolução da formação de mestres em Propriedade Intelectual e Inovação promovida pelo INPI. Este indicador revela o avanço da formação de Recursos Humanos de alto nível em PI.
Tipo	Quanto maior melhor
Área responsável	DICOD / ACAD
Fórmula de cálculo e método de medição	Total de alunos com dissertações defendidas.
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
06	18	10

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

A superação desta meta deveu-se ao processo cumulativo de defesas de dissertações relativas às turmas de 2007, 2008 e 2009 ocorridas no ano de 2010. Ressalta-se que, principalmente para os alunos da turma de 2007, houve extensão de prazo para elaboração da dissertação devido a empecilhos apresentados tanto de ordem acadêmicas como profissionais.

Fonte: DICOD / ACAD.

Quadro 8 – N° de Publicações em Propriedade Intelectual	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	N° de Publicações em Propriedade Intelectual
Objetivo do Indicador/Utilidade	O objetivo do indicador é quantificar a evolução da produção acadêmica dos servidores da Academia da Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento. Este indicador demonstra o avanço do conhecimento em PI.
Tipo	Quanto maior melhor
Área responsável	DICOD / ACAD
Fórmula de cálculo e método de medição	Somatório dos Artigos em Revistas Acadêmicas, Relatórios de Pesquisas, Papéis de Posição, Anais de Seminários, Mesas Redondas e Similares.
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor.

Evolução dos resultados do indicador

Meta para o exercício de 2010		Resultado no exercício anterior
Prevista	Realizada	2009
12	34	18

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

Este resultado reflete a efetivação de publicações submetidas em períodos anteriores somadas às publicações dos novos servidores contratados para o quadro docente. Com isto, o número de publicações em periódicos acadêmicos subiu de 05, em 2009, para 14, em 2010; já o número de artigos em eventos científicos nacionais cresceu de 04, em 2009, para 07, em 2010.

Fonte: DICOD / ACAD.

Quadro 9 – Eventos Dirigidos ao Sistema Brasileiro de Inovação	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Eventos Dirigidos ao Sistema Brasileiro de Inovação
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para avaliar, quantitativamente, as atividades de fomento e disseminação da PI executadas pela DICOD / CONAC com vistas a aumentar a participação de atores nacionais de inovação no sistema de propriedade industrial.
Tipo	Quanto maior melhor.
Área responsável	DICOD / CONAC
Fórmula de cálculo e método de medição	Total de eventos organizados pelo INPI
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor.

Evolução dos resultados do indicador

Meta para o exercício de 2010		Resultado no exercício anterior
Prevista	Realizada	2009
08	18	-

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

Creditamos estes resultados ao aumento crescente da demanda por ações de disseminação da cultura de PI, conseqüência do esforço do Instituto ao longo dos últimos cinco anos para promover o uso estratégico do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente que estimule a inovação e o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país. Pudemos perceber que o atendimento a essa crescente demanda fica limitado à capacidade de atendimento diante dos recursos humanos disponíveis. Percebemos também que a recente implantação deste indicador ainda não possibilita a observação de uma série histórica, dificultando a previsão da meta.
Vale notar que em 2010 esse indicador pertencia à área denominada DART/CGAD que, além da disseminação via unidades descentralizadas, era – por meio da DART/CGAD/DIATEND - responsável pelas atividades de Cooperação Nacional. A meta prevista para 2011, que foi desmembrada entre as áreas DICOD/CGAR e DICOD/CONAC, já prevê o processo de consolidação da nova estrutura do INPI, a mudança no perfil das Unidades Descentralizadas e o orçamento previsto para o período.

Fonte: DICOD / CONAC.

Quadro 10 – Participantes dos Eventos Dirigidos ao Sistema Brasileiro de Inovação

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Participantes dos Eventos Dirigidos ao Sistema Brasileiro de Inovação
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para avaliar, quantitativamente, a amplitude das atividades de fomento e disseminação da PI executadas pela DICOD / CONAC com vistas a aumentar a participação de atores nacionais de inovação no sistema de propriedade industrial.
Tipo	Quanto maior melhor.
Área responsável	DICOD / CONAC
Fórmula de cálculo e método de medição	∑ de pessoas participantes de Eventos organizados pelo INPI
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização dos atendimentos feita pelo setor.

Evolução dos resultados do indicador

Meta para o exercício de 2010		Resultado no exercício anterior
Prevista	Realizada	2009
720	1.268	950

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

Creditamos estes resultados ao aumento crescente da demanda por ações de disseminação da cultura de PI, conseqüência do esforço do Instituto ao longo dos últimos cinco anos para promover o uso estratégico do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente que estimule a inovação e o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país. Pudemos perceber que o atendimento a essa crescente demanda fica limitado à capacidade de atendimento diante dos recursos humanos disponíveis. Percebemos também que a recente implantação deste indicador ainda não possibilita a observação de uma série histórica, dificultando a previsão da meta. Especificamente neste indicador, notamos que a utilização de uma ferramenta de tecnologia da informação para possibilitar inscrições online para o evento, facilitou consideravelmente a gestão das inscrições dos participantes e contribuiu positivamente para a superação da meta.
Vale notar que em 2010 esse indicador pertencia à área denominada DART/CGAD que, além da disseminação via unidades descentralizadas, era – por meio da DART/CGAD/DIATEND - responsável pelas atividades de Cooperação Nacional. A meta prevista para 2011, que foi desmembrada entre as áreas DICOD/CGAR e DICOD/CONAC, já prevê o processo de consolidação da nova estrutura do INPI, a mudança no perfil das Unidades Descentralizadas e o orçamento previsto para o período.

Fonte: DICOD / CONAC.

Quadro 11 – Inserções do INPI em Eventos de Terceiros

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Inserções do INPI em Eventos de Terceiros
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para examinar, quantitativamente, a participação do INPI em eventos organizados por instituições parceiras.
Tipo	Quanto maior melhor.
Área responsável	DICOD / CGAR
Fórmula de cálculo e método de medição	∑ de inserções do INPI em eventos realizados por terceiros
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização dos atendimentos feita pelo setor.

Evolução dos resultados do indicador

Meta para o exercício de 2010		Resultado no exercício anterior
Prevista	Realizada	2009
60	178	106

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

Creditamos estes resultados ao aumento crescente da demanda por ações de disseminação da cultura de PI, consequência do esforço do Instituto ao longo dos últimos cinco anos para promover o uso estratégico do Sistema de Propriedade Industrial de modo a criar um ambiente que estimule a inovação e o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país. Pudemos perceber que o atendimento a essa crescente demanda fica limitado à capacidade de atendimento diante dos recursos humanos disponíveis. Percebemos também que a recente implantação deste indicador ainda não possibilita a observação de uma série histórica, dificultando a previsão da meta.
Vale notar que em 2010 esse indicador pertencia à área denominada DART/CGAD que, além da disseminação via unidades descentralizadas, era – por meio da DART/CGAD/DIATEND - responsável pelas atividades de Cooperação Nacional. A meta prevista para 2011, que foi desmembrada entre as áreas DICOD/CGAR e DICOD/CONAC, já prevê o processo de consolidação da nova estrutura do INPI, a mudança no perfil das Unidades Descentralizadas e o orçamento previsto para o período.

Fonte: DICOD / CONAC.

2.2.4 Diretoria de Patentes

Quadro 12 – Produtividade de Decisões de Patentes	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Produtividade de Decisões de Patentes
Objetivo do Indicador/Utilidade	Útil para mensurar a produtividade das decisões de patentes
Tipo	Quanto maior melhor.
Área responsável	DIRPA
Fórmula de cálculo e método de medição	∑ mensal de deferimentos e indeferimentos em primeira instância / Total de examinadores
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constante do banco de dados do INPI

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
32	28,58	–

Fonte: DIRPA.

Quadro 13 – Produtividade na Expedição de Cartas Patentes	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Produtividade na Expedição de Cartas Patentes
Objetivo do Indicador/Utilidade	Útil para mensurar a produtividade mensal por técnico
Tipo	Quanto maior melhor.
Área responsável	DIRPA
Fórmula de cálculo e método de medição	Cartas Patentes mensais expedidas / Total de examinadores
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constante do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
1,07	1,15	–

Fonte: DIRPA.

Quadro 14 – N° de Primeiros Exames de Pedidos de Patentes	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	N° de Primeiros Exames de Pedidos de Patentes
Objetivo do Indicador/Utilidade	Examinar patentes com alta qualidade em prazo inferior a 4 anos a partir do depósito de um pedido de patente.
Tipo	Quanto maior melhor.
Área responsável	DIRPA
Fórmula de cálculo e método de medição	Somatório trimestral de pedidos de primeiros exames
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constante do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
27.385	7.402	9.873

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

A meta em questão foi superestimada levando a uma reavaliação da mesma para o período de 2011. A previsão de 27.000 teve como base a implementação e completa utilização do sistema eletrônico de patentes e um alcance estimado de 60% do valor previsto. Observamos que mesmo neste caso a meta prevista era por demais desafiadora.

Fonte: DIRPA.

Quadro 15 – Reversão de Decisão Administrativa de Patente	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Reversão de Decisão Administrativa de Patente
Objetivo do Indicador/Utilidade	Útil para Mensurar a Reversão de Decisão Administrativa de Patente (atributo não desejável)
Tipo	Quanto menor melhor.
Área responsável	DIRPA
Fórmula de cálculo e método de medição	(∑ dos recursos providos + nulidades administrativas parciais ou totais / N° de decisões em primeira instância) x 100
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constante do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
1,00%	1,37%	-

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

A meta estabelecida é chegar a uma reversão de decisão da ordem de 1% dos pedidos analisados em primeira instância. É uma meta ousada, mas que não deve ser alterada, mesmo estando fora da porcentagem considerada como aceitável. Com as medidas que estão sendo tomadas pela diretoria, como investimento na qualidade e mudanças de procedimentos, espera-se alcançar a meta de 1%. Esta meta deve ser caracterizada como um horizonte a ser seguido na análise de patentes. O objetivo primordial é alcançar 0% de reversão com um trabalho com qualidade e eficiência.

Fonte: DIRPA.

2.2.5 Diretoria de Marcas

Quadro 16 – Indicador Backlog de Marcas	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Indicador Backlog de Marcas
Objetivo do Indicador/Utilidade	Útil para mensurar o número de processos de marcas pendentes de exame
Tipo	Quanto menor melhor
Área responsável	DIRMA
Fórmula de cálculo e método de medição	N° de pedidos pendentes de exame
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constante do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
160.000	279.028	286.546

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

No primeiro semestre de 2010 a Diretoria de Marcas optou, estrategicamente, pelo exame dos pedidos de registro que estavam com oposição, cujo estoque a ser analisado estava relativamente maior do que o de pedidos sem oposição. Como o exame de oposição consome mais tempo dos examinadores, todos os indicadores sofreram um impacto.
Parte do desempenho em 2010 se deve ao fato de que pelo menos três projetos da DIRMA – gestão da qualidade, informatização da diretoria e diretrizes de exame - tiveram que contar com a participação em tempo integral de examinadores, razão pela qual parte dos recursos humanos acabou sendo alocada, não na produção de despachos, mas no desenvolvimento de tarefas cujos benefícios para a Diretoria, a médio prazo, serão inquestionáveis.

Fonte: DIRMA.

Quadro 17 – Idade Média dos Pedidos em Espera pelo Exame de Marcas	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Idade Média dos Pedidos em Espera pelo Exame de Marcas
Objetivo do Indicador/Utilidade	Útil para mensurar a Idade Média dos Pedidos em espera pelos pedidos de marcas
Tipo	Quanto menor melhor
Área responsável	DIRMA
Fórmula de cálculo e método de medição	∑ data de apuração - data de depósito dos pedidos pendentes de exame) / Backlog (meses)
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constante do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
13	19	21

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

Destaca-se que este indicador possui relação com o *backlog* de Marcas, portanto, a velocidade de processamento dos pedidos pendentes de exame proporciona impacto no alcance da meta. No entanto, a estratégia de priorizar o exame dos pedidos com oposição contribuiu para a redução da idade média dos pedidos que esperam pelo exame. Em dezembro de 2009 a média era de 21 meses e foi reduzida para 19 meses em 2010.

Fonte: DIRMA.

Quadro 18 – Índice de Demanda Acumulada de Marca

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Demanda Acumulada de Marca
Objetivo do Indicador/Utilidade	Útil para mensurar a relação entre o Backlog e a quantidade de pedidos depositados nos 6 meses anteriores.
Tipo	Quanto menor melhor
Área responsável	DIRMA
Fórmula de cálculo e método de medição	*Backlog* / Quantidade de pedidos depositados nos 6 meses anteriores à data de apuração do indicador
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constante do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador

Meta para o exercício de 2010		Resultado no exercício anterior
Prevista	Realizada	2009
3,00	3,95	5,25

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

Destaca-se que este indicador possui relação com o *backlog* de Marcas, portanto, a velocidade de processamento dos pedidos pendentes de exame proporciona impacto no alcance da meta.
À diminuição do fluxo de processamento dos pedidos pendentes de exame, adiciona-se o expressivo aumento dos depósitos de marcas no ano de 2010 que cresceram cerca de 8% com relação o ano de 2009 e a alocação de recursos humanos em projetos prioritários da Diretoria de Marcas como gestão da qualidade, informatização da diretoria e diretrizes de exame.
A definição de 6 meses na fórmula de cálculo se deve ao fato de que, por força legal, a Diretoria de Marcas tem que observar uma série de prazos que correm a partir do momento do depósito, prazos estes descritos na Lei da Propriedade Industrial – LPI (Lei nº 9.279/1996). Nesse sentido, por mais eficientes que se busque ser, não seria possível examinar um pedido no dia seguinte ao seu depósito. É necessário se aguardar, por exemplo, a etapa de exame formal, prazos para oposição, manifestação à oposição etc. Em geral, tais prazos, somados, chegam a, no máximo, 6 meses (contados da data do depósito da marca). Claro que há casos em que um pedido poderia, numa situação de eficiência máxima, ser examinado em pouco mais de 2 meses - se esse pedido não sofrer nenhuma oposição, por exemplo. Dessa forma, estipulou-se que o backlog aceitável seria igual ao acúmulo de depósitos feitos ao longo dos seis meses anteriores à apuração do indicador, razão pela qual a meta igual a 1 seria o ideal a ser alcançado.

Fonte: DIRMA.

Quadro 19 – Tempo Médio de Espera Entre o Depósito e o Exame de Marca

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Tempo Médio de Espera Entre o Depósito e o Exame de Marca
Objetivo do Indicador/Utilidade	Útil para mensurar a relação entre o backlog e a quantidade média de despachos mensais no ano de apuração do indicador
Tipo	Quanto menor melhor
Área responsável	DIRMA
Fórmula de cálculo e método de medição	*Backlog* / Quantidade média de despachos mensais no ano de apuração do indicador
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constante do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador

Meta para o exercício de 2010		Resultado no exercício anterior
Prevista	Realizada	2009
10	26	19

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

No primeiro semestre de 2010 a Diretoria de Marcas optou, estrategicamente, pelo exame dos pedidos de registro que estavam com oposição, cujo estoque a ser analisado estava relativamente maior do que o de pedidos sem oposição. Como o exame de oposição consome mais tempo dos examinadores, este indicador sofreu um impacto.
Parte do desempenho em 2010 se deve ao fato de que pelo menos três projetos da DIRMA – gestão da qualidade, informatização da diretoria e diretrizes de exame - tiveram que contar com a participação em tempo integral de examinadores, razão pela qual parte dos recursos humanos acabou sendo alocada, não na produção de despachos, mas no desenvolvimento de tarefas cujos benefícios para a Diretoria, a médio prazo, serão inquestionáveis.

Fonte: DIRMA.

2.2.6 Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros

Quadro 20 – Índice de Não Conformidade de Certificados de Averbação	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Não Conformidade de Certificados de Averbação
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para examinar a excelência da CGTEC em relação a padrões e requisitos definidos. Neste caso a inconformidade significa futuro re-trabalho.
Tipo	Quanto menor melhor
Área responsável	CGTEC
Fórmula de cálculo e método de medição	(Total Anual de Pedidos de Retificação do Certificado de Averbação, Recurso e Pedidos de Reconsideração Acatados / Total Anual de Decisões Finais) x 100
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constantes do banco de dados do INPI**.**

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
7,0%	8,7%	7,7%

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

O resultado alcançado em 2010 excedeu em 24% a meta estabelecida devido a uma mudança ocorrida em 2009 nos procedimentos administrativos em relação ao processo de emissão de Certificados de Averbação, que permitiram uma apuração mais precisa do indicador em relação aos anos anteriores, em que parte das correções era processada sem apresentação de petição (não sendo, portanto, computadas quando realizada a apuração do índice). Dessa forma, cumpre observar que a meta do período foi estipulada sem a base de uma série histórica devido às diferenças metodológicas mencionadas. A CGTEC está desenvolvendo manuais de exame formal e técnico que deverão contribuir para diminuir as inconformidades verificadas na emissão dos certificados de averbação.

Fonte: DICIG / CGTEC.

Quadro 21 - Relação entre Decisões e Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Relação entre Decisões e Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para examinar a excelência da CGTEC em decidir todos os requerimentos de averbação.
Tipo	Quanto maior melhor
Área responsável	DICIG / CGTEC
Fórmula de cálculo e método de medição	(Total Semestral de Decisões / Total Semestral de Requerimentos de Averbação) x 100
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constantes do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
92%	101%	101%

Fonte: DICIG / CGTEC.

Quadro 22 - Tempo Médio de Decisão dos Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Tempo Médio de Decisão dos Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para examinar a excelência da CGTEC no quesito tempo médio de decisão dos requerimentos de averbação de contratos de tecnologia em conformidade com o prazo legal de até 30 dias.
Tipo	Quanto menor melhor.
Área responsável	DICIG / CGTEC
Fórmula de cálculo e método de medição	(∑ (data da decisão - Data de Entrada)) / (n° de registros no Semestre)
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constantes do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
25	21	22,3

Fonte: DICIG / CGTEC.

Quadro 23 - Índice de Produtividade de Exame de Desenhos Industriais de Segunda Instância	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Produtividade de Exame de Desenhos Industriais de Segunda Instância
Objetivo do Indicador/Utilidade	Útil para mensurar a produtividade por técnico dos Desenhos Industriais de Segunda Instância
Tipo	Quanto maior melhor
Área responsável	DICIG / CGIR / SEACO
Fórmula de cálculo e método de medição	∑ dos exames de nulidades administrativas, judiciais e de recursos / N° de técnicos
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constantes do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
15	136,21	249

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

A meta foi extrapolada tendo em vista que o número de servidores dobrou e, ainda, em função da realização de um mutirão para diminuir o backlog de pedidos para exame de 2ª instância, por conta do volume de pedidos acumulados.

Fonte: DICIG / CGIR / SEACO.

Quadro 24 - Índice de Não Conformidade dos Pedidos de Registro de IG Nacionais	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Não Conformidade dos Pedidos de Registro de IG Nacionais
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para examinar a excelência do setor que examina Indicações Geográficas no sentido de evitar exigências, indeferimentos e/ou arquivamentos desnecessários por erro ou falta de orientação ao usuário dos serviços de Pedidos de Registro de IG nacionais.
Tipo	Quanto menor melhor
Área responsável	DICIG / CGIR / COIND
Fórmula de cálculo e método de medição	(∑ das exigências, indeferimentos e arquivamentos / Soma dos pedidos nacionais analisados por ano) x 100
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constantes do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
60	92	33,3

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

O fato de este indicador estar abaixo da meta reflete que há algum entrave no entendimento dos conceitos de indicações geográficas pelos usuários e vamos fazer um estudo para identificar as eventuais questões que estão afetando este entendimento; uma das iniciativas que já está sendo tomada no sentido de sanar este problema é a elaboração de manuais e revisão das instruções normativas.

Fonte: DICIG / CGIR / COIND.

Quadro 25 - Índice de Não Conformidade dos Pedidos de Registro de IG Estrangeiros	
Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Não Conformidade dos Pedidos de Registro de IG Estrangeiro
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para examinar a excelência do setor que examina Indicações Geográficas no sentido de evitar exigências, indeferimentos e/ou arquivamentos desnecessários por erro ou falta de orientação ao usuário dos serviços de Pedidos de Registro de IG estrangeiro.
Tipo	Quanto menor melhor
Área responsável	DICIG / CGIR / COIND
Fórmula de cálculo e método de medição	(∑ das exigências, indeferimentos e arquivamentos / Soma dos pedidos estrangeiro analisados por ano) x 100
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constantes do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
70	100	66,7

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

O fato de este indicador estar abaixo da meta reflete que há algum entrave no entendimento dos conceitos de indicações geográficas pelos usuários e vamos fazer um estudo para identificar as eventuais questões que estão afetando este entendimento; uma das iniciativas que já está sendo tomada no sentido de sanar este problema é a elaboração de manuais e revisão das instruções normativas.

Fonte: DICIG / CGIR / COIND.

Quadro 26 - Índice de Produtividade de Exame de Programa de Computador

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Produtividade de Exame de Programa de Computador
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para examinar a eficiência do setor que procede ao exame de computador.
Tipo	Quanto maior melhor
Área responsável	DICIG / CGIR / DIPTO
Fórmula de cálculo e método de medição	(∑ das decisões (pedidos deferidos e arquivados) com os pedidos nos quais foram formuladas exigências) / n° de técnicos
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constantes do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
70	92,2	26,8

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

No ano de 2010, os pedidos irregulares, que resultam em exigências, começaram a ser examinados e, além de ter sido feito um mutirão para minorar o backlog destes pedidos, como esta era uma tarefa nova e, naturalmente, sem histórico, o estabelecimento desta meta ficou prejudicado, o que resultou na ultrapassagem da mesma.

Fonte: DICIG / CGIR / DIPTO.

Quadro 27 - Índice de Produtividade de Exame de Desenhos Industriais de Primeira Instância

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Produtividade de Exame de Desenhos Industriais de Primeira Instância
Objetivo do Indicador/Utilidade	Útil para mensurar a produtividade dos técnicos do setor responsável dos Desenhos Industriais de Primeira Instância.
Tipo	Quanto maior melhor
Área responsável	DICIG / CGIR / COIND
Fórmula de cálculo e método de medição	∑ dos exames de pedidos de registro de desenho industrial concedidos, indeferidos, objeto de exigências e de exames de mérito/ Total de técnicos
Fonte dos dados	A mensuração do indicador decorre da contabilização feita pelo setor e constantes do banco de dados do INPI.

Evolução dos resultados do indicador		
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**
Prevista	Realizada	2009
100	173,5	152,6

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

O crescimento pode ser observado por uma conjuntura de fatores, como a entrada de novos pesquisadores no início de 2010 e o aumento da eficiência da análise desta Divisão.

Fonte: DICIG / CGIR / COIND.

2.2.7 Diretoria de Administração

Quadro 28 - Índice de Arrecadação de Receita

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Arrecadação de Receita
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para mensurar a execução da receita prevista do INPI.
Tipo	Quanto maior melhor
Área responsável	DIRAD / COFIN
Fórmula de cálculo e método de medição	(Receita arrecadada / Receita prevista) x 100
Fonte dos dados	SIAFI

Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2010		**Resultado nos exercícios anteriores**	
Prevista	Realizada	2009	2008
80	103,39	92,05	95,66

Análise crítica do Resultado do indicador em 2010

Considerando-se os resultados obtidos desde 2008, percebe-se que as estimativas de arrecadação do INPI na LOA tem sido satisfatórias, alcançado percentuais maiores de 90%. Especificamente em 2010, a arrecadação superou o previsto em 3,39%, o que reflete a demanda crescente pelos serviços prestados pelo Instituto. Observa-se que a meta de 80% para este indicador está subdimencionada, tendo em vista os referidos resultados de arrecadação. A meta será redimensionada para o exercício de 2011.

Fonte: DIRAD / COFIN e CGPO.

Quadro 29 - Índice de Execução da Despesa

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Execução da Despesa
Objetivo do Indicador/Utilidade	Indicador útil para mensurar a execução da despesa do INPI.
Tipo	Quanto maior melhor
Área responsável	DIRAD / COFIN
Fórmula de cálculo e método de medição	(Despesa realizada / Despesa fixada) x 100
Fonte dos dados	SIAFI

Evolução dos resultados do indicador			
Meta para o exercício de 2010		**Resultado no exercício anterior**	
Prevista	Realizada	2009	2008
100	94,92	87,18	93,11

Fonte: DIRAD / COFIN.

2.3 Planejamento Estratégico do INPI

O processo de acompanhamento da implementação e monitoramento do Planejamento Estratégico do INPI está sob a responsabilidade da DPLAD e supervisão direta da Presidência do Instituto.

O Planejamento Estratégico não teve alterações em 2010. Foi realizado apenas o acompanhamento quadrimestral da Carteira de Projetos, o qual passou para a responsabilidade da nova divisão – a DIGEP (subitem 3).

O presidente do INPI, Jorge Avila, fez uma apresentação sobre o Planejamento Estratégico da Autarquia para o Ministério Público Federal (MPF), no dia 8 de setembro, na Procuradoria da República, no Rio de Janeiro. O objetivo do MPF foi conhecer experiências de outros órgãos na área de Planejamento visando ao seu XI Encontro Nacional, com o tema "Planejamento Estratégico 2011 - 2012".

Em 2010, a DPLAD coordenou a realização de duas Oficinas de Planejamento.

A primeira ocorreu no período de 4 a 6 de agosto e tratou da proposta da nova estrutura do INPI e do plano de ações para sua implementação, com ações e atividades executadas para o período agosto de 2010 / abril de 2011.

A elaboração do plano de ações foi feita com a participação de representantes de todas as áreas do Instituto. Grupos das diretorias finalísticas se reuniram com os de outras áreas para troca de informações e enriquecimento das discussões. Os grupos das novas unidades também contaram com contribuições de todos na definição de futuros projetos e estratégias de implementação. Os resultados foram apresentados no último dia da Oficina e nortearam a implantação da nova estrutura do INPI.

Também participaram como convidados da Oficina, representantes da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento (SEGES/MP), do Tribunal de Contas da União (TCU), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro.

A segunda Oficina de 2010, realizada de 23 a 25 de novembro, teve como objetivo principal discutir os desafios do INPI para os próximos cinco anos, inclusive para o Plano Plurianual do Governo Federal de 2012-2015, além de apresentar as áreas responsáveis pela qualidade, recursos e prevenção e combate à pirataria, da nova estrutura regimental. O evento contou com a participação de representantes da Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças (CGOF), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

3 Divisão de Gestão de Projetos Estratégicos (DIGEP)

A DIGEP foi criada no final de 2010, na nova estrutura organizacional do INPI, com a responsabilidade de coordenar a gestão da carteira de projetos do Planejamento Estratégico.

O foco de atuação da DIGEP será prestar suporte técnico e executivo à alta administração e aos

gerentes de projeto visando a aumentar a capacidade de execução dos projetos estratégicos do Instituto.

As atividades prioritárias que a DIGEP desenvolverá em 2011 serão: estruturar o modelo de governança dos projetos estratégicos; desenvolver, operacionalizar e normatizar o novo modelo de gestão estratégica da carteira de projetos; desenvolver e implantar o sistema de informações gerenciais dos projetos estratégicos, em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI); e elaborar e executar um programa de capacitação dos gerentes de projeto do INPI, em parceria com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH).

A primeira revisão da carteira de projetos do INPI será realizada no primeiro semestre deste ano, motivada, principalmente, pela definição dos projetos estratégicos prioritários. Esta revisão da carteira levará em conta, ainda, a análise das informações de desempenho dos projetos coletadas e consolidadas após um ano de monitoramento.

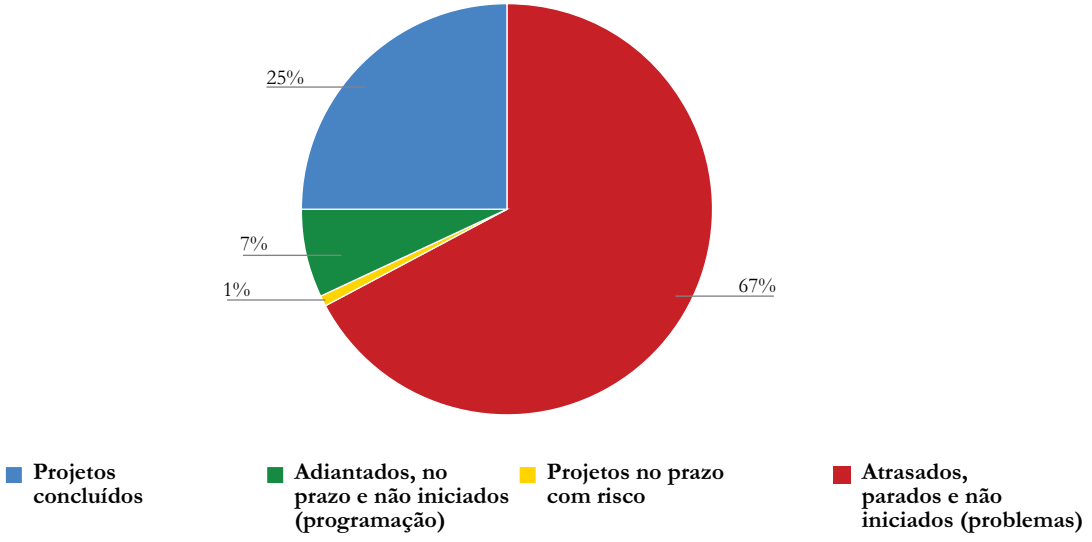
O Monitoramento da Carteira no 3º quadrimestre de 2010 apresentou algumas mudanças em relação aos anteriores. A forma de classificação dos projetos foi ajustada para adotar uma visão gerencial e mais agregada da situação da execução da carteira. Os projetos passaram a ser classificados nas situações baseadas em código de cores: Inadequada (cor vermelha); Preocupante (cor amarela); ou Adequada (cores verde e azul). Além disso, o relatório introduz o indicador Índice de Execução Adequada (IEA) que, entre outras aplicações, foi utilizado na elaboração de um ranking setorial de desempenho na execução dos projetos estratégicos.

Além de informar a situação atual e os problemas encontrados, os gerentes dos projetos também tiveram a oportunidade de revisar os cronogramas de execução para 2011, visando a adequá-los a eventuais mudanças ocorridas desde a concepção do cronograma original dos projetos.

A configuração da situação da carteira de projetos em dezembro de 2010 é mostrada no Gráfico 1. Verifica-se que o percentual de projetos em situação inadequada (cor vermelha), de 67%, é mais que o dobro de projetos em situação adequada (32%, juntando as cores verde e azul).

Houve, portanto, um aumento no número de projetos em situação inadequada, que passou de 58% no quadrimestre anterior para 67% em dezembro de 2010. O projeto cancelado "SIGA – Sistema Integrado de Gestão Administrativa" não foi considerado na geração deste gráfico, que está baseado no universo de 72 projetos estratégicos não-cancelados.

Gráfico 1 – Situação da Carteira de Projetos do INPI – Dezembro/2010



Fonte: CGPO/DIGEP.

Os projetos "Digitalização dos Documentos de Patentes" e "Sistema Sul-americano de Registro de Marcas" permanecem parados – a mesma situação informada no ciclo anterior de monitoramento. No caso do projeto de "Digitalização dos documentos de patentes", a informação é de que estão sendo buscadas alternativas internas, visto que não se conseguiu contratar uma empresa para realizar o serviço de digitalização.

Os oito projetos concluídos no período analisado foram:

- P26 – Combate a Contrafação;
- P27 – Mediação e Parcerias;
- P30 – Políticas Públicas para PMEs;
- P41 – ISA/IPEA;
- P56 – Coleta Seletiva Solidária;
- P66 – Reestruturação do Sistema Integrado da Propriedade Industrial (SINPI);
- P69 – Qualidade de Vida; e
- P73 – Gestão da Qualidade na Diretoria de Marcas.

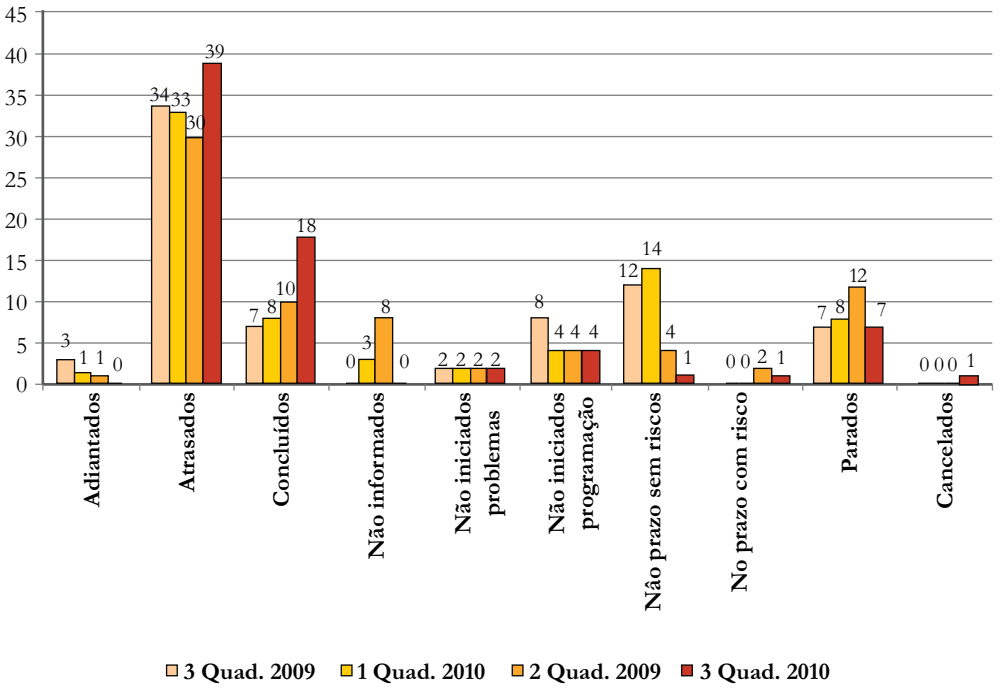
Como pode ser observado no Gráfico 2, a maior parte da carteira de projetos está atrasada em todos os ciclo de monitoramento, num patamar sempre igual ou superior a 30 projetos (do total de 73 projetos), alcançando 39 projetos atrasados em dezembro de 2010.

Houve um projeto cancelado neste período de monitoramento. O projeto "SIGA – Sistema Integrado de gestão Administrativa" foi cancelado por incompatibilidade ao trabalho desempenhado nas unidades da Diretoria de Administração (DIRAD).

A análise dos dados históricos de desempenho evidencia um problema crônico: a baixa capacidade de execução de projetos. Desde o início do monitoramento, em 2009, o total de projetos classificados com execução adequada (projetos no prazo, concluídos ou não iniciados por programação) sempre foi inferior a 50% da carteira.

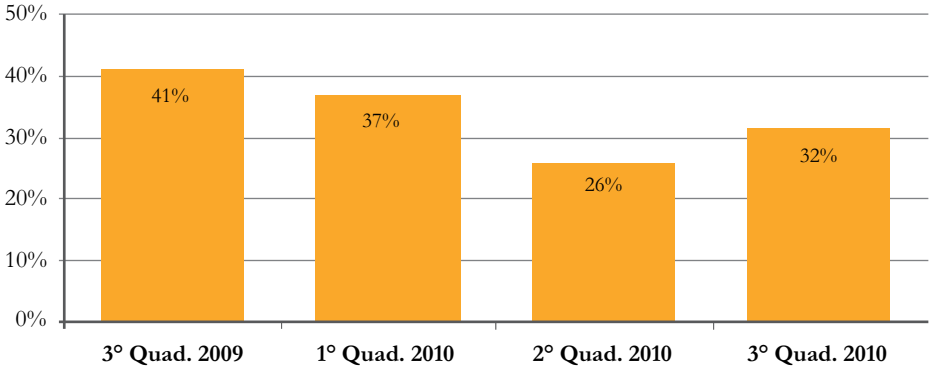
O Gráfico 3 mostra a evolução do IEA da carteira de projetos do INPI.

Gráfico 2 - Evolução da Situação dos Projetos do INPI - Dezembro/2010



Fonte: CGPO/DIGEP.

Gráfico 3 - Evolução do Índice de Execução Adequada (IEA) da Carteira de Projetos do INPI



Fonte: CGPO/DIGEP.

O Gráfico 4 mostra o panorama da carteira de projetos sob a ótica das seguintes diretrizes estratégicas do INPI:

I - Garantia da Eficiência e da Qualidade no Exame e Registro de Direitos;

II - Divulgação e Comunicação do INPI com a Sociedade;

III - Aperfeiçoamento Institucional do Sistema Nacional de Propriedade Intelectual;

IV - Execução e Fomento da Educação e da Pesquisa em Propriedade Intelectual;

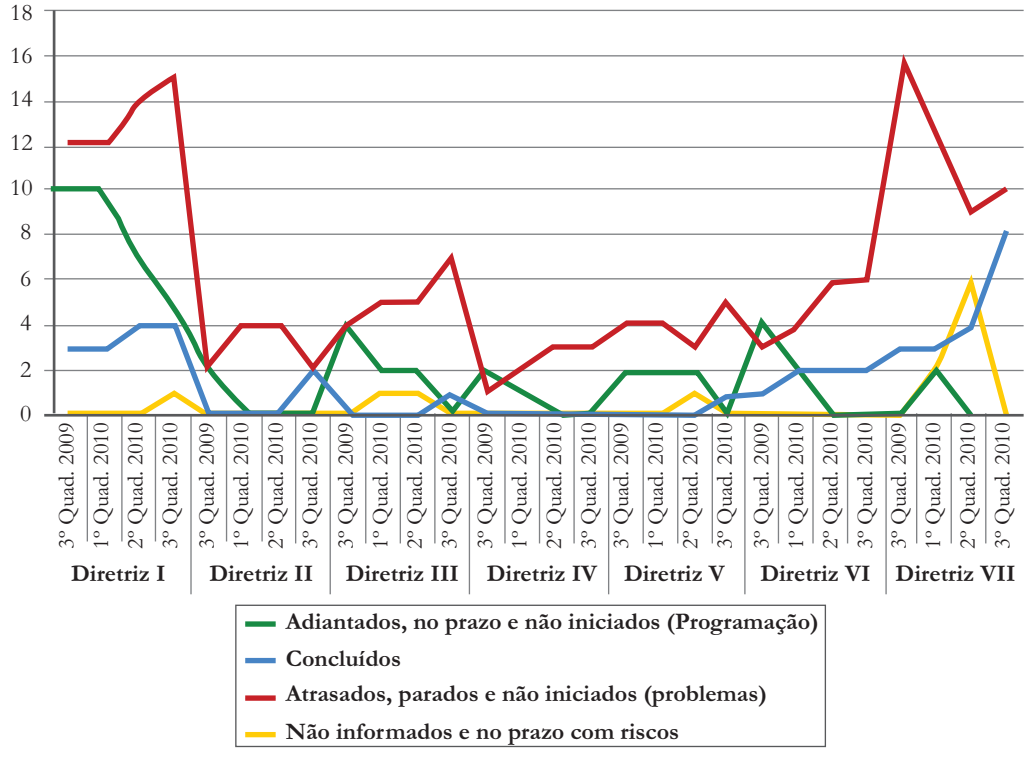
V - Inserção no Sistema Internacional de PI;

VI - Desenvolvimento da Infraestrutura de Suporte à Propriedade Intelectual; e

VII - Modernização do INPI.

É possível identificar que, no 3º quadrimestre de 2010, os projetos em situação inadequada são maioria.

Gráfico 4 - Evolução da Situação dos Projetos por Diretriz Estratégica - Dezembro/2010



Fonte: CGPO/DIGEP.

O *ranking* setorial da Tabela 4 compara o desempenho das unidades gestoras na execução dos projetos estratégicos no 3º quadrimestre de 2010. Os melhores índices de execução adequada foram da DIRAD e da Diretoria de Patentes (DIRPA) com 54% e 44%, respectivamente.

Este relatório ainda considera a DIRAD (antiga Diretoria de Administração e Serviços) como responsável pelos projetos da área de Tecnologia da Informação. Na nova estrutura do INPI, os projetos de TI passam a estar vinculados diretamente à Presidência, sob a responsabilidade gerencial da CGTI.

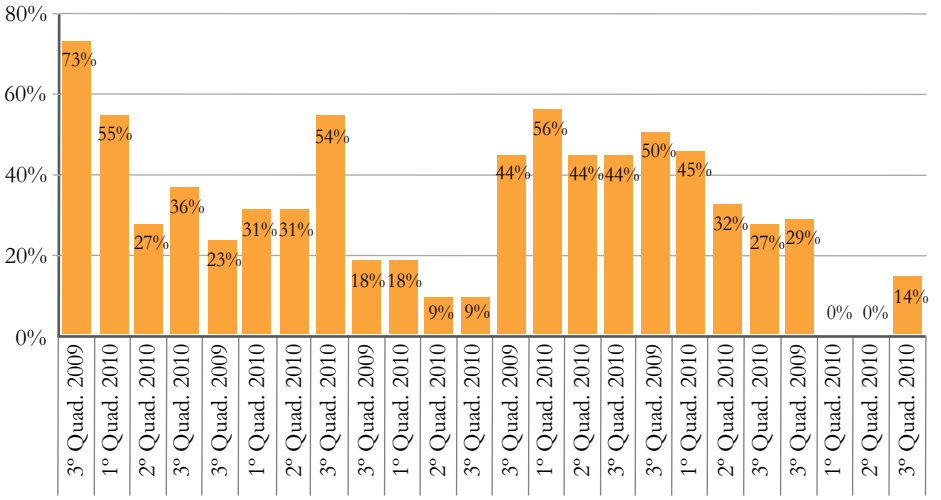
Tabela 4 - *Ranking* Setorial do Índice de Execução Adequada (IEA) dos Projetos - 3º Quadr. 2010

Ranking	Unidades	IEA
1º	DIRAD	54%
2º	DIRPA	44%
3º	DICOD	36%
4º	DICIG	27%
5º	PR	14%
6º	DIRMA	9%

Fonte: CGPO/DIGEP.

No Gráfico 5, verifica-se a evolução do indicador IEA. Os índices foram inferiores a 60%, exceto a Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento (DICOD), que no primeiro monitoramento teve 73% dos projetos com execução adequada.

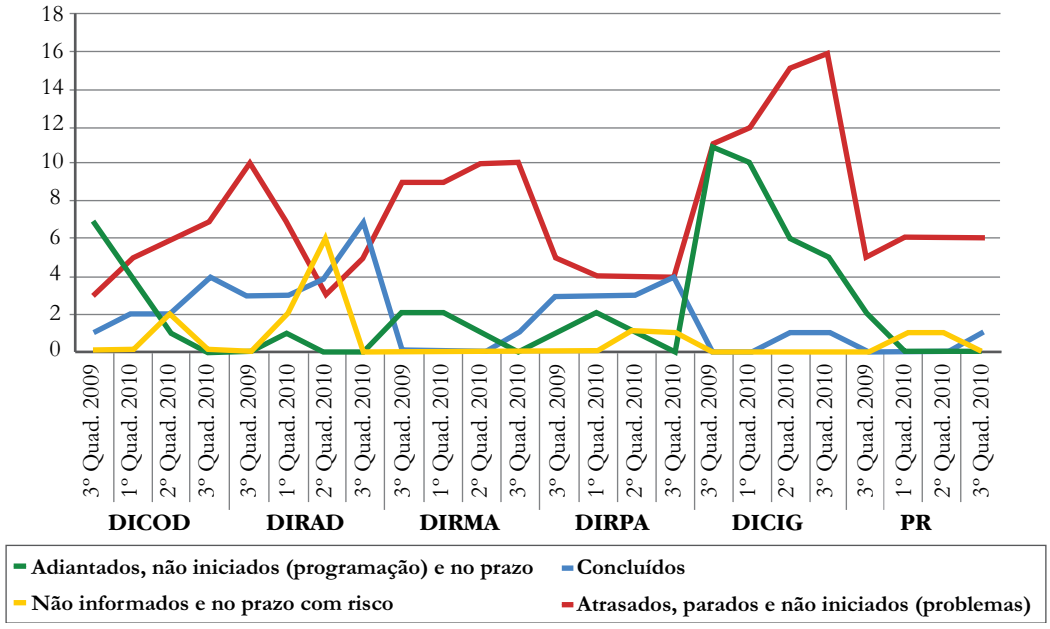
Gráfico 5 - Evolução Setorial do Índice de Execução Adequada



Fonte: CGPO/DIGEP.

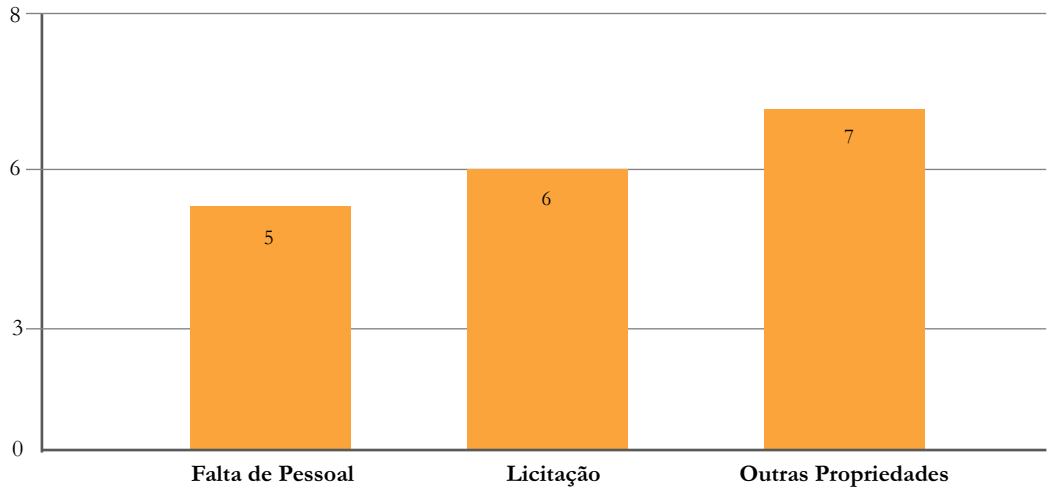
O Gráfico 6 mostra o panorama setorial detalhado da situação da carteira de projetos em cada período de monitoramento. Novamente é possível verificar a preponderância de projetos com execução inadequada nas diferentes unidades e períodos de monitoramento.

Gráfico 6 - Evolução da Situação dos Projetos por Diretoria - Dezembro/2010



Fonte: CGPO/DIGEP.

Gráfico 7 - Principais Problemas Relatados no 3º Quadrimestre de 2010



Fonte: CGPO/DIGEP.

Um outro objeto do monitoramento é a identificação dos principais problemas de execução da carteira. Estes dados estão expostos no Gráfico 7.

Dois dos principais problemas informados estão relacionados a dois gargalos enfrentados por diferentes órgãos da administração pública: falta de pessoal e morosidade do processo licitatório.

O problema da falta de pessoal, em particular, tem sido enfrentado pelo INPI nos últimos anos, com a realização de concursos públicos para diferentes cargos técnicos e administrativos. Todavia, na visão dos gerentes de projeto, este problema ainda se destaca como um dos principais empecilhos à execução adequada dos projetos estratégicos.

Já os problemas relacionados a "outras prioridades" dizem respeito especificamente ao INPI. Neste caso, os gerentes de projeto consideraram, entre outros problemas, que a prioridade dada à implementação da nova estrutura regimental do Instituto acabou por prejudicar a execução dos projetos estratégicos no 4º quadrimestre de 2010.

Nos últimos anos, o INPI tem avançado na implantação e sistematização dos processos de planejamento estratégico e de monitoramento da carteira de projetos estratégicos. Todavia, os dados apresentados neste relatório de monitoramento evidenciam a necessidade e urgência de se enfrentar um novo desafio gerencial: aumentar a capacidade de execução dos projetos estratégicos.

Nesse sentido, um novo modelo de gestão dos projetos estratégico foi desenvolvido e está sendo implementado de forma planejada e sistemática, em escala-piloto. A definição dos 13 projetos estratégicos prioritários pelo Presidente do INPI e a criação da Divisão de Gestão de Projetos Estratégicos (DIGEP) marcam os primeiros passos concretos nessa direção.

A meta fixada para 2011 é praticamente dobrar o desempenho atual, chegando até o final do ano com pelo menos 60% dos projetos estratégicos com execução adequada.

4. Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário (DIPOR)

A DIPOR é responsável pelo acompanhamento da execução orçamentária do INPI, além de auxiliar os gestores da autarquia na solicitação de créditos orçamentários, remanejamentos ou quaisquer outras ações que favoreçam a eficiência e a eficácia na execução da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em 2010, a Divisão deu continuidade à divulgação das informações da execução orçamentária no sítio da CGPO na Intranet. Os relatórios são atualizados diariamente e proporcionam aos visitantes da página informações fidedignas e capazes de subsidiar a tomada de decisão, além de dar transparência aos gastos para todo o INPI.

4.1 Lei Orçamentária Anual e Créditos

No ano de 2010, a LOA do INPI somou uma dotação de R$ 252.696.871,00.

Os créditos adicionais/cancelamentos totalizaram R$ 8.477.357,00 e representaram apenas 3,47% do orçamento inicialmente autorizado pela LOA nº 12.214/2010, de 26 de janeiro de 2010, no montante de R$ 244.219.514,00.

Os créditos adicionais complementaram, na sua totalidade, as dotações iniciais destinadas aos pagamentos de Inativos, Pensionistas, Pessoal Ativo e Benefícios Assistenciais aos Servidores. No Anexo I, encontra-se o demonstrativo completo da dotação consignada do Instituto com o detalhamento dos créditos adicionais.

Neste exercício, no primeiro período de alterações orçamentárias, foi solicitado por meio do Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR) um remanejamento orçamentário entre as ações "Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico" e "Gestão e Administração do Programa". Esta solicitação, controle nº 000727, no valor de R$ 4.000.000,00, subsidiaria a compra de itens de investimentos indispensáveis ao processo de crescimento da Autarquia. Apesar das diversas gestões realizadas pelo Instituto, não houve liberação deste crédito.

Em relação a 2009, a LOA mais créditos adicionais sofreu um decréscimo de 8,40% em 2010, decorrente dos recursos extras solicitados e concedidos em 2009 para aluguel de novas instalações para o INPI.

A Tabela 5 traz o comparativo das Leis Orçamentárias do INPI nos últimos quatro anos.

Tabela 5 - Comparativo LOA mais Créditos Adicionais

Ano	Lei + Créditos (R$)	Variação (%)
2007	183.258.552,00	-
2008	211.689.768,00	15,51
2009	275.871.109,00	30,32
2010	252.696.871,00	-8,40

Fonte: SIAFI.

4.2 Receita

O INPI arrecadou R$ 214.758 mil em 2010, ou 88% da dotação orçamentária, conforme a Tabela 6. Esta arrecadação representa R$ 12.335 mil a mais que a de 2009, ou 6,09%, de acordo com a Tabela 7. A arrecadação de 2010 superou os R$ 207.714 mil estimados na Lei 12.214/10 (Fontes 250 e 280). A dotação do Instituto também incluiu recursos do Tesouro Nacional (Fonte 100) na ordem de R$ 36.504 mil, que somados às outras dotações resultaram em R$ 244.219 mil.

A composição da receita de serviços de 2010 permaneceu com o mesmo perfil do ano anterior. A maior receita de serviço foi a da rubrica de Registro de Marcas, com 50,69%, contra 56% em 2009. O segundo lugar em receita de serviço de 2010 ficou na rubrica de Patentes, com 47,09%, contra 40,8% do ano anterior. Todos os outros serviços somam 2,22% em relação ao total deste tipo de receita, conforme o Gráfico 8.

O Anexo II mostra o acompanhamento da receita em 2010 pela sua natureza. Pode-se observar que as duas maiores receitas do INPI são as de Marcas e Patentes. A terceira maior receita do INPI é a Remuneração de Depósitos Bancários, que em 2010 arrecadou aproximadamente R$ 23.073 mil.

Tabela 6 – Demonstrativo da Receita por Fonte

Fonte		LOA - Dotação	Jan.	Fev.	Mar.	Abr	Mai.	Jun.
100	Recursos do Tesouro	36.504.731	81	-	60	31	-	-
180	Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados		-	-		-	-	-
250	Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	184.539.975	13.626.958	12.311.983	15.772.983	13.055.170	14.613.035	15.475.858
280	Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	23.174.808	1.769.728	1.877.052	1.885.845	1.875.305	1.971.226	1.847.645
Total		**244.219.514**	**15.396.767**	**14.189.035**	**17.657.952**	**14.930.506**	**16.584.261**	**17.323.503**

Gráfico 8 - Distribuição da Receita de Serviços

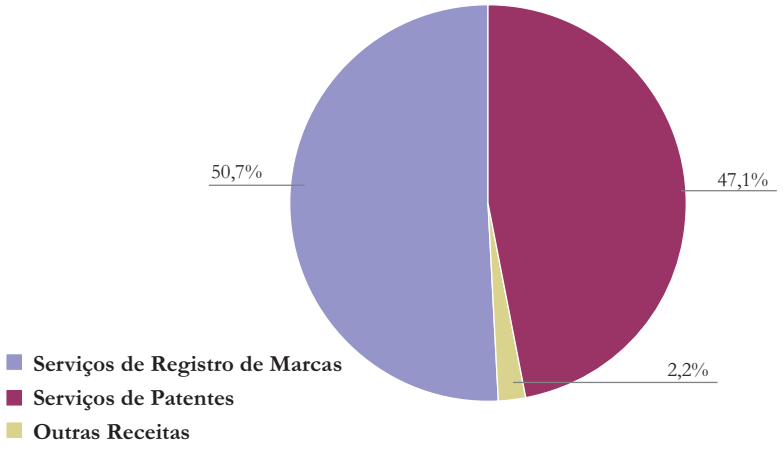


Tabela 7 - Comparativo da Receita de 2008 a 2010					R$ 1,00
Especificação	**2008**	**2009**	**2010**	**Δ% 2009/2008**	**Δ% 2010/2009**
Receita Patrimonial	28.322.292	22.403.167	23.098.518	-20,90%	3,10%
Receita de Serviços	154.555.159	178.985.525	190.940.106	15,81%	6,68%
Outras Receitas Correntes	293.520	107.017	248.172	-63,54%	131,90%
Demais Receitas	488.183	927.663	471.484	90,02%	-49,18%
Total	**183.659.154**	**202.423.372**	**214.758.280**	**10,22%**	**6,09%**

Fonte: SIAFI.

							R$ 1,00
Receita							**(B) / (A)**
Jul.	**Ago.**	**Set.**	**Out.**	**Nov.**	**Dez.**	**TOTAL (B)**	**%**
-	-	-	-	-	-	172	0,00
-	-	-	72.959	-		72.959	-
17.814.342	17.746.153	17.655.153	17.264.333	17.166.731	18.972.105	191.473.886	103,76
1.753.318	1.884.765	1.748.346	2.014.978	2.225.049	2.358.008	23.211.263	100,16
19.567.659	**19.630.936**	**19.403.499**	**19.279.311**	**19.464.739**	**21.330.113**	**214.758.281**	**87,94**

Fonte: SIAFI.

4.3 Despesa

4.3.1 Repasses Orçamentários

Em 2010, os repasses orçamentários totalizaram R$ 3.298.911,09, representando cerca de 1,3% da LOA mais créditos adicionais.

A Tabela 8 mostra os repasses por ação orçamentária.

Os créditos orçamentários das ações 00G5 – "Contribuição da União, de suas autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor" e 0005 – "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas" foram repassados às UGs 080009, 090034 e 090032 da Justiça Federal no total de R$ 881.945,00 e referem-se ao cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado - Precatórios devidos pela Autarquia.

Os repasses das ações 2760 – "Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual" e 8096 – "Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento" foram para UG 154003 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e totalizaram R$ 1.116.966,00. Os repasses à CAPES destinaram-se a custear a prestação de serviços por meio do Termo de Cooperação firmado entre o INPI e a CAPES, que tem como finalidade específica disponibilizar o acesso às informações científicas e tecnológicas, por meio de assinatura de periódicos internacionais com textos completos, disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, aos Pesquisadores, Tecnólogos, Analistas, Técnicos e colaboradores do Instituto.

Por fim, o repasse da ação 7F44 – "Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico" à UG 183023 – INMETRO, no valor de R$ 1.300.000,000, destinou-se a 1ª parcela do Termo de Cooperação

Tabela 8 - Repasses

Programa 0393 - Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual	
Ação	R$
2760 - Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual	400.000,00
8096 - Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	716.966,09
7F44 - Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico	1.300.000,00
00G5 - Contribuição da União, de suas autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	86.191,00
0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	795.754,00
TOTAL	**3.298.911,09**

Fonte: SIAFI.

nº 001/09 – INPI e INMETRO cujo objeto prevê a construção do Centro Brasileiro de Material Biológico no INMETRO.

4.3.2 Execução Orçamentária Sede e Divisões Regionais

Em 2010, foram executados 93,04% da LOA, índice acima do realizado no último exercício, quando atingiu 77,48%. As despesas somaram R$ 231.806.092,00, sendo R$ 11.284.625,00 referentes a Restos a Pagar inscritos.

A melhora do índice em relação ao ano anterior resultou dos recursos recebidos e não executados em 2009, na ordem de R$ 22.000.000,00, que seriam destinados ao aluguel de novas instalações para comportar o crescimento do INPI e favorecer a reforma do Edifício do INPI localizado na Praça Mauá, no centro do Rio de Janeiro.

No Anexo III, encontra-se a execução detalhada por ação orçamentária da LOA do INPI 2010, com o total efetivamente liquidado e a inscrição em Restos a Pagar, assim como, os destaques orçamentários e os índices de execução.

Dentre as ações com índices de execução superiores a 90%, destacam-se as ações "Exame de Pedidos de Registro de Marca", "Exame de Pedidos de Patente", "Exame de Contratos e Faturas de Transferência de Tecnologia", "Exame de Pedidos de Registro de Indicação Geográfica", "Exame de Pedidos de Registro de Desenho Industrial" e "Exame de Pedidos de Registro de Topografia de Circuitos Integrados", todas englobando na sua totalidade despesas com serviços de apoio administrativo. A ação Gestão e Administração do Programa, onde se concentram as despesas de manutenção da Autarquia, de pagamento de pessoal ativo e de aquisições de investimentos, teve execução de 95,52%.

Ainda no Anexo III, as ações "Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados – Exames Periódicos", "Modernização dos Processos", "Integração Operacional dos Sistemas de Propriedade Intelectual no Âmbito Regional" e "Cooperação Técnica em Propriedade Industrial" não tiveram execução em decorrência de projetos e contratações não concluídas.

No Anexo IV, encontra-se a execução dos Escritórios de Difusão Regional. Os recursos descentralizados totalizaram R$ 2.062.700,00 e a execução desses somou 96,89%. Os recursos destinaram-se às despesas de manutenção dos Escritórios de Difusão Regional.

A Tabela 9 apresenta a execução das despesas do INPI por grupo de natureza de despesa.

Tabela 9 - Comparativo das Despesas Realizadas por Grupo					
Grupo		**Ano**	**Lei + Créditos (R$)**	**Realizado Jan. a Dez. (R$)**	**Realizado (%)**
Pessoal e Encargos Sociais	31	2009	154.658.850	147.755.435	95,54
		2010	165.603.147	163.179.358	98,54
		Δ %	7,08	10,44	–
Outras Despesas Correntes	33	2009	106.472.259	62.837.407	59,02
		2010	77.366.560	62.389.165	80,64
		Δ %	-27,34	-0,71	–
Investimentos	44	2009	14.740.000	3.149.582	21,37
		2010	9.727.164	6.237.568	64,13
		Δ %	-34,01	98,04	–
Total		**2009**	**275.871.109**	**213.742.424**	**77,48**
		2010	**252.696.871**	**231.806.092**	**91,73**
		Δ %	**-8,40**	**8,45**	–

Fonte: SIAFI.

Observa-se na Tabela 9 que a execução das despesas com Pessoal e Encargos Sociais em 2010 atingiu 98,54%. A Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), sistematicamente monitora a realização das despesas deste grupo e com isso a execução vem sendo otimizada todos os anos.

As despesas correntes em 2009 e 2010 mantiveram-se quase inalteradas. A diferença nos índices de execução resultou da dotação recebida em 2009, que incluía os recursos não realizados para aluguel de novo imóvel.

No grupo Investimentos, neste exercício, o índice de execução de 64,13% reflete o crescimento tecnológico e a modernização do Instituto. Contudo, a execução só não foi melhor em decorrência da construção do Centro Brasileiro de Material Biológico estar com o cronograma atrasado.

As despesas totais passaram de R$ 213.742.424,00 em 2009 para R$ 231.806.092,00, um aumento de 8,45% que reflete a fase de crescimento do Instituto.

4.3.4 Déficit Orçamentário

Em 2010 o INPI registrou déficit de R$ 20.346.722,00, conforme demonstra a Tabela 10.

Tabela 10 - Déficit Orçamentário 2010			R$ 1,00
Receita	**Despesa**	**Repasses Concedidos**	**Déficit**
214.758.281	231.806.092	3.298.911	(20.346.722)

Fonte: SIAFI.

Este déficit não significa a falta de eficiência dos gastos, mas reflete o crescimento do INPI em importância, representatividade e operacionalidade. Com isso, a Autarquia tende a alavancar o crescimento do Brasil e a proporcionar o aumento da receita do país de forma indireta. A Tabela 11 evidencia a sequência de déficit.

Tabela 11 - Superávit / Déficit	
Ano	**R$**
2007	37.402.195,26
2008	(9.166.088,57)
2009	(18.447.529,45)
2010	(20.346.722,00)

Fonte: SIAFI.

Coordenação-Geral de Comunicação Social

1 Introdução

A transformação do Serviço de Comunicação Social (Sercom) em Coordenação-Geral (CGCOM) em novembro de 2010 foi o ponto alto de um ano marcado por mudanças na Comunicação do INPI. Tais transformações mudaram os paradigmas de relacionamento do Instituto com seus públicos, mas deve-se lembrar que representaram apenas o começo de um processo que irá se consolidar a partir de 2011.

De modo geral, pode-se dividir as mudanças em dois campos principais: o externo e o interno. Na relação com a sociedade, o INPI apareceu mais na imprensa porque apostou num trabalho ativo de divulgação e parceria com os veículos de comunicação. O caso mais importante, da revista "Pequenas Empresas & Grandes Negócios", será analisado adiante, junto com o indicador sobre a imagem do Instituto na mídia.

Ao mesmo tempo, a organização de eventos investiu em qualidade e diversificação dos públicos para atingir os diversos objetivos da Autarquia em termos de disseminação da propriedade industrial e fortalecimento de parcerias com entidades nacionais e estrangeiras.

No campo interno, diversas novidades foram usadas para ampliar (e dar mais qualidade) à relação com os servidores e colaboradores. Uma nova Intranet, o projeto "INPI Cultural" e a pesquisa "O Sercom quer ouvir sua voz" contribuíram para fortalecer a comunicação entre a cúpula do Instituto e as pessoas que fazem o dia a dia do INPI.

As mudanças aparecem em números. A pesquisa de 2010 da Câmara Americana de Comércio (AmCham-Brasil) mostrou o seguinte: quando os usuários foram questionados sobre a frequência com a qual o Instituto é pró-ativo na divulgação de temas que impactam os serviços, a maioria dos usuários de marcas (38%) e de patentes (37%) respondeu "frequentemente".

Porém, como já foi dito, este é o início de um processo, que incluirá a completa estruturação da CGCOM para que ela possa atuar plenamente. As realizações de 2010 foram inegáveis e os desafios para 2011 são claros – e plenamente viáveis.

2 Presença Maior na Mídia

O relacionamento com a imprensa ganhou força em 2010. Mais do que atender aos jornalistas, o objetivo é converter-se em fonte, aproximar-se dos principais veículos e ampliar a presença de tudo que pode ser notícia sobre o INPI – sempre com o foco na difusão de serviços da Autarquia e na disseminação da importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento. Neste último tópico, por sinal, a atual Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento (DICOD) tem sido uma importante parceira da CGCOM.

O resultado deste trabalho se torna evidente nos números. Em 2010, o principal indicador de Comunicação passou a ser a divisão das reportagens negativas na mídia sobre as positivas – ao tirar os textos neutros, o intuito era analisar apenas os textos que apresentam juízo de valor,

verificando a formação de imagem da Autarquia. Neste indicador, a meta era 15% e, quanto menor o percentual, melhor, pois as reportagens negativas se tornariam menos frequentes perante as positivas. E o resultado de 8% indicou que é possível ser ainda mais exigente em 2011.

Em números gerais, o crescimento também é evidente. Em 2010, as inserções positivas sobre o INPI chegaram a 972, com acréscimo de 66% em relação ao ano de 2009. As matérias equilibradas, que apresentam aspectos positivos e negativos sobre o Instituto lado a lado, sem assumir uma das posições, também cresceram para 74 (variação de 362%). O alto índice de crescimento se deve ao fato de que estas inserções quase não foram registradas no ano anterior.

Enquanto isso, os textos negativos a respeito do Instituto caíram de 108 para 77, ou seja, 28% a menos. E as matérias neutras ficaram quase iguais, passando de 630 em 2009 para 631 em 2010.

Algumas situações merecem destaque especial. O julgamento envolvendo a patente do remédio "Viagra", em abril, gerou uma das maiores repercussões na mídia para o INPI em toda a sua história. Para isso, basta dizer que o assunto foi reproduzido de jornais populares, como o "Meia Hora" (RJ), a jornais nacionais, como "O Globo", sem contar os veículos regionais, como o "Diário de Pernambuco", as TVs, como "Globo" e "Record", e as rádios, como "CBN" e "BandNews".

Vale acrescentar que foram registradas somente as inserções que mencionaram o INPI, pois algumas trataram do assunto sem citar a Autarquia. Alguns veículos também deram destaque ao Instituto e espaço aos porta-vozes (o presidente Jorge Ávila e o procurador-chefe Mauro Maia). Entre os veículos que deram mais visibilidade ao INPI, podem ser citados: "O Globo", "Estado de S. Paulo", "Correio Braziliense", "Valor Econômico" e "Rádio CBN".

Em agosto, atingiu-se o recorde de inserções positivas (237) também devido aos julgamentos de patentes de medicamentos. No dia 11, o "Estado de S. Paulo" divulgou que o INPI pretendia julgar em bloco, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), 37 ações envolvendo prazo de validade de patentes *pipeline*, seguindo o entendimento ditado no caso do "Viagra". Tal procedimento levaria ao fim de extensões indevidas, obtidas na Justiça, e ao surgimento de vários genéricos no mercado. Este tema foi abordado também pelo "SBT", pela rádio "Eldorado" (SP) e pela "Agência Brasil", o que ampliou ainda mais a divulgação do assunto em veículos locais.

Na "Folha de S. Paulo", no dia 15 de agosto, o destaque maior ficou com os investimentos potenciais da indústria de genéricos com o fim da patente de diversos medicamentos. Adiante, no dia 26, o Tribunal Regional Federal da 2ª. Região garantiu importante vitória ao INPI com a decisão de cassar a extensão de prazo da patente de um medicamento, usado no combate ao colesterol. O assunto foi divulgado, no dia seguinte, em jornais como o "Valor Econômico" e o "Estado de S. Paulo".

Outro destaque importante, ainda no campo jurídico, foi a matéria "Ação Antigenéricos", a

primeira do caderno "País" do jornal "O Globo" no dia 14 de novembro (um domingo, dia com maior tiragem), inclusive com chamada de capa.

No entanto, as divulgações do ano também abordaram outros assuntos. Em novembro, merece destaque: a nota sobre o pedido de Denominação de Origem para o café do cerrado mineiro, publicada na coluna "Mercado Aberto", da "Folha de S. Paulo", no dia 10 de novembro; e a nota sobre a nova estrutura do INPI e a criação de um setor para atuar no combate à pirataria, divulgada pela coluna "Negócios & Cia", do "O Globo", no dia 18.

No dia 10 de outubro, a "Folha de S. Paulo" divulgou matéria de três páginas falando sobre o aumento dos pedidos de marcas feitos por micro e pequenas empresas. A reportagem destacou o desconto concedido aos pequenos empreendedores e a facilidade do pedido via Internet.

Os exemplos demonstram como o INPI teve uma visibilidade inédita em veículos nacionais, contribuindo para uma imagem mais positiva perante a sociedade.

A Tabela 1 apresenta as inserções sobre o INPI na mídia em 2010 e a comparação com os anos anteriores.

Tabela 1 - Avaliação Qualitativa das Matérias

Ano	Matérias Positivas	Matérias Negativas	Matérias Neutras	Matérias Equilibradas	Total de Matérias
2006 *	80	25	214	-	319
2007 *	135	21	167	-	323
2008	286	30	215	22	553
2009	585	108	630	16	1339
2010	972	77	631	74	1754

* Em 2008, foi criada uma nova categoria (matérias equilibradas). Por isso, tal classificação está em branco em 2006 e 2007.

Todo esse trabalho não seria possível sem o auxílio das áreas, como a citada DICOD, a Procuradoria, as Diretorias de Marcas e Patentes, a Coordenação-Geral responsável por Indicação Geográfica, entre outras. Mas o fato é que o bom atendimento e a atividade de procurar os jornalistas foram essenciais para a alta em 2010.

Vale lembrar que, na parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a atual CGCOM também participou com uma palestra para jornalistas no evento que lançou guias sobre propriedade intelectual para empresários, estudantes, professores e, claro, profissionais de imprensa. Este é um caminho para conscientizar a mídia sobre a importância do tema e sua relação com diversos campos da agenda nacional.

É claro que ocorreram algumas crises. Mesmo nestes casos, a CGCOM trabalhou para responder a todas as críticas, como ocorreu com os textos negativos sobre o prazo para concessão de patentes, observados entre outubro e novembro. O princípio básico é ser transparente e oferecer informação sobre o que o Instituto está fazendo para melhorar.

3 Foco na Parceria

O caso da revista "Pequenas Empresas & Grandes Negócios" merece uma análise à parte, por ser o melhor exemplo do tipo de relacionamento que deve se fortalecer em 2011.

Tudo começou em maio, quando o presidente Jorge Ávila realizou uma visita às redações das revistas "Época" e "Pequenas Empresas", como havia

agendado a Comunicação, para mostrar projetos e falar sobre a importância da propriedade industrial. Na primeira, surgiram diversas idéias de matérias, que passaram a ser trabalhadas desde então. Na segunda, o principal resultado foi a criação da coluna "Divã do Inventor", que vem funcionando desde junho.

Leitores da revista e internautas enviam perguntas à coluna e especialistas do INPI respondem, sempre focando em questões que possam atender ao maior número de pessoas. A procura tem sido grande e as respostas são publicadas no site semanalmente.

Além disso, vale lembrar que o presidente Jorge Ávila assinou um artigo na revista em julho e, paralelamente, a equipe responsável pelo programa de TV da "Pequenas Empresas & Grandes Negócios" fez uma matéria sobre a importância do registro de marcas, divulgada pela "TV Globo" no fim de junho.

Para 2011, o objetivo é realizar outras visitas aos meios de comunicação com influência nacional, sempre com o intuito de divulgar projetos para o bem da sociedade e estimular o uso da propriedade intelectual como diferencial competitivo para as empresas brasileiras.

4 Organização de Eventos

Em relação aos eventos, a participação da Comunicação também foi marcante. Como organizadora de seminários, simpósios e ações afins, a CGCOM trabalhou com um contrato de eventos para garantir resultados positivos em termos de eficiência e qualidade para diversos públicos.

No total, foram realizados 24 eventos com a empresa contratada pelo INPI e sob a supervisão da atual CGCOM. Eles atingiram diversos públicos, que vão de pequenos empresários e grandes industriais a especialistas em propriedade intelectual e acadêmicos.

Os eventos tiveram de 50 a 100 pessoas, com exceção do "Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento", que teve público estimado em 300 pessoas. Oito eventos tiveram o status de internacionais, ampliando ainda mais a visibilidade do INPI.

A maioria dos eventos ocorreu na Região Sudeste, mas também foram realizadas atividades na Bahia e no Distrito Federal, sempre atendendo à demanda dos setores solicitantes.

Para 2011, com uma nova empresa, o desafio é realizar mais eventos e com maior qualidade, apresentando destaque especial para um público essencial, que são os micro, pequenos e médios empresários.

5 Redes Sociais

Neste processo de aproximação com o público, o INPI investiu também em redes sociais. Desde julho, o Instituto passou a ter um perfil no "Twitter" e, posteriormente, também no "Facebook". Eles servem para apresentar notícias do Instituto, informações sobre propriedade intelectual e eventos de interesse do público.

A experiência é nova no serviço público e ainda deverá ser aperfeiçoada. Mas o caminho não mudará, ou seja, é preciso chegar onde as pessoas

estão, pois, no mundo de hoje, a imprensa não é mais a única organizadora da agenda nacional. Agrupamentos virtuais são cada vez mais fortes e devem ser observados com atenção em qualquer estratégia futura de comunicação institucional.

O tema da Internet voltará a aparecer no tópico seguinte, sobre as ações de comunicação interna.

6 Um Impulso à Comunicação Interna

Em 2010, os resultados também foram marcantes na comunicação interna. Neste ponto, é preciso ressaltar que se investiu num modelo de interação, ou seja, no qual a Instituição fala, mas também abre espaço para que as pessoas se expressem. E isso contribui para valorizar o engajamento das pessoas e a satisfação no trabalho.

Falando em interação, nada melhor do que investir em web, como foi feito no caso das redes sociais. Para o público interno, a aposta foi numa nova Intranet, que passou a funcionar em março, e na criação de *blogs* para estimular a participação das pessoas.

Ainda neste campo, surgiu em 2010 o projeto "INPI Cultural", que distribui ingressos de cinema para servidores e colaboradores. Além de ampliar a satisfação das pessoas com o INPI, o objetivo desta ação é chamar a atenção para a Intranet, onde a campanha é divulgada, e reforçar certas mensagens institucionais – para ganhar o ingresso, a pessoa deve responder a uma pergunta, sempre relacionada ao INPI.

A comunicação interna também passou a investir na integração de mídias, ou seja, ao uso estratégico de diversos veículos sendo que um remete ao outro para reforçar o objetivo principal. Isso foi feito, por exemplo, quando o "Caderno inpi" mencionava uma informação da Intranet. Ou vice-versa.

Outro exemplo ocorreu mais para o fim do ano. Em novembro, surgiu a idéia de usar o sistema de som do prédio da Mayrink Veiga para divulgar mensagens institucionais. Isso foi feito duas vezes, em caráter experimental, com a mensagem enviada também por "Binpi". O uso do sistema de som está sendo avaliado para decidir seu emprego futuro.

Por sinal, em meio às comemorações dos 40 anos do INPI, a atual CGCOM trabalhou durante o ano com uma nova logomarca para o Instituto, selecionada por concurso em 2009, e que orientou o uso de todos os documentos, cartões e apresentações da Autarquia em 2010. A iniciativa contribuiu para uniformizar o modo como a Instituição se apresenta graficamente, o que confere uma imagem de unidade e harmonia.

Por fim, vale ressaltar a campanha "O Sercom quer ouvir a sua voz", realizada em dezembro. O objetivo era ouvir o que as pessoas tinham a dizer sobre o INPI e a adesão foi boa – 90 respostas. Embora persista um clima de insatisfação entre as pessoas, o resultado foi importante para orientar as ações futuras de comunicação interna. Uma das decisões, já tomadas, é fortalecer a divulgação dos valores do INPI, o que levará também ao reforço das melhores práticas de gestão. Algumas sugestões apresentadas na pesquisa também podem ser usadas no Instituto.

7 Criação do Comitê de Comunicação

Em 2010, após uma proposta da atual CGCOM, foi criado o Comitê de Comunicação do INPI, que já fez sua primeira reunião em dezembro. O objetivo é reunir as diversas áreas para definir as ações prioritárias dos próximos meses, iniciando um processo correto e necessário de planejamento, mas também gerar um Plano de Comunicação, que irá orientar as ações da Autarquia neste campo de 2012 a 2015.

Ao reunir variados setores do Instituto, o Comitê de Comunicação traz o tema para a agenda de todas as áreas e estimula um modelo de ação descentralizado, no qual as decisões são de todos, mas cada um pode executar seus melhores esforços para colaborar.

Não há dúvidas de que o Comitê irá estimular a integração de todo o INPI e o planejamento em torno das ações de comunicação que interessam a Autarquia. Sem atividades mais pensadas (e até ousadas), a missão ficará pelo caminho.

8 Conclusão

Os resultados de 2010 merecem ser comemorados, mas não podem encobrir a certeza de que ainda há muito trabalho pela frente. Algumas coisas já foram citadas como continuação do que foi feito, mas é preciso ir além.

Uma questão fundamental, que também está na pauta do Comitê, envolve as ações de publicidade e patrocínio. Para avançar ainda mais no conhecimento do público sobre o INPI e a propriedade intelectual, tais atividades são fundamentais, pois contribuem para firmar idéias num público de massa. Ou seja, com mais alcance do que qualquer evento, parceria ou jornal.

Porém, para investir em publicidade, é preciso definir prioridades e buscar recursos. Tais ações demandam novos contratos, que precisam ser estudados. Da mesma forma, o patrocínio precisa ter diretrizes e prioridades para ser usado de forma mais ampla e efetiva.

Estes dois tipos de ações representam um novo desafio, tão grande quanto ampliar mais a presença do INPI na mídia e contribuir para melhorar a relação entre as pessoas e a Instituição. Mas o impulso da CGCOM é a certeza de que, com a estrutura adequada e a participação de todo o INPI, isso é possível.

Ouvidoria

1 Apresentação

Este relatório apresenta as principais estatísticas dos atendimentos realizados em 2010 e as observações da equipe com relação à evolução do Instituto a partir da criação deste setor de Ouvidoria em 2004.

A Ouvidoria do INPI se diferencia das demais Ouvidorias Públicas, pois desde o seu início trabalhou com o amplo acesso às informações de um sistema "Fale Conosco", o que propiciou o abrangente conhecimento de toda a Instituição pelas demandas de usuários externos, e não somente pelo tratamento dos casos de última instância encaminhados diretamente ao setor.

Com isso, sempre foi possível a apresentação de melhorias de procedimento aos dirigentes da Instituição, consolidando-se como um setor de parceria com as demais áreas.

Durante estes anos, a Ouvidoria capacitou todos os membros da equipe, com vistas a proporcionar conhecimento e ferramentas para o desenvolvimento de tarefas que permitiram o trabalho com mediação de conflitos e outros temas relacionados à rotina.

Houve, também, a preocupação permanente com a satisfação dos cidadãos e, consequentemente, buscou-se o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, diminuindo a burocracia excessiva, minimizando os obstáculos sempre que possível, de forma a facilitar o acesso ao Instituto.

O modelo de Ouvidoria que está sendo construindo tem o foco no atendimento personalizado, estreitando o relacionamento com o cidadão, promovendo soluções que venham a melhorar a administração do INPI para o bem-estar coletivo.

O objetivo é que toda a Instituição perceba que a sua missão é servir ao público, e que para isso é necessário o aperfeiçoamento contínuo.

Em dezembro de 2010, houve mudança na estrutura e respectivas siglas desta Instituição. Entretanto, ainda não foi possível a alteração do Sistema "Fale Conosco", por onde são geradas as tabelas e gráficos apresentados a seguir e, por este motivo, optou-se pela utilização da nomenclatura anterior neste Relatório, facilitando a compreensão da leitura.

Durante a elaboração deste Relatório foram percebidas algumas inconsistências nos dados do Sistema utilizados para medição de resultados, que foram prontamente comunicadas ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), fornecedor do Sistema, e à Coordenação-Geral de Modernização e Informática do INPI (CGMI), para verificação. Por este motivo, não foi possível garantir a precisão dos dados numéricos. A Ouvidoria considera este um fato bastante grave, pois lhe cabe apresentar fielmente os resultados de todas as áreas da Instituição.

2 Evolução

O Sistema de Ouvidoria foi utilizado nos moldes de um "Fale Conosco" desde sua implantação no INPI por decisão consensual entre todos os dirigentes pelo fato de não haver nenhum outro canal ágil para atendimento ao cidadão e que pudesse fornecer dados estatísticos.

Em agosto de 2010, o SERPRO, fornecedor do sistema, assinou um Termo de Cessão para o INPI. A partir daí, a CGMI tornou-se responsável pelas alterações de interface solicitadas pela Ouvidoria. Apesar da cessão, o SERPRO continua dando suporte ao INPI em certas questões. Em dezembro de 2010, a interface do sistema foi modificada.

A Ouvidoria, que gerencia o sistema, criou uma parceria com as áreas, que designaram servidores para o atendimento ao cidadão.

Em 2004, o sistema contava com 17 áreas de atendimento e com 22 pessoas realizando o trabalho. Hoje, já conta com 23 áreas e 58 servidores prestando atendimento aos usuários.

A Tabela 1 apresenta as mudanças ocorridas desde o início da utilização do sistema. Ao perceberem a vantagem de utilizar um sistema que permite o registro de informações e que possibilita fornecimento de dados estatísticos, outros setores também optaram por participar.

Tabela 1 - Estrutura de Atendimento do Sistema "Fale Conosco"

Áreas 2005	Nº de Pessoas no Atendimento ao Cidadão 2005	Áreas 2010	Nº de Pessoas no Atendimento ao Cidadão 2010
DART		DART	
Cooperação Nacional	1	Cooperação Nacional	1
Cooperação Internacional	1	Cooperação Internacional	1
Divisões Regionais	1	Divisões Regionais	1
Articulação Institucional	1	Informação Tecnológica	1
		Academia	2
DIRMA		DIRMA	
	-	Atendimento de 1ª instância	9
Atendimento geral	2	Acompanhamento processos	5
DIRPA	3	DIRPA	6
DIRTEC		DIRTEC	
Desenho Industrial	1	Desenho Industrial	2
-	-	Desenho Industrial (apoio técnico)	2
Programa de Computador	1	Programa de Computador	2
Indicação Geográfica	1	Indicação Geográfica	2
Contrato de Tecnologia	1	Contrato de Tecnologia	2
DAS	2	DAS	
Administração Geral		Administração Geral	2
Recursos Humanos		Recursos Humanos	2
-		Setor Financeiro	2
-		Webmaster	2
Informática		Informática	2
COCAPI – Comissão de Cadastro de Agentes da Propriedade Industrial	1	COCAPI – Comissão de Cadastro de Agentes da Propriedade Industrial	2
Comissão de Conduta Ética de Agentes da Propriedade Industrial	1	Comissão de Conduta Ética de Agentes da Propriedade Industrial	2
-	-	PR/Setor Comunicação	2
Ouvidoria	3	Ouvidoria	4
Ouvidoria Interna	2	Ouvidoria Interna	2
Total	22		58

Fonte: Ouvidoria.

Neste contexto, pode-se destacar o aumento da participação da Diretoria de Patentes, que percebeu a vantagem deste tipo de atendimento e desde setembro de 2009 passou a utilizar o sistema "Fale Conosco" para o primeiro contato com o usuário externo.

3 Fatos Relevantes

3.1 Diretoria de Administração e Serviços - DAS

3.1.1 Guia de Recolhimento da União – GRU

Neste ano, foi solucionado o problema da data de vencimento impressa na Guia de Recolhimento da União, que sempre causou muitas confusões e, consequentemente, perdas nos pedidos de marca.

No primeiro semestre deste ano, a Diretoria de Administração, juntamente com o Setor Financeiro, negociou com dirigentes do Banco do Brasil a retirada da data, fato que ocorreu em 18 de junho de 2010.

Esta ação, de grande importância, reduziu imediatamente o número de perdas dos pedidos de marcas e consequentemente as reclamações sobre este fato.

3.1.2 Parceria entre a CGRH e Ouvidoria

No âmbito do projeto "Mediação e Parcerias", a Ouvidoria atuou em conjunto com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH), participando do Programa de Ambientação dos novos servidores em 2009, além do Workshop de Atendimento, realizado em 2010, com a finalidade de aprimorar o trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam diretamente com o atendimento ao cidadão.

3.2 Coordenação-Geral da Qualidade

3.2.1 Carta de Serviços

Em atendimento ao Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, que institui a "Carta de Serviços ao Cidadão" e dá outras providências, o INPI, em março de 2010, constituiu um grupo de trabalho composto por servidores de todas as áreas. A Coordenação de Qualidade é a responsável pela implantação deste projeto. A Ouvidoria integra este grupo e participou em Brasília do "Curso para elaboração da Carta de Serviços", oferecido pelo Ministério do Planejamento.

A Ouvidoria contribuiu apresentando informações extraídas das demandas dos usuários, principalmente aquelas que se referem às reclamações de atendimento. Informou sobre as dificuldades que o usuário tem para receber um atendimento satisfatório, quais as áreas necessitam de maior cuidado na disposição das informações na Carta e, ainda, aquelas que devem disponibilizar canais de atendimento que efetivamente funcionem.

Os servidores também serão beneficiados pela Carta de Serviços, pois a Ouvidoria sugeriu a criação de uma carta do setor de Recursos Humanos com instruções importantes para os servidores ativos e inativos e seus dependentes, como, por exemplo, benefícios, informações referentes à aposentadoria, entre outras.

3.3 Diretoria de Marcas (DIRMA)

No que diz respeito ao atendimento ao usuário de Marcas, a Ouvidoria teve o cuidado de não apenas apontar gargalos, como também apresentou propostas de soluções.

A dificuldade de acesso à Diretoria de Marcas por telefone gerou excessivo número de reclamações. Tal dificuldade, e também alguns problemas externos enfrentados pela Diretoria, aumentaram muito a demanda do Sistema "Fale Conosco", o que fez com que o percentual de atendimentos dentro do prazo chegasse a 11,67% no mês de abril.

Por ter acompanhado todo o impacto que estes fatos vinham causando, no primeiro semestre do ano de 2010, a Ouvidoria sugeriu e colocou em prática uma idéia surgida durante o Projeto "Ouvidoria Itinerante", em 2009: a inserção de servidores das Divisões Regionais e Representações para atuarem no atendimento através do Sistema "Fale Conosco".

Logo após a inclusão de nove colaboradores, que ocorreu em maio de 2010, a sobrecarga de acionamentos da Diretoria de Marcas diminuiu, visto que os atendimentos para sanar dúvidas quanto a procedimentos (primeira instância) estão sendo feitos pelos colaboradores das Divisões Regionais e Representações, sob o título "Marcas-Como Registrar" (Tabela 2).

Tabela 2 - Marcas – Inclusão dos Servidores das Divisões Regionais

Mês	Marcas - Dirma % de Atendimentos no Prazo	Marcas - Como Registrar % de Atendimentos no Prazo
Janeiro	71,54	
Fevereiro	52,33	
Março	52,04	
Abril	11,67	
Maio	83,62	99,54 (início de atividades)
Junho	93,36	99,25
Julho	94,12	99,78
Agosto	94,26	100
Setembro	97,72	99,36
Outubro	91,81	99,47
Novembro	97,57	99,73
Dezembro	88,83	97,97

Data de medição do Indicador - 11/01/2011 - Fonte – Sistema Fale Conosco.
Período considerado – 01/01/2010 a 31/12/2010.

Apesar de a sobrecarga no Sistema "Fale Conosco" ter sido praticamente resolvida, e o percentual de atendimentos no prazo ter melhorado, a área ainda necessita de reforço de pessoal, principalmente para compensar situações particulares, como o acúmulo de demandas recebidas nos feriados, fins de semana e férias de servidores. A área trabalha em seu limite, e qualquer das situações citadas gera um grande número de atrasos.

Por escassez de pessoal para o atendimento telefônico e presencial, em dezembro de 2010, a Diretoria de Marcas decidiu concentrar a maioria dos atendimentos no Sistema "Fale Conosco", com a intenção de melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Ressalta-se que muitos usuários procuram a Ouvidoria não para tratar de assuntos de última instância, mas por ser um setor mais acessível. Atendem-se também muitos casos que resultam de conflitos pela dificuldade de acesso à Diretoria de Marcas.

Por este motivo, foi sempre enfatizada em relatórios anteriores a necessidade de aumento da equipe de atendimento da DIRMA.

O Setor de Atendimento Técnico de Marcas (SEATECMAR) realiza um trabalho essencial, pois é o único setor habilitado a fornecer informações técnicas sobre os processos de interesse dos usuários, e que hoje representam a maior parte dos acionamentos recebidos pelo INPI. Trata-se, portanto, de um trabalho diferente do realizado pelas Divisões Regionais e pela Recepção, e que não pode ser substituído pelo trabalho destes setores.

Ainda em 2010, além da diminuição da sobrecarga no Sistema "Fale Conosco", outro problema relacionado à Diretoria de Marcas foi solucionado: a falta de publicação dos pedidos de marcas na Revista da Propriedade Industrial (RPI), o Despacho "003", que foi um dos principais motivos de reclamações recebidas.

No mês de novembro, a Ouvidoria foi procurada pela área de qualidade de marcas, buscando parceria para realização de projetos relacionados a atendimento. As duas áreas consolidaram uma planilha de registro dos atendimentos que tem por objetivo identificar as reais necessidades dos usuários na área de marcas. A implementação desta ferramenta se dará entre todos os servidores que prestam atendimento sobre marcas, dentre eles, os que se encontram nas Divisões Regionais.

3.4 Diretoria de Patentes (DIRPA)

A Diretoria de Patentes apresenta uma boa estrutura de atendimento e um número adequado de profissionais, o que permite um acesso mais fácil dos usuários e um atendimento personalizado, fazendo com que poucos necessitem recorrer à Ouvidoria.

Os principais motivos de reclamação sobre a área de Patentes referem-se à demora nas análises, no recebimento de fotocópias de processos e demora no fornecimento dos números de protocolos.

Identificou-se através da análise dos acionamentos avaliados que apesar dos problemas o índice de satisfação do usuário é bom devido à transparência nas informações passadas.

3.5 Diretoria de Contratos de Tecnologia e outros Registros (DIRTEC)

A DIRTEC atua no atendimento ao cidadão de forma diversa, ou seja, não concentra o seu atendimento somente no Sistema "Fale Conosco". Por este motivo, os dados fornecidos, e até mesmo as análises feitas, podem não retratar a realidade da área.

A Ouvidoria considera importante a reavaliação deste procedimento, pois a centralização do atendimento ao usuário é um fator importante para a segurança de dados e para subsidiar as informações de gestão do Instituto.

Dos assuntos atendidos pelo sistema nesta Diretoria, "Indicação Geográfica" não recebeu reclamações.

As áreas de "Desenho Industrial" e "Desenho Industrial (apoio técnico)" tiveram o maior percentual de reclamações, que se referem principalmente à demora nas análises e concessões.

3.6 Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica (DART)

A maior demanda recebida pela Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica (DART), que atende ao usuário através do Sistema "Fale Conosco" em diversos assuntos, refere-se a pedidos de informação. As reclamações são, muitas vezes, sobre o atendimento de algumas Representações, como Goiás e Mato Grosso, por exemplo.

Em uma ação conjunta entre Ouvidoria, DIRMA e DART, teve início em maio 2010 a inserção de servidores de diversas Divisões Regionais e algumas Representações no Sistema "Fale Conosco".

A equipe, distribuída nas capitais, está colaborando com a Diretoria de Marcas, prestando atendimento preliminar relativo às demandas encaminhadas pelos usuários, sob o título "Marcas-Como Registrar".

Esta ação contribui não só para o desenvolvimento dos servidores, mas também para a sua aproximação com a sede, já que precisam ser permanentemente atualizados dos procedimentos. O atendimento feito através do sistema também permite que os servidores tenham uma visão geral do Instituto, visto que se comunicam por meio do mesmo com usuários e servidores de diversos Estados.

Esta ação tem tido resultados excelentes. Como pode ser verificado na Tabela 3, o atendimento tem sido muito ágil e satisfatório para os usuários.

Tabela 3 – Satisfação dos Usuários de Marcas – Como Registrar

Assunto	% de Atendimentos no Prazo	% de Usuários Satisfeitos
Marcas - Como Registrar	99,40	69,82

Data de medição do Indicador - 11/01/2011 - Fonte – Sistema Fale Conosco.
Período considerado – 01/01/2010 a 31/12/2010.

3.7 Comissão de Cadastramento de Agentes da Propriedade Industrial e Comissão de Conduta Profissional dos Agentes da Propriedade Industrial

A Comissão de Conduta Profissional de Agentes da Propriedade Industrial não tem somente a função de receber denúncias, mas também de orientar o cidadão sobre como atuar frente às abordagens feitas por pessoas que utilizam indevidamente o nome da Instituição.

Ainda que esteja no portal da Instituição o alerta "Cobrança Indevida", a Ouvidoria continua encaminhando para a Comissão muitas denúncias de pessoas que são abordadas por Agentes da Propriedade Industrial e, na maioria das vezes, por pretensos agentes, que impõem seus serviços em nome da Instituição.

O trabalho de orientação ao cidadão, realizado pela Comissão de Conduta Profissional dos Agentes da Propriedade Industrial, tem evitado que muitos sejam prejudicados e tenham que recorrer à Justiça para reparar os danos sofridos. E, tendo em vista

a demanda recebida, formou-se um cadastro de agentes que foram denunciados por má conduta, possibilitando uma melhor escolha do usuário quando este deseja um representante para atuar perante o INPI.

Em maio de 2010, o Instituto recebeu determinação judicial estabelecendo que: "se abstivesse de impedir que todo e qualquer cidadão pudesse atuar junto aos seus registros de marcas e concessão de patentes, independentemente da exigência da habilitação especial, durante um período de 120 dias a contar de 27 de maio de 2010."

Posteriormente, a Resolução nº 256/10 definiu que podem praticar atos perante o INPI o próprio interessado ou o advogado, o Agente de Propriedade Industrial habilitado pelo INPI ou qualquer outra pessoa física capacitada para os atos na ordem civil, devidamente constituídos por instrumento de mandato, com observância, no que couber, do disposto nos artigos 216 e 217 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei da Propriedade Industrial - LPI).

3.8 Ouvidoria

3.8.1 Sistema informatizado de atendimento

Após propostas anteriores da Ouvidoria, finalmente em dezembro de 2010 ocorreu a mudança na interface e o Sistema passou a ser chamado "Sistema Fale Conosco", no qual a Ouvidoria está inserida.

Apesar de ainda não representar a configuração adequada para uma Ouvidoria, esta mudança pretende deixar claro para o usuário qual área está prestando o atendimento, evitando que deixe de buscar seus direitos perante a Instituição.

3.8.2 Projeto Ouvidoria Itinerante

Com o objetivo principal de apresentar a Ouvidoria às Divisões Regionais e Representações, o Projeto Ouvidoria Itinerante trouxe excelentes resultados para a Instituição. Em primeiro lugar, porque foram obtidas mais informações sobre a real situação das Divisões Regionais e Representações. Em muitos casos, foi possível conscientizar as áreas competentes da importância de determinadas ferramentas de trabalho para o alcance da qualidade do serviço.

Além disso, surgiram muitas oportunidades de melhoria. Como já dito anteriormente, as Divisões Regionais e Representações passaram a ter acesso a um novo canal de atendimento, o "Fale Conosco", o que acarretou maior agilidade no atendimento do INPI.

Existe a intenção de que mais servidores possam atuar neste tipo de atendimento, o que trará ainda muitos benefícios para a Instituição e para os próprios servidores.

3.8.3 Ouvidoria Interna

Dentre as demandas tratadas no âmbito da Ouvidoria Interna, destacam-se as solicitações de esclarecimentos sobre o novo procedimento para apresentação de declaração de comparecimento às consultas médicas.

Após o encaminhamento à Seção de Saúde Ocupacional (SESAO), foi divulgado um

comunicado com os esclarecimentos necessários. Posteriormente, encaminharam um processo para a Procuradoria do INPI, a fim de que fossem sanadas as dúvidas restantes, tendo em vista a complexidade da matéria.

Os servidores também encaminharam reclamações sobre as condições de infraestrutura no edifício do INPI na Praça Mauá, além de denúncias sobre o fumo em áreas internas. Com relação a este último fato, foi realizada campanha de conscientização alertando sobre os riscos à saúde e à segurança predial.

É importante ressaltar que as demandas que chegam a Ouvidoria Interna são analisadas e mediadas, respeitando sempre o sigilo que os casos requerem.

3.8.4 Indicadores

O acompanhamento dos indicadores de satisfação e de prazo de atendimento permite verificar onde os principais problemas ocorrem, o que pode ser feito para solucioná-los e o nível de qualidade das respostas encaminhadas aos usuários.

Como responsável pelo gerenciamento do sistema, a Ouvidoria também faz o acompanhamento dos prazos de resposta, na tentativa de que os usuários não levem muito tempo para serem atendidos.

A Tabela 4 apresenta os resultados do indicador de satisfação com o atendimento prestado por meio do Sistema "Fale Conosco".

Tabela 4 - Índice de Satisfação com o Atendimento (ISA)				
Áreas Acionadas Período 01/01/2010 a 31/12/2010	**Acionamentos Respondidos**	**Acionamentos Avaliados**	**Avaliados Satisfatoriamente**	**%**
Administração Geral	129	38	19	50,00
Webmaster	1.144	168	105	62,50
Informática	143	31	17	54,84
Recursos Humanos	78	22	14	63,64
Setor Financeiro	403	97	44	45,36
COCAPI - Cadastramento de Agentes	396	98	83	84,69
Comissão de Conduta	343	87	43	49,43
Divisões Regionais- DART	45	6	5	83,33
Informação Tecnológica - DART	58	14	12	85,71
Cooperação Internacional - DART	17	3	2	66,67
Cooperação Nacional - DART	23	7	3	42,86
Marcas - Como registrar	3.188	507	354	69,82
DIRMA	22.168	3.747	1.968	52,52
DIRPA	3.424	583	446	76,50
Desenho Industrial (apoio técnico)	136	23	17	73,91
Desenho Industrial - DIRTEC	114	24	17	70,83
Indicação Geográfica- DIRTEC	11	1	1	100,00
Contrato de Tecnologia - DIRTEC	122	29	21	72,41
Programa de computador -DIRTEC	228	48	43	89,58
Ouvidoria	470	101	61	60,40
Ouvidoria Interna	57	11	9	81,82
Setor de Comunicação	39	9	6	66,67
Mestrado e capacitação em P.I.	64	11	9	81,82
Total	**32.800**	**5.665**	**3.299**	**58,23%**

Obs.: A pesquisa de satisfação do Sistema Fale Conosco, usada para a medição do Índice de Satisfação, permanece em aberto após a resposta do INPI ser disponibilizada ao demandante. Não havendo prazo determinado para o usuário efetuar tal avaliação, os resultados anuais apurados poderão apresentar variação em futuras medições.
A Ouvidoria já pleiteou aos gestores técnicos do Sistema delimitação do período de resposta à pesquisa de satisfação.
Data de medição do Indicador - 11/01/2011.
Fonte – Sistema Fale Conosco.

Os principais motivos de insatisfação identificados nas avaliações dos usuários, nas áreas que obtiveram índice de satisfação inferior a 65%, estão discriminados a seguir.

- Administração Geral – a insatisfação com o atendimento no primeiro semestre deveu-se, principalmente, à falta de esclarecimentos sobre o controle de acesso dos servidores ao prédio do INPI na Rua Mayrink Veiga (sistema de catracas).
- Informática e *Webmaster* – a insatisfação com o atendimento retrata os problemas que o cidadão enfrenta ao utilizar os sistemas informatizados oferecidos pelo INPI.
- Recursos Humanos – o entendimento da Ouvidoria é que a insatisfação com a área é devida ao fato dos acionamentos, embora respondidos prontamente, somente oferecerem soluções ou esclarecimentos posteriormente.

- Setor Financeiro – é o setor responsável pela informação sobre a possibilidade de restituição de taxas. Acredita-se que a falta de um procedimento sobre restituição de taxas durante todos estes anos, culminando em diversas respostas negativas no final de 2009 e em 2010, foi um dos motivos do alto nível de insatisfação com o atendimento do setor.
- Comissão de Conduta – Percebe-se que, por parte dos usuários, há uma falta de entendimento sobre as competências do INPI no que diz respeito ao tratamento dos envolvidos nas denúncias encaminhadas. Não cabe ao Instituto o julgamento e nem a punição dos denunciados. Sugere-se que fique melhor esclarecida ao púbico externo a competência do Instituto nestes casos.
- Cooperação Nacional – apesar de ter apresentado um índice de satisfação baixo, não encontrou-se nos acionamentos avaliados nenhum motivo para tal insatisfação.
- Ouvidoria – Por tratar-se de uma área que trabalha basicamente com problemas e conflitos relacionados a toda a Instituição, a Ouvidoria apresentou um índice de satisfação baixo.
- DIRMA – A grande demora nos atendimentos feitos através do Sistema "Fale Conosco", praticamente já solucionada a partir do mês de maio, foi um dos principais motivos de insatisfação dos usuários.

A morosidade na publicação dos processos (despacho 003) foi outro motivo que colaborou para este resultado. Posteriormente, foram identificados os seguintes motivos:

- Utilização de linguagem demasiadamente técnica;
- Respostas-padrão ou respostas parciais aos questionamentos;
- Falta de compreensão do usuário quando orientado a utilizar a "petição de erro de publicação" quando não cometeu erro algum.

É importante esclarecer que a DIRMA utiliza a petição de "erro de publicação" para andamento de processos que necessitam ser regularizados. E que, devido ao grande número de acionamentos da área, a Ouvidoria realizou a pesquisa das avaliações de satisfação com base em amostragens.

A Tabela 5 mostra o indicador de atendimentos realizados dentro do prazo pelo Sistema Fale Conosco.

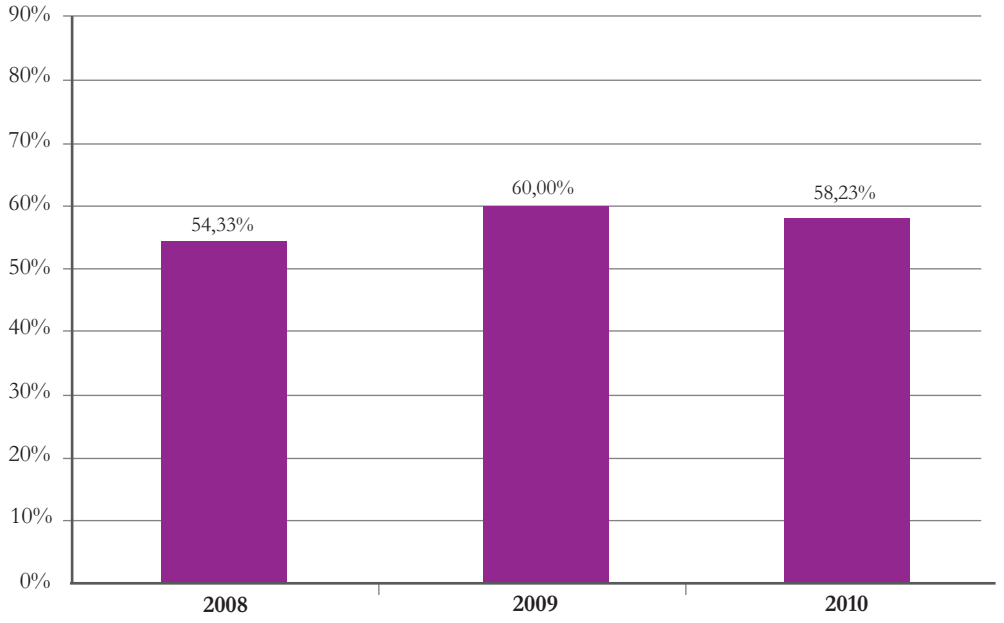
O objetivo deste indicador é mostrar o prazo real de resposta aos usuários. Cabe esclarecer, no entanto, que algumas variáveis internas podem influenciar neste resultado. Por exemplo, a falta de equipamento para trabalhar, instabilidade na rede etc. Acredita-se que nenhuma destas variáveis chegou a causar impacto neste indicador.

Tabela 5 - Índice de Atendimentos no Prazo (IAP)			
Áreas Acionadas Período 01/01/2010 a 31/12/2010	**Total de Acionamentos**	**Total de Atendimentos no Prazo**	**Percentual de Atendimentos no Prazo**
Administração Geral	129	123	95,35
Webmaster	1.144	949	82,95
Informática	143	129	90,21
Recursos Humanos	78	75	96,15
Setor Financeiro	403	377	93,55
COCAPI - Cadastramento de Agentes	396	390	98,48
Comissão de Conduta	343	312	90,96
Divisões Regionais - DART	45	38	84,44
Informação Tecnológica - DART	58	56	96,55
Cooperação Internacional - DART	17	11	64,71
Cooperação Nacional	23	17	73,91
Marcas - Como registrar	3.188	3.169	99,40
DIRMA	22.186	17.091	77,04
DIRPA	3.424	3.352	97,90
Desenho Industrial (apoio técnico)	136	104	76,47
Desenho Industrial - DIRTEC	114	102	89,47
Indicação Geográfica- DIRTEC	11	8	72,73
Contrato de Tecnologia - DIRTEC	122	113	92,62
Programa de computador -DIRTEC	228	200	87,72
Ouvidoria	470	465	98,94
Ouvidoria Interna	57	57	100,00
Setor de Comunicação	39	36	92,31
Mestrado e Capacitação em P.I.	64	59	92,19
Total	32.818	27.233	82,98

Data de medição do Indicador – 11/01/2011.
Fonte – Sistema Fale Conosco.

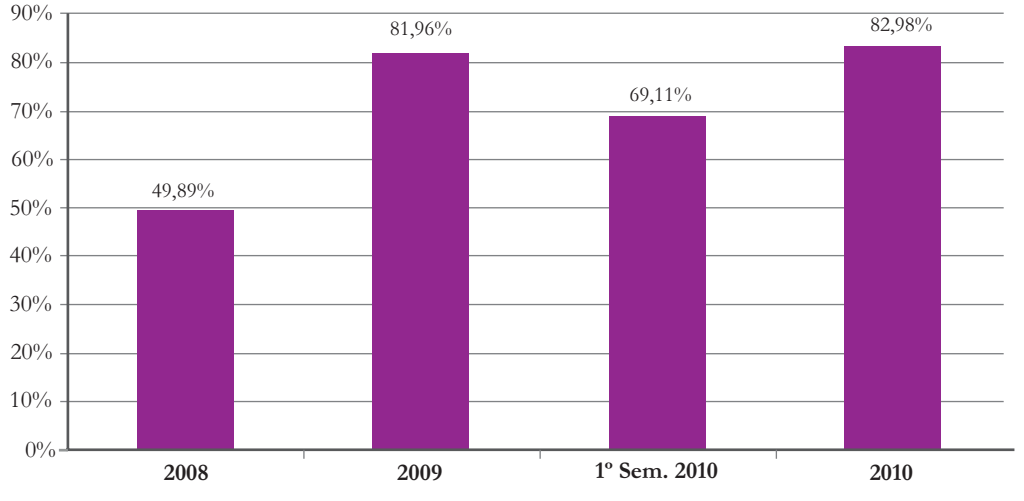
Os Gráficos 1 e 2 mostram a variação dos indicadores ISA e IAP no período de 2008 a 2010.

Gráfico 1 - Índice de Satisfação com o Atendimento (ISA)



Fonte: Sistema Fale Conosco.

Gráfico 2 - Índice de Atendimentos no Prazo (IAP)



Fonte: Sistema Fale Conosco.

4 Considerações Finais

No final do ano de 2010, a CGMI e a Ouvidoria conseguiram modificar a interface do Sistema informatizado, o que já vinha sendo solicitado ao SERPRO há bastante tempo. O anteriormente designado "Sistema Ouvidoria" passou a ser o Sistema "Fale Conosco" do Instituto.

Embora a Ouvidoria tenha gerenciado o Sistema desde a sua implementação, esta gestão não necessita ser uma ação exclusiva de Ouvidoria. A decisão do setor responsável pelo gerenciamento do Sistema fica, então, a critério da Presidência.

Este Instituto passou por grandes transformações a partir de 2004 e, com a criação de novos setores, consequentemente ocorreu um aumento no volume das tarefas sem que houvesse recursos humanos suficientes para atender a demanda recebida e com a agilidade exigida pela sociedade.

Neste contexto, a Ouvidoria se propôs, ao longo desses anos, a não ser simplesmente um representante da sociedade que apenas transmite a satisfação ou insatisfação do usuário, e sim atuar legitimamente como um setor de parceria com todas as áreas deste INPI. Não será possível melhorar procedimentos, consolidar ações e alcançar resultados sem que haja a contribuição mútua de todos os dirigentes.

A Ouvidoria do INPI trabalha para atingir um padrão de excelência no atendimento ao cidadão, procurando atuar diretamente na solução dos problemas referentes a todas as áreas da Instituição.

Diretoria de Patentes

1 Introdução

A Diretoria de Patentes (DIRPA) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial é responsável por analisar, decidir e conceder privilégios patentários na forma da Lei. Também é sua competência coordenar, supervisionar, acompanhar e promover a aplicação de projetos, acordos e tratados que digam respeito às patentes, propondo o aperfeiçoamento das práticas e o desenvolvimento de padrões operacionais para análise e concessão. A Diretoria ainda participa das atividades articuladas entre o INPI e outros órgãos, empresas e entidades, com vistas à maior participação de brasileiros nos sistemas de proteção de propriedade intelectual.

De acordo com o estabelecido no Planejamento Estratégico para o período 2007-2012, diferentes planos de ações foram traçados buscando tornar o INPI um dos institutos de propriedade intelectual de referência no mundo, no que tange à eficiência e a qualidade de seus diversos serviços. Algumas dessas ações, que envolvem a participação da DIRPA e constam do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, estão diretamente relacionadas ao processamento de pedidos de patentes (invenção, modelo de utilidade e certificado de adição). Outras, embora tenham consequência nesse processamento, estão mais voltadas para o papel que o INPI desempenha como escritório de patentes.

A Diretoria participa ainda na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), desenvolvida com o intuito de dar maior potência à Política Industrial, ampliar sua abrangência, aprofundar ações já iniciadas e consolidar a capacidade de desenhar, implementar e avaliar políticas públicas.

Cabe ressaltar que o INPI, por meio da Diretoria de Patentes, está empenhado na criação do e-Patentes – sistema informatizado de depósito e acompanhamento de pedidos – que deverá facilitar substancialmente os trâmites burocráticos e ajudar a dar celeridade aos exames dos pedidos depositados. Outros projetos de igual importância vêm sendo desenvolvidos para buscar o aumento da qualidade e da satisfação dos usuários do sistema de propriedade industrial no País.

Nos tópicos que se seguem serão abordadas as diferentes atividades desenvolvidas, especificando os números alcançados no ano de 2010, as metas estabelecidas no Plano Plurianual, as medidas que estão sendo tomadas para a melhoria contínua do desempenho da Diretoria de Patentes e as ações vinculadas ao Planejamento Estratégico. Destaca-se a recente mudança de estrutura do INPI como um todo e da Diretoria de Patentes em particular.

Procura-se ainda dar uma visão geral dos dados históricos de forma a possibilitar uma melhor análise do ano de 2010 e apontar tendências que podem impactar o desempenho futuro da Diretoria, além de descortinar um painel mais amplo e completo sobre o sistema patentário no Brasil.

2 Nova Estrutura Regimental da Diretoria de Patentes

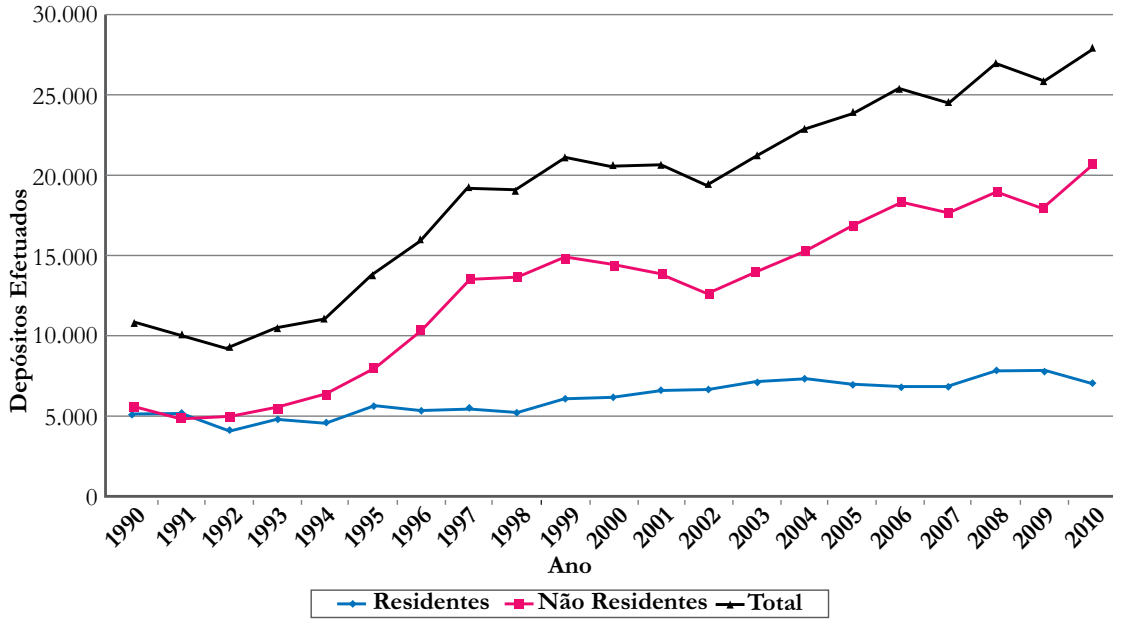
A partir de novembro de 2010, a Diretoria de Patentes começou a atuar de acordo com a nova estrutura regimental do INPI. Esta nova estrutura

trouxe mudanças significativas no fluxo de trabalho dentro da Diretoria. Três pontos principais merecem citação: a nova Coordenadoria-Geral de Recursos e Processos Administrativos de Nulidade, criando uma corte especial para tratar dos recursos e nulidades em matéria de patentes, não mais dependente da Diretoria como antes; o aumento significativo das divisões técnicas de análise de patentes, de seis para 20, permitindo uma melhor distribuição da carga de trabalho entre as chefias e um melhor gerenciamento do trabalho desenvolvido pelos examinadores; e a criação da Coordenadoria-Geral do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), para ter em conta os trabalhos desenvolvidos pelo Brasil como escritório internacional de busca e exame.

3 Depósitos de Pedidos de Patentes

A evolução de pedidos depositados de 1990 a 2010 no INPI está apresentada no Gráfico 1, que inclui os depósitos de pedidos de patente de invenção, patente de modelo de utilidade, certificado de adição e depósitos efetuados através do PCT. O Gráfico 1 mostra também os depósitos efetuados por residentes e não residentes no Brasil, com o total indicado na linha em preto.

Gráfico 1 – Depósito de Pedido de Patentes



Fonte: Banco de Dados do INPI.

A Tabela 1 detalha, para o período de 2004 a 2010, os números apresentados no Gráfico 1. O período engloba dois Planos Plurianuais do Governo Federal e a fase de reestruturação do INPI.

Esta tabela apresenta os depósitos efetuados por residentes e não residentes, com exceção do ano de 2010, cujos dados de residentes e não residentes não estão consolidados. O atraso existente se deve a mudanças de procedimentos internos na Coordenadoria que trata da entrada dos pedidos feitos por residentes e da entrada em fase nacional para os pedidos PCT, numa busca pela maior qualidade dos serviços prestados. Em adição, a falta de pessoal administrativo para tratar de forma adequada todas as demandas também vem ocasionando atrasos. A definição dos projetos estratégicos prioritários do INPI para o horizonte 2011-2015 leva em consideração, no projeto "Solução do *Backlog* de Patentes", a contratação temporária de pessoal visando a suprir esta carência imediata da Diretoria de Patentes e sua eliminação quando da implementação completa do sistema eletrônico de patentes (e-Patentes).

A separação dos depósitos efetuados entre residentes e não residentes pode ser um bom indicador das atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas no País, do esforço desenvolvido pelo INPI na disseminação dos conceitos relacionados à propriedade intelectual (PI) e da necessidade de proteção dos ativos intangíveis relacionados à PI nas empresas brasileiras. Dos dados apresentados na Tabela 1 não se observa uma variação sensível nos números obtidos para o depósito feito por residentes no período especificado, tanto em relação aos depósitos de pedidos de patentes de invenção, quanto depósitos de pedidos de patentes de modelo de utilidade. Verifica-se que o número de depósitos efetuados via PCT por residentes é praticamente residual em relação ao total de depósitos PCT efetuados, embora tenha havido um

Tabela 1 – Depósito de Pedido de Patentes

Depósito	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Privilégio de Invenção – PI	**6.291**	**6.334**	**6.057**	**6.182**	**6.866**	**6.308**	**6.935**
Residentes	3.929	3.902	3.823	3.976	4.752	4.335	4.202
Não Residentes	2.362	2.432	2.234	2.206	2.114	1.973	2.733
Modelo de Utilidade – MU	**3.480**	**3.126**	**3.048**	**2.874**	**3.208**	**3.381**	**2.945**
Residentes	3.433	3.075	2.996	2.840	3.152	3.349	2.857
Não Residentes	47	51	52	34	56	32	88
Certificado de Adição – CA	**118**	**118**	**113**	**136**	**135**	**128**	**120**
Residentes	111	112	106	122	122	122	115
Não Residentes	7	6	7	14	13	6	4
Tratado de Cooperação de Patentes - PCT	**13.019**	**14.518**	**16.188**	**15.493**	**16.841**	**16.134**	**18.052**
Residentes	29	24	41	37	30	69	81
Não Residentes	12.990	14.494	16.147	15.456	16.811	16.065	17.971
Total	**22.908**	**24.096**	**25.406**	**24.685**	**27.050**	**25.951**	**28.052**

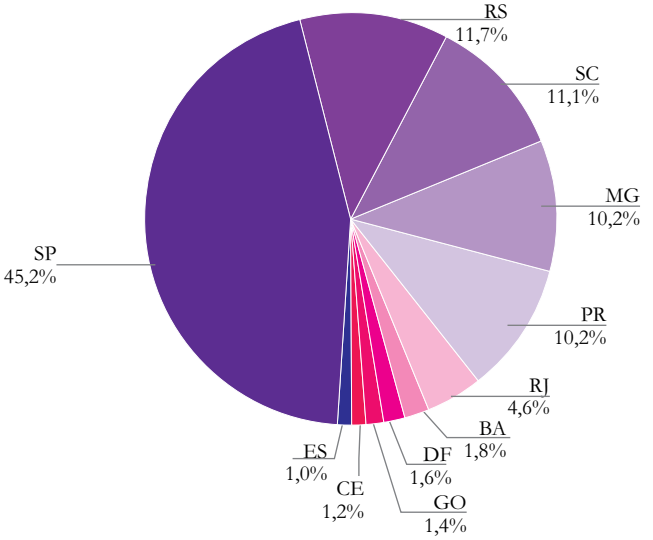
Fonte: Banco de Dados do INPI.

acréscimo considerável de depósitos por residentes no ano de 2009 em relação aos anos anteriores. Os números relativos aos depósitos no País que foram realizados fora do âmbito do PCT se mostram praticamente constantes, tanto para residentes quanto para não residentes. O aumento de depósitos ao longo dos anos se deve principalmente, como dito anteriormente, via depósitos PCT e efetuados por não residentes. O processo de modernização pelo qual o INPI vem passando deverá alterar significativamente este quadro.

3.1 Depósitos Efetuados no Brasil por Estado da Federação

Da análise dos depósitos efetuados por residentes no Brasil é possível ter uma estimativa de distribuição dos Estados que mais depositaram pedidos de patentes em 2010. O resultado apresentado no Gráfico 2, mesmo com os dados ainda não consolidados, representa cerca de 96% do total de depósitos efetuados por residentes no Brasil no período. Somente o Estado de São Paulo é responsável por quase a metade dos depósitos efetuados por residentes no País, mostrando ainda a baixa participação dos Estados brasileiros no sistema de propriedade industrial relacionado a patentes.

Gráfico 2 – Depósitos Efetuados no Brasil por Estado da Federação - Ano de Referência 2010



Siglas dos Estados							
SP	São Paulo	**MG**	Minas Gerais	**BA**	Bahia	**CE**	Ceará
RS	Rio Grande do Sul	**PR**	Paraná	**DF**	Distrito Federal	**ES**	Espírito Santo
SC	Santa Catarina	**RJ**	Rio de Janeiro	**GO**	Goiás		

Fonte: Banco de Dados do INPI.

4 Exame Técnico

A visão de futuro do Planejamento Estratégico 2007-2012 é a do INPI como um dos institutos de propriedade intelectual de referência no mundo, no que tange à eficiência e à qualidade dos seus diversos serviços. Além disso, um dos propósitos institucionais é a proteção dos esforços de criatividade-inovação por meio da oferta de títulos de propriedade de alta qualidade e de grande segurança jurídica.

A Diretoria de Patentes tem procurado trabalhar em consonância com o estabelecido no Planejamento Estratégico e, desta forma, fortalecer a imagem do instituto perante a sociedade. Para isto busca trabalhar de forma racional, equilibrada e coordenada, visando à proteção de direitos no menor tempo possível com a qualidade desejada do serviço realizado. Neste sentido, uma das tarefas que competem a DIRPA é o exame técnico dos pedidos de patentes efetuados no INPI. As atividades relativas ao exame técnico podem ser divididas em atividades relacionadas ao exame técnico em primeira instância e atividades relacionadas ao exame técnico em segunda instância. No primeiro grupo estão as atividades nas quais os examinadores de patentes emitem relatório técnico sobre a patenteabilidade de um pedido de patente. Estes pareceres podem ser um parecer de ciência, um parecer de deferimento, de exigência técnica ou mesmo de indeferimento. No de ciência, o parecer emitido informa ao depositante que possivelmente a invenção para a qual se deseja proteção não satisfaz a um dos critérios de patenteabilidade ou não satisfaz a uma das condições de patenteabilidade. No parecer de deferimento, o examinador considera que a invenção apresentada pode ser patenteada. Quando o parecer é de exigência técnica, se informa ao depositante que são necessárias correções formais e/ou técnicas para que a invenção esteja em condições de ser protegida. Quando o parecer técnico é pelo indeferimento, significa que a invenção para qual se deseja proteção não é privilegiável.

4.1 Exames Técnicos Efetuados em 1ª Instância

O desempenho para cada uma das atividades relacionadas e o somatório das atividades relativas ao exame técnico em primeira instância no período de 2006 a 2010 estão apresentados na Tabela 2.

Observa-se uma diminuição de 5,77% no total de exames realizados em 2010 quando comparado com o ano anterior. A comparação entre valores estimados e obtidos indica que a capacidade de exame dos examinadores de patentes da DIRPA está próxima de sua capacidade máxima de produção.

Tabela 2 – Exame em 1ª Instância

Atividade Técnica	2006	2007	2008	2009	2010
Ciências de Parecer	1.495	3.990	3.465	5.466	4.228
Deferimentos	3.190	2.637	3.681	4.150	4.245
Exigências Técnicas	2.610	3.781	3.617	4.763	4.037
Indeferimentos	1.066	824	2.729	2.499	3.394
Total	**8.361**	**11.232**	**13.492**	**16.878**	**15.904**

Fonte: Banco de Dados do INPI.

Isto se considerarmos o total de exames realizados no período. Por exemplo, estimava-se um número de deferimentos de 4.700 em 2010, sendo obtido o resultado de 4.245. Na comparação entre os indeferimentos, esperava-se cerca de 3.000, e o resultado foi de 3.394, cerca de 13% maior.

No entanto, embora próximo da capacidade máxima de exame com o número atual de examinadores e com as condições de trabalho apresentadas, a produção obtida pode ser otimizada de forma a que se tenha uma maior participação das decisões. O objetivo deve ser o aumento paulatino tanto dos deferimentos quanto dos indeferimentos. Este aumento deve ser conseguido com uma maior participação das chefias criadas com a nova estrutura da DIRPA e implantada desde o final de 2009 e com a atuação dos tutores junto aos novos examinadores. O objetivo é reduzir tanto quanto possível as etapas intermediárias de exame, permitindo uma decisão mais rápida de cada um dos pedidos de patente analisados. Isto sem comprometer a qualidade do exame.

Um outro dado importante que merece citação refere-se ao número total de primeiros exames realizados em relação ao número total de exames realizados em primeira instância. Um dos objetivos da Diretoria de Patentes consiste no exame de patentes com alta qualidade em um prazo inferior a quatro anos a partir do depósito do pedido de patente. De acordo com o artigo 33 da Lei 9.279/96 – Lei da Propriedade Industrial, o exame de um pedido de patente deverá ser requerido pelo depositante ou por qualquer interessado no prazo de 36 meses, ou seja, três anos contados da data de depósito. Isto significa que a DIRPA somente poderá começar o exame técnico de um pedido de patente após o prazo determinado, que pode ser no máximo de três anos. Isto deixaria uma margem de um ano entre o depósito de um pedido de patente e um primeiro exame do mesmo.

A relação entre o número de primeiros exames realizados nos pedidos de patentes depositados no INPI em relação ao número de exames realizados em primeira instância no ano de 2009 e 2010 consta da Tabela 3. O número de indeferimentos somente entra no cálculo do número de exames em primeira instância, uma vez que um pedido de patente não pode ser indeferido em primeiro exame pelo examinador de patentes.

Tabela 3 – Relação Primeiro Exame e Exames em 1ª Instância

Atividade Técnica	2009	2010
Exigências Técnicas	4.763	4.037
Exigência Técnica em 1º Exame	3.418	2.464
Ciências de Parecer	5.466	4.228
Ciência de Parecer em 1º Exame	4.853	3.623
Deferimentos	4.150	4.245
Deferimento em 1º Exame	1.602	1.315
Indeferimentos	2.499	3.394

Fonte: Banco de Dados do INPI.

Do total de 15.904 exames realizados no ano de 2010 em primeira instância, 7.402 corresponderam a primeiros exames de pedidos de patentes. Isto representa 46,5%, resultado menor em relação àquele obtido para o ano de 2009, que foi de 58%. Além disso, o total de exames em primeira instância no ano de 2009 foi de 16.878, significando uma diminuição no total de exames em primeira instância de cerca de 5,8%. Este resultado pode

ser considerado muito satisfatório considerando a interrupção no regime normal de trabalho de duas divisões técnicas da Diretoria devido a problemas na rede de água do prédio da Mayrink Veiga 9 no ano de 2010. E como a primeira instância encerra-se com o deferimento ou indeferimento de um pedido de patente, o que leva obrigatoriamente a um primeiro exame de um novo pedido de patente, se observa que a percentagem entre o número de pedidos decididos em relação ao número total de pedidos analisados sobe de 39% em 2009 para 48% em 2010. Esses números guardam uma relação direta com o indicador de gestão da DIRPA que totalizou 9.873 primeiros exames realizados no ano de 2009 contra 7.402 em 2010, 44% em relação à meta estipulada de 22.336 em 2009 e 27% em relação à meta estipulada de 27.385 em 2010.

4.2 Exames Técnicos Efetuados em 2ª Instância

Os exames técnicos de segunda instância são relacionados aos recursos e nulidades administrativas. Os recursos contra o indeferimento de pedidos de patentes são impetrados contra as decisões exaradas pelo INPI relacionadas aos pedidos de patente analisados em primeira instância e que foram considerados como não passíveis de proteção. Já a nulidade administrativa se refere àquelas cartas patentes que já foram concedidas e que por alguma razão técnica um interessado considera que a carta patente tenha sido concedida indevidamente. A Tabela 4 apresenta os dados obtidos para o período de 2006 a 2010.

Com relação aos recursos impetrados no INPI, se observa em relação ao ano de 2009 um crescimento continuado desde o ano de 2007 e que as atividades referentes à fase de recurso no ano de 2010 tiveram um aumento aproximado de 34% em relação ao ano de 2009. Um fato favorável que indiretamente pode estar relacionado à qualidade dos serviços da DIRPA é refletido na razão entre o número de pedidos em fase de recurso onde se manteve o indeferimento e onde se teve a reforma para o deferimento. Comparando-se os anos de 2007 a 2010 se observa que esta razão se manteve na média

Tabela 4 – Atividade Técnica de Exame em 2ª Instância - Recursos e Nulidades Administrativas

Recursos	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**Δ% 2010 / 2009**
Reforma para deferimento	56	35	49	78	100	28
Mantido o indeferimento	173	75	111	179	208	16
Exigências técnicas	45	53	95	89	141	58
Ciências de parecer	43	10	42	89	133	34
Total	**317**	**173**	**297**	**435**	**582**	**34**
Nulidades	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**Δ% 2010 / 2009**
Anulada a patente	22	10	10	12	6	-50
Mantida a patente	47	14	22	22	14	-36
Mantida parcialmente	13	1	1	0	4	--
Intimação para manifestação	67	32	57	15	21	29
Total	**149**	**57**	**90**	**49**	**45**	**- 8**

Fonte: RPI

em 2,2. Isto independente do aumento de recursos impetrados ao longo destes anos.

Em 2008, em cerca de 37% dos pedidos em fase de exame foram mantidas as decisões de indeferimento do pedido e, no ano de 2009, aumentou para 41%. Em 2010, o resultado foi de cerca de 36%. De forma semelhante à análise efetuada no Relatório de Gestão de 2008, se considerarmos que cerca de 20% dos pedidos examinados em grau de recurso tiveram uma publicação de ciência de parecer, o que poderia indicar a manutenção do indeferimento ocorrido em primeira instância, aumentaria para 61%. Comparado com os 51% do ano de 2008, se pode inferir que está de fato ocorrendo uma melhora na qualidade dos exames efetuados em primeira instância. Em relação ao ano de 2010 se observa a manutenção no número obtido em relação ao ano de 2009. O resultado de 36%, somado com os 23% relacionados à manutenção do indeferimento em 2010, leva a um total de 59%, praticamente o mesmo número de 2009, de 61%. Além disso, a posição assumida em primeira instância vem sendo mantida em segunda instância, indicando uma uniformização do conhecimento entre os examinadores de patentes. De maneira óbvia, na comparação também com os números de 2008, os pedidos em fase de recurso que tiveram uma mudança de posição foram reduzidos de 49% para 39% em 2009. Em 2010, a tendência foi mantida: o resultado foi de cerca de 41%.

Com relação aos pedidos de nulidade administrativa impetrados no INPI, se observa a mesma tendência daquela registrada nos anos de 2006 a 2009, que aponta no sentido de aumento mais geral no quadro da propriedade intelectual no País. O número de patentes que foram anuladas diminuiu em 2010 em relação a 2009. No entanto, o número de patentes mantidas foi reduzido de 22 patentes para 14, com um aumento 40% no número de intimações para manifestação. Com a criação no final de 2010 da Coordenação-Geral de Recursos e Processos Administrativos de Nulidade, após a aprovação da nova estrutura do INPI, espera-se uma melhoria nestes números devido à melhor estruturação dos serviços e distribuição dos esforços de trabalho. Com um trabalho voltado para a qualidade e eficiência dos seus serviços, o objetivo da DIRPA é reduzir o número de ações administrativas de nulidade ao menor possível, permitindo o fortalecimento do sistema de propriedade intelectual como um todo.

5 Ações Judiciais

De acordo com a Lei nº 9.279/96, em seu Capítulo VI – Da Nulidade da Patente, Seção III – Da Ação de Nulidade, a ação de nulidade poderá ser proposta a qualquer tempo da vigência da patente, pelo INPI ou por qualquer pessoa com legítimo interesse, quando a patente concedida contrariar as disposições da referida Lei. A Tabela 5 apresenta um quadro comparativo do número de ações judiciais interpostas no INPI, com relação às duas Coordenadorias-Gerais de Patentes (CGPAT). Esta comparação é feita para todo o ano de 2010, mesmo se levando em conta que, a partir de novembro, com a aprovação da nova estrutura regimental, as duas coordenadorias foram transformadas em quatro.

Tabela 5 – Número de Ações Judiciais Interpostas na CGPAT I e CGPAT II				
Coordenação-Geral	2007	2008	2009	2010
Patentes I – CGPAT I	50	51	54	49
Patentes II – CGPAT II	99	108	112	117
Total	**149**	**159**	**166**	**166**

Fonte: DIRPA..

Observa-se que, de forma semelhante ao ocorrido com recurso e nulidade, os dados referentes às ações judiciais em 2010 praticamente refletiram o mesmo desempenho de 2009. O número total de ações foi o mesmo nos dois anos e, de forma geral, o número de ações judiciais permaneceu praticamente inalterado em relação aos anos anteriores.

Na verdade, em relação ao período de 2008/2007 o aumento observado foi de 6,7%, em relação ao período 2009/2008 o aumento foi de apenas 4,4%, e em relação ao período de 2010/2009 não houve variação. Considerando-se a soma dos pedidos deferidos e indeferidos para os anos de 2009 e 2010 e com uma proporção entre o número total de ações judiciais em relação ao número total de pedidos deferidos mais os indeferidos, se observa que a relação em 2009 de 2,5% cai em 2009 para apenas 2,2%. Este número pode ser considerado praticamente constante para os dois anos, reforçando o observado anteriormente sobre o desempenho da Diretoria no ano de 2010.

Por fim, vale considerar que a relação de ações entre as duas Coordenações continua se mantendo estável numa média de 2,1, ou seja, a CGPAT II recebeu em média 2 vezes mais ações judiciais do que a CGPAT I.

6 Plano Plurianual (PPA)

A DIRPA é a responsável pela Ação "Exame de Pedidos Patente" do Programa 393 - Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual do Plano Plurianual PPA 2008-2011. A ação tem como produto "pedido de patente decidido", que é o resultado da soma dos deferimentos, pedidos arquivados, cartas patentes expedidas e desistências homologadas.

O pedido arquivado é aquele onde não se efetuou o pagamento das anuidades e respectiva restauração, não se pagou o pedido de exame, não se cumpriu a exigência técnica, não se pagou a retribuição para expedição da carta patente, não se apresentou a procuração, ou por se tratar de prioridade interna.

A Tabela 6 mostra o resultado da Ação para os anos de 2006-2010. Observa-se um aumento de cerca de 29% no número total de decisões em relação ao ano de 2009. A meta estabelecida para o ano de 2010 foi 14.380 decisões/ano. Tal decisão foi tomada para racionalizar principalmente a carga de esforços existentes em relação à área administrativa da Diretoria de Patentes que é responsável por cerca de 65% do produto do PPA. Isto porque esta é uma área carente de pessoal e com um grande volume de trabalho. A distribuição de esforços para a consecução das metas do ano de 2010 havia sido assim distribuída: 7.700 decisões referentes ao exame de pedidos de patentes (deferimentos e indeferimentos) e 6.700 decisões referentes às decisões administrativas de arquivamento e expedição de carta patente.

Tabela 6 – Exame de Pedido de Patente					
Decisões	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**
Arquivamentos	9.232	14.611	9.460	9.363	12.401
Indeferimentos	1.066	824	2.729	2.499	3.394
Patentes Concedidas	2.785	1.855	2.824	3.153	3.620
Desistências Homologadas	77	43	52	62	56
Total	**13.160**	**17.333**	**15.065**	**15.077**	**19.471**

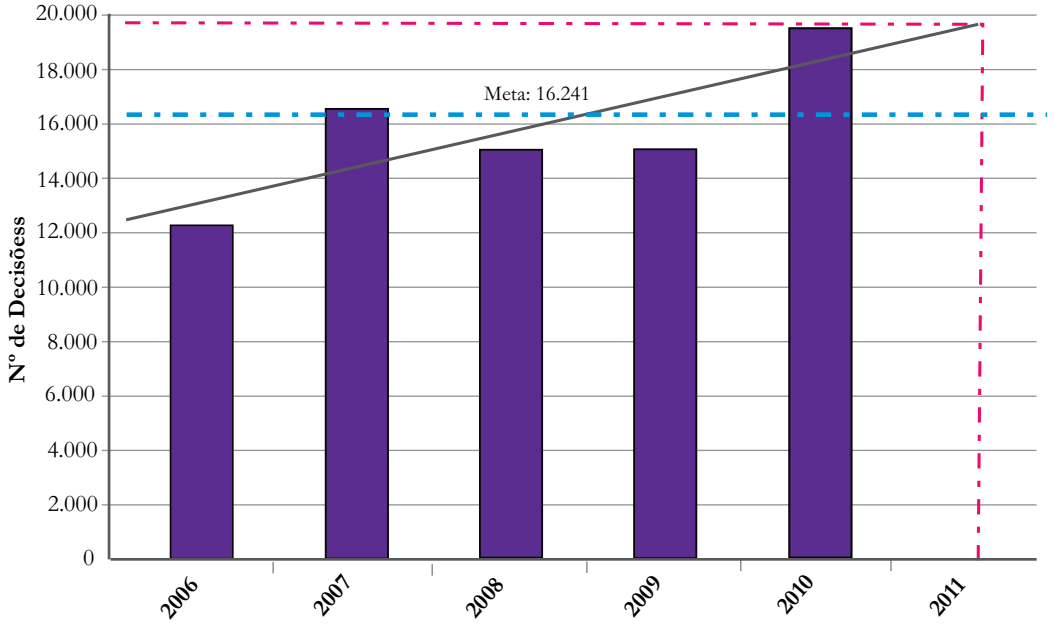
Fonte: RPI.

A meta em relação aos exames se mostrou bastante consistente, tendo sido ao final do ano alcançado um desempenho médio de 103% em relação à meta estabelecida, ou seja, dentro do esperado. Uma vez mais a variação observada nos valores obtidos foi decorrente do resultado conseguido pela área administrativa, que superou em muito sua meta, alcançando ao final do ano a marca de 16.077 decisões, um pouco mais do que o dobro do previsto. Assim, o resultado global da DIRPA foi de 135% em relação à meta proposta no PPA. Os resultados apresentados para os anos de 2009 e 2010 reforçam a necessidade de uma reavaliação das metas estipuladas para os anos de 2011 e subsequentes.

Para o ano de 2011, foi feita a estimativa das mesmas 7.700 decisões referentes ao exame dos pedidos de patente (deferimentos e indeferimentos) ao contrário da estimativa inicial de 10.113 decisões e de 15.100 decisões relacionadas à área administrativa em oposição à estimativa inicial de 6.128.

Tais números poderão gerar um resultado de 22.800 decisões relacionadas ao PPA. No entanto, tomando como base os números obtidos para os anos de 2006-2010, a previsão com relação ao número total de decisões para o ano de 2011 será um pouco menor, em torno de 19.800, conforme apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Estimativa de Decisões na Diretoria de Patentes em 2011



Fonte: DIRPA.

Os números alcançados em 2010 são resultados da tentativa de se otimizar os processos existentes na Diretoria de Patentes de forma a se oferecer um serviço de qualidade à sociedade. Historicamente, os despachos referentes aos arquivamentos sempre tiveram um peso muito grande nas decisões. Este número é composto por diferentes arquivamentos que ocorrem nas diferentes fases de processamento de um pedido de patentes. Estão incluídos neste tópico os arquivamentos por não requerimento de exame, falta de comprovação de pagamento da expedição da Carta-Patente, falta de procuração, por tratar-se de prioridade interna, falta de pagamento de anuidade e arquivamento pelo não cumprimento de uma exigência técnica, que é resultado do exame técnico de um pedido de patente.

Na Tabela 7 são mostrados os números referentes ao arquivamento pelo não cumprimento de uma exigência técnica – despacho (11.2). Este número dá uma medida do número de pedidos em que uma exigência formulada pelo INPI não é respondida pelo requerente. Na Tabela 7 também estão mostradas as proporções entre os diversos arquivamentos administrativos existentes, excluindo-se aí os arquivamentos que decorreram de um exame técnico em relação ao número total das decisões da DIRPA.

O grande desafio a ser enfrentado pela Diretoria de Patentes é manter o número de decisões sempre crescente, conforme estabelecido no PPA, ao mesmo tempo em que procura diminuir os arquivamentos de pedidos de patentes pelos motivos listados, que não os arquivamentos (11.2), aumentando proporcionalmente o número de pedidos examinados pelo seu corpo técnico. Também é necessário informar o público em geral, por meio dos cursos de disseminação da PI, sobre o sistema de patentes,

Tabela 7 – Arquivamento por não Cumprimento de Exigência Técnica					
Decisões	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**
Arquivamentos	9.232	14.611	9.460	9.363	12.401
Arquivamento (11.2)	691	270	895	839	1.169
Diferença	8.541	14.341	8.565	8.524	9.564
Total das Decisões	**13.160**	**17.333**	**15.065**	**15.077**	**19.471**
Variação %	**65**	**83**	**57**	**56**	**49**

Fonte: RPI.

tornar os processos mais ágeis para diminuir o tempo entre o depósito de um pedido de patentes e o seu exame técnico e disponibilizar a informação existente de forma também ágil, consistente e em tempo hábil, visando a atender a sociedade com um serviço eficiente, eficaz e de qualidade.

7 Projetos da DIRPA

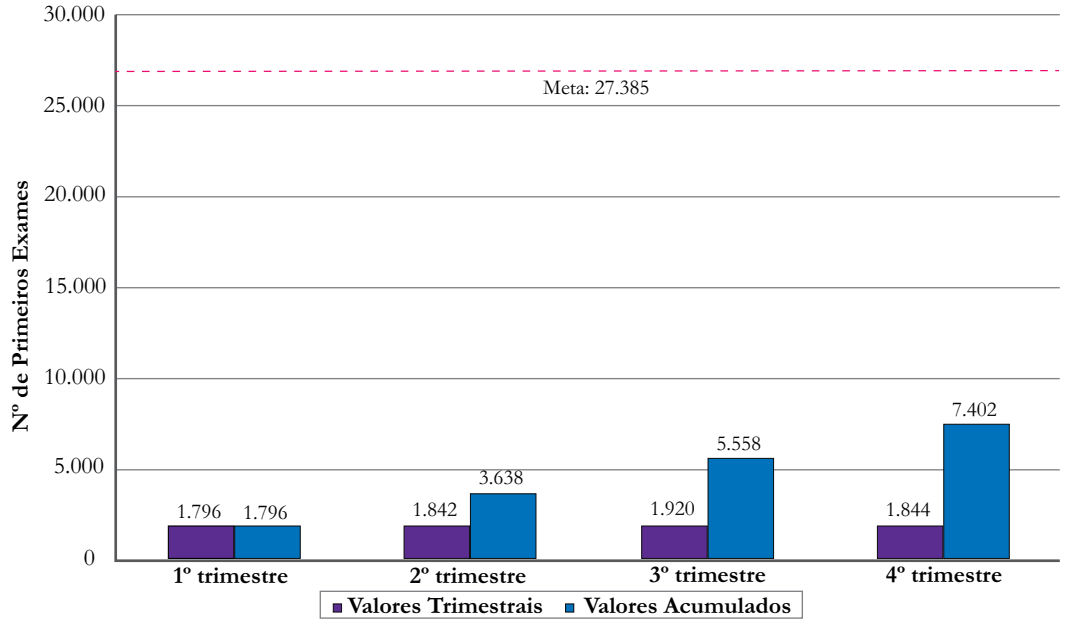
De acordo com o Planejamento Estratégico 2007-2012, o INPI deverá ser um dos escritórios de propriedade intelectual de referência no mundo em relação à eficiência e qualidade de seus diversos serviços. Com foco nesta visão, foram estabelecidas sete Diretrizes Estratégicas, das quais algumas estão diretamente relacionadas aos esforços desenvolvidos pela Diretoria de Patentes para a melhoria institucional e o alcance dos resultados previstos. Dentro dos objetivos estratégicos tem-se o aumento da eficiência operacional, cujo detalhamento prevê a otimização dos processos de exame do INPI, e a atualização das diretrizes e procedimentos de exame, onde se busca desenvolver e publicar nova versão revista e mais completa das diretrizes de exame. Na definição dos 13 projetos estratégicos prioritários para o horizonte 2011-2015, consta o projeto de redução do atraso no exame de pedidos de patente, denominado "Solução do *Backlog* de Patentes".

Uma visão detalhada dos projetos com o histórico e ações realizadas, bem como o cronograma de trabalho, se encontra no documento Planejamento Estratégico 1ª Revisão 2007-2012, disponível na página do INPI na Internet.

8 Indicadores de Gestão

Considerando a necessidade de se aferir os resultados alcançados para aperfeiçoar os aspectos relevantes da gestão do INPI e dar transparência da gestão ao público interno e externo, foram estabelecidos diversos indicadores de gestão para as diferentes áreas do Instituto. Particularmente, e de forma preliminar, a Diretoria de Patentes apresentou um indicador relacionado ao aumento da eficiência operacional. Este aumento está vinculado aos Objetivos Estratégicos ligados à Diretriz I do Planejamento Estratégico, que diz respeito à garantia da eficiência e da qualidade no exame e registro de direitos. O indicador está relacionado ao número de primeiros exames realizados em pedidos de patentes, e o resultado obtido para o ano de 2010 consta no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Indicador de 1os Exames de Pedidos de Patentes - 2010



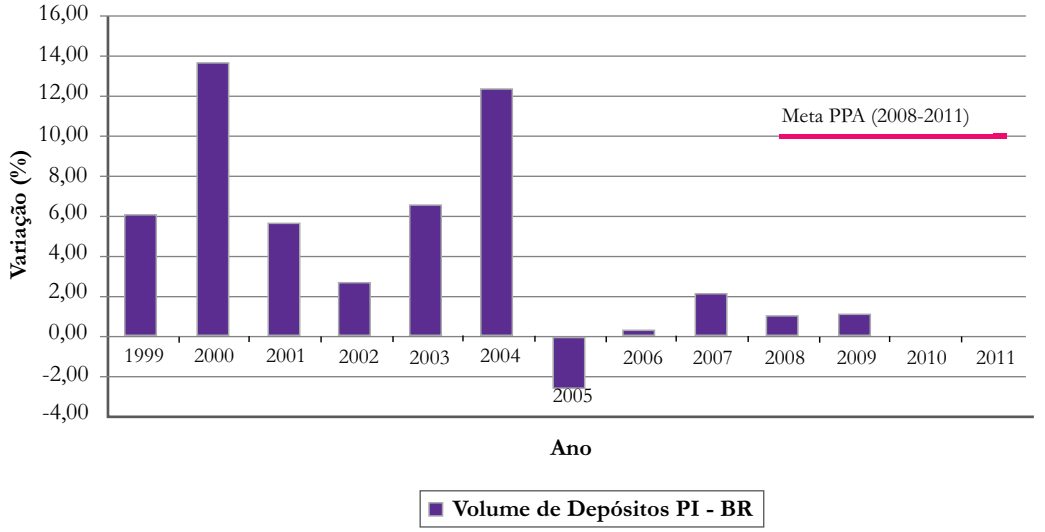
Fonte: DIRPA.

A construção deste indicador teve como parâmetro a capacidade total de trabalho dos examinadores de patentes das seis divisões técnicas. Não levou em consideração a nova estrutura que passou a vigorar a partir de 1º de agosto de 2010. Observa-se que o resultado situou-se em cerca de 27% da meta estipulada. Resultado menor que o do ano de 2009 de 9.873 primeiros exames efetuados, representando 44% da meta estipulada de 22.336 primeiros exames. Esperava-se que fossem atingidos cerca de 60% da meta proposta. Parte deste resultado pode ser computada à falta de infraestrutura ainda presente na Diretoria. Com a implantação prevista do gerenciamento eletrônico de patentes, melhor gerenciamento e acompanhamento da produção dos técnicos e otimização dos processos executados na Diretoria, o objetivo é atingir um número próximo à previsão estabelecida de cerca de 60% da meta estipulada. Diante dos resultados obtidos para os anos de 2009 e 2010, se observa a necessidade de revisão da meta para o período de 2011, que está além da capacidade de exame dos examinadores.

Além do indicador apresentado acima, a DIRPA possui ainda três indicadores relacionados ao programa "Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual" do PPA.

Um destes indicadores refere-se ao crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (pedidos com prioridade brasileira), cuja fórmula de cálculo leva em consideração os depósitos de pedido de patentes de invenção em um dado ano dividido pelo número de depósitos de patentes de invenção no ano de referência. O Gráfico 5 apresenta os resultados obtidos até o ano de 2009.

Gráfico 5 – Indicador de Volume de Depósitos de Pedidos de Patentes de Invenção

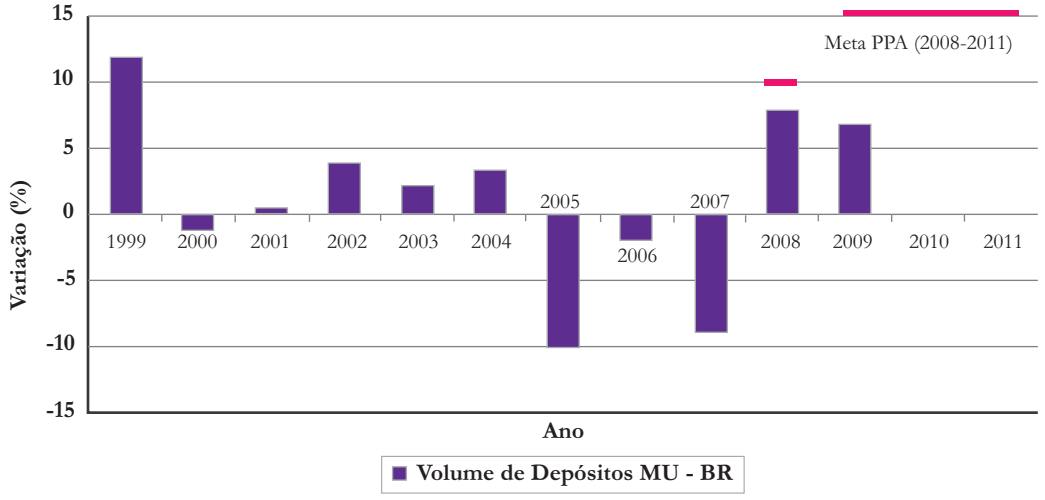


Fonte: DIRPA.

O resultado para o ano de 2010 não pode ser computado no fechamento do exercício devido a mudanças de procedimentos na área responsável e a entrada do programa de digitação de todos os pedidos de patente que estão em condições de exame pelas áreas técnicas, também sob responsabilidade da área citada.

Um outro indicador refere-se ao crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Modelo de Utilidade (pedidos com prioridade brasileira), cuja fórmula de cálculo leva em consideração os depósitos de pedido de patentes de modelo de utilidade em um dado ano dividido pelo número de depósitos de patentes de invenção no ano de referência. De forma semelhante ao indicador anterior, o resultado para o ano de 2010 não pode computado devido a mudanças de procedimentos na área responsável e a entrada do programa de digitação de todos os pedidos de patente que estão em condições de exame pelas áreas técnicas, também sob responsabilidade da área citada. O Gráfico 6 apresenta os resultados obtidos nos últimos anos.

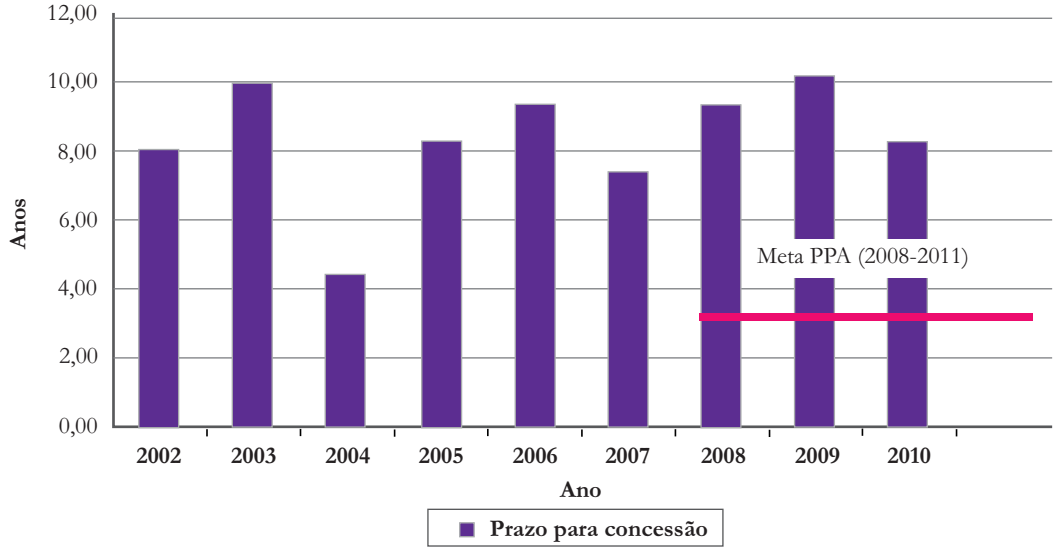
Gráfico 6 – Indicador de Volume de Depósitos de Patentes de Modelo de Utilidade



Fonte: DIRPA.

O terceiro indicador da DIRPA está relacionado ao prazo de concessão de patentes, que é uma medida entre o estoque de pedidos de patentes pendentes (isto é, patentes que não foram ainda decididas) dividido pelo número total de decisões no ano de referência. Tal resultado é apresentado no Gráfico 7.

Gráfico 7– Indicador de Prazo de Concessão de Patentes



Fonte: DIRPA.

Observa-se que o prazo de concessão de patentes que vinha em um processo de crescimento desde o ano de 2007 sofreu uma redução no ano de 2010, com um valor de 8,3 anos. Espera-se que as melhorias de condição de trabalho, devido à nova estrutura implantada, a entrada em operação do sistema eletrônico de gerenciamento e depósito de pedidos de patente, assim como dos outros projetos prioritários da DIRPA, permitam diminuir o prazo de concessão para aquele estabelecido dentro do Planejamento Estratégico do INPI que é o de examinar patentes com alta qualidade em prazo inferior a 4 anos a partir do depósito do pedido de patente.

9 Conclusões

A Diretoria de Patentes tem desenvolvido um trabalho ao longo dos anos buscando sempre otimizar os serviços e se adequar às necessidades de seus clientes. Com a contratação de servidores de forma gradual e constante, espera-se resolver um dos mais graves problemas: o atraso nas análises e decisões nos pedidos de patentes.

Também com a implementação em fase piloto e a posterior implementação do sistema eletrônico de processamento e depósito de patentes (e-Patentes) e da busca do objetivo de um INPI totalmente informatizado, procura-se reduzir os trâmites burocráticos no Instituto e consequentemente o tempo de resposta às solicitações dos clientes. Em paralelo, o sistema eletrônico de gerenciamento de patentes vai procurar agilizar e facilitar ao usuário externo o depósito e o acompanhamento do seu pedido, aumentando a transparência da Diretoria de Patentes e, consequentemente, do próprio Instituto.

Por fim, os programas nos quais a DIRPA participa têm levado ao aprimoramento técnico dos examinadores de patentes e ao aumento da qualidade do exame efetuado, além de permitirem uma maior difusão do sistema de propriedade industrial no Brasil por meio de cursos e palestras em empresas e universidades.

Diretoria de Marcas

1 Introdução

Compete ao INPI e, mais especificamente, à Diretoria de Marcas, examinar os pedidos de registro de marca. O registro de marca confere ao seu titular a propriedade da marca e a exclusividade de uso em todo o território nacional para os produtos ou serviços especificados, garantindo proteção contra seu uso não autorizado e contra o registro de marca por terceiros, para assinalar produtos ou serviços idênticos, semelhantes ou afins. Acrescente-se que um registro de marca vigora por um prazo de dez anos e pode ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, indefinidamente, enquanto houver interesse em manter a propriedade da marca.

2 Uma Nova Estrutura

O ano de 2010 chegou ao fim com a reestruturação administrativa do INPI e da própria Diretoria de Marcas. Como novidades da estrutura, pode-se destacar o acréscimo de mais duas divisões de exame (DIMAR VII e DIMAR VIII), a fusão dos setores de transferência e de prorrogação e a desvinculação do setor de instrução de recursos e nulidades administrativas. Outra unidade criada foi o Serviço de Estudos e Projetos Especiais (SEPES), que ficará responsável pelo acompanhamento das ações consideradas estratégicas pela Diretoria. De um modo geral, pode-se afirmar que a recém-criada estrutura está condizente com os desafios que deverão se impor à DIRMA ao longo dos próximos anos na prestação de serviços para sociedade.

3 O Plano Plurianual

No âmbito do Plano Plurianual (PPA), a DIRMA é a responsável pela Ação Exame de Pedidos de Registro de Marca, que tem como produto "marca decidida", composta pelo somatório dos pedidos arquivados e dos registros concedidos. No ano de 2010, a meta era de 123.829 marcas decididas, sendo atingida em 90%, uma vez que se alcançou o quantitativo de 111.876 decisões conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Exame de Pedidos de Registro de Marca

Marca Decidida	Publicações na RPI
Pedidos de Registro Arquivados	47.347
Registros de Marca Concedidos	64.529
Total	**111.876**

Fonte: SINPI.

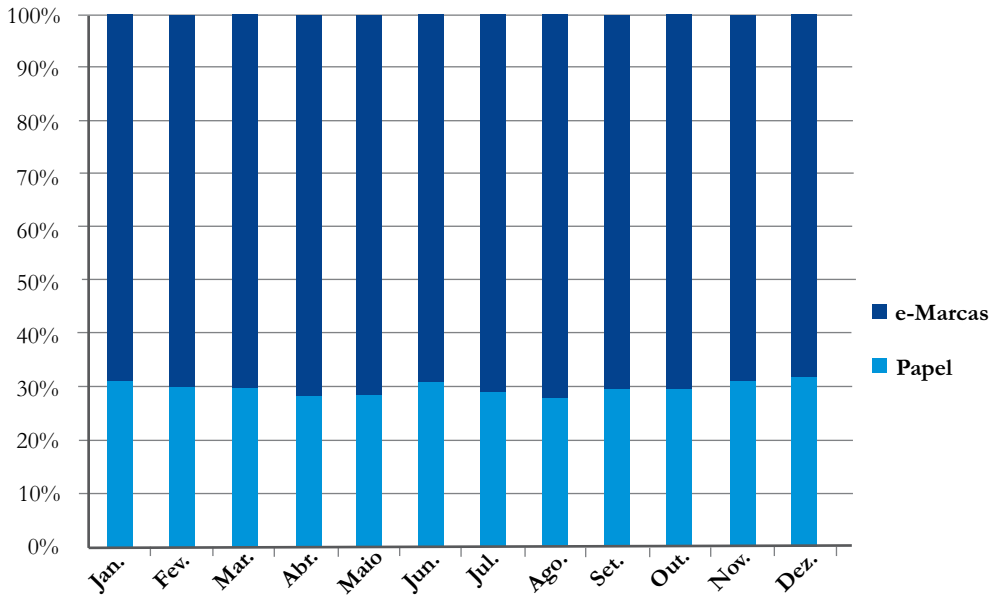
A Tabela 2 mostra a evolução dos resultados ao longo dos últimos quatro anos. Verifica-se que, apesar da quantidade de marcas decididas ter decrescido 13%, o número de concessões observou uma ligeira alta, o que aponta para a manutenção de níveis relativamente satisfatórios de entrega do produto mais importante da Diretoria, que é, afinal, a concessão do registro de marca.

Tabela 2 – Evolução dos Resultados referentes à Decisão de Marcas						
Marca Decidida	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**Δ% 2010 / 2009**
Pedidos de Registro Arquivados	52.644	111.190	93.894	65.146	47.347	(27)
Registros de Marca Concedidos	32.658	128.540	60.286	64.182	64.529	1
Total	**85.302**	**239.730**	**154.180**	**129.328**	**111.876**	**(13)**

Fonte: SINPI.

As Tabelas 3 a 5 mostram que a redução na entrega de marcas decididas se fez acompanhar por um decréscimo generalizado nos níveis de produção dos demais despachos, sobretudo de mérito, que antecedem às decisões de marcas. Pela Tabela 3, a quantidade de pedidos depositados aumentou em 13%, o que talvez reflita o otimismo da economia brasileira frente à superação da crise internacional do biênio 2008-2009. Já a distribuição destes pedidos por canal de depósito acusa a consolidação do e-Marcas junto aos usuários, já que em 2010 este foi o meio escolhido por 70% dos depositantes de marcas, conforme Gráfico 1. Também é importante o desempenho obtido pelo setor de transferência de marcas, com aumento de 12% (Tabela 5) no total de despachos de sua competência, resultado de um novo modelo de trabalho, no qual o setor de prorrogação eventualmente cedeu recursos humanos àquela unidade, a fim de avançar na supressão do *backlog* de pedidos de transferências.

Gráfico 1 – Depósitos por Papel e Depósitos por e-Marcas em 2010



Fonte: SINPI.

Tabela 3 - Pedidos Depositados e Despachos em Pedidos de Marcas			
Decisões/Despachos	**2009**	**2010**	**Δ%**
Pedidos de registros depositados/Despachos em pedidos			
Pedidos depositados	**114.738**	**129.620**	**13**
Pedidos depositados e publicados (1)	**112.612**	**115.536**	**3**
Pedidos decididos	**129.328**	**111.876**	**(13)**
Marcas arquivadas	65.146	47.347	(27)
Marcas concedidas	64.182	64.529	1
Despachos de mérito	**155.294**	**133.594**	**(14)**
Deferimentos	95.823	84.760	(12)
Indeferimentos	32.310	25.593	(21)
Sobrestamentos	27.161	23.241	(14)
Publicações diversas	**154.607**	**142.037**	**(8)**
Pedidos comunicados (2)	119.921	114.094	(5)
Exigências	7.998	6.022	(25)
Oposições (3)	13.747	13.079	(4)
Outros	12.941	8.842	(32)

(1) Dados ainda não consolidados. Os dados considerados se referem apenas aos pedidos que foram depositados e efetivamente publicados, descartando-se, portanto, os pedidos que não ultrapassaram a etapa de exame formal preliminar.
(2) Dados ainda não consolidados. Os dados se referem aos pedidos que foram publicados no ano de referência, ainda que eventualmente tenham sido depositados no ano anterior.
(3) Dados não consolidados.

Fonte: e-Marcas, Sistema PAG e SINPI.

Tabela 4 - Despachos em Registros de Marcas			
Decisões/Despachos	**2009**	**2010**	**Δ%**
Marcas extintas	**17.449**	**18.844**	**8**
Prorrogações	**32.148**	**18.503**	**(42)**
Exames de caducidade	**1.799**	**1.104**	**(39)**
Notificações	1.309	786	(40)
Exigências	29	10	(66)
Declarações	373	235	(37)
Denegações	83	67	(19)
Declarações parciais	5	6	20
Publicações diversas	**4.974**	**4.557**	**(8)**
Notificações	29	30	3
Exigências	631	198	(69)
Outras	4.314	4.329	-

Fonte: SINPI.

Tabela 5 - Despachos Relativos a Transferências e a Anotações Diversas			
Decisões/Despachos	**2009**	**2010**	**Δ%**
Alteração de Nome/Sede/Endereço e Transferências	**46.808**	**52.537**	**12**
Exigências	1.273	392	(69)
Sobrestamentos de exame	872	665	(24)
Indeferimentos	193	253	31
Arquivamentos	458	897	96
Cancelamentos de ofício	367	384	5
Alteração de Nome/Sede/Endereço anotada	23.156	28.857	25
Transferência anotada	19.836	20.570	4
Outras	653	519	(21)

Fonte: SINPI.

Antes de fornecer as explicações para tais números, deve-se frisar que a Diretoria de Marcas, a partir deste Relatório, procederá à apresentação de seus indicadores de desempenho, informação que deverá complementar os dados relativos à produção de despachos.

4 Indicadores de Desempenho

São quatro os indicadores de desempenho da DIRMA:

a) Idade média dos pedidos em espera pelo exame de marcas - obtido pela média do tempo decorrido entre o depósito e data de apuração do indicador para todos os pedidos ainda não examinados, ou seja, o tempo médio de espera de todos os depositantes que aguardam exame;

b) Índice de demanda acumulada - obtido pela divisão entre o backlog e a quantidade de pedidos depositados ao longo dos 6 meses (prazo mínimo legal para início do exame) anteriores à data de apuração do indicador, ou seja, o indicador ideal seria 1 ;

c) *Backlog* de marcas (quantidade de pedidos ainda não examinados);

d) Expectativa de espera do depositante mais recente para o exame da sua marca (obtido pela divisão entre o *backlog* e capacidade de produção mensal de despachos).

Tabela 6 – Idade Média dos Pedidos em Espera pelo Exame de Marcas em 2010	
Idade Média dos Pedidos em Espera pelo Exame de Marcas	**2010**
Nº de meses	19
Meta: 13 Meses	

Fonte: DIRMA.

Tabela 7 – Índice de Demanda Acumulada de Marca em 2010		
Índice de Demanda Acumalada de Marca	**1º Semestre**	**2º Semestre**
Backlog	274.661	279.028
Quantidade de pedidos depositados nos 6 meses anteriores	58.069	70.586
Total	**4,73**	**3,95**
Meta: 3,00		

Fonte: DIRMA.

Tabela 8 – *Backlog* de Marcas em 2010												
Backlog de Marcas	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Nº de pedidos pendentes de exame	289.339	292.315	293.827	290.090	283.070	274.661	273.706	269.169	276.096	277.013	276.157	279.028
Meta: 160.000 Pedidos												

Fonte: DIRMA .

Tabela 9 – Expectativa de Espera pelo Exame em 2010												
Expectativa de espera entre o depósito e o exame da marca	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Backlog	289.339	292.315	293.827	290.090	283.070	274.661	273.706	269.169	276.096	277.013	276.157	279.028
Quantidade de despachos mensais no ano de apuração do indicador	5.417	6.789	9.436	6.801	8.864	20.792	14.439	17.159	15.225	16.321	16.566	10.649
Nº de meses	53	43	31	43	32	13	19	16	18	17	17	26
Meta: 10 Meses												

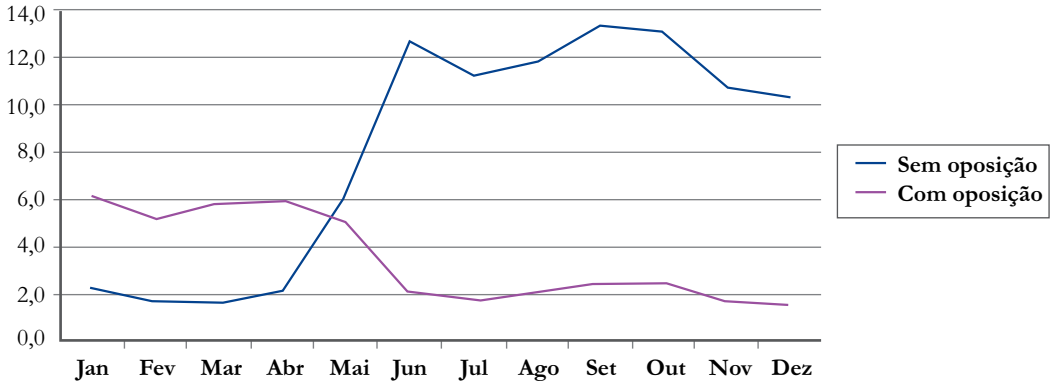
Fonte: DIRMA.

Conforme as Tabelas 6 a 9, o resultado observado de tais indicadores não atingiu as metas esperadas, por razões que serão expostas a seguir. É de se destacar, entretanto, a melhora no indicador "a" de 25 meses em 2009 para 19 meses em 2010. Da mesma maneira, a expectativa pelo exame chegou a atingir em junho de 2010 um nível bem próximo à meta estabelecida, que é de 10 meses. De todo modo, é de se frisar que o acompanhamento mais intenso de tais indicadores deve permitir não apenas um controle mais efetivo do desempenho quantitativo da DIRMA, como também o fornecimento periódico de informações para a sociedade sobre como a Diretoria tem lidado com os desafios que se lhe impõem.

Dois fatos ocorridos em 2010 devem ser elencados para contextualizar tais números, sem o quê a compreensão do desempenho da Diretoria neste ano ficaria prejudicada.

Em primeiro lugar, no período a DIRMA se dedicou mais intensamente ao exame dos pedidos com oposição. Em tal atividade se gasta, em geral, de duas a três vezes mais tempo do que aquele gasto no exame de um pedido sem oposição. Nesse sentido, de janeiro a maio, a produtividade da DIRMA, em função do processamento quase que exclusivo dos pedidos com oposição, sofreu uma queda significativa. Entretanto, a partir de junho, com o restabelecimento do processamento balanceado dos pedidos com e sem oposição, o nível de produtividade retomou um padrão de normalidade, conforme se pode observar no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Produtividade dos Examinadores em 2010



Fonte: DIRMA.

Em segundo lugar, parte do desempenho em 2010 se deve ao fato de que pelo menos três projetos da DIRMA – gestão da qualidade, informatização da Diretoria e diretrizes de exame – tiveram que contar com a participação em tempo integral de examinadores, razão pela qual parte dos recursos humanos acabou sendo alocada, não na produção de despachos, mas no desenvolvimento de tarefas cujos benefícios para a Diretoria, a médio prazo, serão inquestionáveis. Nesse sentido, cabe relatar, ainda que brevemente, os avanços destes projetos, essenciais para o sucesso da missão institucional da Diretoria.

5 Os Projetos da Diretoria de Marcas

O ano de 2010 se mostrou pleno de realizações no que diz respeito aos projetos da DIRMA, inseridos no Planejamento Estratégico do INPI 2007-2012.

Deu-se seguimento aos projetos considerados prioritários pela Diretoria, quais sejam, gestão da qualidade do exame, continuidade da informatização dos processos de trabalho da diretoria e definição das diretrizes de exame e do manual de procedimentos de exame.

Em primeiro lugar, o sistema de gestão da qualidade de marcas. Tal projeto teve início em 2008, quando a Diretoria se deu conta da necessidade de dotar o órgão de instrumentos mais eficazes de controle e acompanhamento das decisões sobre marcas. Era a constatação de que não bastava responder com celeridade aos usuários; era preciso criar as condições para que suas decisões fossem monitoradas, como forma de garantir maior uniformidade em seus resultados. Nesse sentido, em 2010, o grupo responsável pelo projeto finalizou os trabalhos e apresentou o Sistema de Gestão da Qualidade em Marcas (SGQ-Marcas), que dividirá entre os chefes e os coordenadores-gerais a responsabilidade pela revisão amostral das decisões proferidas pelos examinadores, decisões que, quando controvertidas, deverão passar pelo crivo de um Comitê de Solução de Controvérsias (CSC), talvez a maior novidade que o SGQ-Marcas traga consigo.

Outro projeto que observou um avanço expressivo foi o da informatização da DIRMA. Ultrapassada a concepção original que guiava o projeto e-Marcas, por força do término do contrato com o SERPRO, a Diretoria consolidou a parceria iniciada em 2009 com a OMPI a fim de implantar o sistema *Industrial Property Automation System* (IPAS), que deverá substituir o atual SINPI e, paralelamente ao desenvolvimento da nova versão dos formulários eletrônicos (o e-Marcas 2, desenvolvido pela CGTI), será a nova plataforma de exame da DIRMA. Assim, o ano de 2010 assistiu à montagem de uma equipe integralmente dedicada à absorção do conhecimento necessário para implementar o referido sistema na Diretoria, o que tornou possível a revisão dos atuais fluxos de trabalho, condição indispensável para viabilizar um modelo mais inteligente de gestão do exame. Além disso, o ano de 2010 se encerra com um importante passo rumo ao novo sistema: a análise e a depuração dos dados do SINPI, etapa fundamental a fim de que a migração para o IPAS ocorra da forma mais segura possível, assegurando a integridade das informações dos mais de dois milhões de processos estocados na base de dados do INPI.

Por fim, o projeto relativo ao manual de procedimentos e às diretrizes de análise chega ao final de 2010 com seus produtos devidamente entregues. O manual, antiga reivindicação dos examinadores, foi disponibilizado para todos após três anos de intensas discussões, em função das quais todo o corpo técnico começa a ser treinado, já à luz dos entendimentos consolidados no manual. Paralelamente a este trabalho, um grupo de servidores da DIRMA sintetizou seu conteúdo num outro documento de referência, igualmente importante: as diretrizes de análise. Com tais diretrizes, espera-se oferecer à sociedade em geral, e aos operadores do sistema de PI em específico, uma obra que possa auxiliar na compreensão da aplicação do direito de marcas pela Diretoria, algo que, em conjunto com as orientações expressas no manual de procedimentos, apontará para um horizonte de decisões mais previsíveis e uniformes, em favor da segurança jurídica de que os empresários precisam para competir num mercado em que as marcas adquirem cada dia mais importância.

Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros

1 Introdução

A Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros (DICIG) está estruturada em duas Coordenações-Gerais. A Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia (CGTEC) tem a competência de analisar e decidir os pedidos de averbação de contratos de transferência de tecnologia e de franquia, além de conceder licenças compulsórias, por meio da Divisão de Averbação de Licenças (DIALI) e da Divisão de Registro de Contratos de Tecnologia (DIREC). A Coordenação Geral de Indicações Geográficas e Registros (CGIR) tem a competência de analisar e decidir os pedidos de registro de indicação geográfica, sendo também responsável por seu fomento, por meio da Coordenação de Fomento e Registro de Indicações Geográficas (COIND), os pedidos de registro desenho industrial, por meio da Divisão de Desenho Industrial (DESIN), e os pedidos de registro programa de computador e de topografia de circuitos integrados, por meio da Divisão de Registro de Programa de Computador e Topografia de Circuitos (DIPTO).

O Serviço de Apoio Administrativo da Coordenação-Geral de Indicações Geográficas e Registros (SEACO) é vinculado diretamente CGIR, sendo responsável pelo processamento administrativo dos pedidos/registros de competência desta Coordenação-Geral, por meio da Seção de Exame Formal, Recebimento e Controle de Documentos de Registros (SERCO) e da Seção de Expedição de Certificados, Controle de Pagamento e Anotação de Registros (SECPA).

O Decreto nº 7.356, de 12 de novembro de 2010, aprovou uma ampla mudança estrutural no Instituto. A nova estrutura do INPI proporcionou à CGTEC a criação de uma Coordenação de Orientação Técnica (COTEC), que objetiva capacitar o usuário do INPI nas questões relacionadas ao licenciamento de direitos de propriedade industrial, transferência de tecnologia e franquia. Houve também uma modificação nas divisões responsáveis pela análise técnica dos contratos, instituindo uma separação entre a averbação de licenças (patentes, desenhos industriais e marcas) e franquia do registro de transferência de tecnologia (aquisição de conhecimento técnico e serviço de assistência técnica e científica).

A criação da COTEC organizará e facilitará a prestação de serviço de apoio ao comércio de tecnologia, visando a assessorar as empresas, universidades brasileiras e pessoas físicas interessadas em negociar ativos intangíveis, *know-how* e serviços que implicam transferência de tecnologia e também empresas interessadas em formalizar contratos de franquia. Esta Coordenação terá também como incumbência a elaboração de estudos e relatórios referentes às contratações de tecnologia ocorridas nos diversos setores industriais e de serviços com base nas averbações e registros efetuados pelo INPI, visando a dar subsídios à formulação de políticas setoriais específicas, a coordenação de cursos de capacitação nas universidades, relativos à transferência de tecnologia e a coordenação do atendimento ao usuário quanto à forma de negociação, principais cláusulas contratuais,

preços médios praticados em contratos de licenciamento de direitos de propriedade industrial, *know-how*, prestação de serviços de assistência técnica e franquia.

No âmbito da CGIR foi criada a Coordenação de Fomento e Registro de Indicações Geográficas (COIND), que veio formalizar as ações de incentivo, coordenação, monitoramento, identificação e gerenciamento das ações e atividades relacionadas com o fomento e promoção das indicações geográficas, assim como de orientação ao público e de difusão dos mecanismos de proteção para o registro das indicações geográficas. A COIND também terá papel fundamental no constante aprimoramento das normativas relacionadas a indicações geográficas, com vistas a alcançar padrão internacional, assim como na condução de estudos econômicos e sociais relacionados aos impactos das indicações geográficas brasileiras, e também atividades de apoio à sociedade interessada, como implementação de procedimentos e elaboração de publicações que objetivem facilitar, simplificar e tornar atrativo o registro das indicações geográficas no Brasil.

Outro ponto fundamental dessa Coordenação será a integração regional das indicações geográficas no âmbito da América do Sul e Caribe, com a promoção de eventos internacionais visando à divulgação das melhores práticas de cada país, para que se garanta forte proteção das indicações geográficas.

2 Plano Plurianual – PPA 2010

A Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia responde pela ação "Exame de Contratos e Faturas de Transferência de Tecnologia" no Plano Plurianual – PPA. A Coordenação-Geral de Indicações Geográficas e Registros responde pelas ações "Exame de Pedidos de Registro de Desenho Industrial", "Exame de Pedidos de Registro de Programa de Computador"; "Exame de Pedidos de Registro de Indicação Geográfica" e "Exame de Pedidos de Registro de Topografia de Circuitos Integrados" (Tabela 1).

Tabela 1 – PPA 2010– Demonstrativo de Execução Física

Ações	Produto	Metas (A)	Realizado (B)	Alcançado (B/A) %
Exame de Contratos e Faturas de Transferência de Tecnologia	Contrato/Fatura decidido	1.540	1.794	116,49
Exame de Pedidos de Registro de Programa de Computador	Pedido de Programa de Computador decidido	700	817	116,71
Exame de Pedido de Registro de Desenho Industrial	Pedido de Desenho Industrial decidido	5.000	5.786	115,72
Exame de Pedido de Registro de Indicação Geográfica	Pedido de Indicação Geográfica decidido	3	5	166,67
Exame de Pedido de Registro de Topografia de Circuitos Integrados	Pedido de Topografia de Circuitos Integrados decidido	2	-	-

Fonte: SIGPlan.

A CGTEC é responsável pela ação "Exame de Contratos e Faturas de Transferência de Tecnologia". A meta física estabelecida para o ano de 2010 foi de 1.540 unidades e no fim do período foram atingidas 1.794 unidades, alcançando 116,49% do resultado pretendido. A CGTEC tem se pautado por alcançar as metas anuais fixadas no PPA. Ao longo do período de 2007 a 2010 o objetivo foi plenamente atingido, ou seja, os procedimentos de análise e averbação dos contratos atenderam aos parâmetros previamente definidos.

Comparando o número de pedidos de registro desenho industrial decididos com as metas estabelecidas no PPA, se observa que foi atingido o percentual de 115,72% da meta anual de 5.000. Tal produção se deve à lotação de dois novos examinadores, advindos do último concurso público.

No caso dos registros de programa de computador, foi atingido o percentual de 116,71% da meta atual, traduzindo o bom desempenho da DIPTO.

No que se refere ao registro de indicação geográfica, foram alcançados 166,67% da meta estipulada em função de um esforço de exame feito pela unidade.

Em relação à topografia de circuitos integrados, foram depositados 12 pedidos em caráter provisório que estão sendo analisados.

3 Estratégico INPI 2007 – 2012

A Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros é responsável pelo desenvolvimento de 21 projetos da carteira do Planejamento Estratégico do INPI, conforme apresentado nos Quadros 1 e 2.

O projeto de elaboração do "Manual de Exame Formal e Técnico dos Contratos de Tecnologia" visa a atender uma demanda interna de construção de um instrumento de capacitação e aprimoramento do seu corpo funcional, além de um instrumento de gestão do processo decisório considerando critérios de conformidade e uniformidade.

O projeto "Sistema de Informação do Mercado de Tecnologia no Brasil" passará por uma adequação devido à criação da Coordenação de Orientação Técnica, que absorverá as atividades propostas no projeto. A organização da Coordenação vai oferecer condições mais favoráveis para o desenvolvimento

Quadro 1 - Carteira de Projetos Relativos a Contratos de Tecnologia

Diretrizes do Planejamento Estratégico	Projetos
Diretriz I - Garantia da Eficiência e da Qualidade no Exame e Registro de Direitos.	Manual de Exame Formal e Técnico dos Contratos de Tecnologia
Diretriz III - Aperfeiçoamento Institucional do Sistema Nacional de Propriedade Intelectual.	Franquias Nacionais
Diretriz III - Aperfeiçoamento Institucional do Sistema Nacional de Propriedade Intelectual.	Sistema de Informação do Mercado de Tecnologia no Brasil.
Diretriz VI - Desenvolvimento de Infraestrutura de Suporte à Propriedade Intelectual.	Pesquisa Contratos de Tecnologia Averbados.
Diretriz VII - Modernização do INPI	e- Contratos de Tecnologia

Fonte: INPI/CGPO.

Quadro 2 - Carteira de Projetos Relativos a Indicações Geográficas, Desenho Industrial, Programa de Computador e Topografia de Circuitos Integrados

Diretriz	Projetos
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Diretrizes Administrativas de Desenho Industrial
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Guia do Usuário de Registro de Programa de Computador
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Diretrizes para o Exame de Topografia de Circuitos Integrados
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Diretrizes do Exame Formal de Registros de Desenho Industrial
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Diretrizes para o Processamento de Registro de Programa de Computador
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Ato Normativo para o Registro de Desenho Industrial
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Cartilha de Registro de Desenho Industrial
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Guia do Usuário de Desenho Industrial
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Quinquênios e Prorrogações de Desenho Industrial
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Genericidade aos Pedidos de Indicação Geográfica
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Manual Eletrônico de Indicação Geográfica
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Marco Normativo de Indicação Geográfica
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Guia do Usuário de Registro de Topografia de Circuitos Integrados
Atualizar as Diretrizes e Procedimentos de Exame	Tabela de Despachos de Topografia de Circuitos Integrados
Desenvolver Institucionalmente o Sistema Brasileiro de Propriedade Intelectual	IG no Sistema Cartográfico
Desenvolver Institucionalmente o Sistema Brasileiro de Propriedade Intelectual	IG como Estratégia de Negócio

Fonte: INPI/CGPO, em 08/12/2010.

da atividade, com a estruturação de uma equipe de trabalho dedicada.

O projeto "Franquias Nacionais" pretende estimular e apoiar o crescimento da demanda por registro do contrato de franquia de empresas nacionais no INPI, de forma a subsidiar a elaboração de políticas públicas para o setor, e proporcionar a criação de uma base de dados disponível ao público. O projeto se encontra na fase de elaboração de uma proposta de Ato Normativo que reduz a taxa de registro de franquias nacionais e cria uma pré-qualificação de rede de franquias nacionais, que deverá seguir juntamente com a exposição para apreciação da Procuradoria do INPI.

Foi encaminhada à CGTI a proposta de priorização das necessidades da DICIG relacionadas às ações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Verificou-se que a necessidade maior da Diretoria está na criação do "e-Contratos de Tecnologia", que prevê a disponibilização de formulários *online* e *workflow* para os pedidos de averbação/registro e petições relativas aos serviços prestados pela CGTEC. A segunda priorização proposta diz respeito à possibilidade de tornar públicas, por meio de consulta pelo portal do INPI na Internet, informações, extratos e séries histórias relativas a certificados de averbação de contratos de tecnologia emitidos pelo INPI.

Dentre os projetos relativos à indicação geográfica, o projeto "Indicação Geográfica no Sistema Cartográfico" apresentou excelente desempenho. Ele visa a estabelecer cooperação, por intermédio

da implementação de atividades conjuntas entre o INPI e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que resultarão em ações voltadas à normalização, suporte a análise espacial, difusão e o fortalecimento das indicações geográficas no Brasil, contribuindo para o acesso e uso de informações geográficas consistente com o Sistema Cartográfico Nacional. Tem como meta o aprimoramento dos procedimentos relativos à delimitação da área geográfica da indicação geográfica e aspectos correlatos em conformidade com o Sistema Cartográfico Nacional e a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais.

No âmbito do projeto, foi realizado curso de capacitação para os analistas de indicação geográfica sobre Nomes Geográficos, INDE, Acesso e Uso de Informações Geográficas, Cartográficas, Geodésia, entre outros temas. Também foram propostas normas de procedimentos mínimos para a elaboração do memorial descritivo da delimitação da área geográfica da indicação geográfica, a constar no novo marco regulatório de indicações geográficas em estudo, e iniciada elaboração de banco de dados de informações geográficas, em conjunto com a CGTI.

No projeto "Indicação Geográfica como Estratégia de Negócios" está em curso o estabelecimento de acordos de cooperação técnica com o IBGE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Natural (IPHAN), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Em parceria com o SEBRAE, foi publicada a "Cartilha das Indicações Geográficas Brasileiras", lançada em 11/05/2010, e está em elaboração o "Guia de Implementação de Indicação Geográfica". Com o IPHAN foram ministrados cursos de propriedade intelectual e patrimônio imaterial, assim como fornecido auxílio técnico conjunto nos ativos imateriais e quando identificado potencial de registro de indicação geográfica. Com o INMETRO, reuniões foram conduzidas no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) no sentido de promover troca de informações para embasar estudos para estabelecimento de normativas relacionadas ao controle das indicações geográficas. Também foram divulgadas as indicações geográficas no "Ciclo de Oficinas em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Pequenas e Médias Empresas", em 17/11/2010.

Outro projeto que se encontra em bom andamento é "Genericidade dos Pedidos de Indicação Geográfica", cuja base científica se encontra finalizada e que constitui a dissertação de mestrado "A Genericidade no Âmbito das Indicações Geográficas", defendida em 12/03/2010, que concluiu por proposição de critérios para aferição dos pedidos de indicação geográfica, que constarão no marco regulatório cuja elaboração encontra-se em andamento.

Já o projeto "Diretrizes de Exame de Desenho Industrial" se encontra em fase final, uma vez que os pontos críticos foram afinados e necessita apenas de consolidação e revisão final, no que se refere à parte técnica.

O projeto "Tabela de Despachos de Topografia de Circuitos Integrados" está finalizado e a respectiva

Tabela entrou em vigor desde a data de sua publicação na RPI nº 2.054, de 18/05/10.

Quanto ao programa de computador, o projeto "Resolução para o Registro de Programa de Computador", que se constitui na revisão e consolidação das Resoluções nº 58/1998 e nº 201/2009, está finalizado, na atribuição que respeita a Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros.

4 Indicadores de Gestão da DICIG

Considerando a necessidade de aferir os resultados alcançados pela Administração para aperfeiçoar aspectos relevantes da gestão do INPI, além da necessidade de dar transparência da gestão ao público interno e externo, a Diretoria instituiu indicadores de gestão para compor a carteira do INPI por meio de suas Coordenações-Gerais CGTEC e CGIR, conforme Tabelas 2 e 3.

A CGTEC propôs três indicadores: um indicador que permite examinar a eficiência em decidir todos os serviços relativos a requerimentos de averbação, e outros dois ligados à excelência da conformidade da emissão do certificado de averbação e o tempo médio de decisão dos contratos de tecnologia.

O indicador relativo ao total de decisões de contratos de tecnologia em relação ao total de requerimentos efetuados apresentou um resultado de 100,91%, permitindo concluir que inexiste atraso no atendimento aos usuários.

O resultado alcançado de 21 dias no indicador relativo ao tempo médio de decisão dos requerimentos de averbação de contratos de tecnologia é muito expressivo, uma vez que a meta estabelecida é inferior ao prazo legal de 30 dias, conforme previsto no parágrafo único do artigo 211 da Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial).

Quanto ao indicador de não conformidade houve em 2009 uma mudança nos procedimentos administrativos em relação ao processo de emissão de Certificados de Averbação; dessa forma, cumpre observar que a meta do período foi estipulada sem a base de uma série histórica devido às diferenças metodológicas mencionadas. A CGTEC está desenvolvendo manuais de exame formal e técnico que deverão contribuir para diminuir as inconformidades verificadas na emissão dos certificados de averbação.

Tabela 2 - Carteira de Indicadores de Gestão da CGTEG

Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta 2010	Alcançado
Relação entre Decisões e Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia	(Total Semestral de Decisões / Total Semestral de Requerimentos de Averbação) x 100	92%	100,91%
Índice de Não Conformidade de Certificados de Averbação	(Total Anual de Pedidos de Retificação do Certificado de Averbação, Recurso e Pedidos de Reconsideração Acatados / Total Anual de Decisões Finais) x 100	7,0%	8,70%
Tempo Médio de Decisão dos Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia	(Σ (data da decisão – Data de Entrada)) / (n° de registros no Semestre)	25 dias	21 dias

Fonte: DICIG/CGTEC

Tabela 3 - Carteira de Indicadores de Gestão da CGIR

Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta 2010	Alcançado
Índice de Produtividade de Exame de Desenhos Industriais de Segunda Instância (anual)	Soma dos exames de nulidades administrativas, judiciais e de recursos/Decisões por técnico ao ano	12 Decisões por Técnico ao Ano	64,4
Índice de Não Conformidade dos Pedidos de Registro de IG Nacionais (anual)	Soma das exigências, indeferimentos e arquivamentos/ Soma dos pedidos nacionais analisados por ano	60%	92%
Índice de Não Conformidade dos Pedidos de Registro de IG Estrangeiros (anual)	Soma das exigências, indeferimentos e arquivamentos/ Soma dos pedidos estrangeiros analisados por ano	70%	100%
Índice de Atendimento ao Usuário de Registro de Programa de Computador (mensal)	Soma dos atendimentos por e-mail, por telefone, pessoal e pela Ouvidoria, por técnico	100%	100%
Índice de Atendimento ao Usuário de Indicação Geográfica (mensal)	Soma dos atendimentos por e-mail, por telefone, pessoal e pela Ouvidoria, por técnico	100%	100%
Índice de Produtividade de Exame de Desenhos Industriais de Primeira Instância (mensal)	Soma das decisões de pedidos de registro de desenho industrial concedidos, indeferidos e objeto de exigências/Nº de técnicos	100 Decisões por Técnico ao Mês	157 Decisões por Técnico ao Mês
Índice de Produtividade de Exame de Programa de Computador (mensal)	Soma das decisões (pedidos deferidos e arquivados) com os pedidos nos quais foram formuladas exigências/N° de técnicos	70 Exames por Técnico ao Mês	92,2 Exames por Técnico ao Mês

Fonte: DICIG/CGIR.

A CGIR resolveu implementar indicadores anuais e mensais. Em relação aos anuais, dois deles permitem aferir a não conformidade dos pedidos de indicação geográfica, para os pedidos nacionais e para os pedidos estrangeiros, de modo a que se possam aprimorar as informações prestadas referentes a essa matéria. O terceiro indicador de gestão, dos desenhos industriais, permite avaliar a produtividade no que respeita às decisões de segunda instância, que são instruções técnicas para as nulidades administrativas, judiciais e recursos.

Os indicadores mensais são os referentes ao atendimento ao usuário de indicação geográfica e de desenho industrial, e os referentes à produtividade dos exames de programa de computador e de desenho industrial.

A meta foi alcançada e, com relação aos índices de produtividade, foi ultrapassada. Isto se deu devido à contratação de novos técnicos e, a um esforço para diminuir o atraso de processamento dos pedidos.

5 Análise de Desempenho

5.1 Contratos de Tecnologia

5.1.1 Pedidos de Averbação e Registro e Decisões

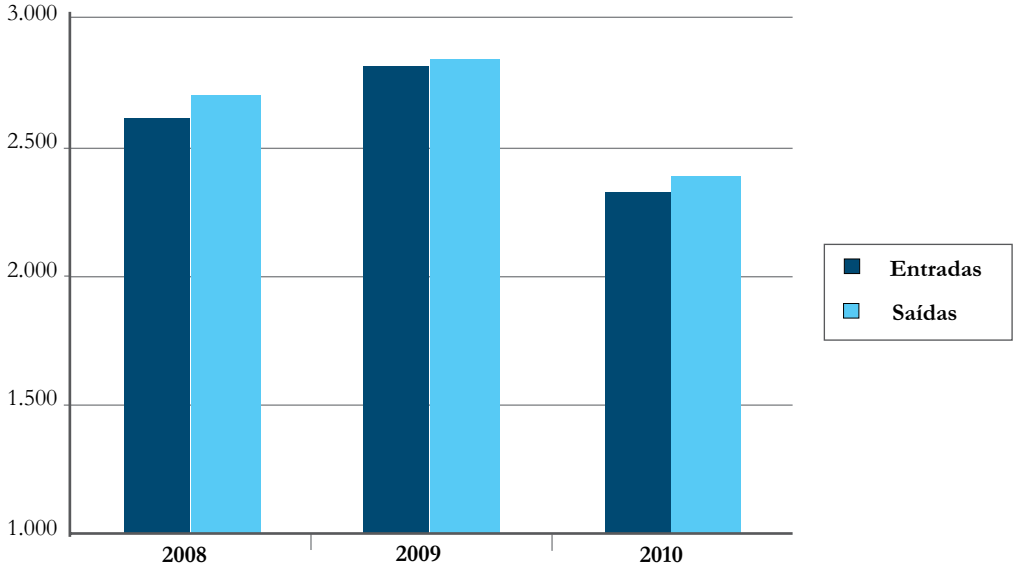
No exercício de 2010, entre pedidos de averbação e registro e consultas simples deram entrada na CGTEC 2.624 solicitações e foram tomadas 2.648 decisões. Verifica-se que o total de processos decididos correspondeu a 100,91% dos depósitos efetuados, o que demonstra o bom desempenho do setor (Tabela 4). No período de 2008 a 2010, entre pedidos de averbação e consultas simples, foram protocoladas na Diretoria 8.072 solicitações. Foram expedidos 4.839 certificados de averbação, representando 59% das decisões do período. Os contratos indeferidos representaram 3% das decisões, a maior parte deles por apresentar objetos contratuais que não se caracterizaram como transferência de tecnologia.

Tabela 4 - Entradas e Decisões de Contratos de Tecnologia 2008 a 2010					
Discriminação	**2008**	**2009**	**2010**	**Total**	**%**
ENTRADAS	**2.616**	**2.832**	**2.624**	**8.072**	**100**
Consulta Simples	120	126	103	349	4
Contratos Novos	813	764	767	2.344	29
Faturas Novas	291	296	248	835	11
Petições	1.392	1.646	1.506	4.544	56
SAÍDAS	**2.692**	**2.850**	**2.648**	**8.190**	**100**
Consultas Respondidas	109	116	97	322	4
Averbados	1.467	1.739	1.633	4.839	59
Deferidos	220	185	286	691	8
Indeferidos	90	65	76	231	3
Arquivados	167	76	85	328	4
Exigências	639	669	471	1.779	22

Fonte: DICIG/CGTEC.

A CGTEC trabalha atendendo a uma demanda por seus serviços, sem atraso para ser equacionado em suas decisões, que são proferidas em 30 dias, conforme Art. 211 da Lei Nº 9.279/1996. No período em questão, o número de decisões superou o número de solicitações de serviço (Gráfico 1) devido ao procedimento de arquivamento dos processos que não cumpriram as exigências formuladas há mais de cinco anos, observando o estabelecido na Lei nº 9.279, em especial nos artigos 221, 222 e 225.

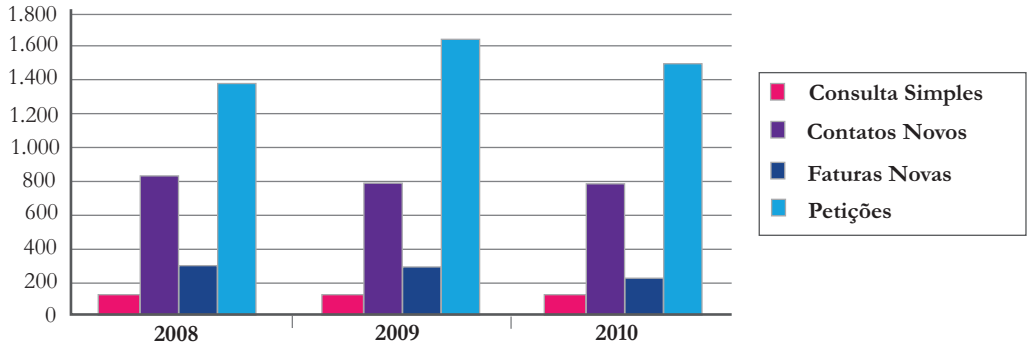
Gráfico 1 - Entradas e Decisões de Processos 2008 a 2010



Fonte: DICIG/CGTEC.

Comparando-se o período de 2008 a 2010 (Gráfico 2), observa-se que as entradas de processos apresentaram uma estabilidade relacionada tanto às consultas simples formuladas, como aos contratos e faturas novas, que representam a negociação básica de aquisição/licenciamento de tecnologia. A variação do resultado se deveu às entradas de petições ligadas aos contratos. As petições podem ser, por exemplo, de aditivo ao contrato, cumprimento de exigência e solicitação de alteração do Certificado de Averbação.

Gráfico 2 - Entradas de Processos 2008 a 2010

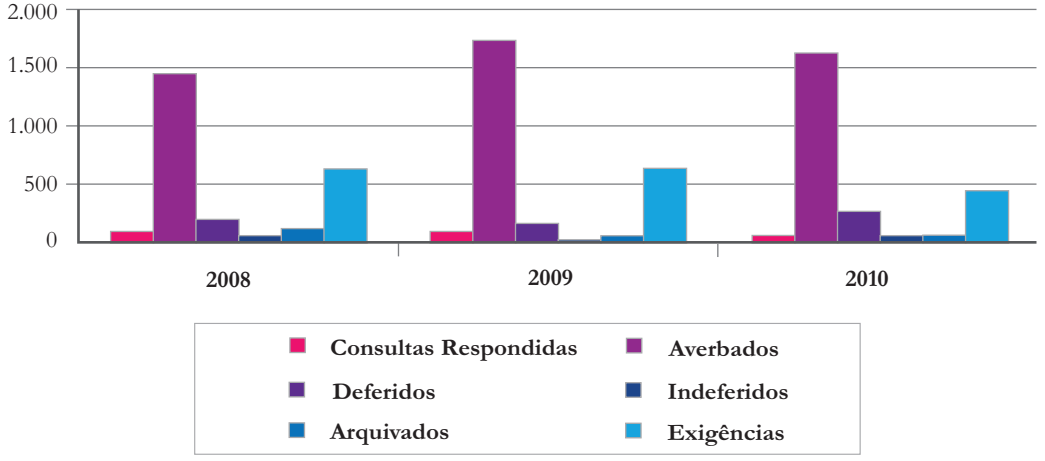


Fonte: DICIG/CGTEC.

O número de decisões do período (Gráfico 3) acompanhou a oscilação verificada na demanda pelos serviços, aumentando em 2009 e reduzindo em 2010, e consequentemente a emissão de certificados de averbação acompanhou o movimento.

Por sua vez, os processos arquivados apresentaram uma forte redução devido à resolução do estoque de processos que estava aguardando o cumprimento das exigências técnicas que haviam sido formuladas há mais de cinco anos.

Gráfico 3 - Saídas de Processos 2008 a 2010



Fonte: DICIG/CGTEC.

Em relação ao número de certificados de averbação por categoria contratual (Tabela 5), o aumento mais significativo ocorreu no Uso de Marcas e em Franquia. A emissão de certificados de averbação dos contratos de Franquia em 2009 dobrou em relação ao ano anterior, e os de Uso de Marcas subiram 61%.

Tabela 5 - Número de Certificados de Averbação por Categoria Contratual de 2008 a 2010

Ano	Uso de Marcas	Exploração de Patentes	Fornecimento de Tecnologia	Serviço de Assistência Técnica	Franquia	Outros (mais de uma categoria)	TOTAL
2008	239	46	262	777	64	80	1.468
2009	385	40	204	870	135	105	1.739
2010	372	49	208	800	117	87	1.633

Fonte: DICIG/CGTEC.

As empresas só podem efetuar remessas ao exterior relativas a *royalties* pela exploração de direitos de propriedade industrial e a pagamentos por *know-how*, assistência técnica e franquia de posse do certificado de averbação emitido pelo INPI, conforme delegação de competência conferida pela Resolução BACEN nº 3.844/2010 e pela Circular BACEN nº 3.491/2010. Após a averbação, a empresa poderá proceder ao Registro Declaratório Eletrônico de Operações Financeiras (RDE/ROF) através do Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN) no Banco Central do Brasil (BACEN). A Tabela 6 apresenta os valores remetidos ao exterior decorrentes das aprovações dos contratos.

Tabela 6 - Remessas ao Exterior por Transferência de Tecnologia de 2004 a 2009

	US$ MILHÕES					
DISCRIMINAÇÃO	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
Uso de Marca (Cessão e Licença)	42	65	120	180	170	173
Exploração de Patente (Cessão e Licença)	64	183	198	254	187	184
Fornecimento de Tecnologia	470	646	641	1.005	1.363	1.277
Serviço de Assistência Técnica	292	306	327	435	555	536
Franquia	16	25	35	54	116	105
Total	**884**	**1.225**	**1.321**	**1.977**	**2.391**	**2.275**

Fonte: Banco Central do Brasil.

5.1.2 Aperfeiçoamento e disseminação da cultura de PI

A CGTEC procurou aperfeiçoar também a qualidade de suas decisões. Foi iniciado um trabalho de elaboração de manuais de diretrizes de exame formal e de análise técnica, com vistas a codificar os procedimentos, normas e legislação aplicável ao processo decisório. Em 2010 foi dada continuidade à elaboração das diretrizes do exame técnico dos contratos de transferência de tecnologia, a partir de um documento síntese dos principais procedimentos de análise técnica, que estão sendo sistematizados de acordo com cada categoria de análise contratual.

A Lei de Inovação estimulou a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de cooperação técnica entre empresas nacionais e universidades por meio das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs). Esta lei fixou as diretrizes para o comércio de tecnologia desenvolvida pelas universidades. Por este motivo, a CGTEC vem participando de cursos de capacitação nas universidades, relativos à transferência de tecnologia, visando a capacitar essas instituições na elaboração de contratos de licenciamento de ativos de propriedade industrial, *know-how* e prestação de serviços de assistência técnica. Vem também estudando medidas no sentido de incentivar a apresentação de contratos internos (duas partes sediadas no Brasil) oriundos dessas parcerias entre setor privado e ICTs.

Os técnicos da CGTEC participaram, em conjunto com a Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento (DICOD), da elaboração de acordos e convênios de cooperação técnica com outras instituições, de cursos, seminários, ciclo de estudos e feiras, além de terem atuado como instrutores em cursos realizados pelo INPI em diversas cidades do País.

6 Desenho Industrial

Os resultados positivos, mostrados na Tabela 7, em relação ao mesmo período de 2009, no que se refere a 22% de aumento nas decisões finais, podem ser atribuídos ao fato da lotação de dois novos examinadores, advindos do último concurso público.

Nota-se aumento de 17,2% dos depósitos e o decréscimo de 6,9% nos arquivamentos, prováveis reflexos de maior consciência dos usuários da necessidade de proteção legal de suas criações de *design* e de maior capacidade de entendimento das normativas relativas a desenho industrial, acarretando em correto e tempestivo atendimento às exigências e de expectativa de direitos de propriedade industrial através do depósito dos pedidos.

Observa-se que, além das atribuições relativas à análise dos pedidos e de instrução de segunda instância, como recursos, nulidades administrativas e instrução de ações ordinárias de nulidade, ocorreram participações dos examinadores em eventos na condição de palestrantes, entre cursos, palestras, seminários e *workshops*.

Tabela 7 – Depósitos de Desenho Industrial e Decisões Finais

Discriminação	2008* (A)	2009* (B)	2010 (C)	Δ% (C/B)
Depósitos	6.267	5.230	6.127	17,15
Decisões Finais	5.539	4.746	5.786	21,91
Arquivamento	328	262	244	-6,87
Indeferimento	13	69	101	46,38
Registro	5.198	4.415	5.441	23,24

* Atualizado em 11/01/2011.
Fonte: SINPI e PAG, em 03/01/2011.

Na Tabela 8, verifica-se um acréscimo nas interposições de nulidade e de recursos, assim como nas decisões de recurso, embora as decisões de nulidade tenham sofrido um decréscimo de 25%. Estes aumentos decorrem em função do aumento de pedidos, assim como da priorização dos técnicos em realizar o exame formal dos pedidos, tendo em vista o treinamento dos novos examinadores.

Analisando os depósitos de desenho industrial por estado (Tabela 9) se observa que dez estados mais o Distrito Federal apresentaram crescimento nesses depósitos (Amazonas, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe). Paralelamente, quatro estados apresentaram decréscimo nesses depósitos em relação ao ano anterior (Bahia, Ceará, Goiás e Paraná), resultando em um aumento geral de 17,15% em relação ao ano anterior. Parte deste resultado é em função das capacitações, seminários e *workshops* realizados por servidores da Divisão de Registro de Desenho Industrial (DESIN), assim como os atendimentos presenciais, por telefone e por *e-mail* certamente em muito contribuíram para o resultado positivo.

Tabela 8 - Recursos e Nulidades de Desenho Industrial

Despachos	2008 (A)	2009 (B)	2010 (C)	Δ% (C/B)
Nulidade (decisão)	290	146	110	-24,66
Nulidade (notificação)	231	319	382	19,75
Recursos (decisão)	16	3	9	200
Recursos (notificação)	0	0	0	0
Total	**537**	**468**	**510**	**8,97**

Fonte: RPI.

Tabela 9 – Depósitos de Desenho Industrial por Estado

Estados	2008 (A)	2009* (B)	2010 (C)	Δ% (C/B)
Amazonas	0	0	3	-
Bahia	21	33	23	- 30,30
Ceará	18	55	54	-1,81
Distrito Federal	9	9	23	155,55
Espírito Santo	0	-	4	-
Goiás	2	21	14	- 33,33
Minas Gerais	208	240	250	4,16
Paraíba	0	0	4	-
Paraná	330	398	326	- 18,09
Pernambuco	0	0	7	-
Rio de Janeiro	2.327	1.894	2.096	10,67
Rio Grande do Norte	0	0	1	-
Rio Grande do Sul	680	681	715	4,99
Santa Catarina	203	156	267	71,15
São Paulo	2.184	1.743	2.333	33,85
Sergipe	0	0	7	-
Total	**5.982**	**5.230**	**6.127**	**17,15**

* Atualizado pelo PAG em 11/01/2011.
Fonte: PAG, em 03/01/2011.

Várias ações foram tomadas em 2010, no intuito de aprimorar os procedimentos relativos ao registro de desenho industrial e oferecer ao usuário maior facilidade na obtenção da informação:

- definição do novo padrão para expedição da segunda via dos certificados de registro de desenho industrial, que agora mostram com clareza tratar-se de uma segunda via;

- adição de texto referente a quinquênios nos certificados, para melhorar o entendimento acerca dos prazos legais, com vistas a garantir a manutenção, pelos titulares, de seus registros de desenho industrial;

- publicação, na Revista de Propriedade Industrial, por meio de Comunicados, das primeiras declarações de

pedidos inexistentes por cumprimento intempestivo de exigências formais preliminares ou por falta de cumprimento das mesmas;

- publicação da nova Tabela de Código de Despachos, assim como revista a regra de publicação de despacho dos pedidos divididos, conferindo maior conteúdo de informação e orientando o usuário com maior transparência;

- publicação da Resolução INPI nº 249/10, em vigor a partir de 03/08/2010, que instituiu novos formulários relativos a desenho industrial, com vistas a adequar as informações prestadas pelos requerentes aos procedimentos normativos em vigor e tornar o preenchimento desses formulários mais simples e objetivo; e

- regularização do ato de homologação de desistência do pedido de registro de desenho industrial, com a publicação do pedido, tendo sido reintegrado o despacho correspondente à Tabela de Despachos em vigor, normatizando também a desistência de petição.

7 Indicação Geográfica

Em 2010, ocorreu o depósito de 14 pedidos de registro de indicação geográfica, oito da espécie Indicação de Procedência (IP) e seis de denominação de origem (DO), conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Pedidos de Registros de Indicação Geográfica por Espécie

Discriminação	2008 (A)	2009 (B)	2010 (C)	Δ% (C/B)
Indicação de Procedência	1	5	8	60
Denominação de Origem	3	5	6	20

Fonte: RPI e Autos Processuais.

Os pedidos de Indicação de Procedência são: "Serro" e "Canastra" para o produto queijo, "Goiabeiras" para panelas de barro, "Cachoeiro do Itapemirim" para mármore, "Vale do Vinho Goeth" para vinho de uva goeth, "São João Del Rey" para peças artesanais em estanho, "Calçados de Franca" e "Pedro II" para opalas.

Em relação à espécie denominação de origem são eles: "Região Pedra Cinza Paduana", "Região Pedra Carijó Paduana" e "Região Pedra Madeira Paduana" para gnaisses fitados miloníticos, "Vale dos Vinhedos", "Região do Cerrado Mineiro" e, por fim, "Porto" para vinhos licorosos.

Os depósitos de nacionais superaram os depósitos de estrangeiros, consolidando a tendência do ano anterior, conforme demonstra a Tabela 11. De fato, se observa a existência de apenas um depósito estrangeiro em 2010.

Tabela 11 – Pedidos de Registro de Indicação Geográfica por Nacionalidade

Discriminação	2008 (A)	2009 (B)	2010 (C)	Δ% (C/B)
Nacionais	2	6	13	116,67
Estrangeiros	2	4	1	-75

Fonte: RPI e Autos Processuais.

No que diz respeito às decisões finais (Tabela 12) houve duas concessões: "Pinto Bandeira" (IP) para vinhos tintos, brancos e espumantes, em 13/07/2010; e "Litoral Norte Gaúcho" para o produto arroz, a primeira denominação de origem brasileira, em 24/08/2010. Houve um arquivamento definitivo, o "Porto", para vinho licoroso, em 09/11/2010.

Tabela 12 – Depósitos e Decisões Finais de Indicação Geográfica				
Indicação Geográfica	**2008 (A)**	**2009 (B)**	**2010 (C)**	**Δ% (C/B)**
Depósitos	4	10	14	40
Decisões	3	6	3	-50
Registro	0	3	2	-33,33
Indeferido	2	0	0	0
Deferido	1	3	2	-33,33
Arquivado	0	0	1	-

Fonte: RPI e Autos Processuais.

A CGIR, durante o ano de 2010, contou com dois servidores para proceder à análise formal e técnica dos pedidos de registro de indicação geográfica supervisionados pela CGIR, para atender a interessados nacionais e estrangeiros em conhecer o processo de registro no País por meio de contatos telefônicos, correio eletrônico, atendimentos presenciais, e para responder as questões direcionadas pela Ouvidoria sobre o tema. Foram contabilizados 6.048 atendimentos no período.

Na otimização de procedimentos, foram realizadas quatro reuniões com a CGTI para digitalização de documentos.

No atendimento à demanda da DICOD por instrutores no módulo de Indicações Geográfica, foram ministrados oito cursos básicos em: Universidade de Alfenas (UNIFAL-MG), Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Ambientação de Novos Servidores (PROAMB) do INPI, na Universidade Federal de Lavras (UFLA), na Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (SECITECE) e na Universidade de Brasília (UnB), assim como participação no Fórum de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas no setor de Agropecuária do Espírito Santo.

Ainda no âmbito da DICOD, foram realizadas ações para a Academia de Inovação e Propriedade Intelectual do INPI, como participação na disciplina "Conhecimentos Tradicionais e Biotecnologia", participação em bancas de alunos do Mestrado Profissional do INPI e correção de questões da prova de admissão no curso de mestrado.

Em relação às Divisões Regionais, foi criado o projeto "Indicações Geográficas nas Divisões Regionais", que objetiva integrar os servidores dessas unidades administrativas nos assuntos afetos às indicações geográficas, para que eles possam atuar como eventuais identificadores das potencialidades de indicação geográfica em seus estados e serem interlocutores em parcerias de interesse.

Nesse sentido, foram realizados dois seminários internos onde os servidores das Divisões Regionais apresentaram suas experiências com indicações geográficas, como os trabalhos na região da Divina Pastora (SE) para renda e na região de Ilhéus (BA) para cacau, e tiveram oportunidade de conhecer as experiências relatadas pelo corpo técnico de indicação geográfica, como as potencialidades da região de Pelotas (RS) para pêssego e da região de Morretes (PR) para cachaça.

Foi também criada rede de *e-mail* específica para "Indicações Geográficas nas Divisões Regionais", com vistas a facilitar a integração e troca de informações no grupo.

O primeiro resultado prático deste projeto foi refletido na promoção do "1º Workshop de Indicação Geográfica na Bahia", organizado pelo INPI, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e Rede de Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica da Bahia (REPITEC), que apresentará os processos de reconhecimento de indicação geográfica e os grupos proponentes das potencialidades baianas identificadas.

A CGIR tem acompanhado, em conjunto com a DICOD, a elaboração de Acordos e Convênios de cooperação técnica com diversas instituições nacionais e internacionais, no que se refere à indicação geográfica.

A CGIR participou do Grupo de Trabalho Interministerial de Propriedade Intelectual no sub-grupo IG e das da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça do Conselho de Agronegócio da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAPA) e dos debates que ocorreram com o MRE, Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), do MDIC, INMETRO, SEBRAE, Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC) e outros, para elaboração do texto do regulamento de uso e estrutura de controle em atendimento ao Art. 4º do Decreto 4.062 de 21/12/2001.

A CGIR tem discutido com a CGCOM maneiras de otimizar os textos a serem veiculados sobre Indicação Geográfica no sentido de sensibilizar a sociedade brasileira sobre a questão. Destas discussões, cerca de 49 matérias foram disseminadas no período no sítio do INPI, na Internet e em outros meios de comunicação sobre o tema.

Destaca-se a participação no XXX Seminário sobre a Propriedade Industrial para Países da América Latina, no XXII Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, no Seminário Internacional de IG em Campina Grande-PB, na Feira Nacional da Agricultura Irrigada (FENAGR) em Petrolina, PE.

Ações de assessoramento técnico foram levadas a cabo junto a entidades públicas e privadas identificadas no sentido de iniciar o processo de elaboração do pedido de registro de indicações geográficas sendo executadas em diversas etapas do processo com vistas a facilitar aos interessados a escolha da melhor estratégia de proteção em cada caso, bem como adequar documentos depositados às normativas vigentes: [1] o artesanato em cerâmica de Maruanum, no município de Macapá/AP, [2] o açaí de Calçoene/AP, ambas organizadas pelo SEBRAE, [3] com produtores de pêssego de Pelotas em conjunto com a EMBRAPA Clima Temperado, [4] com os gestores do Porto Digital de Recife, [5] produtores do Norte Pioneiro do Paraná, [6] com representantes da Associação dos Cafés Especiais da Serra da Mantiqueira, [7] com empresas de pedras ornamentais de Santo Antônio de Pádua – RJ e representantes da Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro (REDETEC) e SEBRAE, [8] com representantes da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (COCAPEC) de Alta Mogiana, [9] participação

do Festival Internacional do Camarão da Costa Negra, Acaraú/CE e [10] palestra em *workshop* do EMBRAPA em Concórdia/SC, no qual foi discutida a cadeia produtiva de suinocultura do Oeste de Santa Catarina.

Também houve apresentação de palestra sobre a relação de marcas com indicação geográfica no XXX Seminário Internacional da Propriedade Intelectual da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), e, no âmbito internacional, palestra *"Indicaciones Geográficas – El desarrollo Económico Regional, el rol de las Denominaciones de Origen"* no evento *Propriedad Intelectual para Impulsar la Innovación y la Competitividad*, organizado pela OEA, ocorrido em San José, na Costa Rica, no período de 04 e 05 de novembro de 2010.

Outra participação internacional foi no Seminário Regional do Projeto FAO - Qualidade dos alimentos vinculada a origem e as tradições na América Latina, realizado na cidade de Guayaquil, no Equador, nos dias 25 a 27 de novembro de 2010.

8 Programa de Computador

Em março de 2009, foi introduzida a possibilidade de apresentação da documentação técnica no formato eletrônico para o registro de programa de computador e, desde então, o número de depósitos vem crescendo, tendo ocorrido aumento de quase 20% em 2010. Entende-se que o crescimento é resultado da introdução desta nova possibilidade para a documentação técnica, que não só simplificou o processo de depósito para o usuário, como também minimizou seus custos. Deve ser observado, também, que 92% dos pedidos apresentaram a documentação técnica no formato eletrônico em 2010.

Com relação aos trabalhos realizados pela DIPTO, além do retorno à emissão dos certificados de registro, a Divisão tem empenhado grande esforço no exame dos pedidos antigos, dando continuidade à publicação de exigências, que se iniciou em 2009, a princípio de forma bastante tímida, pois foi necessária a adequação do sistema de informática a este novo serviço. Superados os problemas do sistema, houve uma concentração de esforços em 2010 para redução deste atraso, resultando na publicação de mais de 2.900 exigências no ano. Em função deste esforço concentrado houve uma diminuição nos deferimentos e emissão de certificados, respectivamente, de cerca de 3% e 15%, embora isto seja resultado de um atraso de apenas quatro meses, o que não causa danos aos usuários (Tabela 13).

Tabela 13 – Depósitos e Concessões de Programa de Computador

Programas de Computador	2008 (A)	2009 (B)	2010 (C)	Δ % C/B
Depositados	802	991	1.177	18,77
Deferidos	801	840	817	-2,74
Certificados Emitidos	449	1.890	1.609	-14,87
Exigências publicadas	0	47	2.923	6.119

Fonte: PAG e SINPI.

Em relação à distribuição de depósito pelos estados (Tabela 14), a tendência, já observada desde 2008, se perpetua. Mais uma vez, está ocorrendo uma pulverização dos depósitos de pedidos, com a presença de mais três estados (Amazonas, Maranhão e Piauí).

Tabela 14 – Depósitos de Programa de Computador por Estado				
Estados	**2008 (A)**	**2009 (B)**	**2010 (C)**	**Δ % (C/B)**
Alagoas	0	2	3	50
Amazonas	0	0	1	-
Bahia	13	12	10	-16,67
Ceará	12	8	16	100
Distrito Federal	42	35	34	-2,86
Espírito Santo	1	2	5	150
Goiás	4	14	11	-21,42
Maranhão	0	0	5	-
Minas Gerais	51	68	95	39,70
Mato Grosso Sul	1	5	1	-80
Mato Grosso	44	4	2	-50
Pará	3	4	1	-75
Paraíba	11	33	9	-72,72
Pernambuco	0	9	19	111,11
Piauí	0	0	2	-
Paraná	45	51	63	23,53
Rio de Janeiro	195	272	372	36,77
Rio Grande do Norte	10	6	5	-16,67
Rio Grande do Sul	48	60	56	-6,67
Santa Catarina	33	33	64	93,94
Sergipe	1	2	4	100
São Paulo	288	360	391	9,04
Tocantins	0	3	3	0
Total	**802**	**991**	**1.177**	**18,77**

Fonte: SINPI e PAG.

Deve-se destacar o crescimento desses depósitos nos estados de Espírito Santo, Pernambuco e Sergipe. Estes estados, que outrora quase não depositavam pedidos, têm apresentado um crescimento constante nos últimos dois anos. Apesar da redução dos depósitos apresentados em alguns estados, no geral houve crescimento significativo de cerca de 19% nos depósitos em 2010.

A DIPTO atendeu à demanda da Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento atuando como instrutor para o módulo de proteção ao software em cerca de 15 Cursos de Capacitação em Propriedade Intelectual no País. Contribuiu, também, com a participação no Seminário Internacional "A Propriedade intelectual e Política da Concorrência" no Rio de Janeiro. Foram ainda atendidos cerca de 4.290 usuários, seja por telefone, pela ouvidoria, *e-mail* ou pessoalmente.

9 Topografia de Circuitos Integrados

Em 31 de maio de 2007, foi promulgada a Lei 11.484, estabelecida no âmbito das iniciativas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que especifica, em seu Capítulo III, as condições de proteção das

topografias de circuitos integrados mediante a proteção pela propriedade intelectual. Tal proteção é *sui generis*, sendo obrigatório o registro, que deve ser efetuado no INPI.

Em 23 de setembro de 2008, foi publicada na Revista da Propriedade Industrial nº 1.968 a Resolução nº 187/08, que normatiza os procedimentos relativos ao depósito e processamento de pedidos de registro de topografia de circuito integrado no INPI, assim como a Resolução 190/08, que institui os formulários para apresentação de pedidos de registro e de petições relativos à topografia de circuitos integrados.

Em 14 de maio de 2009, foi publicada Tabela de Retribuição de Serviços relativa ao registro de topografia de circuitos integrados e, em 18 de maio de 2010, a Tabela de Códigos de Despacho de Registro de Topografia de Circuito Integrado, na RPI nº 2.054.

Em junho de 2010, o INPI e o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) iniciaram conversas com vistas a estabelecer parcerias no âmbito de Acordo de Cooperação Técnica para intercâmbio de conhecimentos técnicos especializados e de propriedade intelectual, de forma a estreitar relações entre as entidades e trocar experiências com relação às topografias de circuitos integrados.

Ao final de 2010, havia 12 pedidos de depósito de registro de topografia de circuitos integrados em análise, que por motivos operacionais ainda não haviam sido examinados.

Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento

1 Introdução

A publicação do Decreto nº 7.356 de 12 de novembro de 2010, na seção I, do Diário Oficial da União (DOU), alterou consideravelmente a estrutura regimental do INPI e, por conseguinte, agregou novas atribuições a, até então, Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica (DART), que passou a ser intitulada Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento (DICOD). Entre as principais mudanças ocorridas na estrutura da DICOD, destacam-se a formalização e consolidação da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ACAD) e o advento da Divisão do Observatório Tecnológico (OBTEC). Subordinada diretamente ao Diretor de Cooperação para o Desenvolvimento, a OBTEC terá como função realizar monitoramentos setoriais do desenvolvimento tecnológico, levantando dados e formatando informações a partir do acesso a bases de dados de documentação patentária e de informação tecnológica em geral. Será um ambiente para a interação direta entre o INPI e os diversos agentes do Sistema Nacional de Inovação, possibilitando a estes últimos, por meio da chamada "Gestão Compartilhada", contribuir para a elaboração de metodologias, construção de indicadores e melhor percepção das particularidades dos setores econômicos estudados, além do direcionamento e priorização das áreas estratégicas a serem trabalhadas.

A Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento passou a ter a seguinte estrutura:

- Centro de Disseminação e Informação Tecnológica (CEDIN), que abrange a Coordenação de Informação Tecnológica (CITEC), a Coordenação de Estudos e Programas (CEPRO), além do Centro Brasileiro de Material Biológico que, em parceira com o Inmetro, será o primeiro centro depositário de material biológico da América Latina. O CEDIN conta ainda com a Divisão de Serviços da Biblioteca (DIBIB) e a Divisão de Documentação (DIDOC).

- Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (CGCI), que com a nova estrutura regimental passou a contar com a Divisão de Cooperação Técnica com América Latina e Caribe (DIALC); a Divisão de Cooperação Técnica com Organismos Regionais, Plurilaterais e Multilaterais (DIORG) e a Divisão de Cooperação Técnica Bilateral com Escritórios Nacionais de Propriedade Intelectual (DICOB).

- Coordenação-Geral de Ação Regional (CGAR), que abrange os escritórios de Difusão Regional localizados nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Distrito Federal e, a partir da nova estrutura, também o Estado do Amazonas.

- Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ACAD), que abrange a Coordenação de Formação e Extensão em Propriedade Intelectual (CFEPI) e a Coordenação de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa (COPGP).

- Coordenação de Cooperação Nacional (CONAC), que abrange a Divisão de Fomento à Proteção de Propriedade Intelectual de Universidades e Institutos de Pesquisa (DIFIP) e a Divisão de Fomento à Proteção de Propriedade Intelectual de Empresas (DIFEM).

- Divisão do Observatório Tecnológico (OBTEC).

As atividades da DICOD, em sua maioria, permeiam mais de uma área da diretoria, haja vista que as ações articuladoras passam frequentemente por dimensões nacionais, internacionais e regionais, além de, ao mesmo tempo, incorporarem as oportunidades estratégicas existentes no uso da informação tecnológica.

Dentre os mais importantes resultados alcançados ao longo de 2010 destaca-se, no âmbito da ACAD, a redefinição do projeto estratégico de ensino à distância e o resultado da 1a. avaliação do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Importante ressaltar que a consolidação da área de ensino é decorrência do processo iniciado no ano de 2004, com a celebração de convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por intermédio da Fundação José Bonifácio (FUJB), no qual foram desenvolvidos estudos e políticas de desenvolvimento econômico na área de propriedade intelectual e inserida a temática da propriedade intelectual no Programa de Pós-Graduação daquela universidade.

A alteração da estrutura regimental do Instituto mudou consubstancialmente a estrutura da ACAD que, dentre diversos fatores, possibilitará uma maior sinergia com as atividades do CEDIN, permitindo ao INPI ampliar sua presença na cadeia do conhecimento, agregando valor ao saber gerado tanto nas atividades educacionais quanto nas de informação tecnológica.

No âmbito regional, o ano de 2010 consolidou a redefinição do escopo de atuação das unidades descentralizadas que, desde 2005, vêm deixando de atuar apenas como receptoras de depósito para se tornar ponto de atuação regional no fomento à proteção da propriedade intelectual. Ao mesmo tempo em que a área de cooperação nacional, que com a nova estrutura regimental voltou a ter status de coordenação como em 2007, ganhou robustez ampliando as relações com o setor empresarial, particularmente a partir do sucesso obtido com os resultados do acordo do INPI com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), além de consolidar os laços com as instituições de ensino iniciados em fins de 2004 e que, em 2010, culminaram com o início do programa de capacitação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs), numa importante parceria com o Ministério da Educação (MEC).

No campo da informação tecnológica, o CEDIN atuou em 2010 em diversas frentes para a execução dos objetivos gerais do INPI, em especial a de ampliar as atividades de divulgação da informação contida em patentes, bem como do Sistema de Propriedade Intelectual como um todo, além da capacitação de seu corpo técnico considerando a consolidação do INPI como Autoridade

Internacional de Busca e de Exame Preliminar (ISA/IPEA) perante a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Do ponto de vista da atuação internacional, a DICOD deverá ampliar e fortalecer os aspectos operacionais. Para tanto, buscou-se uma ênfase cada vez maior de sustentar as relações bilaterais e multilaterais com ações concretas, entre as quais se destaca a oferta de capacitação em nível regional, em especial à África e à América Latina. Com a nova estrutura regimental, as questões ligadas à formulação de políticas para a inserção global da temática da propriedade intelectual passam a estar vinculadas à Presidência do Instituto.

No que tange à gestão administrativa, cabe ressaltar o início do processo de normatização dos procedimentos de cada unidade subordinada à diretoria, necessário na medida em que houve um processo de reestruturação.

Consoante ao estabelecido no Planejamento Estratégico para o período 2007-2012, algumas ações que envolvem a participação da DICOD estão diretamente relacionadas ao Plano Plurianual (PPA). Nos tópicos seguintes, serão abordadas as metas estabelecidas nas ações do PPA, especificando os números alcançados em 2010, comparados com os anos anteriores, as atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico do INPI, bem como os números dos Indicadores de Gestão auferidos.

2 Centro de Disseminação da Informação Tecnológica (CEDIN)

2.1 Plano Plurianual

No que se refere à ação "Disseminação de Informações Tecnológicas", prevista no PPA e executada pelo CEDIN, assinala-se a realização de 101.332 consultas durante o ano de 2010 (Tabela 1). Tal valor, acima da meta prevista para o ano, tem tido seu comportamento observado nos últimos dois anos, e pode decorrer, dentre outros fatores, do aumento do número de pedidos de patente depositados a cada ano, tanto no Brasil como no exterior. Assim, considerando-se que a meta do CEDIN foi estabelecida no ano de 2002, a mesma foi corrigida para o próximo período (2011/2012), cujo valor a ser atingido passa a ser o de 90.000 consultas por ano.

Tabela 1 – Previsão das Metas do PPA e Resultados Obtidos

2008			2009			2010		
Meta	Valor Atingido	Δ%	Meta	Valor Atingido	Δ%	Meta	Valor Atingido	Δ%
80.000	106.238	33	80.000	96.535	20	80.000	101.332	26

Fonte: CEDIN.

2.2 Projetos Estratégicos

Dentre os projetos estratégicos do Instituto sob responsabilidade do CEDIN estão a Digitalização dos Documentos de Patentes e a Automação do Acervo da Biblioteca. O primeiro projeto possui dois subprojetos.

O primeiro é o de conversão e indexação dos microfilmes para meio digital dos pedidos e ou documentos de patente, compreendidos entre o período de 1924 a 1974. Após inúmeros problemas, principalmente devido ao ineditismo dessa atividade, o processo sofreu uma descontinuidade. Após mais de cinco anos parado na CGMI, o processo retornou ao CEDIN, que ainda não concluiu sua sequência. O adiamento do início do projeto para 2011 está confirmado, mantendo-se, ainda, forte possibilidade de seu cancelamento definitivo, tendo em vista alternativas que vêm sendo estudadas, tais como realização do projeto por meios próprios (Tabela 2).

Tabela 2 – Andamento do Subprojeto Conversão/Indexação

Projeto I.1	**Posição do Projeto**		
Conversão/indexação microfilmes para meio digital	**2008**	**2009**	**2010**
Percentual atingido	-	-	-

Fonte: CEDIN.

O segundo sub-projeto é o de digitalização dos documentos publicados entre 2 de janeiro de 2000 a 25 de julho de 2006. Em conjunto com a CGTI, o CEDIN realizou a digitalização dos pedidos de patente publicados no período compreendido entre 2000 e 2006. Atualmente, o projeto encontra-se parado, pois a CGTI ainda não disponibilizou a documentação digitalizada pela empresa que presta serviços a ela (Tabela 3).

Tabela 3 – Andamento do Subprojeto Digitalização de Documentos Publicados

Projeto I.2	**Posição do Projeto**		
Digitalização documentos publicados entre 2000 e 2006	**2008**	**2009**	**2010**
Percentual atingido	28%	2%	0%

Fonte: CEDIN.

O projeto de Automação do Acervo da Biblioteca encontra-se concluído. Entretanto, cabe alertar que a manutenção do atual sistema de informática (PERGAMUM) ou outro similar é fundamental para que não haja solução de continuidade (Tabela 4).

Tabela 4 – Andamento do Projeto Automação do Acervo da Biblioteca

Projeto II	**Posição do Projeto**		
Automação do Acervo da Biblioteca	**2008**	**2009**	**2010**
Percentual atingido	80%	20%	-X-

Fonte: CEDIN.

2.3 Indicadores de Gestão

Conforme estabelecido pela Resolução nº 217/2009, o INPI implementou sua carteira de Indicadores de Gestão constituída de 40 indicadores com o objetivo de aferir os resultados alcançados pela Administração. Desse total, 11 indicadores são de responsabilidade do DICOD, sendo que dois deles vinculados ao CEDIN, conforme Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 - Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação Patentária Solicitadas	
Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação não Patentárias Solicitadas	**TOTAL 2010**
Quantidade de Buscas Realizadas	860
Quantidade de Buscas Solicitadas	905
Percentual Atingido	95%
Meta: 80% ao mês	

Fonte: CEDIN.

Tabela 6 - Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação não Patentária Solicitadas	
Índice de Produtividade nas Buscas em Documentos de Patentes Solicitadas	**TOTAL 2010**
Quantidade de buscas realizadas	330
Quantidade de buscas solicitadas	322
Percentual Atingido	102%
Meta: 90%	

Fonte: CEDIN.

Ambas as metas foram atingidas, sendo que o valor da meta referente à documentação não patentária ficou cerca de 20% acima do estabelecido, que pode ser explicado, em parte, devido ao aumento de consultas provocado pela melhor estruturação dos serviços, resultado do término da implementação do software de gerenciamento no ano de 2009.

2.4 Dados Estatísticos do CEDIN

O número de buscas individuais e isoladas em 2010, relativamente aos anos anteriores, reflete, em certa medida, o grande número de atividades de disseminação e capacitação que o INPI vem empreendendo, bem como a maior quantidade de informação de patentes disponível para busca na Internet geradas pelos escritórios de PI, o que tem facilitado a realização de buscas pelos usuários. (Tabelas 7 e 8).

Tabela 7 - Evolução da Documentação Técnica de Patentes			
Atividades	**2008**	**2009**	**2010**
Fornecimento de Cópias de Documentos de Patentes via PROFINT	79.638	65.208	76.463
Número de atendimento a empresas via PROFINT	58	Retirado da estatística	Retirado da estatística
Fornecimento de Cópias de Documentos de Patentes ao Usuário Externo	11.583	10.188	7.131
Fornecimento de Cópias de Documentos	3.638	3.523	3.574
Material Bibliográfico fornecido via Biblioteca	3.423	9.245	6.586

Fonte: CEDIN.

Tabela 8 - Buscas Realizadas e Atendimento a Usuários Externos e Internos			
Atividades	**2008**	**2009**	**2010**
Buscas Individuais	610	597	356
Buscas Isoladas	376	289	256
Buscas *online*	157	64	66
Atendimento a Usuários Externos	874	880	626
Consultas a Biblioteca	2.813	3.329	3.589
Correio Eletrônico (*e-mail*)	3.082	3.209	2.677
Estudos Realizados	03	03	01

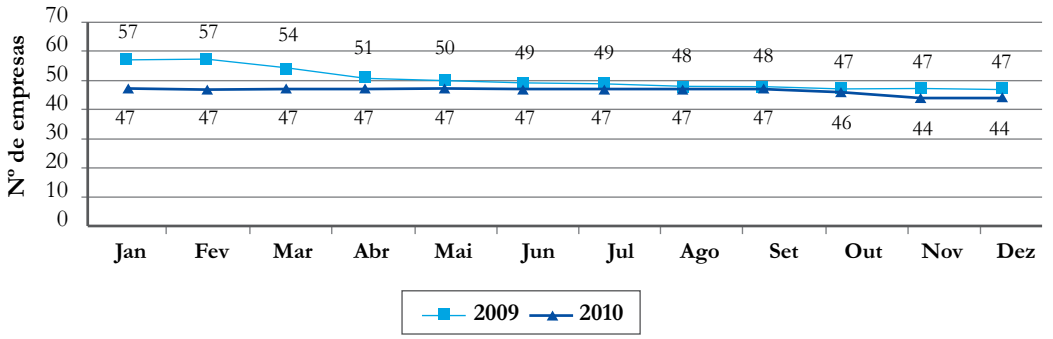
Fonte: CEDIN.

Em seu Programa de Cooperação com o Paraguai o INPI efetuou 31 buscas, e com a OMPI, duas buscas para a República Dominicana.

2.5 Programa de Fornecimento Automático de Informação Tecnológica (PROFINT)

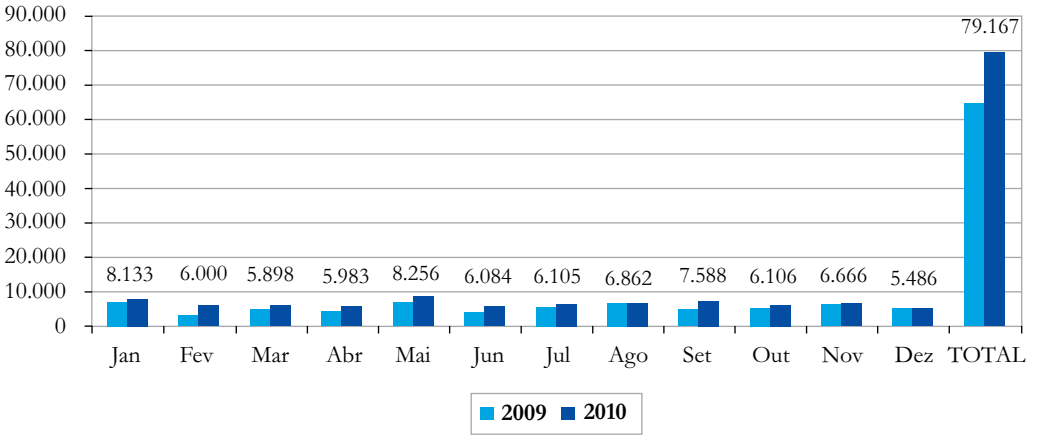
A missão do PROFINT é divulgar para as empresas contratantes a informação tecnológica atual, publicada mensalmente, contida em documentos de patente. Os Gráficos 1 e 2 mostram o número de empresas contratantes em 2010 e o material enviado pelo CEDIN.

Gráfico 1 – Empresas Assinantes do PROFINT em 2009 e 2010



Fonte: CEDIN .

Gráfico 2 – Folhas de Rosto de Documentos de Patentes Enviadas em 2009 e 2010 pelo PROFINT



Fonte: CEDIN.

A maioria dos usuários do programa optou por receber as folhas de rosto dos documentos de patente via correio eletrônico, reduzindo e agilizando as etapas necessárias à remessa e recebimento das informações. Além deste fato, acrescente-se que o PROFINT está enviando às empresas um arquivo em formato Excel com os dados dos documentos publicados no mundo, na expectativa de facilitar o uso das informações pelo contratante. O PROFINT passou a oferecer em 2010, atividades de capacitação (apoio) do pessoal técnico de seus associados, a fim de que tenham melhores condições de selecionar e analisar as informações recebidas pelo programa. Tais procedimentos visam, entre outros objetivos, a ampliar a captação de novos associados, com foco em micro e pequenas empresas.

2.6 Biblioteca do INPI

A Biblioteca Economista Cláudio Treiguer vem atuando de maneira intensiva na consecução de várias atividades visando à reorganização do acervo, realização de estudo de usuários, tratamento e otimização dos processos de recuperação da informação, atendimento às necessidades informacionais dos clientes internos e externos, através do COMUT e do intercâmbio com outras bibliotecas. O acesso do INPI como instituição usuária do Portal Periódicos Capes, sobretudo nas bases contratadas pela Autarquia e a base brasileira SCIELO, tem promovido uma sensível melhoria na recuperação de literatura técnico-científica de interesse de seus públicos interno e externo.

A Biblioteca processa tecnicamente todos os itens recebidos (cataloga, classifica, indexa e etiqueta) por meio de seu sistema automatizado (Pergamum). O registro das coleções "Memória Institucional" e "Memória Técnica", ambas devotadas ao registro do conhecimento produzido pela Autarquia em seus 40 anos de vida, foi finalizado, tendo havido um aumento significativo no número de artigos solicitados pelas áreas técnicas, o que demonstra o importante papel da Biblioteca nos diversos processos de trabalho do INPI.

Em 2010, a Biblioteca editou 19 Alertas Bibliográficos, auxiliando na divulgação de material referente à propriedade intelectual publicado nacional e internacionalmente. Este material foi enviado por correio eletrônico corporativo para possibilitar o conhecimento de seu conteúdo, tendo sido adquirido pelo Instituto, em grande parte, em atendimento às demandas das áreas técnicas e do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação. Alémdisso, a pedido do Programa de Mestrado realizado pelo INPI, a Biblioteca vem elaborando a ficha catalográfica das dissertações defendidas pelo corpo discente do curso.

A Biblioteca tornou-se referência para os cursos de graduação em Biblioteconomia da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da UFRJ, tendo recebido grupos interessados em conhecer a metodologia de processamento técnico-documental utilizada, bem como o acervo e serviços especializados desenvolvidos para o Instituto.

2.7 Bases de Dados utilizadas nas Buscas

Concebida como a ferramenta principal do examinador de patentes do Escritório de Patentes Europeu (EPO) na execução de suas atividades na concessão de direitos de patente, o Sistema de buscas EPOQUE foi disponibilizado ao INPI brasileiro em 2005, como o primeiro país fora da Comunidade Europeia, dentro de um convênio de cooperação visando ao aperfeiçoamento do trabalho executado pelos pesquisadores.

A partir de 2005, os pesquisadores do CEDIN e da DIRPA passaram a ser treinados no EPO em Haia, Holanda, de modo a formar multiplicadores no INPI, que são responsáveis por treinamentos internos de novos pesquisadores. Relativamente à utilização do Sistema, o INPI ampliou o acesso com a obtenção de novas senhas, uma vez que o corpo técnico do INPI aumentou em 2007, com a entrada de 170 novos pesquisadores. Em 2009,

mais 54 pesquisadores foram incluídos ao corpo técnico do Instituto, os que fez saltar o número de senhas para 301 no mês de abril.

Outro sistema de acesso à informação pelo INPI é realizado por meio do Banco de Dados Internacional DIALOG, utilizado desde os anos 80 pelo INPI e que gerencia, atualmente, cerca de 900 bases de dados, incluindo acesso as bases de artigos, que o sistema EPOQUE não pode disponibilizar devido às restrições de *copyright*.

O acesso ao EPOQUE e ao DIALOG significa um importante ganho em termos de qualidade nos exames dos pedidos de patentes. Trata-se de uma ação de importância estratégica administrada pelo CEDIN, que fundamenta o trabalho a ser executado pelo INPI como Autoridade Internacional de Busca e de Exame Preliminar do Tratado de Cooperação de Patentes, que o INPI conseguiu aprovar junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual em setembro de 2007, e que passou a vigir plenamente a partir de agosto de 2009.

Encontra-se em fase final de implementação um novo contrato com o DIALOG, onde será possível acessar as bases do DIALOG via sistema EPOQUE, permitindo, dessa forma, que se efetue uma busca capaz de obter a totalidade do acervo, por meio da utilização de palavras-chave em uma só busca.

2.8 Digitalização de Documentos de Patentes Brasileiras para o ESPACENET e LATIPAT e outros Escritórios e Organizações

O CEDIN coordena a atividade de digitalização e indexação dos documentos de patentes brasileiras, que passam a integrar a base brasileira de patentes. Semanalmente, os pedidos de patente publicados são enviados, em formato eletrônico, ao Escritório Europeu de Patentes, para que os dados sejam inseridos na base de busca ESPACENET (http://ep.espacenet.com.br).

Adicionalmente, os documentos brasileiros estão compondo, também, a base LATIPAT, que congrega os países latino-americanos mais a Espanha e a base PATENTSCOPE da OMPI. Em 2010, foram digitalizadas e indexadas 400.269 imagens.

Com relação à base de patentes concedidas, a Diretoria de Patentes (DIRPA) é responsável por sua digitalização, ficando a cargo do CEDIN, a responsabilidade pelo envio da mesma para ser disponibilizada na base de dados ESPACENET do EPO.

A documentação eletrônica produzida pelo INPI também é enviada para o Escritório Norte-americano de Marcas e Patente (USPTO, na sigla em inglês), procedimento que deverá ser estendido aos demais países e entidades com as quais o INPI mantenha intercâmbio de documentação, nos quais se destacam a Grã-Bretanha, Rússia, Cuba, ARIPO, Alemanha e Paraguai. Posteriormente, esse procedimento será estendido, também, a todos os países e organismos que tenham interesse em firmar acordos com INPI para essa finalidade.

Cabe ressaltar que o CEDIN encerrou a digitalização do *backlog* dos documentos de patentes brasileiras referente aos pedidos de patentes publicados antes de 2006 e, no momento, aguarda a disponibilização deste material pela CGTI para proceder à sua

indexação e futura disponibilização ao público através da página do INPI e do Escritório Europeu de Patentes (http://ep.espacenet.com.br).

Ainda em 2010, o CEDIN coordenou a digitalização da documentação que complementará a base de Desenhos Industriais.

2.9 Estudos e Publicações

A Divisão de Estudos e Programas (DIESPRO), atual Coordenação de Estudos e Programas (CEPRO) do CEDIN, publicou em 2010 o estudo "Análise Quantitativa e Qualitativa do Patenteamento de Célula-tronco no Brasil". Além de efetuar um levantamento dos dados relativos à busca por patenteamento de pesquisas e desenvolvimentos efetuados por entidades trabalhando no setor, tais como empresas, universidades e centros de pesquisa, dentre outras, o trabalho visa a servir, também, como indicativo na formulação de estratégias e políticas visando a um maior aproveitamento e gerenciamento das informações em propriedade intelectual. O referido estudo foi divulgado à sociedade por meio da mídia e gerou, ainda, a submissão e aprovação de um trabalho intitulado "Quantitative and Qualitative Analysis of Stem Cell Patenting in Brazil", que foi apresentado no evento "Stem Cells – Europe 2010", em agosto, em Edimburgo, Escócia.

Em 2010, foram publicados 20 Alertas Tecnológicos, versando sobre: Nanobiotecnologia, Célula-Tronco, Nanotecnologia, Células a Combustível, Energia Eólica, Energia Solar, Energia Nuclear, Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Deficiência Motora e Biodiesel. Além disso, com a finalidade de atender a demandas internas específicas, a DIESPRO elaborou 11 Notas Técnicas, abordando variados temas, com a divulgação de informação de patentes consolidada.

Encontram-se em fase de conclusão os seguintes estudos: patenteamento pelas instituições de pesquisa privadas brasileiras, nanotecnologia aplicada a têxteis, nanotecnologia aplicada à biotecnologia, nanotecnologia aplicada a sistemas de armazenamento de energia, pedidos de patente publicados no Brasil para pessoas com deficiência auditiva e registros de desenhos industriais depositados no Brasil no período compreendido entre 1997 e 2009.

Destaque-se, ainda, a publicação do trabalho "Tecnologia Assistiva", patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e editado pela Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência, no qual consta um capítulo elaborado pelo grupo do qual o CEDIN participa ativamente.

2.10 Atividades Institucionais e de Cooperação com outras Diretorias

Em sequência ao primeiro Módulo do Treinamento de Examinadores de Patentes Latino-americanos, o Grupo de Trabalho composto por pesquisadores do CEDIN e da DIRPA elaborou o 2º Módulo, que foi executado em cooperação com o INDECOPI (Peru), que sediou o evento de cinco dias, no mês de maio. Devido ao sucesso do treinamento o grupo foi acrescido de novos examinadores, totalizando 30 treinandos dos países latino-americanos e do próprio INDECOPI.

Atendendo à demanda do Instituto Nacional de Propriedad Intelectual (INAPI), do Chile, técnicos do CEDIN e da DIRPA elaboraram um treinamento específico que foi ministrado aos Peritos Externos contratados por aquele Instituto para realizarem atividades de busca de patentes para os pedidos de patente depositados no INAPI. Nesta oportunidade também foi estabelecido um contato entre os examinadores do INPI e os do INAPI visando à troca de experiências sobre diretrizes de exame. Em sequência a este treinamento, pesquisadores do CEDIN ministraram, também no INAPI, um curso de uma semana sobre Prospecção Tecnológica, enfatizando a importância da busca e uso da informação de patentes, bem como das ferramentas disponíveis

Outro país que recebeu uma equipe do INPI para o Treinamento de Examinadores de Patentes foi a República Dominicana, que destacou cerca de 20 examinadores da oficina para trocarem experiências quanto às atividades de busca e exame de pedidos de patente.

A Oficina de Propriedade Industrial da Colômbia também recebeu um Treinamento de Examinadores de Patentes, realizado na Superintendência de Indústria e Comércio, e do qual participou como instrutor um pesquisador do CEDIN.

Pesquisadores do CEDIN participaram também do Grupo de Trabalho da Qualidade, que atua especificamente sobre os pedidos de patente examinados no contexto do INPI como Autoridade ISA/IPEA; do Comitê de Informática, que é composto por representantes das diferentes Diretorias do INPI. Além destes grupos, integraram, ainda, os Grupos de Trabalho da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), executada pelo MDIC, especialmente o de Siderurgia, Indústria Aeroespacial e Nanotecnologia, bem como do que elaborou novos critérios para o Prêmio FINEP de Inovação na categoria de Inventor Inovador. Representantes do CEDIN participaram, também, como palestrantes nas cerimônias de lançamento do prêmio em nível regional, divulgando o Sistema de Propriedade Industrial, bem como do julgamento e entrega do prêmio em nível nacional, em Brasília, e da entrega do Prêmio da Região Nordeste que aconteceu em Natal (RN).

O CEDIN vem atuando em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), na consecução de Acordo de Cooperação Técnica para desenvolver software de busca e análise de informações de propriedade industrial, visando à disseminação da cultura de PI.

Relativamente ao Comitê Nacional de Biotecnologia (CNB), o INPI tem assento desde a sua criação em 2007, e o CEDIN faz parte de seu grupo de trabalho com uma participação efetiva na consecução dos objetivos da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia (PDB). Em sua atuação, o INPI apresentou em 2009, além das ações já previstas na referida política e em andamento na instituição, diversas propostas de estudos relacionados às metas da PDB, e a criação do Grupo de Trabalho em Propriedade Intelectual para a condução destes estudos. O Comitê deliberou pela criação do grupo de trabalho, cuja coordenação ficou a cargo do representante do INPI.

Tendo em vista a articulação interministerial envolvendo MDIC e MCT, que resultou no projeto para a implementação do Centro brasileiro de Material Biológico (CBMB) e que previu, também, o desenvolvimento de um sistema de avaliação de conformidade para material biológico e a estruturação de uma rede de Centros de Recursos Biológicos (CRB), o INPI também participa ativamente dos trabalhos para o alcance destes resultados. A implantação da rede de CRB no Brasil e do desenvolvimento do sistema de avaliação da conformidade está também vinculada à estruturação de uma rede global de CRB, que se iniciou a partir de uma iniciativa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas que constitui, hoje, uma iniciativa internacional independente. O INPI participou das reuniões para a implantação tanto da rede nacional quanto da rede global de CRB, além da organização e realização dos eventos relacionados ao tema realizados no Brasil, incluindo congressos nacionais.

2.11 Centro Brasileiro de Material Biológico

O esforço do INPI e do INMETRO na criação do CBMB justifica-se com a capacitação de coleções de culturas vocacionadas para a prestação de serviços e oferta de materiais para todo o sistema brasileiro de pesquisa, científica ou tecnológico-empresarial, dada a crescente importância do material biológico nas mais diversas estruturas produtivas, bem como nos sistemas de saúde e meio ambiente. O Centro abrigará duas seções: uma de materiais em condições de segredo, destinada prioritariamente ao material utilizado na descrição de patentes que se encontram em fase de sigilo, e uma outra destinada a materiais disponíveis para pesquisas, com linhagens tipo e outros materiais de referência julgados de interesse para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Durante o ano de 2008 e o primeiro semestre de 2009, a ação de implantação do CBMB envolveu a elaboração dos projetos básico e executivo para a obra. O tempo exigido para a elaboração de tais projetos deveu-se, principalmente, à complexidade das instalações necessárias para as atividades a serem realizadas no CBMB.

Os projetos foram encaminhados para análise pelo INPI no mês de junho e complementados no mês de julho de 2009, tendo sido aprovado pela equipe de Engenharia do INPI em setembro de 2009.

Após a adequação do projeto, o edital foi lançado em 25 de junho de 2010, e o processo tinha previsão de finalização em agosto de 2010 e de início da construção em setembro de 2010. Com base na nova previsão de início das obras, foi elaborado um novo cronograma para a aplicação dos recursos em 2010 e 2011, que foi encaminhado para solicitação de recursos ao MPOG. A previsão para o término da obra foi alterada para novembro de 2011, permanecendo a possibilidade de antecipação desta data, em função da disponibilização dos recursos e do andamento das obras.

O lançamento da pedra fundamental da construção do Centro aconteceu no dia 03 de dezembro de 2010 e contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o Ministro da Saúde José Gomes Temporão e o Presidente do INPI.

3 Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ACAD)

A aprovação da nova estrutura organizacional do INPI pelo Decreto 7356/2010, de 12 de novembro de 2010, alterou a estrutura da Coordenação de Formação em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (COPEPI) para uma Coordenação-Geral denominada Academia da Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, onde estão subordinadas duas coordenações, uma divisão, um serviço e uma seção.

As ações do PPA sob a responsabilidade da ACAD, no ano de 2010, são: 8096 - Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento e 8907 - Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento.

As metas estabelecidas e os resultados estão explícitos na Tabela 9.

Tabela 9 – Metas do PPA e Resultados Alcançados Ano de 2010

Ação	Produto	Meta	Alcançado	Realizado
Pesquisa em PI, Inovação e Desenvolvimento	Publicação Realizada	25	30	120%
Ensino em PI, Inovação e Desenvolvimento	Aluno Formado	1.500	2.505	167%

Fonte: ACAD.

3.1 Ação 8096 - Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento

Esta ação representa o desenvolvimento de pesquisa relacionada à temática da propriedade intelectual, inovação e desenvolvimento com intuito de dar suporte às atividades do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação. O resultado desta ação é representado pelas publicações de relatórios técnicos, de capítulos de livro, de artigos submetidos a congressos acadêmicos internacionais e nacionais, de artigos publicados em periódicos acadêmicos e de livros.

3.1.1 Produção científica e acadêmica

Os docentes do Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação apresentaram no ano de 2010 artigos científicos publicados em revistas especializadas e em eventos nacionais e internacionais, além da publicação de capítulos de livros e artigos na mídia impressa, conforme a Tabela 10.

Tabela 10 – Publicações no Ano de 2010

Publicação	Total
Artigos em revistas especializadas	14
Capítulos de livros	01
Congressos no Brasil	07
Congressos no exterior	05
Relatório técnico	01
Livros	2
Total	**30**

Fonte: ACAD.

Esse resultado, superando em 20% a meta estipulada no PPA, deve-se à vinda de quatro especialistas seniores para compor o quadro de docentes do Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação, os quais, ao longo do ano, publicaram resultados de pesquisas em andamento. Deve-se também à publicação de trabalhos que haviam sido submetidos em anos anteriores.

Em relação à Resolução INPI 248/2010 que, no indicador "Nº de Publicações em Propriedade Intelectual", estabelece como meta para o ano de 2010 o total de 12 unidades compreendendo artigos em revistas acadêmicas, relatórios de pesquisas (estudos + projeto de pesquisas + dissertações e teses), papéis de posição (*position papers*) + anais de seminários, mesas redondas ou similares, cabe destacar que o índice foi superado em 150%.

3.2 Ação 8907 - Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento

A ação "Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento" tem, dentre outras, a finalidade de assegurar a capacitação externa em propriedade intelectual e inovação dos agentes do Sistema Nacional de Inovação Brasileiro. O produto desta ação é representado pelo "Número de Alunos Formados em Nível de Mestrado", somado ao "Número de Alunos Capacitados em Propriedade Intelectual e Inovação" e ao "Número de Participantes Presentes em Ciclos de Estudo e Seminários".

3.2.1 Atividade de Formação de Recursos Humanos

A realização da meta estabelecida nesta ação se deu com a organização das atividades mostradas na Tabela 11, que também apresenta o número de pessoas formadas em cada uma delas.

Tabela 11 – Atividades e Número de Alunos Formados em 2010

Atividade	2010	
	Número de Alunos Formados	Total de Atividades
Cursos para Gestores de Tecnologia (Nível Básico, Intermediário e Avançado)	856	23
Oficinas de Propriedade Intelectual	47	03
Capacitação de Funcionários de Instituições Públicas e Privadas	596	17
Patent Drafting	50	01
Alunos Concluintes do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação	18	01
PI em Questão	327	06
III Encontro Acadêmico em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	231	01
Visita de Alunos de Graduação	45	02
Ensino à Distância DL 101P	196	01
Treinamento Internacional	119	05
"WIPO *Summer School*"	20	01
Total	**2.505**	**61**

Fonte: ACAD.

Foram realizadas 61 atividades de capacitação, que resultaram em um total de 2.505 alunos formados, representando um resultado 67% acima da meta física estabelecida no PPA de 2010, que é de 1.500 pessoas formadas. Essa diferença deveu-se, sobretudo, ao aumento da demanda por cursos de capacitação customizados para instituições parceiras, às atividades de treinamento internacional de examinadores de patentes na Colômbia, Chile, República Dominicana, Peru, ao "WIPO *Summer School*" e ao ensino à distância, sendo que essas três

últimas atividades representam novas demandas por capacitação que tiveram início no ano de 2010.

Os treinamentos internacionais somados à edição do "WIPO *Summer School*" formaram 139 alunos em seis cursos, já o ensino à distância formou 196 alunos, oriundos de países como Brasil, Portugal, Moçambique e Angola, no Curso Geral em Propriedade Intelectual (DL-101P).

3.3 Indicadores de Gestão

A Resolução INPI 248/2010 estabeleceu indicadores de gestão para as diversas unidades regimentais do INPI e definiu suas metas. A Tabela 12 mostra essas metas e os resultados alcançados pela ACAD.

Tabela 12 – Metas e Resultados dos Indicadores de Gestão do INPI 2010

Indicador	Produto	Meta	Resultado	Realizado
Nº de Pessoas Capacitadas em Cursos de Curta Duração	Pessoas capacitadas	900	856	95,1%
Nº de Pessoas Formadas em Cursos de Longa Duração	Pessoas capacitadas	06	18	200%
Nº de Publicações em Propriedade Intelectual	Nº de publicações	12	30	150%
Nº de Pessoas Presentes em Ciclos de Estudos e Seminários	Pessoas presentes	240	558	232,5%

Fonte: ACAD.

Em relação aos resultados alcançados para esses indicadores, cabe destacar que o item capacitação tem métrica diferente daquela apresentada no PPA, contabilizando apenas os dados de pessoas formadas nos cursos Básico, Intermediário e Avançado. Com essa definição, apenas foi cumprida 95,1% da meta de 900 pessoas capacitadas. Entretanto, faz-se necessário compreender que há uma mudança no perfil da demanda por capacitação em Propriedade Intelectual que levou ao aumento da procura por cursos customizados para atender às necessidades específicas das instituições parceiras. Sugere-se que, para os próximos anos, esse indicador seja revisto para abranger as novas especificidades e as novas ações de capacitação que vêm sendo desenvolvidas no âmbito desta coordenação para responder às diversas demandas que estão surgindo.

Em relação ao indicador pessoas formadas em curso de longa duração, que é medido pelo total de alunos do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação que concluem o curso, a meta foi superada em 200%. Esse número deveu-se às defesas de dissertações de alunos das turmas de 2007, 2008 e 2009 ocorridas ao longo do ano de 2010.

O indicador de pessoas presentes em Ciclos de Estudo e Seminários alcançou um resultado de 232,5% em relação à meta estabelecida de 240 pessoas. Esse resultado deveu-se, sobretudo, ao enorme interesse suscitado pelas temáticas apresentadas nos eventos de 2010. Em particular, merece destaque a grande aceitação do Encontro Acadêmico em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ENAPID) e dos seminários PI em Questão, eventos organizados pela Academia do INPI, pela comunidade acadêmica envolvida em projetos de pesquisa e desenvolvimento relativos ao tema da Propriedade Intelectual e Inovação.

3.4 Avaliação comparativa das Ações do PPA sob responsabilidade da COPEPI no período 2008-2010

As ações de "Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento" e "Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento", no período de 2008 a 2010, promoveram diversas atividades para que a meta física acordada no PPA fosse alcançada, segundo Tabela 13.

Tabela 13 - Metas do PPA e Resultados Alcançados no Período de 2008 a 2010

Ano	Número	Ações PPA	
		Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (Nº pessoas capacitadas)	**Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (Nº de publicações)**
2008	Meta	1300	10
	Resultado	1932	36
	Realização (%)	148,62%	360%
2009	Meta	1400	20
	Resultado	1963	18
	Realização (%)	140,21%	90%
2010	Meta	1500	25
	Resultado	2505	30
	Realização (%)	167%	120%

Fonte: ACAD.

Em relação aos dados da ação "Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento", observa-se um crescimento do número de pessoas capacitadas no período de 2008 a 2010. Essa evolução está relacionada ao interesse e a necessidade por parte dos agentes do Sistema Nacional de Inovação Brasileiro de capacitação na área de propriedade intelectual e inovação, o que proporcionou a superação da meta em todos os anos.

Já na ação de "Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento", o número de publicações oscilou no período de 2008 a 2010 em face do tempo despendido entre a submissão e a efetiva publicação de artigos em periódicos científicos.

3.5 Avaliação comparativa dos Indicadores de Gestão do INPI sob responsabilidade da ACAD no período 2009-2010

A implementação dos indicadores de gestão do INPI teve inicio em 2009 pela Resolução PR/INPI 217/2009, alterada pela Resolução PR/INPI 248/2010, com a definição de metas das diversas unidades regimentais do Instituto no triênio de 2009 a 2011. Dessa forma, a avaliação comparativa dos resultados de 2009 e 2010 dos quatro indicadores de gestão sob a responsabilidade da ACAD pode ser retratada nas Tabelas 14 a 17.

Na Tabela 14, observa-se uma diminuição de alunos capacitados nos cursos básicos, intermediários e avançados, pois os parceiros têm optado por realizar cada vez mais treinamentos customizados, tendência representada pelo significativo aumento das ações de capacitação de indústrias e de instituições parceiras e pela consequente redução na oferta de cursos regulares de propriedade intelectual em relação ao ano de 2009.

Como não faz parte do indicador de curso de curta duração, não puderam ser inseridas as novas

atividades iniciadas no ano de 2010, como os treinamentos internacionais e o ensino à distância.

Tabela 14 - Metas e Resultado do Indicador de Número de Capacitados nos Cursos de Curta Duração (Básico, Intermediário e Avançado) entre 2009 a 2010

Ano	Meta	Resultado	Alcançado
2009	800	1.033	129,12%
2010	900	856	95,10%

Fonte: ACAD.

Já a Tabela 15 apresenta a evolução no trabalho de formação de Mestres em Propriedade Intelectual e Inovação: de nove defesas de dissertação em 2009 para 18 defesas no ano de 2010, ou seja, um aumento de 100% de número de alunos capacitados no curso de longa duração. Cabe destacar que os alunos da primeira turma já defenderam suas dissertações e que uma parte dos alunos das turmas de 2008 e de 2009 também já realizou a defesa de dissertação no ano de 2010.

Tabela 15 - Metas e Resultados do Indicador de Número de Capacitados no Curso de Longa Duração (Mestres Formados) entre 2009 a 2010

Ano	Meta	Resultado	Alcançado
2009	06	09	150%
2010	06	18	300%

Fonte: ACAD.

Na Tabela 16, verifica-se um aumento significativo no número de participantes, ressaltando o expressivo interesse suscitado pelas temáticas discutidas nesses seminários. No caso do ENAPID, ressalta-se a abrangência nacional do evento, contando com a presença de pesquisadores, professores e alunos de universidades e institutos de pesquisa de todo o país, o que representou um aumento significativo do número de participantes e de artigos submetidos. Esses eventos (ENAPID e PI em Questão) estão se tornando importantes referências para discussão da temática da Propriedade Intelectual e, por isso, vêm atraindo a atenção da comunidade científica nacional.

Tabela 16 - Metas e Resultados do Indicador de Número de Presentes em Ciclos de Estudos e Seminários entre 2009 a 2010

Ano	Meta	Resultado	Alcançado
2009	240	510	212,5%
2010	240	558	232,5%

Fonte: ACAD

Em relação ao número de publicações, o aumento observado entre 2009 e 2010, bem como a superação da meta proposta pelo indicador de gestão, conforme exposto na Tabela 17, deve-se ao crescimento no número de docentes do programa de mestrado, cujos relatórios de pesquisa e outros trabalhos submetidos a periódicos científicos foram publicados, e à intensificação de publicações dos demais professores.

Tabela 17 - Metas e Resultados do Indicador de Número de Publicações entre 2009 a 2010

Ano	Meta	Resultado	Realizado
2009	12	18	150%
2010	12	30	250%

Fonte: ACAD.

3.6. Projetos Estratégicos do INPI sob responsabilidade da ACAD

A ACAD possui três projetos estratégicos sob sua responsabilidade: Ensino à Distância em Propriedade Intelectual; Revista da Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento; e Sistematização da Produção do Conhecimento.

O Projeto "Ensino à Distância em Propriedade Intelectual" vem sendo remodelado de acordo com parcerias realizadas visando a buscar a melhor estratégia de implantação, com o objetivo de atender às diferentes necessidades de formação em propriedade intelectual diagnosticadas pelo Instituto. Nesse sentido, as datas e os prazos previstos no projeto inicial sofreram alterações para se ajustar às demandas que se apresentaram.

Foram realizados 69% do projeto até dezembro de 2010, sendo 39% em 2009 e 30% em 2010, conforme a Tabela 18.

Tabela 18 - Situação do Projeto "Ensino à Distância em Propriedade Intelectual" no Período 2009 -2010

Período	Estágio do Projeto	Realizado
Dez/09	Previsão 2009	39%
	Resultado	39%
	Total Realizado	39%
Abr/10	Resultado	24%
	Total Realizado	63%
Ago/10	Resultado	6%
	Total Realizado	69%
Dez/10	Resultado	0,00%
	Total Realizado	69%
2010	Previsão 2010	24%
2011	Previsão Revista 2011	31%

Fonte: ACAD.

Convém destacar que no ano de 2010, no âmbito de um acordo com a OMPI, foi promovido o treinamento de tutores para o uso da plataforma à distância e foi realizada a primeira edição do Curso Geral de Propriedade Intelectual (DL 101P) administrada pela ACAD.

Cabe ressaltar que há outros acordos de cooperação em andamento para implantação de projetos de ensino de propriedade intelectual à distância, um com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) e outro com a EMBRAPA. Nestes acordos, o INPI será o responsável pelo conteúdo dos cursos e os parceiros terão os encargos da gestão da plataforma e da divulgação do curso.

O Projeto "Revista da Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento" está em curso com a emissão dos convites aos pesquisadores externos ao INPI para a composição do Conselho Editorial, o registro do ISSN, a inscrição da Revista Eletrônica na Plataforma gerenciada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a definição do formato da revista. Neste caso, a previsão de lançamento da revista é para o ano de 2011.

A Tabela 19 mostra o andamento do projeto, revelando que o mesmo teve realização da ordem de 55,20%, sendo 16,7% em 2009 e 38,5% em 2010.

Tabela 19 - Situação do Projeto "Revista da Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento" no Período 2009 - 2010

Período	Estágio do Projeto	Realizado
Dez/09	Previsão 2009	61%
	Resultado	16,70%
	Total Realizado	16,70%
Abr/10	Resultado	0,00%
	Total Realizado	16,70%
Ago/10	Resultado	38,50%
	Total Realizado	55,20%
Dez/10	Resultado	0,50%
	Total Realizado	55,70%
2010	Previsão 2010	39%
2011	Previsão Revista 2011	44,30%

Fonte: ACAD.

O atraso do projeto deve-se à definição de plataforma de inserção da revista eletrônica, bem como à

delimitação do escopo da revista. Tem-se a previsão de conclusão dos 44,80% restantes do projeto no ano de 2011.

O Projeto "Sistematização da Produção do Conhecimento" está em fase de formatação para confecção dos Anais do "I e do II Encontro Acadêmico em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento". Em relação à sistematização dos conteúdos apresentados nos seminários PI em Questão, houve uma mudança na concepção de como realizar o processo de publicação destes seminários, ficando esta etapa adiada para o início do ano de 2011.

Nesse sentido, foram realizados 82% do total do projeto, sendo 35% em 2009 e 47% no ano de 2010, conforme a Tabela 20.

Tabela 20 - Situação do Projeto "Sistematização da Produção do Conhecimento" no Período 2009 -2010

Período	Estágio do Projeto	Realizado
Dez/09	Previsão 2009	35%
	Resultado	35%
	Total Realizado	35%
Abr/10	Resultado	12%
	Total Realizado	47%
Ago/10	Resultado	35%
	Total Realizado	82%
Dez/10	Resultado	0,00%
	Total Realizado	82%
2010	Previsão 2010	65%
2011	Previsão Revista 2011	18%

Fonte: ACAD.

O atraso do projeto deve-se ao fato de que a correção dos artigos do "I e do II Encontro Acadêmico em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento" exigiu mais tempo do que o previsto inicialmente e, além disso, houve dificuldade no processo de edição dos trabalhos escritos e das apresentações orais. Tem-se a perspectiva de término dos 18% restantes do projeto no ano de 2011, com a sistematização dos seminários PI em Questão.

4 Coordenação-Geral de Articulação Regional (CGAR) e Coordenação de Cooperação Nacional (CONAC)

Antes da reestruturação do INPI realizada por meio do Decreto 7.356, de 12 de novembro de 2010, além das Unidades Descentralizadas, a Divisão de Orientação e Atendimento ao Usuário (DIATEND) estava subordinada à Coordenação-Geral de Articulação Institucional e Difusão Regional (CGAD). Atualmente, as áreas se separaram dando origem à Coordenação de Cooperação Nacional (CONAC) e a Coordenação-Geral de Articulação Regional (CGAR), respectivamente.

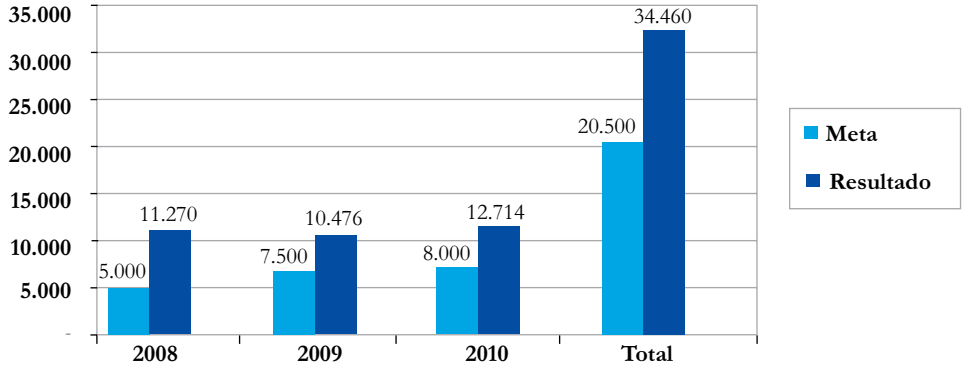
Na CONAC existem duas novas divisões: Divisão de Fomento à Proteção de PI de Universidades e Instituições de Pesquisa (DIFIP) e Divisão de Fomento à Proteção de PI de Empresas (DIFEM). Já a CGAR fica responsável pelas Unidades Descentralizadas: atualmente são seis Escritórios de Difusão Regional situados em São Paulo (DIREG-SP), Minas Gerais (DIREG-MG), Paraná (DIREG-PR), Rio Grande do Sul (DIREG-RS), Ceará (DIREG-CE) e Distrito Federal (DIREG-DF). Ademais, é composta por Representações em todos os outros Estados.

4.1 Metas do PPA

4.1.1 Ação "Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual"

Esta ação do PPA 2007-2011 teve como produto o número de pessoas atendidas em eventos dirigidos ao Sistema Nacional de Inovação com a participação do INPI, ao longo desse período. O Gráfico 3 mostra a evolução do número de pessoas atendidas e pode ser observado que o total de pessoas atendidas em 2010 foi de 12.714, mantendo o comportamento dos últimos anos. A execução desta Ação em 2010 foi superada em 59%.

Gráfico 3 – Pessoas Atendidas pelo INPI, 2008-2010[1]

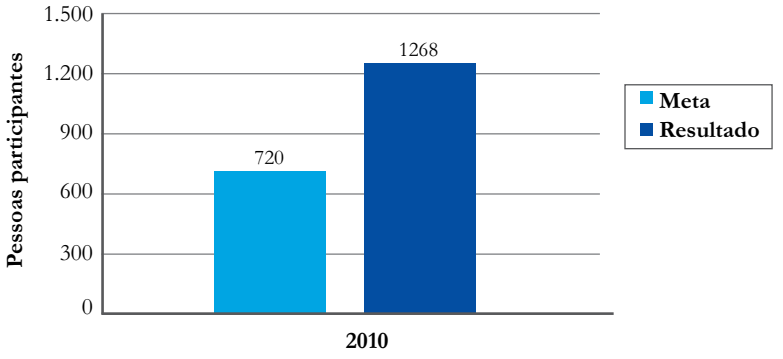


[1]No Relatório de Gestão 2009 (p. 113), Tabela 7, foi publicado o nº de pessoas atendidas somente no primeiro semestre de 2008. O dado correto de pessoas atendidas, durante todo o ano de 2008, é de 11.270 pessoas.
Fonte: CONAC e CGAR.

Observa-se que os resultados desta ação foram superados em todos os anos, sendo que em 2010, o resultado (12.714) superou a meta (8.000) em 59%, mostrando uma tendência de estabilidade da meta (se comparado com 2008 e 2009, onde a superação foi de 125% e 40%, respectivamente). Acredita-se que o trabalho de disseminação da PI venha gerando uma procura maior pela participação do INPI em eventos, por isso, quanto maior o número de pessoas atingidas, maior a procura pelo tema. Esse cenário é uma resposta às recorrentes ações de disseminação, intensificadas nos últimos cinco anos. As atividades que contribuem para isso são, além dos Acordos de Cooperação Técnica celebrados, a participação e realização do INPI em eventos dirigidos ao Sistema Nacional de Inovação, como seminários, palestras.

Os Indicadores de Gestão de 2010 mostram alguns dados dessas atividades. O Gráfico 4 traz a quantidade de participantes nos eventos dirigidos ao Sistema Nacional de Inovação neste ano, indicando uma superação da meta em 76%.

Gráfico 4 – Participantes em Eventos Dirigidos

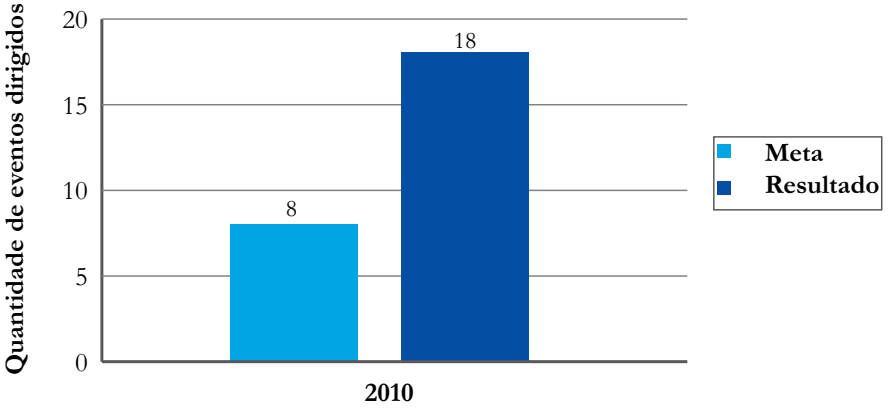


Fonte: CONAC e CGAR.

Com relação à quantidade de eventos, os Gráficos 5 e 6 mostram, respectivamente, a quantidade de eventos dirigidos e a quantidade de inserções do INPI em eventos de terceiros. Os resultados desses indicadores também revelam uma superação da meta que pode ser justificada pelo aumento crescente da demanda por ações de disseminação da cultura de PI. Esse crescimento foi consequência de um grande esforço do Instituto, ao longo dos últimos cinco anos, para promover o uso estratégico do Sistema de Propriedade Industrial de modo a criar um ambiente que estimule a inovação e o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do País.

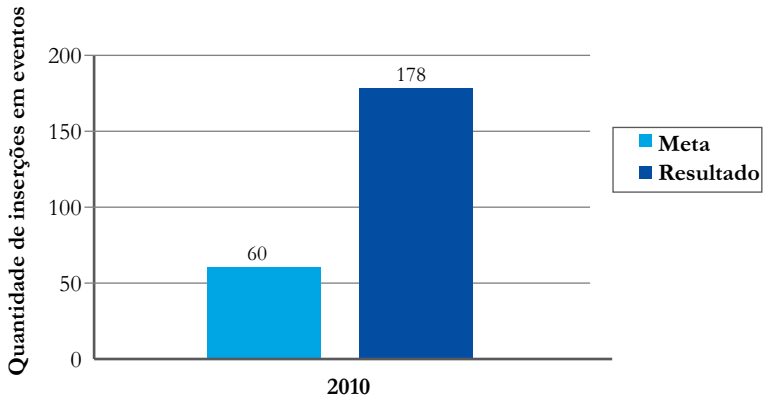
O Gráfico 7 traz a evolução das parcerias firmadas no período 2008-2010.

Gráfico 5 – Eventos Dirigidos



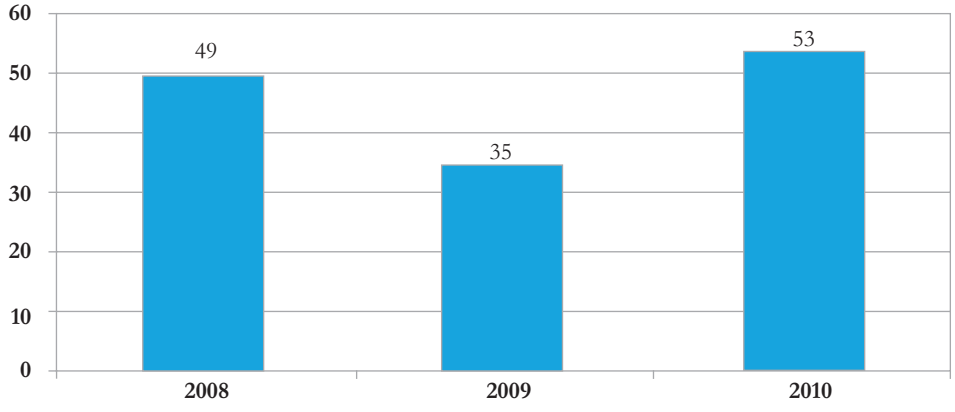
Fonte: CONAC e CGAR.

Gráfico 6 – Inserções do INPI em Eventos



Fonte: CONAC e CGAR.

Gráfico 7 - Evolução das Parcerias Firmadas no Período 2008-2010



Fonte: CONAC e CGAR.

As atividades foram realizadas dentro do escopo de dois Projetos Estratégicos descritos a seguir: "Políticas Públicas para Pequenas e Médias Empresas (PMEs)" e "Unidades Descentralizadas do INPI".

4.2 Projetos Estratégicos

4.2.1 Projeto "Políticas Públicas para PMEs"

Com o objetivo de promover o uso estratégico do sistema de PI pelas pequenas e médias empresas brasileiras, este Projeto consistiu na realização de um seminário internacional sobre PI e PMEs, que aconteceu em setembro de 2009. Até o mês de dezembro de 2010, a execução do projeto foi de 100%, dentro do prazo previsto. Como desdobramentos do seminário de 2009, destacamos ações que também estão relacionadas ao objetivo do projeto voltado para PMEs, tais como os Acordos de Cooperação Técnica firmados com: 1) Agência de Promoção de Exportações (Apex-Brasil) para atividades de capacitação, pesquisa e participação em eventos

voltados para a área de exportação de empresas brasileiras; 2) Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para disseminação da Informação Tecnológica contida em bancos de patentes para a indústria; e 3) Fundação BIO-RIO que visa a contribuir para a inovação e o uso da PI nesse setor da indústria.

Ademais, o INPI patrocinou o 5º ENAI – Encontro Nacional da Indústria, evento que contou com a participação de 1.500 pessoas; realizou a 3ª edição do Roadshow INPI-USPTO que teve mais de 450 inscritos em três cidades (São Paulo, Belo Horizonte e Brasília), em parceria com o USPTO, com o objetivo de esclarecer questões relacionadas ao papel da Propriedade Intelectual na promoção da competitividade e na exportação.

4.2.2 Projeto "Unidades Descentralizadas do INPI"

O Projeto de descentralização do INPI por meio do fortalecimento das unidades regionais alcançou em 2010, conforme previsto, 100% de execução e está culminando com o edital de seleção de servidores para cargos de chefia em algumas unidades.

As divisões regionais aumentam a capilaridade do Instituto na recepção e no protocolo de documentos, na articulação de parcerias estaduais, na difusão da cultura da PI e na ampliação da capacitação de recursos humanos no uso do sistema. Algumas divisões regionais têm sob sua coordenação escritórios e representações do INPI em outros Estados.

Na nova estrutura, o arranjo das unidades regionais mudou, totalizando seis Escritórios de Difusão Regional (DIREGs) — RS, PR, MG, SP, DF, CE, além de uma Divisão de Difusão Regional no Amazonas (AM). Subordinadas às seis DIREGs estão as Seções de Orientação, Recepção e Disseminação (SEORD) e as Seções de Administração (SEADM). Além disso, as DIREGs dos estados do PR, MG e CE possuem Representações dos Escritórios de Difusão Regional (REDIR).

Cabe ressaltar que a presença do INPI em alguns Estados acontece por meio de Acordos de Cooperação com instituições tais como, Secretarias de Estado, Sebrae ou Juntas Comerciais. A CGAR, em conjunto com a DIREG-DF e CE, vem encetando esforços para que os Acordos de Cooperação Técnica que se encontravam expirados fossem renovados. Já foram renovados todos os Acordos, com exceção dos Estados de Goiás, Sergipe e Paraíba, que se encontram em processo de finalização. Os acordos com o Amapá e Roraima ainda estão sendo articulados.

Até cinco anos atrás, basicamente as Regionais operavam, principalmente, como receptoras de solicitações de proteção e de recursos impetrados pelos usuários às diversas modalidades de proteção. Atualmente, estas atuam em ações de difusão da cultura da PI focando sua atuação na dimensão local/estadual/regional coordenadas pela CGAR. Nesse sentido, as ações das DIREG e Escritórios têm como foco: 1) agir como um "radar" capaz de captar oportunidades de inserção do INPI; 2) apoiar o processo de difusão regional do sistema de PI e da importância do uso da informação tecnológica contida em documentos de patentes; 3) participar da promoção de programas e eventos de apoio ao

desenvolvimento industrial e tecnológico das regiões do País; 4) participar de eventos de disseminação da cultura da PI; e 5) participar da capacitação do público usuário no uso do sistema de PI.

A capilaridade proporcionada pelas regionais permite que a atuação do INPI abranja todo o território nacional de forma orgânica, pois reforça as ações de articulação com os parceiros estaduais, tais como: SEBRAE, associações, secretarias estaduais e municipais, bancos de desenvolvimento regional, universidades, entre outros.

A Tabela 21 mostra as atividades de disseminação e fomento desenvolvidas pelas Unidades Regionais em 2010 comparados com a atuação em 2009. Tomando como comparação as atividades desenvolvidas em 2009, podemos notar que as Regionais apesar do grande esforço para intensificar as atividades de disseminação e capacitação tiveram dificuldades em manter os níveis de atuação de 2009. Isso se justifica pela escassez de recursos humanos, para dar continuidade às atividades de atendimento ao usuário e as de articulação e disseminação. Cabe lembrar que algumas das atividades listadas na Tabela 21 ocorrem sob demanda, como a participação com estandes em Feiras, que apresentou um aumento de 33% na comparação com 2009.

Tabela 21 - Atividades de Disseminação e Fomento das Divisões Regionais e Escritórios do INPI em 2009 e 2010

Unidade	Cursos, palestras, capacitação das representações e entrevistas		Realização e apoio em eventos locais e outras iniciativas		Organização, revisão, orientação e publicação de artigos, cartilhas		Participação em redes, conselhos e fundações		Organização e apoio aos cursos promovidos pelo INPI		Participação em feiras		Representação em *workshops* e seminários		Reuniões para cooperação técnica	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
DIREG-CE[1]	31	30	02	10	-	02	-	18	01	10	13	10	02	09	09	26
DIREG-MG[2]	32	15	07	1	07	02	15	02	-	-	-	01	01	-	22	01
DIREG-PR[3]	02	01	01	02	-	-	-	-	-	-	-	-	05	02	-	01
DIREG-DF	07	07	01	-	-	-	05	-	-	-	02	01	04	01	15	-
DIREG-SP	07	11	01	01	-	-	02	-	-	-	01	06	01	01	-	09
DIREG-RS	01	04	-	02	-	01	01	-	-	01	-	02	01	-	01	-
TOTAL	**80**	**68**	**12**	**16**	**07**	**05**	**23**	**20**	**02**	**11**	**15**	**20**	**14**	**13**	**47**	**37**

(1) Atividades desenvolvidas pela DIREG-CE; Escritórios Regionais de Pernambuco, Sergipe e Bahia; e as Representações de Alagoas, Maranhão e Rio Grande do Norte.
(2) Atividades desenvolvidas pela DIREG-MG e Escritório Regional no Estado do Espírito Santo.
(3) Atividades desenvolvidas pela DIREG-PR e Escritório Regional no Estado de Santa Catarina.

Fonte: CGAR.

Em 2010, foram realizadas diversas ações de fomento e disseminação desenvolvidas nos Estados.

A CGAR, por meio das unidades regionais, estabeleceu parceria com a Coordenação-Geral de Indicações Geográficas e Registro (CGIR), da Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros (DICIG), para prospectar e fomentar novas indicações geográficas (IG) no País. Nesse sentido, a DIREG-CE participa do processo da IG do Camarão da Costa Negra; a unidade de Alagoas participa do Grupo Gestor da IG da Própolis Vermelha; a de Sergipe atua no processo da IG das Rendeiras de Divina Pastora; e a Bahia participou do levantamento das potenciais IGs do estado e organizou um *workshop*.

Foi criado o Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual (CETEPI) na Bahia. Dentre as atividades já desenvolvidas, destacam-se: participação da pesquisa "Das Redes Sociais e suas Tramas: um estudo de caso baseado na teoria das redes sociais sobre a Rede de Propriedade Intelectual formada pelo INPI entre 2005-2009 para difundir a cultura de Propriedade Intelectual" em parceria com a Academia; e realização da disciplina de Propriedade Intelectual, ministrada pela Academia, para alunos de Pós-Graduação da Bahia, com a participação de 24 alunos de 11 cursos de mestrado e dois de doutorado.

A regional do Espírito Santo deu continuidade ao Projeto "INPI Volante", com a parceria de instituições como o SEBRAE, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), entre outras, que atendeu 300 pessoas em 2010.

O INPI também participou do Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas, com destaque da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

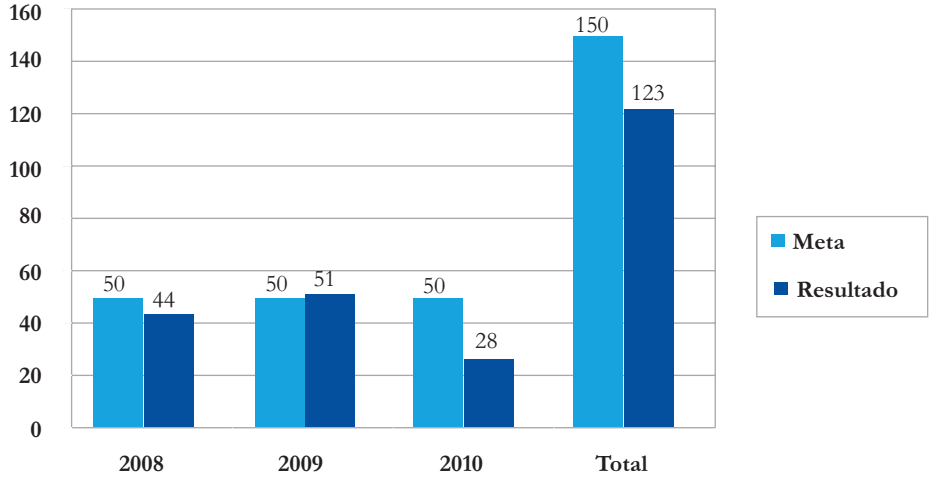
Foram articuladas parcerias como: a Prefeitura de Sorocaba, por meio do Polo de Desenvolvimento e Inovação (PODI), e a Rede Mantiqueira, por meio do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

4.2.3 Ação e Projeto "Combate à contrafação"

Com o objetivo de promover a cultura de respeito à propriedade intelectual, este Projeto consistia na participação do INPI em eventos e comitês relacionados ao tema da contrafação que pudessem gerar mídia. Esta ação do PPA 2008-2011 teve como produto o número de inserções em mídia realizadas sobre o tema da contrafação relacionadas ao INPI.

O Gráfico 8 mostra a evolução das inserções de mídia realizadas na Ação "Combate a contrafação". Entre 2008 e 2010, foram 123 inserções realizadas, alcançando 82% da meta prevista de 150 inserções na mídia.

Gráfico 8 – Inserções na Mídia



Fonte: CONAC e CGAR.

Os dados indicam que 2008 e 2009 foram os anos com maior número de inserções (88% e 102%, respectivamente). A explicação para isso é que, neste período, o INPI patrocinou todas as edições do Fashion Business, como fazia desde 2007. O evento sempre contou com grande cobertura da mídia, e usava o tema da pirataria como gancho para matérias. Em 2010, o INPI não participou do evento, devido à mudança na gerência e no formato do mesmo, além do fato da proposta de patrocínio ter sido encaminhada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) intempestivamente (de acordo com o Fluxograma de Patrocínios, regido pela Portaria INPI nº 247/10), o que explica a queda neste ano.

Além dessa atividade, os Comitês Gestores do Projeto Escola Legal e do Grupo Regional do IEL-RJ, onde o INPI tem participação, tiveram suas atividades adiadas, o que afetou o desempenho esperado. Frente a isso, até o mês de novembro de 2010, a execução do projeto foi de 60%: comparando com a meta de execução de 90% em 2010, este projeto está em atraso.

Outro fator relevante é o fato de que o produto inserções na mídia não pode ser gerido somente pela DICOD, tendo em vista que a Coordenação-Geral de Comunicação (CGCOM) é o setor responsável pelas inserções do INPI nas diversas mídias. Nestes últimos anos, as inserções foram realizadas em parceria com a CGCOM.

Entendendo a importância do tema e tendo em vista a reestruturação do INPI em 2010, foi criada uma nova área na estrutura organizacional, voltada exclusivamente para o combate à contrafação: o Centro de Defesa da Propriedade Intelectual (CEDPI) para dar continuidade a esse trabalho.

4.3 Outras Ações Relevantes

Outras importantes frentes de atuação no trabalho de "Fomento à geração, à proteção e à comercialização de PI" representam um marco na atuação do INPI e estão descritas a seguir.

- Inserção da PI nos currículos dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET) por meio do Acordo de Cooperação firmado com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) que visa a capacitar os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e desenvolver ensino à distância para ser ofertado aos alunos e professores com o objetivo de incluir o tema na grade curricular dos cursos técnicos.
- Inserção da PI nas Procuradorias das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com o objetivo de sensibilizar os Procuradores para a importância da PI e seu papel na construção e disseminação do conhecimento pelas universidades, contribuindo para uma maior estabilidade de negociações entre universidades e empresas.
- Participação, desde 2007, no Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica, nos lançamentos regionais e formando a Banca Examinadora na Categoria "Inventor Inovador". Pela primeira vez, neste ano, além de troféus e medalhas, os vencedores nacionais receberam como prêmio recursos do programa de subvenção econômica para desenvolvimento dos projetos. A categoria Inventor Inovador foi contemplada com R$ 120 mil em financiamentos.

Considerando as ações e projetos do Planejamento Estratégico 2008-2012, percebe-se que os resultados só foram possíveis devido ao conjunto de realizações: a descentralização das unidades regionais contribuiu para o aumento no número de pessoas atingidas pelo fomento, assim como uma maior participação do INPI em eventos dirigidos levou a uma participação maior dos representantes dessas unidades. Mesmo a meta de Combate à Contrafação, que ficou aquém do previsto, teve em uma ação do Fomento sua maior contribuição.

Tendo em vista o aumento crescente da demanda por ações de disseminação da cultura de PI e, inclusive, a superação da meta de "Fomento à geração, à proteção e à comercialização de PI", a estruturação da CONAC e suas duas Divisões, em parceria com a CGAR, e as Unidades Regionais, permitirá uma análise mais robusta e avançada do panorama de diversos setores em relação à utilização do sistema de PI, bem como o estabelecimento das ações mais apropriadas a cada caso específico, visando a otimizar o papel do INPI no âmbito da Política Industrial brasileira.

5 Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (CGCI)

Dentre as ações do PPA e também da carteira de Projetos Estratégicos do INPI, a Coordenação-Geral de Cooperação Internacional tem duas: Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual e Integração Operacional de Sistemas de Propriedade Intelectual no Âmbito Regional.

5.1 Ação e Projeto Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual

Uma das principais linhas de ação da atual Administração do INPI é o incentivo à disseminação da cultura da propriedade intelectual. É nesse sentido que se insere o projeto de cooperação técnica entre a OMPI e o Governo do Brasil para capacitação e treinamento do corpo técnico do INPI, que teve sua segunda versão assinada em setembro de 2006, o qual, em grande medida, se configura como um desdobramento do sucesso adquirido pelo Instituto em seus esforços pela sua crescente modernização e informatização, objeto de Projeto de Cooperação Técnica vigente durante o período 1997-2005.

O convênio, agora em fase de construção de uma nova edição que terá vigência até 2014, permite ao Brasil ser visto como mantenedor de um ambiente propício para investimentos, alavancando a economia nacional e respeitando os direitos de propriedade industrial conforme estabelecidos nas normas legais internas e nos tratados internacionais que regem a matéria. A Tabela 22 mostra a evolução da implantação do antigo convênio.

Tabela 22 – Realização da Ação de Cooperação Técnica em PI

Anos		2008			2009			2010		
Realização	**Produto**	**Previsto**	**Realizado**	**%**	**Previsto**	**Realizado**	**%**	**Previsto**	**Realizado**	**%**
Física	Acordo Implementado	33%	31,66%	95,94	33%	33%	100	34%	32%	94,12

Fonte: SIGPLAN - http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/ - acessado em 05 de janeiro de 2011.

As metas de execução física estabelecidas, típicas de acompanhamento de projetos, têm caráter qualitativo, ou seja, considera-se a implantação das atividades previstas e seu impacto em termos percentuais. Neste aspecto, por intermédio de um melhor planejamento, a execução das atividades teve um incremento em relação ao ano anterior, passando de 95,94% em 2008 para atingir sua totalidade em 2009, alcançando a meta qualitativa de 100%. Um nível de desempenho próximo foi alcançado em 2010, com 94,12% de execução. O principal obstáculo foi a não consecução, até o momento, da assinatura do novo acordo, ainda pendente de avaliação final pelas partes envolvidas. Este grau elevado de desempenho se deve ao fato de que as atividades empreendidas foram realizadas sempre contando com o apoio de parceiros, viabilizando o alcance das metas físicas, com a realização de atividades de disseminação da cultura da propriedade intelectual.

Em 2010, por exemplo, para nortear as atividades executadas no âmbito do Projeto INPI-OMPI, foi elaborado o Plano de Trabalho IV[1], viabilizando o treinamento do corpo técnico do INPI em instituições de propriedade intelectual no exterior, visitas técnicas em gestão de marcas, patentes, contratos de transferência de tecnologia, informação tecnológica, articulação institucional, cooperação internacional, difusão da cultura da PI e procedimentos legais em

1 Os Planos de Trabalhos no âmbito do Projeto INPI-OMPI elencam as atividades que se espera concretizar no horizonte de 01 ano. Como o vencimento dos Planos de Trabalhos não coincide com o calendário oficial, algumas atividades efetuadas no 1º semestre de 2010 já estavam antevistas no Plano de Trabalho III.

programas de curta duração, no período de janeiro a junho de 2010. Os eventos que foram realizados durante o ano de 2010 e que contaram com o apoio do Projeto foram:

- Encontro de Autoridades Internacionais no âmbito do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (MIA/PCT) – 09 a 11 de Fevereiro – Rio de Janeiro;
- Encontro de Economistas de Escritórios de Propriedade Intelectual – 11 a 13 de Maio – Rio de Janeiro;
- XXX Seminário sobre Propriedade Industrial para Países da América Latina – 05 a 09 de Julho – Rio de Janeiro;
- Encontro Inter-regional Brasil-África de Propriedade Intelectual para o Desenvolvimento Econômico – 19 a 20 de Agosto – Salvador; e
- Encontro Regional de Escritórios de Propriedade Industrial e Agências de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação: a Promoção de um Diálogo para o Desenvolvimento – 09 a 10 de Setembro – Brasília.

Outro aspecto importante é o seu funcionamento como ferramenta auxiliar na consecução dos trabalhos de cooperação bilateral. Reflexo disto foi a evolução no quantitativo de Memorandos de Entendimento assinados com entidades congêneres ao INPI na atual gestão. A Tabela 23 apresenta a compilação efetuada a partir de 2007.

Tabela 23 – Memorandos de Entendimento

Anos	2007	2008	2009	2010*
Memorandos de Entendimento	12	20	20	22

Fonte: relatórios internos da CGCI. * Até Maio/2010.

A atuação mais dinâmica da atual Administração, acompanhada por um contexto internacional favorável, impulsionou o volume de Memorandos de Entendimento Bilaterais assinados pelo INPI a partir de 2007. Pode-se apontar como principal fator o credenciamento do Instituto como Autoridade Internacional de Busca e Exame Preliminar (ISA/IPEA, da sigla em Inglês), chancela concedida pela OMPI que pontua o alto nível de qualidade atingido pelo INPI no campo patentário, atraindo assim o interesse da comunidade internacional pelo conhecimento de nossas práticas de gestão internas.

5.2 Ação e Projeto – Integração Operacional de Sistemas de Propriedade Intelectual no Âmbito Regional

Da mesma forma que o projeto apresentado na seção anterior, neste, denominado oficialmente de Sistema de Cooperação Regional em Propriedade Industrial (SICREPI)[2], as metas de execução física estabelecidas têm caráter qualitativo, ou seja, considera-se a implantação das atividades previstas em sua totalidade, sendo os resultados identificados em termos percentuais sobre a evolução em si, sendo que o principal objetivo ao seu final é ter o sistema em funcionamento, significando ao menos o portal implantado (Tabela 24).

2 Projeto acompanhado no âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) com o nome de "Ação de Integração Operacional dos Sistemas de Propriedade Intelectual no Âmbito Regional".

Tabela 24 – Realização da Ação de Integração Operacional de Sistemas de PI no Âmbito Regional

Anos		2008			2009			2010 (2)		
Realização	Produto	Previsto(1)	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Física	Portal Implantado	26%	26%	100	50%	50%	100	14%	13%	92,86

Fonte: SIGPLAN - http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/ - acessado em 05 de Janeiro de 2011.
(1) As metas aqui traçadas correspondem a cada uma das etapas práticas vencidas do projeto. Em 2008 a meta era o envio da proposta ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), efetivada em Outubro/2008. Em 2009 a meta era a obtenção da aprovação oficial do Projeto, meta alcançada no 2º semestre daquele ano. Em 2010 a meta seria o início dos trabalhos efetivos, sendo o indicador de sucesso a realização da primeira reunião com os recursos do BID. Na medida em que os trabalhos foram sendo empreendidos em busca de cada uma destas metas intermediárias formos considerando que o projeto seguia em sua evolução.

Em termos de execução física isso se reflete da seguinte forma: em 2008, como resultado do intenso trabalho de articulação empreendido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formulou-se e se enviou uma proposta oficial para a criação do então chamado Sistema de Cooperação sobre Aspectos de Informação Operacional e de Propriedade Industrial, com o apoio de oito países – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Suriname e Uruguai[3]. Assim, o trabalho de construção e envio da proposta naquele ano era o principal objetivo a ser alcançado em termos do desenvolvimento do projeto, o que justificou o seu alcance em 100%.

Já em 2009 o objetivo central que deveria ser buscado seria a aprovação da proposta. Esta foi pré-aprovada já em fevereiro daquele ano, iniciando-se então uma nova fase do projeto, qual seja, seu detalhamento operacional, visando a sua aprovação oficial. Desse modo, durante o ano de 2009, a CGCI realizou esforço de construção do diálogo entre as diferentes partes envolvidas, com vistas a concretizar um plano operacional para as atividades conjuntas dos escritórios da América do Sul e o BID. O contato com os demais partícipes foi efetuado em base quase diária. Assim, alcançamos a meta de execução física imaginada no desenvolvimento do projeto para aquele período, qual seja, 100%, com o projeto aprovado oficialmente em dezembro de 2009.

Durante o ano de 2010, enquanto se aguardava a formalização do contrato entre os partícipes, realizaram-se duas reuniões, sendo a primeira, em março, em Bogotá, Colômbia, abrangendo especialistas da área técnica além dos dirigentes de cada uma das instituições participantes; e em abril, desta feita apenas do Comitê Diretivo do projeto; e ainda em junho de 2010 a realização de uma missão à OMPI para prospecção de apoio técnico-político para a iniciativa. Por fim, a CGCI foi eleita para a função de secretaria-técnica do Projeto, em apoio à Coordenação-Geral do Projeto, exercida pela Agência Nacional de Pesquisa e Inovação do Uruguai (ANII-Ur), atuando como facilitadora para a consecução das etapas e produtos almejados, quais sejam:

- Estrutura Administrativa do Projeto – criação de uma estrutura que suporte o projeto durante a sua fase inicial de construção que terá o apoio financeiro do BID (os três primeiros anos), possibilitando sua continuidade posterior já sob controle direto dos Escritórios envolvidos. Essa

3 Posteriormente, em Fevereiro/2009, houve a adesão do Peru.

gerência responde por três níveis: (a) Comitê Diretivo, constituído pelos dirigentes máximos de cada uma das instituições envolvidas; (b) Coordenação-Geral do Projeto, exercida pela ANII-Ur, e (c) Comitê Técnico, composto pelos especialistas eleitos por cada um dos escritórios no sentido de suportar a análise pelas demais instâncias no desenvolvimento das diferentes etapas do projeto.

- Plataforma *web* comum – conhecida tecnicamente como *front-office*, permitirá ao usuário acesso imediato a pedidos de registro que estariam sendo internalizados em cada um dos países integrantes do projeto. Além disso, serviria como ferramenta informativa centralizada sobre as atividades de cada um dos escritórios da região.

- Integração das bases de dados – conhecido tecnicamente como *back-office*, pode ser considerado o coração do projeto, pois permitirá que os demais produtos almejados sejam alcançados com o devido êxito. Com bases de dados integradas será possível a disponibilização *online* das informações ao usuário externo e o compartilhamento entre os examinadores de cada um dos escritórios dos resultados de busca e exame, o que leva ao quarto produto.

- Cooperação em exames – a cooperação em exames será atacada em duas frentes: patentes e marcas. No campo marcário, ao se ter uma base de dados integrada será possível se verificar o status do desenvolvimento de um pedido em cada um dos países, intercambiando pareceres sobre temas similares que poderão facilitar a tomada de decisão final. No que tange a patentes, o nível de integração poderia chegar até mesmo ao suporte em áreas tecnológicas específicas em escritórios eleitos para tal atuação. O princípio é de que se possibilita evitar a duplicidade de esforços, otimizando a análise dos pedidos de patente.

Infelizmente, a verba do BID somente foi liberada em novembro de 2010, o que provavelmente irá gerar impacto, pela primeira vez, no não-alcance da meta prevista para o ano, qual seja, a realização de uma primeira atividade já com os recursos próprios do Projeto.

6 Divisão do Observatório Tecnológico (OBTEC)

O Observatório Tecnológico surgiu da necessidade de que fosse criada uma ferramenta dinâmica de aproximação do INPI com outros atores do Sistema Nacional de Inovação, através da realização de monitoramentos tecnológicos setoriais. Assim, a nova estrutura regimental do INPI contemplou a Divisão do Observatório Tecnológico (OBTEC), à qual compete coordenar, apoiar e acompanhar administrativamente as atividades do Observatório.

A constituição do Observatório é parte integrante da carteira de projetos do Planejamento Estratégico 2007-2012 e, no último monitoramento, realizado em agosto de 2010, houve um avanço de 28% em direção à sua realização[4] (Tabela 25).

4 Conforme Monitoramento da Carteira de Projetos do Planejamento Estratégico do INPI 2007/2010.

Tabela 25 – Projeto Estratégico Observatório de Propriedade Industrial do INPI

Atividades	Até abr/10	Até ago/10	Até dez/10	Previsão de conclusão
Elaboração do Manual de Procedimentos	-	10%	60%	jan/11
Constituição do Grupo de Trabalho	-	20%	100%	dez/10
Comunicação Interna	-	20%	100%	dez/10
Comunicação Externa	-	5%	30%	fev/11
Assinatura dos Acordos de Cooperação	10%	50%	90%	jan/11

Fonte: OBTEC.

Isso se deu essencialmente devido ao advento de dois Acordos de Cooperação Técnica, cujos parceiros são Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), que se encontram aguardando assinatura. O primeiro acordo abarca o desenvolvimento do projeto-piloto do Observatório Tecnológico, que tem como objetivo capacitar o MAPA e a EMBRAPA a realizarem prospecção tecnológica como uma fonte alternativa de pesquisa estratégica. O segundo acordo, do IPEA, tem como principal objetivo a realização de estudos e pesquisas de impacto econômico do Sistema de Propriedade Industrial, através do OBTEC.

Outro avanço importante para o estabelecimento do Observatório foi o início da elaboração do seu Manual de Procedimentos. Tal documento deverá estabelecer as regras para a captação das atividades, o fluxo de trabalho, modelos padronizados de documentos gerados e o relacionamento do OBTEC com outros setores do INPI e parceiros externos.

Em 21 de dezembro de 2010, foi publicada no Boletim de Pessoal a Portaria nº 844/10, que constituiu o Grupo de trabalho para a elaboração do Manual de Procedimentos do Observatório Tecnológico, para o qual foram nomeados servidores do CEDIN, ACAD, CONAC e OBTEC. Dentre os principais itens a serem elencados nesse manual, estão a definição das regras do Comitê de Gestão Compartilhada (CGC) e ferramentas de TI.

Para que o OBTEC cumpra com a sua proposta de interlocução entre os agentes do SNI, é necessário, no entanto, que os diversos setores do INPI conheçam a sua proposta e tenham ciência da sua constituição.

Nesse sentido, desde 09/12/2010, encontra-se no menu da DICOD, na Intranet, o espaço destinado ao Observatório Tecnológico, o qual deverá ser atualizado regularmente. Tão logo seja concluído o Manual, será preparado o material a ser acrescentado ao Portal do INPI com informações sobre o OBTEC para disponibilização à sociedade em geral.

Diretoria de Administração

Durante o exercício de 2010, as ações e projetos desenvolvidos pela Diretoria de Administração (DIRAD) visaram à consolidação da excelência na prestação dos serviços públicos, busca incessante da atual gestão desta Diretoria. Após três anos de árduo esforço com vistas à adequação interna das áreas de Informática, de Administração Geral e de Recursos Humanos, a DIRAD pôde finalmente voltar seus esforços essencialmente para a melhoria dos serviços entregues pelo INPI à sociedade.

Nesse tocante, cabe registrar que o período em análise foi marcado por ações de adequação de normativos internos, de aproximação do Instituto com a eficiência da gestão pública, e de preocupação com os critérios de sustentabilidade socioambiental.

No que se refere ao primeiro item, o ano de 2010 registrou um marco na Administração do INPI, ante a elaboração e publicação da Instrução Normativa Nº 01/2010, que dispõe sobre a expedição de atos normativos no âmbito do Instituto, concebida no âmbito da DIRAD com o objetivo de revogar a Norma Zero, que versava sobre a mesma matéria, porém já se encontrava desatualizada.

Também neste segmento, merece registro o trabalho de inventário e atualização dos Normativos Internos do INPI, atividade iniciada pela Auditoria em conjunto com a DIRAD, visando a recuperar o histórico de normas expedidas no âmbito desta Autarquia.

Em relação às medidas adotadas pela DIRAD que consolidaram as boas práticas de gestão pública, voltadas para a redução de custos e otimização de procedimentos, merece especial destaque a implementação de sistemas informatizados de controle e operacionalização, como o Sistema de Requisição de Veículos (SRV) e o Sistema de Gestão do Desempenho (SISGD), além da implementação do PUSH-INPI, que vem possibilitando aos usuários dos serviços prestados pelo INPI o acompanhamento dos processos que tramitam no âmbito deste Instituto, por meio de mensagens automáticas recebidas nos *e-mails* por eles cadastrados e cujo resultado esperado é a diminuição do número de processos arquivados por falta de acompanhamento.

Outra medida importante, cujas diretrizes emanaram desta Diretoria, refere-se à concepção do Programa de Gestão Documental no INPI, o qual visa à correta formação e tramitação de processos e documentos, além de regulamentar o modo e o tempo de sua guarda. Infere-se da implementação do aludido Programa que o acesso às informações não sigilosas será mais rápido, fácil e preciso, além de se garantir o descarte do acervo inservível para o Instituto, privilegiando-se, assim, os princípios da economicidade e da eficiência. Estima-se que a implantação do Programa se dê no exercício de 2011.

Tendo em vista as carências físico-estruturais enfrentadas pelo INPI, em especial em face da necessidade de reforma de seu edifício sede e do aumento de seu quadro de pessoal, foram iniciadas, no âmbito da DIRAD, as negociações imobiliárias relativas à locação, com possibilidade de aquisição, de novo imóvel que atenda as necessidades do Instituto, no Estado do Rio de Janeiro.

No que diz respeito à segurança das informações tramitadas e armazenadas neste Instituto, destaca-se a aquisição da sala-cofre, oriunda do compromisso da DIRAD de implementar ambiente seguro no INPI, consolidada por meio da ação conjunta da Coordenação-Geral de Administração (CGAD) e da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI). Coube à Diretoria de Administração o estudo da viabilidade de sua implantação e o estabelecimento das diretrizes a serem adotadas pela CGAD e pela CGTI.

Em relação às ações socioambientais, a Diretoria de Administração deu início a uma nova era na Administração do INPI. O Instituto assinou a A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública, programa instituído pelo Ministério do Meio Ambiente, que possui a mais elevada importância e papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental, no âmbito da administração pública.

A A3P tem por objetivo estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos.

Pelo exposto, conclui-se que a Diretoria de Administração vem envidando seus esforços para aproximar o INPI dos mais modernos conceitos de gestão pública e de eficiência na prestação de seus serviços. A seguir, serão apresentados os resultados das Coordenações-Gerais da DIRAD no exercício de 2010.

1 Coordenação-Geral de Administração (CGAD)

A Coordenação-Geral de Administração é responsável por planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à aquisição de materiais, bens, contratação de serviços em geral, administração predial, engenharia e serviços gerais, controle de material e patrimônio, execução financeira e contabilidade federal, assim como controlar as atividades relativas aos pedidos de diárias e as requisições de passagens no âmbito do INPI.

Acerca da última competência, em atendimento às recomendações exaradas pelos órgãos de controle externo, a CGAD implantou o gerenciamento funcional dos Pedidos de Concessão de Diárias e Passagens (PCDPs) realizados pelas diferentes unidades do INPI, consolidando uma rotina de verificação periódica das pendências existentes no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e o seu saneamento junto aos setores requisitantes. Como resultado dessa metodologia, houve uma redução significativa de pendências no SCDP. As Tabelas 1 a 3 demonstram a mencionada redução nos anos de 2008 a 2010.

Tabela 1 – Pendências no SCDP Referentes a 2008

2008	Fevereiro	Julho	Redução
Aguardando prestação de Contas	4	1	75%
Aguardando aprovação da prestação de contas	17	2	88%

Tabela 2 – Pendências no SCDP Referentes a 2009

2009	Fevereiro	Julho	Redução
Aguardando prestação de Contas	18	4	78%
Aguardando aprovação da prestação de contas	8	8	0%

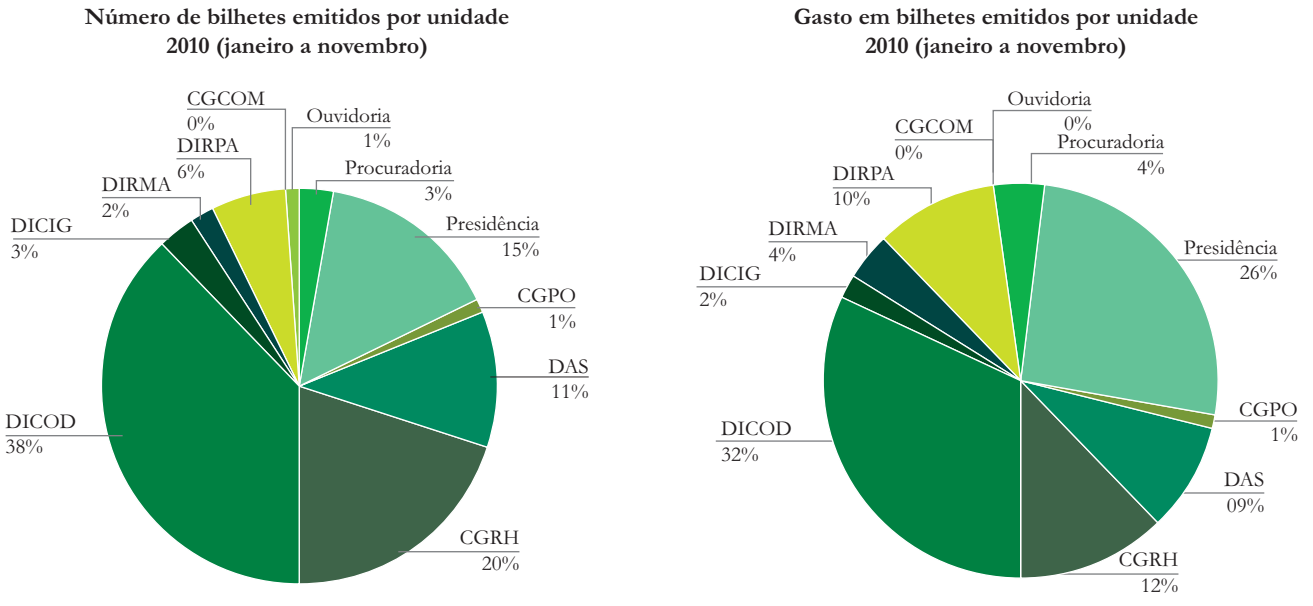
Tabela 3 – Pendências no SCDP Referentes a 2010			
2010	**Fevereiro**	**Julho**	**Redução**
Aguardando prestação de Contas	18	34	Não Houve *
Aguardando aprovação da prestação de contas	21	2	90%

Fonte: CGAD.

* O aumento registrado na prestação de contas no exercício de 2010 decorre da inobservância, pelos usuários do sistema, dos prazos estabelecidos para a prestação de contas no SCDP. A CGAD vem comunicando a todos os usuários desse sistema acerca da necessidade de prestar contas tempestivamente.

Também em 2010, foi criado um novo produto que integrará a gestão dos referidos serviços na CGAD, relativo ao relatório mensal com as estatísticas de sua utilização, categorizada por diretorias, Presidência e respectivos órgãos de assessoramento, tendo como base a extração e tratamento das informações contidas no SCDP, de modo a homenagear a transparência da prestação de contas, por meio da utilização de um relevante instrumento de planejamento e acompanhamento das despesas realizadas pela Instituição. O Gráfico 1 apresenta o gerenciamento dos PCDPs em 2010.

Gráfico 1 – Gerenciamento Funcional dos PCDPs em 2010



Fonte: CGAD.

Com relação à continuidade das ações de monitoramento e controle, a CGAD atuou com o mapeamento de processos críticos, encaminhando "Memorandos de Alerta" aos setores onde os processos permanecem sem movimentação por prazo superior a 15 dias, fato que, em conjunto com as rotinas de verificação de conformidade instituídas por meio das Ordens de Serviço nº 05 e 06/2009, contribuiu ao incremento da celeridade da tramitação processual no INPI.

No tocante às atividades de comunicação interna, destaca-se a produção e implementação da intranet da CGAD, produto desenvolvido pela CGTI com a participação conjunta de representante designado pela CGAD (cliente). Assim, com vistas a maior transparência, socialização e disseminação participativa das ações da CGAD, já se encontram inseridas informações acerca do organograma e atribuições da Coordenação; dos projetos em andamento; dos fluxos, formulários, licitações, manuais e modelos; dos contratos, fiscais e Atas Registro de Preço; do orçamento da CGAD, Coordenação de Engenharia e Arquitetura (CENGE) e Divisão de Serviços Gerais, Documentação e Arquivo (DSERV); da legislação, normativos, portarias e decisões; de viagens; e de relatórios, estatísticas, notícias, contatos e atalhos para os principais sistemas e fontes de informação.

Em relação à Gestão de Contratos no âmbito do INPI, após a identificação da lacuna existente no Instituto, a CGAD elaborou e submeteu à DIRAD a minuta de um Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, publicada no segundo semestre de 2010, instrumento que vem ajudando a desmistificar o dilema do dia a dia das atividades de gestão e fiscalização de contratos e contribuindo para a qualidade das relações contratuais entre o INPI e seus fornecedores. Valorizando conceitos clássicos da Lei de Licitações, essa ferramenta visa a ensinar a montar um plano de gestão e fiscalização que facilitará a vida do gestor e evitará falhas frequentes na execução dos contratos. Em estilo didático, o Manual aborda legislação, acompanhamento e fiscalização, prazos e competências, liquidação e pagamento e alterações dos contratos e ainda define fluxos, formulários e outros documentos importantes para a gestão de contratos.

Em atenção ao Planejamento Estratégico do INPI, que contempla, entre seus objetivos, o de promover o "INPI sem papel", foi alocada na CGAD, após delegação da Presidência por meio da portaria PR 333/10 de 16/06/2010, a coordenação do projeto de Gestão Documental, cujo modelo de contratação abrange a gestão e a digitalização do acervo documental do INPI. A implementação do projeto está programada para o ano de 2011, e permitirá o acesso a conteúdos armazenados de forma mais célere, segura e precisa.

Outra medida de relevante importância adotada no exercício de 2010, resultado de uma atuação conjunta entre a DIRAD, a CGAD e a CGTI, foi a implantação, em 16/07/2010, do sistema PUSH, que tem como objetivo o envio de mensagens eletrônicas a clientes do INPI interessados em se manterem informados sobre o andamento de processos de marcas, patentes e desenhos industriais. As informações enviadas são as mesmas disponibilizadas nas bases de pesquisas do INPI, refletindo os despachos efetuados sobre os respectivos processos. Seu uso esta sujeito à aceitação de um Termo de Adesão, que é apresentado ao cliente no primeiro acesso ao sistema. Vale ressaltar que o sistema não substitui a Revista da Propriedade Industrial (RPI), único meio oficial de informação do INPI, através do seu portal, não desobrigando o cliente a consultá-la. O sistema visa apenas a agilizar a comunicação e aproximar o Instituto da sociedade, tendo como foco o cliente-usuário.

Em relação à segurança, transparência e celeridade do trâmite de informações e documentos no âmbito do INPI, a DIRAD e a CGAD iniciaram os procedimentos para a disponibilização de certificações digitais para todos os servidores deste Instituto. Esse mecanismo visa a assegurar a fidedignidade e segurança dos documentos emitidos e tramitados no Instituto, além de assegurar o acesso e a utilização do SISGD pelos seus servidores.

Tal medida atende à Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras. A utilização de documentos eletrônicos também aumenta a eficácia na troca de informações e contribui com a redução de custos com malotes e impressões. O resultado esperado é a melhoria de procedimentos aliada à redução de custos com a impressão de documentos, que passam a ser assinados digitalmente. A aquisição e disponibilização das certificações digitais estão programadas para o exercício de 2011.

Destaca-se também, no período, a assinatura do contrato para a implantação da sala-cofre para o Centro de Dados (CPD) do INPI. A sala-cofre é uma solução integrada para centros de dados que requerem níveis máximos de segurança, com certificação através de normas técnicas, garantindo que o CPD do INPI estará protegido em eventuais situações de falhas técnicas, acidentes, sinistros, atentados, ataques, sabotagens e outras ameaças. O modelo de contratação adotado pela Administração abarcou todos os parâmetros de segurança e confiabilidade necessários a um ambiente de alta disponibilidade, consoante normas técnicas reconhecidas internacionalmente, e se encontra consignado nas Diretrizes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), 2010/2012.

Relativamente ao início dos procedimentos para a implantação do controle de acesso e frequência no INPI, a CGAD envidou seus esforços no sentido de prospectar a sua viabilização, cabendo à CENGE, em conjunto com a CGTI e com a Cooedenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH), os procedimentos necessários a sua efetiva implementação. Essa medida vai ao encontro do artigo 1º do Decreto nº 1.867/96, que determina que o registro de pontualidade e assiduidade dos servidores públicos federais se dê por meio de controle eletrônico de ponto, e se alinha à diretriz VII do Planejamento Estratégico do INPI e à Resolução nº 262/11, ambas voltadas para a modernização das instalações físicas e prediais do INPI. Espera-se, findada a contratação, que o INPI elimine, em âmbito nacional, a atual deficiência de suas instalações em termos de controle de acesso e frequência.

Em relação à renovação da base de dados patrimoniais do INPI, a contratação de empresa especializada na atualização dos registros relativos aos bens móveis do INPI permitiu atualizar o sistema de gestão de ativos patrimoniais do Instituto, principalmente no que tange aos quantitativos, estados de conservação, valores monetários, tipologia e outros. Esta ação possibilitou o mapeamento, organização e planejamento das ações que visam ao desfazimento

dos bens identificados como inservíveis ou cuja recuperação esteja enquadrada como antieconômica, ação esta que se encontra em curso e vinculada, no que tange aos bens de informática, ao Programa de Inclusão Digital do Governo Federal.

No tocante à revisão e regularização de contratos, foi executada a revisão, adequação e aperfeiçoamento de todos os instrumentos contratuais vigentes no INPI e a regularização de todos os casos de pagamentos na via indenizatória. Modelos-padrão de editais também foram concebidos, assim como foram celebrados novos contratos, cujas contratações anteriores apresentavam histórico problemático, em bases conformes e seguras à Institutição, fato que permitiu aprimorar o binômio Edital/Fiscalização e a qualidade dos serviços prestados ao Instituto, consoante os princípios da eficiência e economicidade.

A título exemplificativo, destaca-se a celebração do contrato referente à locação de veículos, cuja nova sistemática, em homenagem à transparência e ao controle, incorporou importantes ferramentas em subsídio a gestão e fiscalização, como a utilização de tacógrafos, Sistema de Posicionamento Global (GPS) e utilização de sistema informatizado concebido pela própria Instituição, o SRV, ação que proporcionou uma redução mensal de despesas da ordem de 67% em relação ao contrato anterior.

O SRV foi implementado em 03/02/2010 e possibilita o gerenciamento eletrônico das requisições de transporte de pessoas e documentos, além de promover maior transparência e eficácia na fiscalização do contrato, conforme recomendações da Corregedoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU). O sistema foi idealizado a partir da Resolução nº 206/09, a qual disciplina a utilização e o respectivo controle de viaturas disponibilizadas para serviço no âmbito do INPI, quer em sua sede, quer nas Divisões Regionais. Paralelamente, a CGAD desenvolveu o Manual de Utilização do SRV, consignando os procedimentos a serem observados pelos usuários dos veículos oficiais.

Pelo exposto, verifica-se, em comparação aos diagnósticos encontrados nos exercícios anteriores, que a atual Administração superou obstáculos e conduziu importantes avanços em nível de reestruturação administrativa, fato notoriamente perceptível pela modernização de métodos e processos de trabalho com consequente obtenção de níveis de gestão saudáveis e sustentáveis.

Assim, considera-se a atual gestão como condutora de um novo paradigma para o INPI, principalmente no que concerne às profundas reformas que propiciaram a consolidação de boas práticas de gestão pública com capilaridade a todas as instâncias administrativas da CGAD, fato que trouxe novos horizontes, desafios e maior amplitude de oportunidades a serem perseguidas pela próxima gestão. Nessa linha, ressalta-se que a nova estrutura advinda da Lei nº 12.274/2010, aliada à previsão de incorporação de novos concursados aos quadros técnicos do Instituto, propiciará maior capacidade de reação às demandas internas e externas e potencializará a continuidade das ações desenhadas pela DIRAD/CGAD, tendo como alvo a melhoria

contínua e o desenvolvimento de equipes de alto desempenho. Consolidou-se, em paralelo, como principal norteador da escolha dos cargos de chefia na CGAD, a capacidade de liderança e aptidão para resolução de problemas.

O cenário atual aponta o incremento da confiabilidade, estabilidade e consistência das ações empreendidas no âmbito da CGAD, principalmente as atividades de logística, infraestrutura, engenharia, aquisições e contratações. Registre-se que o planejamento e a interlocução entre as partes envolvidas em muito foram aprimorados pela CGAD e perpassaram por todos os níveis da Coordenação – operação, processos e organização, sendo incorporadas à cultura administrativa práticas de identificação de lacunas, análise e síntese de problemas, elaboração de planos de ação, com acompanhamento de suas execuções, difusão de novas práticas por meio da padronização e gestão do conhecimento.

Foi encaminhada a resolução da questão físico-institucional da Sede do INPI, assim como foi conferida maior assistência no atendimento das necessidades das Unidades Descentralizadas. Foi implementada política de redução de custos e melhoria do gasto público no âmbito da Instituição, ao passo em que a área-meio, em consonância com o que se observa ao longo dos últimos anos para as áreas finalísticas do órgão, conseguiu ampliar seus laços de colaboração e exportar inteligência a entidades de governo congêneres, sendo as práticas de gestão aqui aplicadas, desenvolvidas e/ou aprimoradas, devidamente reconhecidas em fóruns e polos formadores de opinião em matéria de governo e Administração Pública.

Por fim, registra-se que a gestão dessa área estratégica, no novo organograma, passou a ser composta pela CENGE, DIMPS, DICOL e DSERV, cujas realizações em 2010 se passa a expor.

1.1 Divisão de Serviços Gerais, Documentação e Arquivo (DSERV)

Durante o exercício de 2010, a DSERV realizou a gestão de 31 contratos de serviços do Instituto, encaminhou 42 correspondências às empresas contratadas e remeteu 310 memorandos aos diversos setores, acerca da execução de serviços e necessidade de pesquisa de satisfação dos mesmos.

Objetivando a otimização dos custos dos serviços do INPI, foram reestruturados os serviços de correios, de transporte, de vigilância e de brigada de incêndio.

No que tange à redução de custos com os serviços de correio, os serviços de malote prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) foram reestruturados e houve uma ampliação de percursos contratados, passando o INPI/RJ a dispor de novos trajetos diretamente para Florianópolis, Vitória, Recife e Aracaju, facilitando o contato com a Sede e agilizando processos. Estes trajetos não ocasionaram um aumento na fatura de serviços, uma vez que os outros percursos estavam sendo subutilizados e suas frequências foram readequadas, e ainda assim gerou, em média, uma redução de custos na ordem de 19% a partir de julho de 2010.

Em relação à redução do montante gasto pelo INPI com os serviços de transportes, as ações de melhoria

e controle implementadas no âmbito da CGAD reduziram os gastos com o serviço na ordem de 67% dos valores pagos na vigência do contrato anterior.

Quanto à redução com os serviços de vigilância, cabe informar que o contrato a ser firmado em 2011 prevê um quantitativo inferior aos anos anteriores, fato justificado pela orientação da IN nº 02/2008, a qual estipula que as entidades da Administração Pública Federal deverão realizar estudos visando a otimizar os postos de vigilância, de forma a extinguir aqueles que não forem essenciais, substituir por recepcionistas aqueles que tenham como efetiva atribuição o atendimento ao público e definir diferentes turnos, de acordo com as necessidades do órgão ou entidade, para postos de escala 44h semanais, visando a eliminar postos de 12 x 36h que ficam ociosos nos finais de semana. O resultado esperado é de uma redução na casa dos 44% em relação ao contrato atual.

Em relação à redução de gastos obtida nos serviços de brigada de incêndio, o contrato firmado tem como objeto a contratação de serviços de brigada de incêndio nas dependências do INPI na cidade do Rio de Janeiro; manutenção preventiva e corretiva dos extintores e manutenção preventiva das caixas de hidrantes nas dependências do edifício sede do INPI, com o valor mensal de R$ 82.332,52. Este contrato foi aditivado com uma redução no efetivo de três postos de bombeiro civil no edifício da Rua Mayrink Veiga nº 9, administrado pela BRPR, a quem caberia manter brigada de incêndio, e não totalmente ocupado pelo Instituto. Com isso, ocorreu uma redução de 30,30%, e o valor mensal do contrato passou a ser de R$ 57.379,00.

1.2 Seção de Arquivo Geral (SARGE)

À SARGE compete, em breve síntese, proceder à guarda e manutenção do acervo documental do INPI, cadastrar novos processos e gerir a documentação sob a guarda de empresa terceirizada.

Os processos administrativos (atividade-meio) e da Procuradoria Federal são mantidos por cinco anos na SARGE em ordem numérico-cronológica. Após esse período, são encaminhados à empresa terceirizada responsável pela guarda do acervo documental do INPI. A SARGE mantém fichas de todos os processos sob a sua guarda (SARGE/Empresa terceirizada) em ordem numérico-cronológica para controle de sua localização. Os demais documentos da área-meio (memorandos, ofícios, livros contábeis, entre outros) são encaminhados diretamente para a empresa terceirizada, da forma como foram organizados pelo setor de origem. A empresa terceirizada armazena a documentação de todas as diretorias do INPI, tanto da atividade-meio quanto da atividade-fim, sendo a SARGE a responsável pelo controle do quantitativo de caixas arquivadas.

Foram arquivadas 5.175 novas caixas na empresa terceirizada no ano de 2010, fechando com um total de 82.828 caixas do acervo documental do INPI. Em 2010, foram cadastrados 458 novos processos na SARGE, enquanto em 2009 foram apenas 70.

Outra atividade de fundamental importância é a revisão dos processos administrativos encaminhados à empresa terceirizada, e armazenado em caixas. Os processos administrativos que estão na referida empresa retornam à SARGE para serem ordenados e cadastrados (se ainda não possuírem protocolo

no SINPI); são elaboradas fichas em papel, constando o número do processo, o protocolo do SINPI, o número da caixa, o assunto, data e localização. Esta atividade identifica corretamente o conteúdo das caixas, principalmente as da empresa anteriormente contratada, em que a documentação não foi devidamente identificada no momento do seu acondicionamento. Em 2010, foram revisadas 50 caixas de processos administrativos, sendo cadastrados 2.175 processos no sistema SINPI, e feitas as suas respectivas fichas em papel.

1.3 Serviço de Administração dos Escritórios de Difusão Regional (SEADE)

Ao SEADE compete praticar as atividades inerentes ao suporte para a confecção de Termos de Referência, acompanhamento dos processos de contratação e de sua respectiva execução, fiscalização de contratos, liberação de recursos e demais atividades de apoio e controle da atividade das Unidades do INPI nos Estados da Federação.

No exercício em análise, foram objeto de acompanhamento pelo SEADE os processos de contratação de serviço de limpeza para a REINPI - Santa Catarina, DIREG – Minas Gerais e DIREG – Rio Grande do Sul; serviço de apoio administrativo para a DIREG - Distrito Federal. Foram também acompanhados os processos de aquisição de mobiliário para atender as DIREGs e REINPIs - Santa Catarina, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Também no exercício de 2010, o SEADE procedeu ao acompanhamento de processo visando a sua prorrogação ou repactuação, observando a disponibilidade orçamentária, encaminhando os respectivos processos às áreas competentes para a confecção de Termo Aditivo, Termo de Reconhecimento de Dívida ou Apostilamento.

No que tange à fiscalização de contrato de transporte de cargas e bens para as DIREGs e REINPIs, por meio do qual, no segundo semestre de 2010, foram deslocados mais de 30 computadores e monitores, ressalta-se que foi delegada ao SEADE, em conjunto com o Serviço de Patrimônio (SERPA).

1.4 Serviço de Protocolo e Expedição (SEPEX)

No exercício de 2010, o SEPEX desenvolveu atividades de Protocolo da Área Técnica, em especial recebendo e protocolando os pedidos e petições de marcas, patentes, desenhos industriais, entre outros. Naquele ano, foram protocolados 116.285 documentos e arrecadados R$ 34.763.502,53 (fonte: Sistema PAG).

Em relação ao protocolo de Processos Administrativos, o quantitativo efetivado por essa unidade alcançou a marca de 4.534 processos.

No que se refere à atualização de procedimentos, foi implantado o Controle de Recebimento de Documentos (CRD), novo formulário, em substituição ao livro usado anteriormente, e à automação do protocolo de processos administrativos.

1.5 Serviço de Administração Predial e Atividades Auxiliares (SAPRA)

As atividades do SAPRA consistem basicamente no acompanhamento dos serviços referentes à administração do edifício sede da Instituição, incluindo o edifício situado na Rua Mayrink Veiga nº 9, onde funcionam as unidades técnico/administrativas do INPI, na manutenção e fiscalização dos serviços de infraestrutura e logística da Instituição, concentrando a organização e controle (fiscalização) dos contratos de serviços gerais, tais como limpeza, vigilância, copeiragem, ascensoristas, serviços braçais e de brigada de incêndio, entre outros.

No ano de 2010, os resultados obtidos por essa unidade foram a redução no quadro de mão de obra dos serviços de brigada de incêndio e a prorrogação dos contratos relativos aos serviços de ascensoristas, a partir de 18/11/2010; aos serviços de asseio e higienização, a partir de 04/03/2010; aos serviços de copeiragem, a partir de 26/05/2010; aos serviços de manutenção em equipamentos gráficos, a partir de 07/12/2010; e aos serviços de vigilância, a partir de 29/09/2010.

1.6 Divisão de Contratos e Licitações (DICOL)

As atividades afetas à DICOL são as de elaborar minutas de editais para aquisições e/ou contratações, bem como seus respectivos contratos e termos aditivos, analisar e instruir os processos para aquisições/contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação, proceder à liquidação de despesas da Autarquia, coordenar os Pregões Eletrônicos realizados pelo INPI, gerenciar e analisar os procedimentos e pesquisa de novos métodos e tecnologias para contratação no setor público, bem como auxiliar a Diretoria de Administração na instrução e análise das aplicações de penalidade em virtude do não cumprimento das cláusulas contratuais por parte das empresas contratadas pelo INPI.

Em 2010, foram publicados 41 pregões eletrônicos, 140 compras por diretas, nove contratações feitas por meio de adesão à ata de registro de preços, oito inexigibilidades de licitações, além dos casos de prorrogações de contratos vigentes.

É importante registrar que a DICOL e o SESUP adotaram o Sistema de Registro de Preços, em especial para o fornecimento de materiais de necessidade continuada e fornecimentos parcelados. Assim, por meio da atuação consoante o Decreto nº 3.931 de 2001, tornaram-se mais céleres os procedimentos internos de aquisição, reduzindo despesas com procedimentos licitatórios, e aperfeiçoou-se a logística de suprimentos e estoques geridos pelo SESUP.

Em relação à liquidação de despesas, na forma da Lei nº 4.320/64, é feita uma verificação formal dos documentos pertinentes à liquidação de despesa, tais como: notas fiscais, cláusulas contratuais, ateste do gestor do contrato, relatórios e habilitações fiscais. Após tal verificação, é feita a liquidação da despesa pública, sendo apurado o valor líquido em campo próprio do formulário de Autorização de Pagamento, em observância à Lei supracitada, bem como quanto à IN SRF nº 480/03. Em média, são liquidados, mensalmente, 70 processos.

Em relação à aplicação de penalidades em virtude do não cumprimento das cláusulas contratuais por parte das empresas contratadas pelo INPI, cabe à DICOL analisar as informações trazidas pelos fiscais do contrato quanto ao descumprimento dos termos contratuais, instruir os processos com informações e dados para aplicação das penalidades administrativas previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93 e elaborar a minuta das Cartas-Notificação que serão apreciadas e assinadas pela Diretoria de Administração.

Foram analisadas 26 penalidades administrativas no período de janeiro a dezembro de 2010, sendo 15 penalidades aplicadas, seis advertências, seis multas, duas suspensões de contratar com o INPI por 24 meses e uma rescisão unilateral, restando pendentes a conclusão de 11 penalidades (sob recurso "Defesa Prévia"), três advertências, cinco multas, uma suspensão de contratar com o INPI por 24 meses e duas declarações de inidoneidade.

Outra atividade desenvolvida é promover e manter o registro e a atualização de dados cadastrais de fornecedores e prestadores de serviços, prestando-lhes orientação sobre as exigências para inscrição no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Atualmente, constam 590 empresas cadastradas no INPI para atualizar documentos no SICAF e são feitos aproximadamente 250 atendimentos por mês.

1.7 Serviço de Gerenciamento de Aquisições (SEGEA)

O SEGEA é responsável pela realização de pesquisa de preços, cotações eletrônicas, envio de notas de empenho, cadastramento de fornecedores e pela numeração dos procedimentos licitatórios.

No que se refere à realização de pesquisas de preço, foram iniciadas 133 pesquisas, sendo que quatro não foram finalizadas, uma foi suspensa e sete foram realizadas pelo Sistema de Preços Praticados (SISPP).

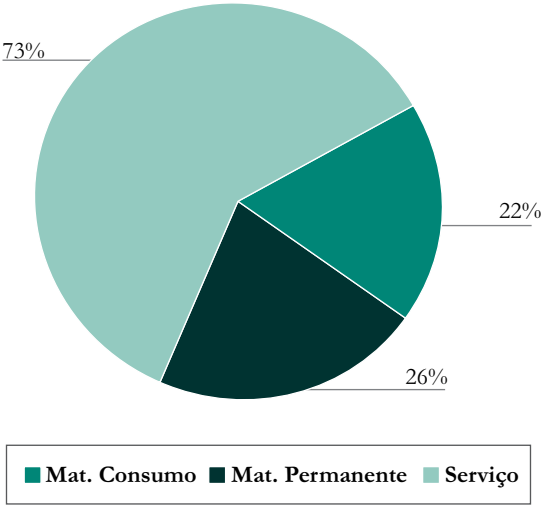
Foram enviadas 95 notas de empenho para fornecedores. Quanto ao cadastramento de fornecedores, no total, contando com as pesquisas que ainda não foram finalizadas, 121 processos tiveram seus fornecedores inclusos no cadastro para o período, pois algumas pesquisas são realizadas através do SISPP, não havendo contato direto com os fornecedores. Desta maneira, 2.090 empresas foram consultadas, sendo que 446 responderam positivamente, 305 negativamente, 1.284 não responderam e a pesquisa junto a 55 empresas foi suspensa.

Em relação à realização de cotações eletrônicas, até o final do exercício de 2010 foram realizadas 16 cotações, sendo que uma foi cancelada, uma ainda não foi adjudicada e três ainda não foram homologadas.

Por fim, em relação às licitações, registra-se que foram feitas 95 numerações, não significando que as licitações tenham sido realizadas de fato.

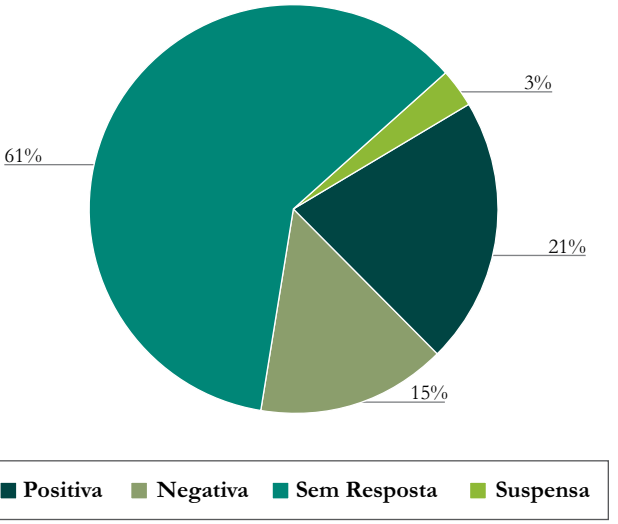
Os Gráficos 2 a 4 mostram os dados estatísticos apurados para o período, excluindo as pesquisas não finalizadas.

Gráfico 2 – Número de Pesquisas de Preço (por Tipo)



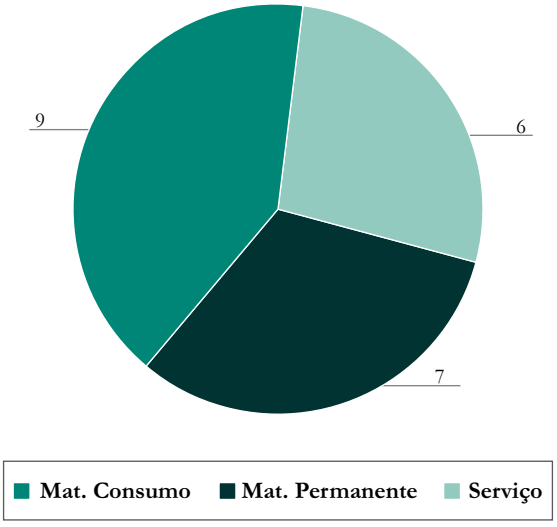
Fonte: CGAD.

Gráfico 3 – Estatística de Respostas (em %)



Fonte: CGAD.

Gráfico 4 – Tempo Médio de Pesquisa de Mercado



Fonte: CGAD.

1.8 Unidade: Serviço de Suprimentos (SESUP)

Compete ao SESUP promover o levantamento do material necessário aos órgãos do INPI, receber, conferir, classificar, armazenar e distribuir materiais, controlando os estoques e procedendo à competente escrituração, atender a requisição de material, solicitar reforço de suprimentos e exercer o controle físico-contábil dos estoques e realizar o inventário de material.

Foram recebidos e incluídos no sistema materiais de consumo no valor de R$ 295.187,13 e bens permanentes no valor de R$ 244.349,09. Em relação aos primeiros, houve uma redução de 57,85% dos gastos com bens de consumo em relação ao exercício anterior, sem queda na qualidade do atendimento. Isso se deve em grande parte à política adotada de se utilizar Atas de Registro de Preços próprias do órgão, que proporcionam a execução de programação de almoxarifado virtual, que se caracteriza pela administração dos estoques, de maneira que os mesmos fiquem armazenados no fornecedor contratado, fazendo-se girar o estoque somente com material necessário para uso imediato, com consequente redução dos custos de armazenagem sem perda de eficiência e tampouco super estocagem.

Anualmente são cadastrados os servidores da cada área do Instituto, para que estes acessem o Sistema SINPI Materiais e possam fazer suas requisições. Estas são atendidas eletronicamente, sendo os materiais separados para posterior entrega ao requisitante.

Foram atendidas 1.550 Requisições de Materiais, resultando em um volume total de entregas de 87.846 itens, no valor de R$ 396.837,05, o que

indica redução de 13,4% na quantidade de itens requisitados e de 33,2% em valores em relação a igual período do exercício anterior, ou seja, redução de consumo de R$ 197.309,82, o que denota a confiança adquirida junto ao usuário, que deixou de fazer estoques paralelos, evitando-se o desperdício de materiais.

1.9 Serviço de Patrimônio (SERPA)

As atividades do SERPA consistem basicamente no tombamento e posterior distribuição dos bens patrimoniais, controle de movimentações de patrimônio por sistema informatizado, atualização dos responsáveis pelos bens móveis, elaboração de termos de referência para verificar a viabilidade quanto ao conserto de determinado bem, tendo por base o princípio da economicidade, e proceder à regularização dos bens imóveis.

Após reunião na CGAD, com a participação da DICOL, foi acordado que seria iniciado por este Serviço um processo administrativo cujo objeto seria o "projeto-piloto" de desfazimento de bens de informática e mobiliários considerados como inservíveis, de acordo com o preconizado no Decreto nº 99.658/90, começando pela DIREG/DF, para posterior ampliação de tal projeto para todas as DIREGs e REINPs onde houver bens móveis do INPI.

Foram retirados 45% do montante dos 1.603 estantes escaninhos de madeira, todas classificadas como irrecuperáveis, que foram destruídas, conforme decisão de Comissão designada para este fim.

Das 300 cadeiras novas, adquiridas no ano de 2010, todas foram distribuídas, para substituir cadeiras antigas e fora do padrão, ou que necessitavam de conserto. Com relação às cadeiras das diretorias e presidência, 12 cadeiras foram distribuídas no primeiro semestre deste exercício.

Em trabalho conjunto com a CGTI, o SERPA orientou o processo de alteração no Sistema SINPI, no sentido de otimizar os procedimentos e salvaguardar os bens da Autarquia, por meio da inserção de rotinas de numeração de Termo de Responsabilidade, de guias de movimentação interna e de Termo de Baixa, além de ter recomendado a movimentação de responsabilidade interna no sistema (SINPI/Patrimônio), adequando a situação do bem ao usuário que o movimentou.

A fim de garantir maior controle e segurança sobre a movimentação de bens de informática do Instituto, foi criado um formulário para registrar a solicitação de retirada de equipamentos de danificados.

Ademais, foram distribuídas nove unidades de relógios datadores no segundo semestre, aproveitando o transporte contratado pela Administração para a distribuição dos computadores HP, para algumas DIREGs e REINPIs, todos testados e em perfeito funcionamento.

Por fim, de forma que fosse regularizada a questão dos ocupantes dos 22 imóveis de propriedade do INPI no Distrito Federal, foi criado um formulário minucioso que detalha todas as informações pertinentes a estes.

1.10 Coordenação de Finanças (COFIN)

Com a aprovação da nova estrutura regimental do INPI, por meio da publicação do Decreto nº 7.356, de 12 de novembro de 2010, compete à COFIN subsidiar o Serviço Financeiro, de Contabilidade Geral, de Liquidação e Custo e de Arrecadação, gerenciando as atividades executadas por essas unidades, bem como por avaliar e consolidar os resultados do levantamento de dados das áreas executoras em informações gerenciais, propondo ações para integração e normalização no tratamento das informações. Cabe, ainda, garantir melhor reflexão sobre a formal integração dos serviços promovidos e de atendimento, avaliar os mecanismos participativos do pessoal envolvido, orientar quando do questionamento de diversas áreas, elaborar relatórios com fito de atender aos órgãos de controle interno e externo e subsidiar, através da montagem das peças, a Prestação de Contas do INPI.

1. 11 Serviço Financeiro (SEFIN)

O Serviço Financeiro tem, entre outras atribuições, a incumbência de emitir pagamentos e empenhos; acompanhar os suprimentos de fundos através do centro de custos do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF); apropriar a folha de pessoal; aplicar recursos da conta única; atender às DIREGs; e garantir a conformidade de registro de gestão. A Tabela 4 mostra o quadro estatístico dos documentos por natureza emitidos pelo SEFIN.

Tabela 4 –Estatística de Documentos Financeiros – 2010

Mês	NE	OB	GP	GR	DF	DR	PF	Total
Janeiro	90	172	31	59	104	4	2	462
Fevereiro	132	141	9	52	34	1	9	378
Março	122	337	31	58	121	3	13	685
Abril	114	275	12	54	86	2	7	550
Maio	122	388	45	61	120	9	13	758
Junho	54	355	30	51	135	5	6	636
Julho	79	353	31	50	164	6	11	694
Agosto	82	397	33	9	187	3	10	721
Setembro	53	362	46	2	85	9	6	563
Outubro	105	320	33	4	154	6	6	628
Novembro	124	352	27	4	154	6	6	700
Dezembro	183	362	42	11	208	10	4	820
Total	**1.260**	**3.814**	**370**	**415**	**1.574**	**63**	**99**	**7.595**

LEGENDA
NE = Nota de Empenho
OB = Ordem Bancária
GP = Guia da Previdência Social
GR = Guia de Recolhimento
DF = Documento de Arrecadação Federal (DARF)
DR = Documento de Arrecadação Municipal (DAR)
PF = Programação Financeira

Fonte: SEFIN.

1.12 Serviço de Contabilidade Geral (SECON)

Cabe ao SECON efetuar os registros contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, promovendo o acompanhamento e a avaliação das informações gerenciais necessárias; acompanhar e controlar a arrecadação da receita procedendo às correções necessárias; compatibilizar a movimentação das contas contábeis realizando a conciliação e a análise dessas; efetuar os ajustes de contas específicas em atendimento às normas de encerramento do exercício expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN); proceder à conformidade contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) quanto aos registros (inscrição e baixa) dos atos contábeis; efetuar a análise do movimento diário da execução orçamentária e financeira das contas contábeis para a consolidação dos balancetes, da movimentação patrimonial e dos almoxarifados e a certificação das operações incluídas no SIAFI; emitir relatórios e demonstrativos da receita e da despesa; atualizar valores concernentes aos processos de ações judiciais; efetuar a análise e o registro contábil da prestação de contas de convênios e suprimentos de fundos; orientar quando do surgimento de questionamentos oriundos das divisões regionais nos diversos estados; atender às recomendações dos órgãos de controle interno e externo.

A execução orçamentária e financeira do exercício de 2010, comparada aos dois exercícios anteriores, está apresentada resumidamente na Tabela 5, na página seguinte.

Tabela 5 – Decomposição Financeira			R$
Descrição	**2008**	**2009**	**2010**
Demonstrativo de receita realizada			
Receitas correntes	183.170.971,97	201.495.708,73	214.286.796,32
Receita patrimonial	28.322.292,14	22.403.167,12	23.098.518,27
Receita de serviços	154.555.159,92	178.985.524,72	190.940.106,53
Outras receitas correntes	293.519,91	107.016,89	248.171,52
Receitas de capital	245.737,10	693.526,24	211.064,32
Amortização e financiamento	245.737,10	693.526,24	211.064,32
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00
Total	**183.659.154,52**	**202.423.371,62**	**214.758.280,77**
Demonstrativo de despesa realizada			
Despesas correntes	190.841.619,95	198.405.697,43	225.568.523,45
Folha de pessoal e encargos sociais	130.503.127,38	147.498.383,67	163.179.358,27
Outras despesas correntes	60.338.492,57	50.907.313,76	62.389.165,18
Despesas de capital	1.060.054,66	566.869,72	6.237.568,20
Equipamento de material permanente	1.060.054,66	566.869,72	4.578.524,26
Outras despesas capital	0,00	0,00	1.658.733,96
Total	**191.901.674,61**	**198.972.567,15**	**231.806.091,65**
Superávit financeiro (acumulado)	239.023.607,82	205.603.642,35	214.034.697,19
Superávit de exercícios anteriores	210.119.157,46	202.890.895,70	188.526.768,87
Superávit do exercício	28.904.450,36	2.712.746,65	25.507.928,32
Previsão de receita Orçamentária	196.318.448,52	232.200.017,00	247.746.324,80
Receita arrecadada	183.659.154,52	202.423.371,62	214.758.280,77
Receita não prevista	4.416773,91	29.776.645,38	32.988.044,03
Fixação da despesa orçamentária	200.608.400,00	232.200.017,00	252.696.871,00
Despesa Realizada	191.901.674,61	198.972.567,15	231.806.091,65
Despesa a realizar	8.706.725,39	33.227.449,85	20.890.779,35
Disponibilidade de Caixa (bancos)	237.631.558,07	203.255.812,56	222.840.318,40
Restos a pagar não Processados	13.501.997,60	16.898.769,52	15.170.042,21
Restos a pagar pagos	9.487.851,52	9.055.135,35	13.366.665,36
Restos a pagar cancelados	1.881.845,90	4.047.639,46	4.591.496,47
Restos a pagar a pagar	2.132.300,18	5.928.294,89	3.140.175,27
Inscrição RP de Exercícios Anteriores	-	2.132.300,18	5.928.294,89

OBS: As diferenças apresentadas na tabela acima são relativas à receita INTRA-SIAFI, não considerada.
Fonte: SECON.

1.13 Serviço de Arrecadação (SEARC)

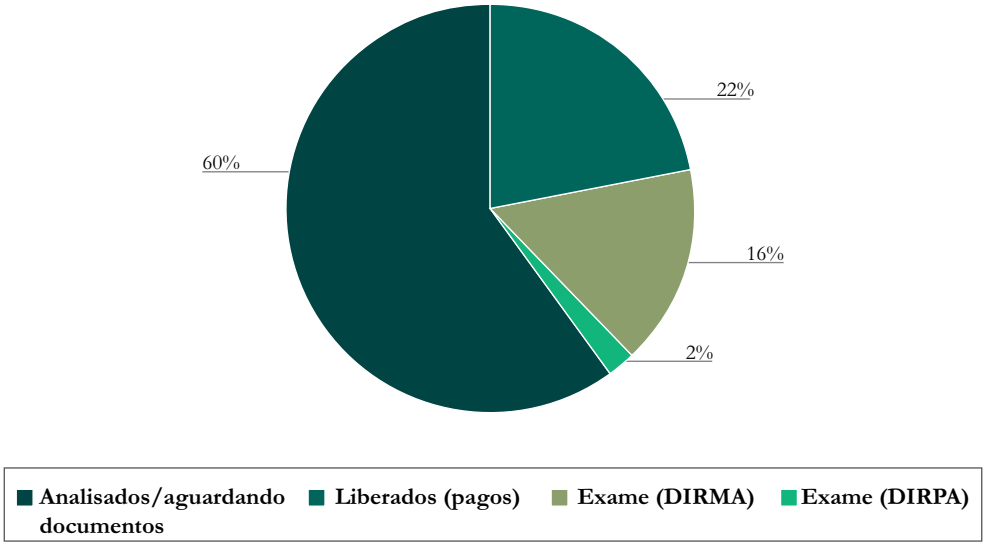
O SEARC acompanha e analisa os processos de restituição de taxas pagas indevidamente, bem como a importação dos arquivos do Banco do Brasil para o sistema PAG, permitindo, assim, que os usuários procedam às consultas relativas às taxas efetivamente pagas pelos serviços solicitados ao INPI.

Outro ponto a destacar é que o Serviço concilia as Guias de Recolhimento da União (GRU) para as áreas finalísticas, procede à recuperação de cheques sem fundos e ao atendimento aos usuários internos e externos. A Tabela 6 e o Gráfico 5 mostram a situação dos processos de restituição de taxas pagas indevidamente nos últimos três exercícios.

Tabela 6 – Processos de Restituição de Taxas						
Processos de restituição de taxas	**2008**		**2009**		**2010**	
	Qtd.	**Valor (R$)**	**Qtd.**	**Valor (R$)**	**Qtd.**	**Valor (R$)**
Processos Liberados (Pagos)	562	146.386,35	840	261.000,94	624	278.759,20
Processos Aguardando Documentação	152	44.971,76	1.087	372.000,00	1.047	343.647,02
Em Análise na DIRMA	740	223.840,50	480	200.412,00	434	170.331,50
Em Análise na DIRPA	06	1.097,20	16	13.289,54	45	25.013,93
Em Análise na SEPEX	0	0,00	0	0,00	1	400,00

Fonte: SEAC.

Gráfico 5 – Restituição de Taxas – Situação (Janeiro a Dezembro de 2010)



Fonte: SEAC.

As atividades relacionadas à Repactuação dos Contratos de prestação de serviços, locação da mão de obra e fornecimento de bens, têm como consequência o ajuste dos preços inicialmente contratados, por meio da confecção de planilhas de cálculos que observam a legislação pertinente, a estimativa de recursos orçamentários e a avaliação dos índices percentuais encontrados para a concessão de novos valores ao Contrato, além da projeção de recursos financeiros a serem concedidos.

Outrossim, são analisadas as planilhas de custos e formação de preços apresentadas pelas empresas no âmbito das licitações promovidas pelo INPI, com vistas à contratação de serviços com locação de mão de obra direta, destinados às diversas unidades do Instituto. Tal atividade objetiva evitar a homologação de planilhas de custos que venham a conter possíveis vícios ou irregularidades em seus cálculos e/ou fórmulas, os quais prejudicam a análise de eventuais pleitos de repactuação futuros. A Tabela 7 registra o

status dos processos de repactuação no exercício de 2010.

Tabela 7 – Repactuação – Situação dos Processos

Período	Encerrados	Em andamento	Total
2008	12	26	38
2009	20	23	43
2010	10	63	73

Fonte: SEAC.

1.14 Serviço de Liquidação e Custo (SELIC)

Compete ao SELIC promover a liquidação de despesas relativas aos contratos de mão de obra, equipamentos e de materiais de consumo, por meio da retenção dos tributos específicos para cada natureza constante no estatuto da empresa (Contratada). No exercício de 2010, essas atividades foram desempenhadas pela DICOL.

2 Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)

2.1 Breve Histórico

Ao longo dos últimos quatro anos, a atual CGTI, antiga CGMI, passou por transformações e atualizações importantes que visaram à continuação do processo de modernização do INPI. A seguir, serão recapitulados os principais acontecimentos desse período.

Em 2006, as atividades da então CGMI abrangeram o desenvolvimento de sistemas, a manutenção dos sistemas existentes e a continuidade na contratação do SERPRO para absorção dos sistemas de informática.

Também com o SERPRO foram contratados os serviços de: operação de sistemas; tratamento e armazenamento de dados do Centro de Dados do INPI; desenvolvimento, produção e manutenção do Sistema Eletrônico Integrado de Gestão da Propriedade Intelectual – Módulo Marcas; acesso à Internet e gerenciamento da rede; geração de CDs das RPIs; mapeamento de processos da DIRAD e da DICIG; e automação da Biblioteca. Ainda em 2006, foi implementado o Sistema e-Marcas para viabilizar o depósito *online* de pedidos de registro de marca.

Durante o ano de 2007, a então CGMI manteve as atividades praticadas no ano anterior e fortaleceu ainda mais o processo de outsourcing da informatização do INPI junto ao SERPRO, na medida em que o serviço de Helpdesk passou a ser executado por essa empresa. Durante aquele ano, houve também a migração dos servidores do INPI da Praça Mauá para o Centro de Dados do SERPRO/Horto-RJ.

O ano de 2008 ficou marcado pela posse do novo Coordenador-Geral da CGMI, pela modificação na política de informática do Instituto, pela publicação da primeira versão do Plano Diretor de Informática (PDI) e pela reestruturação do Comitê de Informática do INPI (o qual tem como missão avaliar, aprovar e priorizar as ações propostas pela CGMI ou vindas de outras coordenações e diretorias). Naquele ano, visando a oferecer melhores condições para o desempenho das atividades afetas aos servidores do Instituto e, também, a instalação do Storage comprado em 2007, a CGMI efetuou a mudança do Centro de Dados do INPI do edifício da Praça Mauá para o terceiro andar do edifício da rua Mayrink Veiga,

9. Tal mudança gerou uma melhoria significativa na disponibilidade de acesso aos recursos da rede para os usuários instalados no prédio da Mayrink Veiga. Esse foi o primeiro passo para reverter o processo de outsourcing integral da informatização do INPI, até então contratado com o SERPRO.

Além disso, a Coordenação efetuou a redistribuição e o aumento dos links da rede de dados do INPI e de Internet. No que tange à rede de dados, foi realizada uma nova licitação para contratação de link de 8 Mbps para ligar as unidades instaladas em ambos os prédios da Autarquia no Rio de Janeiro, substituindo o serviço anteriormente prestado pelo SERPRO através de um link de 6 Mbps. O link de Internet, antes provido pelo SERPRO com 8 Mbps, também foi objeto de nova contratação e passou a ser operado pela Embratel, com velocidade de 34 Mbps, otimizando o acesso à Internet no âmbito da Autarquia.

O serviço de manutenção de Rede Local e Helpdesk, até então prestado pelo SERPRO, também foi objeto de nova licitação em 2008, o que acarretou uma economia mensal de aproximadamente R$ 200.000,00 no custeio desse serviço, uma vez que a empresa vencedora do certame apresentou proposta no valor de R$ 50.000,00 mensais enquanto o contrato anterior custava R$ 250.000,00 por mês ao INPI.

Naquele mesmo ano, a CGMI coordenou o processo que resultou na contratação da empresa TCI BPO, via licitação, para o trabalho de digitação e digitalização de todos os documentos de entrada e dos backlogs de Marcas e do CEDIN.

Também em 2008 foram adquiridos 200 computadores ITAUTEC com especificações técnicas compatíveis com o grau de avanço tecnológico requerido para os equipamentos de informática do INPI. Tais computadores foram distribuídos de forma a suprir as necessidades das diversas áreas do Instituto, bem como para substituir outros equipamentos obsoletos nas Divisões Regionais.

Em maio de 2008, a maior parte dos contratos com o SERPRO havia chegado ao fim. Foi proposta pelo INPI, então, a realização de dois novos contratos com esta empresa, os quais contemplavam o desenvolvimento e manutenção do sistema e-Marcas; e apenas a hospedagem dos sistemas do INPI no Centro de Dados do contratado. Já para a manutenção dos sistemas legados realizou-se um pregão eletrônico que resultou na contratação de nova empresa pelo valor de R$ 105.000,00 mensais, um preço baixo em comparação aos valores cobrados pelo SERPRO por esse serviço (R$ 260.000,00).

Ainda naquele ano, a então CGMI formulou o termo de referência e abriu processo próprio para a contratação de 20 postos de trabalho terceirizado, de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e do Decreto nº 2.271/1997, a fim de aumentar a capacidade da CGMI no desenvolvimento de sistemas customizados, administração de dados e suporte.

Já no ano de 2009, a CGMI atuou no diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e gestão de projetos de TI, enfatizando o processo de modernização em eficiência e qualidade dos serviços para auxiliar a construção do INPI Virtual.

O Centro de Dados do INPI atuou de forma a resolver as vulnerabilidades identificadas no sistema ao longo de 2009. Dentre os projetos realizados pelo CPD em 2009, pode-se citar: Servidor Virtual Center (VCENTER) para o projeto de virtualização, gerenciamento da implantação dos blades, mudança da configuração do storage, implantação da infraestrutura do sistema *Electronic Patent and trademark Office System* (EPTOS) e virtualização de servidores.

A partir de julho de 2009, a antiga CGMI, com o auxílio de uma empresa contratada, passou a desenvolver a Intranet Geral do Instituto, a qual seria implementada no primeiro semestre do ano subsequente. Além disso, a CGMI, subsidiada por desenvolvedores contratados, implementou o SISGD, o SRV e o Sistema de Informação de Pessoal (SIP). Esses aplicativos foram elaborados a partir de demandas do INPI e contaram com o acompanhamento constante de servidores das áreas requisitantes no seu desenvolvimento. O SISGD fechou 2009 já em funcionamento.

Em 2009, com o trabalho da equipe de desenvolvimento foi realizado o mapeamento do parque dos ativos de rede do INPI no Rio de Janeiro. Tal trabalho apontou a necessidade de substituição de equipamentos, como switches e hubs, e identificou diversas falhas de cabeamento que faziam com que o desempenho da rede fosse desigual em diferentes andares da instituição. A fim de sanar tais mazelas, foram comprados 60 novos switches de alto desempenho, os quais foram instalados durante o primeiro semestre do ano seguinte.

Foram adquiridos, ainda em 2009, 400 novos computadores para atender as demandas das diversas áreas da Autarquia, o que contribuiu ainda mais para a modernização da infraestrutura tecnológica do INPI.

Durante o ano de 2009, foram mantidos com o SERPRO apenas os contratos de hospedagem de dados e de desenvolvimento e manutenção do sistema e-Marcas. No entanto, visando ao encerramento do relacionamento entre o INPI e o SERPRO, a equipe de manutenção de sistemas legados deu início ao trabalho de absorção do sistema e-Marcas.

Um fato marcante para a política de tecnologia da informação da instituição, ainda em 2009, foi a elevação do nível hierárquico do Comitê de Informática, o qual passou a ser composto pelo Presidente do INPI, pelos Diretores e pelos Coordenadores-Gerais de Planejamento e Orçamento, de Modernização e Informática e de Administração. Além disso, foi instituído o Grupo de Assessoramento Permanente ao Comitê de Informática (GPAC).

O comitê demandou a elaboração do novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação em atendimento às normas publicadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação no início de 2009. Para este trabalho foi criado um grupo composto por representantes de todas as diretorias e da Presidência do Instituto, visando ao levantamento detalhado das necessidades de tecnologia de cada área.

Em 11 de setembro de 2009, foi publicado no Diário Oficial da União, o Plano de Metas do INPI

2009/2010, visando ao fortalecimento da Tecnologia da Informação no âmbito do INPI. Já no fim de 2009, a CGMI elaborou a versão final do PDTI 2010-2012, publicada em dezembro.

2.2 O Exercício de 2010

No decorrer do ano de 2010, a CGTI deu continuidade ao processo de modernização e melhoria dos serviços prestados aos seus usuários e também ao processo de reversão do outsourcing da informatização do INPI, contratado com o SERPRO. Nesse sentido, diversas ações foram propostas, sendo algumas inclusive implementadas nos primeiros seis meses do ano.

Em parceria com a CENGE/CGAD, o projeto de construção de uma sala-cofre (ambiente estanque que protege o Centro de Dados contra ameaças físicas incluindo fogo, calor, umidade, água, fumaça, arma de fogo e acesso indevido), previsto no PDTI, foi implementado com sucesso.

A sala-cofre entrou em funcionamento no mês de dezembro e está localizada no 3º andar do Edifício "A Noite". Tal vultoso projeto configura-se em um requisito imprescindível para que o INPI possa absorver com segurança os sistemas hoje hospedados no centro de dados do SERPRO e concluir com êxito o Projeto 68 (Migração do Centro de Dados), estabelecido no Planejamento Estratégico do INPI 2007-2012, eliminando assim a dependência de terceiros para a gestão dos dados do Instituto.

Foi finalizado no primeiro semestre do ano o projeto de instalação de 60 novos switches, comprados no ano anterior para otimização da rede de dados do INPI, dando maior rapidez e estabilidades aos usuários. Além disso, 400 computadores adquiridos em 2009 foram distribuídos visando à substituição de máquinas fora da garantia, já obsoletas.

Em janeiro, o GPAC reuniu-se para estabelecer prioridades para as ações que deveriam ser desenvolvidas pela CGTI ao longo do ano. O Quadro 1 mostra o que foi proposto pelas diretorias e coordenações do INPI, bem como o *status* da implementação das ações pela CGTI. Este procedimento de priorização vem ao encontro das determinações do Governo Federal de que os projetos de TI envolvam as áreas finalísticas demandantes. A prática mostrou-se extremamente valiosa e sofrerá ajustes constantes a partir de 2011.

Inspirada nas metodologias de gerenciamento de projetos, a CGTI trabalha com um *backlog* priorizado de projetos e com janelas de tempo para avaliação e busca da melhoria contínua do processo. Neste sentido, é preciso buscar uma melhor sintonia entre a real capacidade de a CGTI entregar valor ao negócio do INPI (desenvolvendo sistemas e provendo serviços e infraestrutura) e o *backlog* priorizado para cada período.

Para 2011, a CGTI buscará uma sincronização com as janelas de tempo da CGPO, com avaliações e renegociação de prioridades a cada quatro meses.

Quadro 1 – *Status* de Execução das Ações Propostas para o Exercício de 2010

Ações Propostas 2010			Status da Ação		
			Não Implementada	Em Implementação	Implementada
PR	1	Monitoramento de projetos CGPO	X		
	2	CONJUR – Procuradoria			X
	3	Fale Conosco – Ouvidoria		X	
DIRAD	4	AP Eletrônica (Autorização de Pagamentos)		X	
	5	SIP		X	
	6	SISGD			X
	7	SRV (manutenção)			X
	8	Implementação OASIS			X
	9	Substituição dos Switches			X
	10	Implementação novas rotinas de backup		X	
	11	Aumento da capacidade do Storage			X
	12	Desenvolvimento de intranets e Portais			X
DICOD	13	Disponibilização das imagens Doc. Entrada / Backlog			X
	14	Saneamento das Bases e Buscas no SINPI e na WEB – AD / PROFINT		X	
	15	Plano para as Diregs: Acesso ao SINPI, PAG, visualizador e suporte à informática		X	
	16	Banco de contratos para DIATEND / CGAD (Oasis)		X	
	17	Gerenciador de Eventos	X		
	18	Base de Colaboradores / Fornecedores (SIP)		X	
DIRMA	19	Absorção do e-marcas			X
	20	Implementação IPAS: Revisão do fluxo, participação com OMPI, reformular formulário em papel.		X	
	21	Disponibilização das imagens Doc. Entrada			X
DIRPA	22	Sistema de controle do pagamento de anuidades / SINPI			X
	23	EPTOS: Phoenix em produção, plano de implementação OLF		X	
	24	SISCAP: Absorção da produção e suporte		X	
	25	Solução para pedidos envolvendo listagem de sequência genética			X
	26	Disponibilização das imagens Doc. Entrada			X
DICIG	27	Plano para Contratos		X	
	28	Plano para DI e registro de SW		X	
	29	Plano para implementação do OLF para Contratos, DI e Registro de SW		X	
	30	SINPI para IG		X	
	31	Atualização do SINPI – SISCON		X	
	32	Formulário para Contratos		X	
	33	Disponibilização das imagens de DI, IG, Registro de SW e Contratos			X
TOTAL			**2**	**17**	**14**
Percentual de ações			6%	52%	42%

Fonte: CGTI.

Dentre as ações implementadas, vale ressaltar a já mencionada substituição dos switches, que trouxe sensíveis melhorias à rede de dados da Autarquia, e o desenvolvimento das intranets do Instituto, o que contribuiu significativamente para o incremento da comunicação organizacional.

Depreende-se, a partir do Quadro 1, que grande parte das ações propostas não foram plenamente implementadas. A maioria ainda se encontra em fase de implementação, enquanto uma pequena parcela sequer foi iniciada. Tal situação se dá devido a contingências que, ao longo do tempo, vão surgindo e acabam por impactar o planejamento previamente concebido. Atrasos em processos de aquisição e contratação e incidentes ocorridos no Centro de Dados do INPI são exemplos de contingências enfrentadas durante o ano.

Durante o primeiro semestre de 2010, foi concluída a implantação do Sistema PUSH, cuja finalidade é informar ao usuário, através de email, o andamento de processos de seu interesse, conforme publicados na RPI, facilitando o acompanhamento de decisões e prazos. Além disso, a fim de ampliar as facilidades de pesquisa sobre processos oferecidas no Portal do INPI, encontra-se em fase final de testes a busca online por pedidos de registro de programa de computador. Outra antiga demanda dos usuários, a emissão de GRU sem data de vencimento, foi atendida, eliminando transtornos uma vez que tais datas eram confundidas com prazos processuais.

2.3 Projetos Estratégicos

O Planejamento Estratégico do INPI 2007-2012 estabeleceu uma ampla Carteira de Projetos a ser implementada ao longo desse período. Dentre estes projetos, alguns são de responsabilidade da CGTI e estão inseridos na Diretriz Estratégica VII (Modernização do INPI), Objetivo Estratégico 16 (Consolidar a Automação), que tem como foco principal informatizar plenamente todos os serviços do INPI e todas as atividades técnico-administrativas, eliminando os arquivos em papel e permitindo a prestação de todos os serviços através da Internet.

No decorrer do ano de 2010, a CGTI obteve progressos na implementação desses projetos. Não obstante, a avaliação é de que projetos como "Sistemas Administrativos" e "Reestruturação do SINPI", que são compostos de diversos itens, não foram atendidos em sua totalidade, visto que foram priorizados outros itens em substituição dos mesmos.

2.4 Redes de Dados

Uma nova estrutura de rede foi montada e novos switches instalados, sendo toda a rede do prédio da Mayrink Veiga reconfigurada.

Em 2011, o projeto poderá ser finalizado com a reconfiguração lógica da rede da Praça Mauá, o que se tornou viável após a migração do CPD da Mayrink Veiga para a Praça Mauá;

2.5 Sistemas Administrativos

No que diz respeito ao Projeto "Sistemas Administrativos" as seguintes ações foram realizadas:

- O Conjur - *software* de apoio ao gerenciamento eletrônico de documentos - foi homologado pela Procuradoria no final de 2010 e entrará em utilização no próximo ano;

- A manutenção do Sistema Ouvidoria e Fale Conosco foi absorvida pela CGTI, primeiro passo para passar a hospedar o sistema no Centro de Dados do Instituto;

- O SISGD foi consolidado em seu primeiro ciclo completo de utilização (um ano) e foram entregues as primeiras interfaces gerenciais;

- A requisição de veículos através do SRV foi universalizada no Instituto a partir da contratação de nova empresa de frota terceirizada e foram entregues as interfaces para geração de relatórios gerenciais que auxiliam o trabalho do fiscal do contrato;

- Consolidou-se a nova Intranet institucional, restando a absorção das páginas da CGPO e CGRH. Em 2011 será elaborado, em parceria com a CGCOM, novo Termo de Referência para contratação de empresa especializada em administração de Portais para a efetiva reabsorção do Portal INPI, hoje no SERPRO, e completa reformulação do Portal;

- Representantes da CGTI e da CGAD visitaram o IBGE para conhecer um sistema que contemple a Autorização de Pagamentos (AP) eletrônica. A constatação foi que existe a necessidade da criação de todo um sistema de informações que inclua fornecedores, contratos e informações bancárias que permitam que a autorização de pagamentos seja feita de forma eletrônica. Os técnicos do IBGE colocaram à disposição toda a documentação do sistema, regras de negócio e modelos de dados para subsidiar a eventual construção de um sistema semelhante no INPI. O primeiro passo da CGTI para atender a esta demanda foi dado com o início da construção do Serviço de Informação de Pessoal (SIP), que proverá acesso e cadastro das informações de servidores do Instituto, colaboradores e fornecedores, pedra fundamental de qualquer sistema gerencial maior;

- O Serviço de Informação de Pessoal sofrerá alterações e uma interface administrativa será entregue no início de 2011. Este serviço serve de base para atendimento das necessidades da CGRH;

- O aplicativo de Contagem de Tempo de Serviço, o Sistema de Controle de Entrada e Saída de Materiais e o Sistema de Auditoria não foram iniciados em virtude da não priorização dos mesmos no plano de Metas da CGTI acordado no Comitê de Tecnologia da Informação do INPI.

2.6 Absorção do Sistema e-Marcas

No decorrer do ano de 2010, reuniões técnicas foram realizadas entre SERPRO e a equipe da CGTI

com objetivo de finalizar o processo de absorção do sistema, o que ocorreu com sucesso.

Ao final de 2010, o sistema não sofria manutenção em virtude da priorização do Projeto IPAS, o qual substituirá o módulo de marcas do SINPI e parte do antigo e-Marcas, incluindo também integração com o Sistema PAG e o novo formulário eletrônico para o depósito *online* dos pedidos de registro de marcas.

A implementação do IPAS prossegue integrada ao projeto do novo e-Marcas, sendo realizado o mapeamento dos fluxos e migrada a base da dados.

No final de 2010 aconteceram os pregões para aquisição do *hardware* servidor para o IPAS e da licença do banco de dados Oracle, o que permitirá a montagem do ambiente de produção.

2.7 Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

A versão final do PDTI 2010-2012 foi publicada em dezembro de 2009, acarretando a conclusão do projeto. Não obstante, no início de 2011 serão realizados encontros entre a CGTI e as Diretorias do Instituto para avaliar as metas cumpridas pela CGTI e as não finalizadas com o objetivo de traçar um novo Plano de Metas e prover uma nova versão do PDTI. Além disso, será apresentado ao Instituto o modelo de como a CGTI deverá trabalhar em relação as suas demandas, tomando como base a Instrução Normativa 04/2010.

2.8 Reestruturação do SINPI

No que tange à reestruturação do SINPI, em 2010 foi realizado o levantamento e a documentação dos modelos de dados com objetivo de auxiliar futuras migrações. Também foi realizado estudo para criação de base de dados do novo corporativo para atender novas demandas. Além disso, foi efetuada a implementação inicial de banco de pessoal que provê informações para o SISGD e o SRV.

2.9 Ambiente de Virtualização

A maioria dos serviços foram virtualizados, só restando, dos grandes serviços, o de *e-mail*, uma vez que não havia espaço suficiente no *storage* para tanto. Todavia, em 2011 esse problema será superado, haja vista a expansão do *storage* comprada em dezembro de 2010.

Além disso, também faz parte deste projeto a criação de uma infraestrutura redundante a partir da compra de novo switch SAN, o que também deverá ser concretizado em 2011.

2.10 Migração do Centro de Dados

Em 2010, o projeto de Migração do Centro de Dados obteve avanços significativos. A construção da sala-cofre foi concluída em dezembro de 2010. Além disso, no final do mesmo ano foram adquiridas as Licenças Red Hat e Oracle, necessárias para a total migração dos bancos de dados.

A carência de Administradores de Rede para efetivar a almejada migração será contornada em 2011 a partir da celebração de um novo contrato para prestação de serviços de Administração de Rede. Para tal contratação, um novo Termo de Referência está em fase final de elaboração.

2.11 Demais Ações

Paralelamente ao desenvolvimento dos projetos citados, ao longo de 2010, a CGTI procurou implementar diversas outras iniciativas estabelecidas pelo Comitê de Tecnologia da Informação.

Nesse sentido, no segundo semestre de 2010 foi desenvolvido um procedimento de validação dos arquivos de imagens de processos digitalizados por uma empresa contratada. Este procedimento se soma à carga e disponibilização automáticas desenvolvidas no primeiro semestre e diminuirá o número de erros como arquivos corrompidos e incorretamente indexados.

Também no segundo semestre do ano, por determinação da Presidência do INPI, o exame dos processos de patentes passou a ser realizado utilizando-se as imagens digitalizadas dos processos e não mais o papel. Foram feitos ajustes na logística dos procedimentos de digitalização no visualizador de imagens e na integração dos sistemas de patentes para o estabelecimento de "distribuição e filas" de documentos digitais. Também estão sendo realizados estudos para a otimização da busca, recuperação e download das imagens para melhorar a experiência do usuário através da melhoria do desempenho do visualizador.

Além disso, o projeto de saneamento das bases de busca na web e no SINPI foi iniciado, mas ainda requer esforço considerável e dedicação de uma equipe multidisciplinar de desenvolvedores nos sistemas legados, web, bancos de dados e analistas das áreas fim, cujas informações devem ser analisadas, expurgadas inconsistências e eliminados problemas de integridade, além da análise e sincronização das consultas.

Para o sistema de controle de pagamentos/anuidades para o sistema de patentes foi implementado todo o controle automático possível, a partir de regras levantadas junto à Diretoria de Patentes. A intervenção humana para tomada de decisão que ainda é necessária não pode ser eliminada no estágio atual de desenvolvimento do sistema e de seu banco de dados.

Para os pedidos de patentes envolvendo listagens de sequências genéticas, o projeto para o primeiro semestre foi concluído e entregue, e desdobrou-se no segundo semestre de 2010 para uma busca *online* para tais pedidos. Tal busca tem previsão de entrada em produção para o primeiro semestre de 2011.

Além disso, o processo de absorção do SISCAP pela CGTI foi inicializado em parceria com a Diretoria de Patentes. No intuito de atender a implementação do EPTOS, também foi efetuado o trabalho de integração entre este e o SINPI. Ainda em atendimento às demandas da DIRPA, além de outras alterações, foi realizada nos sistemas legados a mudança na numeração dos pedidos de patentes *pipeline*.

Foi implementado, também, o Projeto Depreciação de Bens (módulo no SINPI) em parceria com a área de Patrimônio.

Em 2011, o Projeto do Serviço de Entrada de Dados será retomado a partir das lições aprendidas com o novo formulário eletrônico para o depósito de pedidos de registro de marcas. O novo formulário foi concebido e desenvolvido com uma arquitetura modular e flexível que permite sua adaptação e uso para outros produtos do INPI, permitindo vislumbrar uma universalização do depósito eletrônico para os demais serviços.

No mais, a previsão de utilização do Oásis, como ferramenta de acompanhamento dos projetos da CGTI, não se concretizou, em virtude da não adequação da mesma à realidade atual desta Coordenação. A decisão foi substituí-lo pelo Redmine, cuja implantação tem sido gradual e será institucionalizada em 2011.

Também em 2011, será desenvolvido um sistema de entrega online, buscando o alcance de um tempo mínimo possível entre a entrada de um documento em papel e a disponibilização como imagem para seu processamento administrativo. Toda esta automatização é fundamental para a manutenção de um acervo que já se aproxima do número de um milhão de documentos digitalizados.

Para o próximo ano, está previsto um estudo inicial para estender o projeto IPAS para o processamento de pedidos de Indicações Geográficas. Enquanto isso, será disponibilizado no SINPI acesso ao visualizador de imagens para que IG possa acessar seus processos digitalizados.

3 Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH)

No ano de 2010, a CGRH conseguiu dar continuidade às ações constantes do seu planejamento estratégico. Como fator de destaque para a consecução deste bom desempenho, está a determinação da sua equipe que viabilizou de maneira objetiva o alcance dos objetivos previstos para o período.

Deu-se neste ano a continuidade do Programa de Desenvolvimento de Gestores (PDG) e do Programa de Desenvolvimento de Equipes (PDE), tendo em vista a constatação de que o alcance dos objetivos traçados para a Instituição somente será possível pelo aperfeiçoamento das relações humanas e do desenvolvimento de pessoas com perfil para ocupar cargos de gestão.

A CGRH promoveu o aperfeiçoamento do Sistema de Gestão do Desempenho Individual (SISGD) do INPI. Trata-se de um sistema único de gestão do desempenho onde todas as avaliações de desempenho são processadas simultaneamente. Desenvolvido em ambiente *web*, este sistema permite a otimização do processo de avaliação de desempenho, tornando-o mais rápido e transparente.

O INPI, representado por sua Coordenação-Geral de Recursos Humanos, participou, em novembro de 2010, como um dos três finalistas do prêmio de gestão de pessoas patrocinado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH/RJ). Este evento premia iniciativas inovadoras nas diferentes áreas da gestão de pessoas. O INPI participou com o programa do SERDHU "PDE – Programa de Desenvolvimento de Equipes", na categoria

"Organização do Setor Público", tendo sido escolhida para o prêmio a iniciativa dos Correios. A participação do INPI como finalista neste evento é o reconhecimento da ABRH/RJ da importância do processo de qualificação e de desenvolvimento gerencial de seus servidores, os quais vem sendo desenvolvidos e implementados pela CGRH nos últimos três anos.

Além disto, dando continuidade ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, iniciaram-se no ano de 2010 as ações relativas à ginástica laboral, terapias alternativas e cantoterapia, por intermédio da contratação da empresa CMT - Centro Médico e Segurança do Trabalho, o qual vem sendo administrado com grande aceitação dos servidores.

A CGRH, por intermédio da Instrução Normativa INPI/PR nº 03/2010, iniciou o Programa de Preparação para a Aposentadoria dos Servidores. Este programa tem por finalidade despertar naqueles servidores que se encontram aptos à aposentadoria habilidades e potencialidades com vistas a criarem um novo projeto de vida durante a sua inatividade e, assim, se manterem produtivos. Também está em fase de conclusão o Programa de Orientação e Integração dos Novos Servidores (PROINS). Trata-se de um projeto mais amplo que abarcará o PROAMB, que tem por finalidade propiciar um acompanhamento mais abrangente do processo de desenvolvimento e integração profissional do servidor no seu ambiente de trabalho, o que levará a um desempenho de alta performance. A seguir, os resultados de cada área da CGRH.

3.1 Seção de Cadastro e Lotação (SECLO)

A SECLO tem como responsabilidade implementar e acompanhar ingressos e afastamentos temporários ou definitivos de servidores ativos, inativos e de pensão, garantindo seus direitos através da concessão dos benefícios, e ainda elaborar os Boletins de Pessoal e dar publicidade aos atos praticados pela administração no DOU. As atividades desenvolvidas em 2010, acerca da movimentação de pessoal, podem ser verificadas nas Tabelas 8 a 10.

Tabela 8 – Movimentação de Pessoal – Exercício 2010

Tipo de Movimentação	1º Sem.	2º Sem.
Nomeação/Admissão Cargo Efetivo	4	0
Exoneração/Vacância Cargo Efetivo	5	11
Concessão de Abono Permanência	18	15
Aposentadoria	12	9
Pensão	2	5
Cedidos	1	1
Redução de Jornada de Trabalho	28	7
Adicionais de Titulação Concedidos *	30	8
Remoção/Lotação de Pessoal	128	64

Fonte: SECLO.
*1.º Sem. = 3 Especializações, 5 Mestrados e 22 Doutorados.
*2.º Sem. = 3 Mestrados e 5 Doutorados

Tabela 9 – Movimentação de Pessoal - Consolidado 2010

Grupo	1º Sem.	2º Sem.
01 - Ativo Permanente	948	933
02 – Aposentado	303	302
03 - Requisitado	3	2
04 - Nomeado Cargo Comissionado	12	12
08 – Cedido	13	14
14 – Requisitado de Outros Órgãos	2	2
18 – Exercício Descentralizado de Carreira	22	23
66 – Estagiário	32	25
93 - Beneficiário de Pensão	86	91
Total	**1.421**	**1.404**

Fonte: SECLO.

Tabela 10 - Movimentação de Pessoal – Consolidado – Exercícios Anteriores (2008 e 2009)

	2008		2009	
GRUPO	**1º SEM.**	**2º SEM.**	**1º SEM.**	**2º SEM.**
01 - Ativo Permanente	914	896	889	952
02 – Aposentado	303	300	296	296
03 - Requisitado	3	3	3	3
04 - Nomeado Cargo Comissionado	12	12	11	11
08 – Cedido	9	15	12	12
14 – Requisitado de Outros Órgãos	3	2	2	2
18 – Exercício Descentralizado de Carreira	27	27	25	25
66 – Estagiário	28	18	17	34
93 - Beneficiário de Pensão	75	74	76	80
Total	**1.374**	**1.347**	**1.331**	**1.381**

Fonte: SECLO.

3.2 Seção de Pagamento (SEPAG)

A Seção de Pagamento tem como finalidade realizar as atividades de atualização e controle de registros financeiros dos servidores ativos, inativos e pensionistas; elaborar a folha de pagamento de pessoal, cálculos para recolhimento dos encargos obrigatórios, cálculos para pagamento de remunerações relativas a passivos, executar os cálculos referentes à reposição ao erário e inseri-los no sistema, atualizar as fichas financeiras de meses anteriores e fornecer fichas financeiras e tabelas de remuneração para fins de instrução de processos judiciais de pessoal.

As Tabelas 11 e 12 demonstram o desempenho dessa Unidade entre 2008 e 2010 e a folha de pagamento.

Tabela 11 – Desempenho da SEPAG

ASSUNTO	Quantidade de Processos		
	2008	2009	2010
Nomeação	0	0	5
Abono de Permanência	5	9	14
Titulação	3	9	33
Pensão Civil	1	1	3
Revisão de Aposentadoria	0	5	5
Opção de Função	0	1	1
Progressão e Promoção	3	24	57
Pagamento de Substituição	6	0	1
Anuênio	3	0	0
Acertos Remuneração	1	2	1
GDAPI	0	2	1
Outros	10	2	2
Total	**32**	**55**	**123**

Fonte: SEPAG.

Tabela 12 – Total da Folha de Pagamento (em R$)			
	2008	2009	2010
Ativos	70.734.487,80	74.469.629,23	75.627.423,53
Inativos	22.550.848,62	22.479.338,59	22.923.620,84
Pensionista	3.982.976,98	4.807.715,18	4.811.704,43

Incluindo-se os valores da Gratificação Natalina 2010
Fonte:: www.siapenet.gov.br (Órgão – Consultas – Gerencial – Homologação)

3.3 Divisão de Legislação de Recursos Humanos (DILEG)

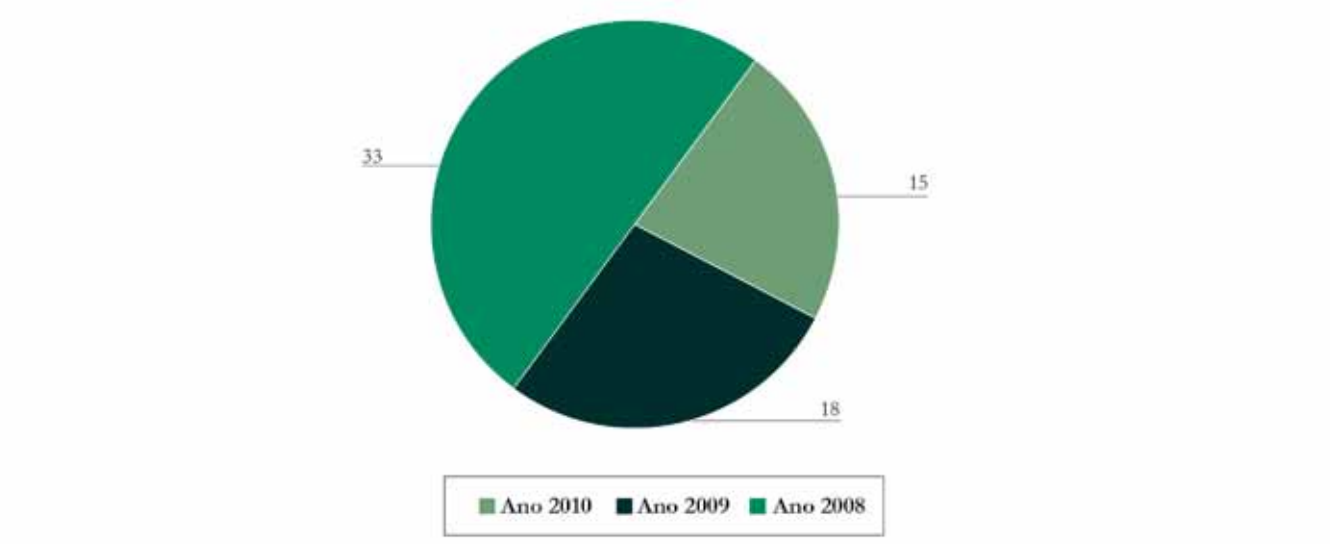
A DILEG tem como principal atividade a orientação da aplicação da legislação de Recursos Humanos e das normas e orientações emitidas pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, aos gestores e servidores do INPI. No cumprimento das atribuições regimentais, a DILEG emite Notas Técnicas em processos administrativos de concessão de direitos e vantagens aos servidores, bem como presta atendimento direto aos servidores.

No exercício de 2010, a DILEG elaborou 40 Notas Técnicas, 1 parecer administrativo, com o escopo de instruir os autos de uma ação judicial, procedeu a 71 atendimentos sobre informações legais a servidores e procedeu à digitalização de 251 pastas de arquivos de legislação, contendo 481 documentos (cópias de processos, atos normativos em geral) do arquivo de normativos da DILEG e Inclusão de 849 documentos de legislação, digitalizados ou recuperados na Internet (sites do DOU, da SRH/MP e outros), no Gerenciador Eletrônico de Documentos (GED).

Em relação ao processo de informatização da DILEG, é de relevante importância registrar que no exercício em análise se procedeu à substituição de dois computadores por outro mais moderno e veloz, contribuindo no tempo de confecção de notas técnicas, minutas e pesquisa na legislação nas páginas oficiais, além de facilitar o gerenciamento dos arquivos de legislação de recursos humanos.

O Gráfico 7 mostra o comparativo do desempenho no decorrer dos exercício de 2010, 2009 e 2008, no que tange à análise e confecção de minutas de Resoluções e Instruções Normativas.

Gráfico 6 – Comparativo do Desempenho de Elaboração de Normativos Internos



Fonte: DILEG.

3.4 Divisão de Administração de Recursos Humanos (DIARH)

À DIARH compete coordenar e acompanhar a atualização dos registros pessoais e funcionais, a aplicação da legislação de pessoal, fazendo cumprir os direitos e deveres dos servidores do INPI, as atividades relacionadas à folha de pagamento de pessoal e subsidiar a elaboração da proposta orçamentária relativa à área de Recursos Humanos, bem como controlar a execução das dotações orçamentárias relativas às despesas com pessoal e de diárias e passagens.

No exercício de 2010, os temas que tiveram a maior incidência no âmbito dessa Divisão foram:

- abono de permanência;
- aposentadoria;
- auxílio transporte;
- averbação de tempo de serviço / contagem de tempo de serviço;
- correção monetária dos 28,86%;
- horário especial de estudante / capacitação;
- licença tratamento de saúde / acompanhamento familiar;
- programa de integração para estagiários;
- reclamação trabalhista; e
- retribuição por titulação.

A Tabela 13 mostra o quantitativo dos processos movimentados pela Divisão no período de 2008 a 2010.

Tabela 13 –Processos Movimentados pela DIARH entre 2008 e 2010				
Quantidade processos	**2008**	**2009**	**2010**	**Total Geral**
GERAL	3.924	4.639	4.856	13.419
REAL	1.810	1.985	2.384	6.179

Quantidade geral: total de processos movimentados (entrada e saída) em cada período.
Quantidade real: quantidade geral menos os processos que tramitaram mais de uma vez no período.
Fonte: Sistema Integrado de Propriedade Industrial (SINPI).

3.5 Centro de Educação Corporativa (CETEC)

O CETEC tem por finalidade planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades relacionadas às políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento de recursos humanos do INPI.

Uma das principais ações do CETEC é o Plano Anual de Capacitação, que é o resultado da análise dos objetivos institucionais e estratégicos traçados pelo INPI, bem como do levantamento das necessidades de capacitação, visando ao desenvolvimento permanente do corpo de seus servidores.

3.5.1 Plano Anual de Capacitação – PAC 2010

Por meio de ações de capacitação específicas, foi possível promover a política de valorização e desenvolvimento dos servidores e gestores do instituto.

Nesse sentido, o PAC 2010 apresentou-se como um instrumento de planejamento que norteou o curso das ações desenvolvidas pelo INPI enquanto Escola de Governo e agente promotor de inovação e conhecimento.

O PAC 2010 foi subsidiado pelo Relatório da Avaliação de Desempenho 2009 elaborado pelo CETEC, que teve como finalidade demonstrar o resultado da análise da Avaliação de Desempenho com foco em Resultados, Objetivos e Competências do INPI no ano de 2009 nas dimensões Sócio-Comportamentais e Técnicas, desmembrando o resultado por Diretorias e Coordenações por Cargos, Classes e Padrões.

Como conclusões do Relatório pode-se identificar duas tendências predominantes em todas as unidades do INPI: a primeira em relação à diferença entre as notas das Competências Técnicas e Comportamentais, no qual a última apresentou uma nota superior à nota das Competências Técnicas; e a segunda em relação à diferença entre as notas dos servidores ocupantes de cargo superior e os servidores ocupantes de cargo intermediário, no qual os cargos de nível superior obtiveram notas superiores aos servidores de nível intermediário.

Partindo para uma análise mais profunda quanto a primeira vertente apresentada, pode-se afirmar que, nos últimos dois anos, houve uma superioridade relevante dos treinamentos oferecidos referentes às áreas técnicas em detrimento daqueles objetivando desenvolver as competências comportamentais. Durante o ano de 2009, os treinamentos de perfil técnico representaram 75% de todo o treinamento realizado pelos servidores do INPI. Considerando este fato, entende-se que há uma dificuldade de se avaliar o comportamento humano, dada a subjetividade inerente ao assunto, e maior facilidade em se apurar o que é concreto, como as competências técnicas que estão ligadas diretamente às atividades

desenvolvidas pelos servidores e os resultados destas obtidas.

De acordo com os dados levantados pelo Relatório de Avaliação de Desempenho 2009 e pelo levantamento das necessidades de treinamento foi montado o PAC 2010.

O PAC promoveu a participação dos servidores em eventos externos, tais como congressos, seminários, conferências, atinentes à respectiva área de atuação na Instituição, além de cursos promovidos pela Parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), dentre outras ações que irão compor o processo de formação e desenvolvimento do servidor na carreira.

Cabe destacar que o Programa de Desenvolvimento de Gestores (PDG) teve continuidade e foi complementado pelo Curso de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS), iniciado no segundo semestre de 2010.

Buscou-se, com essas ações, consolidar uma cultura gerencial corporativa, no médio e longo prazo, por meio de um modelo de gestão participativa que privilegie as iniciativas voltadas para a obtenção de resultados individuais e, por meio destes, os Institucionais.

Assim, chegou-se a um conjunto de ações de Treinamento e Desenvolvimento que seguem metodologias próprias e permitem adequar o desempenho da função gerencial segundo necessidades de cada posição - Portaria INPI/PR Nº 067 de 29 de janeiro de 2010.

O PAC 2010 foi aprovado pela Portaria INPI/PR Nº 067 de 29 de janeiro de 2010. Após a respectiva publicação, o PAC 2010 foi executado por intermédio da realização de capacitações externas e internas.

Os principais destaques do PAC 2010, estão discriminados a seguir.

3.5.1.1Programa de Desenvolvimento de Gestores (PDG)

Regulado pela Resolução INPI/PR nº 253/2010, compreende ações de treinamento externas e *in company*, bem como atividades complementares de capacitação, mapeamento de perfil de experiência técnica, de competências e de liderança, direcionadas para a formação e desenvolvimento do corpo de gestores, seus respectivos substitutos e formação de futuros gestores. A finalidade deste programa é dotar o Instituto de profissionais qualificados e capazes de assumir posições gerenciais em todos os níveis da organização.

Adicionalmente, o PDG é formado pelo Curso de Desenvolvimento Gerencial (CDG) de 180 horas, que conta com a participação de 30 a 45 servidores, divididos em três turmas nos anos de 2010 a 2012, e pelo Curso DGOS oferecido pela ENAP. O CDG contém uma estrutura multidisciplinar, abordando temas relevantes dos processos gerenciais para os servidores da instituição.

Como parte dos objetivos do programa, foi elaborado um "book gerencial" com os "resumées", ou currículos resumidos, dos participantes do CDG e DGOS que formarão o "Placement Gerencial do INPI". O Placement é um processo comum para adequação de profissionais a determinadas

posições nas organizações de acordo com seu perfil e principais competências profissionais.

A Tabela 14 mostra o cronograma de execução do CDG primeira Turma.

Tabela 14 – Cronograma de Execução do Curso de Desenvolvimento Gerencial - Turma 1

Início 1ª Fase	Conclusão 1ª Fase	Início 2ª Fase	Conclusão 2ª Fase	Início 3ª Fase	Conclusão Final de Curso e TTC
06/04/2010	17/06/2010	23/06/2010	04/11/2010	03/03/2011	Junho a Dezembro 2011

Fonte: CETEC.

3.5.1.2 Programa de Desenvolvimento de Equipes (PDE)

Constitui-se de um programa de imersão que tem por finalidade a criação de condições que auxiliem o INPI a superar os desafios assumidos pelo Órgão, por meio do aperfeiçoamento das relações humanas de suas equipes funcionais, com a consequente melhoria dos processos habituais de trabalho. A base para a formação do PDE foi a pesquisa realizada no INPI pelo Instituto Great Place to Work, em 2009. A pesquisa contemplou cinco dimensões que compõem um ambiente saudável de trabalho: Credibilidade, Respeito e Imparcialidade - bases para a formação da confiança, além de Orgulho (significado do trabalho) e Camaradagem, que trata do relacionamento entre colegas de trabalho.

A partir do enfoque comportamental, o PDE possibilita aprimorar aspectos individuais e coletivos do ambiente de trabalho, necessários à construção de um ambiente saudável e mais produtivo. O objetivo é propiciar as condições necessárias ao desenvolvimento de uma atmosfera de comprometimento efetivo e uma cultura organizacional mais humanizada. Contratado através do Pregão nº 34/2009, teve como vencedora a empresa EducaRH e valor contratual de R$ 768.000,00. A assinatura do contrato entre as partes e o começo da execução ocorreu no primeiro semestre de 2010. Este programa em duração de três anos e contemplará diversas turmas. A Tabela 15 mostra o cronograma de realização das turmas em 2010.

Tabela 15 – Cronograma de Execução do Programa de Desenvolvimento de Equipes - 2010

Turma	1	2	3	4	5	6
Período	24 a 27/05/2010	07 a 10/06/2010	21 a 24/06/2010	20 a 23/09/2010	08 a 11/11/2010	29 a 03/12/2010
Unidade Alvo	DIRMA/CGMA-II	DIRMA/CGMAR-II	DIRPA	DIRPA	DIRPA	DART+DIREG'S
Servidores Capacitados	13	17	20	22	20	18

Fonte: CETEC.

3.5.1.3 Programa de Desenvolvimento Técnico (PDTEC)

O Programa de Desenvolvimento Técnico foi elaborado pela CGRH/CTEC como resultado do trabalho de diagnóstico feito junto às áreas-fim do Instituto em que foi averiguada a necessidade de elaborar uma estrutura de treinamento similar à que é praticada nos escritórios internacionais. Trata-se de um programa de formação e desenvolvimento voltado para ocupantes do cargo de Pesquisador

em Propriedade Industrial lotados na Diretoria de Patentes, que ofereceu em 2010 mais de 2.000 horas-servidor em ações de capacitação. O objetivo principal é alinhar os assuntos das diversas áreas do conhecimento em que são depositadas patentes no INPI com os conteúdos acadêmicos necessários para que um examinador de patentes tenha o discernimento necessário para que possa efetivamente julgar a procedência da patente. Após identificar as principais necessidades de cada unidade da DIRPA, ações de capacitação são criadas e oferecidas a estes examinadores de patentes, as quais são ministradas por especialistas reconhecidos em âmbito nacional.

Sendo assim, foram definidos quatro tipos de ação de forma a executar o Programa de Desenvolvimento Tecnológico: eventos; palestras técnicas; cursos de curta duração e visitas técnicas. Estas últimas ocorreram conforme demandas das áreas-fim e agendadas de acordo com a disponibilidade de empresas que se interessaram em apresentar na prática suas instalações e processos industriais. Das ações de capacitação realizadas neste programa, destaca-se o evento *Workshop* de Nanotecnologia realizado no período de 22 a 26 de março de 2010.

Este *workshop*, previsto no PAC 2010, é contemplado na área de Ciência e Tecnologia / Programa de Desenvolvimento Tecnológico e teve carga horária total de 39 horas. O evento promoveu treinamento para 75 servidores, oportunizou 105 vagas e teve como custo total o valor de R$ 11.975,31, referente ao valor pago aos instrutores convidados que ministraram o curso, somando-se o custo com diárias e passagens, chegamos a um custo unitário de R$ 114,00 por servidor treinado, conforme Tabela 16.

Tabela 16 – Custo Unitário do Programa de Desenvolvimento Tecnológico

	Carga Horária Total	Vagas Oportunizadas	Servidores Treinados	Custo Total com Pagamento de Instrutores	Custo Unitário por Servidor Treinado
WorkShop Nanotecnologia	39 horas	105	75	R$ 11.975,31	R$ 114,00

Fonte: CETEC

3.5.1.4 Curso Regular de Idiomas

O Programa de Idiomas foi contratado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) no primeiro semestre de 2009 visando a atender as necessidades da Instituição no que tange ao permanente desenvolvimento dos servidores com relação às línguas estrangeiras Inglês e Espanhol. O programa tem como principal objetivo capacitar os servidores do INPI em nível de excelência nestes idiomas, tendo em vista sua posição como escritório internacional de patente.

3.5.1.5 Cursos In Company

Como resultado de iniciativas para reduzir o custo com capacitações externas e aumentar a eficácia dos treinamentos de acordo com as demandas surgidas pelo Levantamento das Necessidades de

Treinamento (LNT), e, principalmente, visando a atender ao PAC 2010, o CETEC vem organizando cursos internos customizados às necessidades específicas de cada unidade gestora do INPI.

Nesses cursos internos, denominados *in company*, o professor - instrutor é convidado de outro órgão da Administração Pública Federal ou do próprio INPI e remunerado por meio de Gratificação por Encargo de Cursos e Concurso (GRECC). Além de contar com professores experientes nas áreas de atuação dos cursos, esta iniciativa possibilita maior interação entre os órgãos da Administração. No primeiro semestre de 2010, foram realizados quatro cursos *in company* conforme Tabela 17.

De forma a destacar a importância desses cursos em termos de eficiência e redução de custos para o órgão, pode-se destacar o treinamento de SIAFI Operacional ocorrido no período de 17 a 20 de Maio que teve carga horária total de 32 horas realizado no Centro de Treinamento do INPI no laboratório de Informática. Neste treinamento a despesa total foi no valor de R$9.360,51 (gratificação + despesas com diárias e passagens), a um custo unitário de R$468,02 por servidor treinado.

Ao realizar um consulta de mercado, pode-se verificar que o preço médio praticado pelas empresas que oferecem treinamento sobre o sistema operacional SIAFI gira em torno de R$1.900,00. Em termos de custo-benefício, esta ação de capacitação foi de grande valia para o órgão, pois pode ser realizada com uma relação custo/servidor muito baixa.

Tabela 17 – Quadro Demonstrativo dos Cursos *In Company* - 2010 - Instrutores Pagos por GRECC

Curso	Carga Horária Total	Vagas	Servidores Treinados	Custo Total com Pagamento de Instrutor (GRECC + Diárias + Passagens)	Custo Unitário por Servidor Treinado
O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais e suas Inovações - Lei 8.112/90	16 horas	50	33	R$ 3.992,32	R$ 120,97
SIAFI Operacional	32 horas	20	20	R$ 9.360,51	R$ 468,02
Fiscalização de Contratos	40 horas	30	29	R$ 11.497,34	R$ 396,46
Workshop de Atendimento	16 horas	25	25	R$ 10.524,80	R$ 420,99
Metodologia de Elaboração e Implementação das Ações Estratégicas de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC	8 horas	15	15	R$ 2.064,44	R$ 137,63
Palestra As novas Regras de Contratação de Serviços de TI (Ministro Sherman)	8 horas	30	30	R$ 20.000,00	R$ 666,67

Fonte: CETEC.

3.5.1.6 Cursos Externos

Solicitados diretamente pelas áreas, visa a atender conteúdos programáticos específicos e essenciais para o melhor desempenho do servidor. Incluem solicitações para participação de fóruns e congressos relativos às áreas de conhecimento da atuação profissional de cada solicitante. Inicialmente, as solicitações são analisadas pelo CETEC quanto à importância, aplicabilidade do conteúdo às atribuições do cargo ocupado e conveniência para administração. Posteriormente, após aprovação, são realizadas as inscrições nas capacitações. Quando necessário pagamento de diárias e passagens, busca-se solicitá-las no SCDP com a maior antecedência possível a fim de propiciar economia pela compra programada dos bilhetes de passagem. As Tabelas 18 a 20 mostram os indicadores desses cursos.

Tabela 18– Indicador dos Cursos Externos

Indicador	Quantidade Executada
Eventos de capacitação externa solicitados por demanda e analisados pelo CETEC	211
Empenhos realizados relativos a capacitações externas	93
Solicitações de Diárias e Passagens atendidas (PCDP´S)	251
Instrutores pagos por GRECC em 2010	7

Fonte: CETEC.

Tabela 19 – Capacitações Externas Realizadas em 2010

Total de Horas de Capacitação	Vagas Oportunizadas	Servidores Treinados (A)	Investimento Total com Cursos Externos (Inscrições + Diárias + Passagens) (B)	Custo Unitário por Servidor Treinado (B)/(A)
10.619	517	330	R$ 743.849,68	R$ 2.254,09

Fonte: CETEC.

Tabela 20 – Resumo Geral de Indicadores

Indicadores	Total
Servidores Treinados	3.059
Treinamentos Realizados	3.710
Total de Horas de Treinamento Destinadas a Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão	5.508
Total de Horas de Treinamento	61.702
Total de Horas com T&D (Interno)	52.397
Total Horas com T&D (Externo)	9.305

Fonte: CETEC.

3.2 Orçamento de Capacitação

O orçamento anual de capacitação foi previsto tomando como base a execução orçamentária de 2009 e de acordo com os projetos a serem executados pelo CETEC em 2010. A Tabela 21 traz o planejamento de dotações orçamentárias por Natureza de Despesa. Não foram considerados os valores referentes aos investimentos com cursos *in company* e programas continuados: PDG, PDE, Idiomas. Os valores se referem aos gastos com inscrições nos cursos externos e diárias e passagens executados por cada coordenação em qualquer capacitação do servidor, seja ela realizada externamente ou internamente.

Tabela 21 – Orçamento de Capacitação em 2010 em R$		
Natureza de Despesa	**Detalhado**	**Executado**
33.90.14.14 - Diária Nacional	213.001,23	192.699,08
33.90.14.16 - Diária Internacional	44.773,77	44.773,77
33.90.36.02 - Diárias Colab. Eventual	12.600,80	12.393,70
33.90.33.01 - Passagem Nacional	183.000,00	172.586,59
33.90.33.02 - Passagem Internacional	52.000,00	47.785,76
33.90.39.48 - Cursos	993.848,48	972.784,96
33.90.36.28 - GRECC	65.093,09	65.093,09
Total	**1.564.317,37**	**1.508.116,95**

Fonte: CETEC.

3.3 Concurso Público

Durante o primeiro semestre de 2010, foram nomeados e entraram em exercício os quatro candidatos aprovados no concurso para os cargos de Especialista Sênior em Propriedade Industrial, um candidato aprovado para o cargo de Pesquisador em Propriedade Industrial e um candidato aprovado para o cargo de Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial.

Neste mesmo período, quatro pesquisadores oriundos do último concurso solicitaram vacância tendo em vista posse e exercício em outro cargo inacumulável.

3.4 Programa de Estágio

Compreende atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho, com o objetivo de influenciar sua formação profissional, ética e de cidadania.

O programa de estágio curricular do INPI contempla a inclusão de até 32 alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação superior, e de até quatro alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou de educação especial, observando-se 10% das vagas para estudantes portadores de deficiência.

O estágio é planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos e deverá propiciar complementação de ensino e aprendizagem aos estudantes, constituindo-se em instrumento de iniciação ao trabalho, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

O CETEC dá continuidade ao programa de estagiários e gerencia a fiscalização do contrato de prestação de serviços de agenciamento dos mesmos. As Tabelas 22 e 23 demonstram o número de estagiários e capacitações realizadas de acordo com o previsto pelo contrato com o CIEE N° 50/2009, formalizado no Processo INPI N° 52400.002074/09.

Tabela 22 – Programa de Estágio 2010												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Estagiários Nível Superior	31	29	29	29	29	28	21	19	18	20	20	23
Estagiários Nível Médio	4	4	4	4	4	4	2	2	2	1	1	2
Total de Estagiários	35	33	33	33	33	32	23	21	20	21	21	24
Horas de Capacitação	0	0	8	8	3	0	4	0	4	4	0	0

Fonte: CETEC.

Tabela 23 - Média de Estagiários por Mês		
	Nível Superior	Nível Médio
Número	**25**	**3**

Fonte: SERDHU.

3.5 Avaliação para Estágio Probatório

Foi realizado em 2010 um total de sete avaliações de desempenho para fins de estágio probatório, nos meses de janeiro, março e junho. O processo de avaliação de estágio probatório, a partir da publicação da Resolução INPI/PR nº 221/2009, passou a ocorrer apenas quando o servidor completa 30 meses de efetivo exercício, tendo sua estabilidade publicada no 36º mês de efetivo exercício, conforme determina a Lei nº 8.112/90.

3.6 Sistema de Gestão do Desempenho Individual

No exercício de 2010, foram realizadas as contagens de interstício mensais, bem como a atualização de todos os pré-requisitos (tempo de exercício no cargo, titulação, eventos de capacitação e experiência profissional) dos servidores que completaram o interstício de julho a dezembro (total de 343 servidores), de modo a subsidiar as avaliações para fins de progressão e promoção.

Por solicitação de inúmeros gestores, foi realizado um novo período de Repactuação das Metas e Competências, de 30/08/2010 a 03/09/2010, quando os mesmos puderam replanejar as metas estabelecidas para os servidores e alterá-las, incluí-las ou excluí-las do sistema, desde que devidamente justificado.

Até o dia 27/10/2010, os servidores puderam registrar no sistema a entrega de suas metas, bem como realizar sua autoavaliação facultativa. No período compreendido entre 27/10 e 05/11/2010, foram efetuadas as avaliações propriamente ditas, contemplando um total de 761 servidores. Destes, 403 tiveram suas avaliações de desempenho também utilizadas para fins de progressão funcional e promoção.

As etapas seguintes à avaliação (validação, anuência e ciência) prolongaram-se até o dia 26 de novembro de 2010 e todo o processo de avaliação foi realizado via web, através do SISGD, desenvolvido pela equipe do CETEC, que continua buscando aprimorar continuamente a ferramenta para melhor atender aos usuários do INPI.

O objetivo deste aprimoramento contínuo do Sistema de Gestão do Desempenho está calcado em promover a melhoria do mesmo, tornando-o autodidático e permitindo a sua utilização por parte de qualquer servidor do INPI. Com esse intuito, também foi totalmente remodelado o Manual Operacional do SISGD, dirigido a todos os perfis envolvidos no processo, sendo atualizado em tempo real com o desenvolvimento dos módulos entregues pela CGTI, a fim de contemplar todas as etapas do processo. O novo manual, que começou a ser desenvolvido ainda no primeiro semestre do corrente ano, contempla as próprias telas do sistema, com instruções rápidas e objetivas sobre cada comando, e pode ser encontrado na tela principal do SISGD.

3.7 Rede de Escolas de Governo (ENAP)

O INPI obteve a oficialização da sua participação na Rede de Escolas de Governo, por meio da assinatura do Termo de Parceria com a ENAP. O status de Escola de Governo permitirá uma maior flexibilidade na busca de parcerias para ações de capacitação, estudos e pesquisas nas áreas técnica e de gestão pública. Além disso, o INPI manterá intercâmbio com as demais instituições que já fazem parte desse grupo, nas esferas federal, estadual e municipal.

Em 23 de dezembro de 2009 o SERDHU enviou o processo 1666/09 à Procuradoria Federal da Autarquia com vistas à análise e chancela de Termo de Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o INPI e a ENAP com o novo Plano de Trabalho desta parceria para o ano de 2010, composto pelo cronograma de cursos presenciais e à distância em 2010. O documento foi assinado pela Presidência em 2 de fevereiro de 2010 e publicado no Diário Oficial da União no dia 19 de março.

Dentre os eventos do Programa de Parcerias realizados no primeiro semestre, destaca-se a IV Semana de Capacitação de Facilitadores de Aprendizagem, promovida em Brasília no período de 22 a 26 de março. O evento reuniu as instituições públicas parceiras da ENAP de todo o País e, para benefício do INPI, formou seis facilitadores residentes no Rio de Janeiro, o que reduzirá ainda mais os custos de execução de cursos presenciais da Parceria.

Com a continuidade da Parceria, o Centro de Treinamento organizou em 2010 os cursos presenciais "Registro de Preços", "Gestão de Materiais e "Planejamento da Logística de Suprimentos", "A Legislação de Pessoal e o SIAPE como Instrumento de Gestão", "Papel do Gerente na Gestão do Desempenho de Equipe", "Elaboração de Editais para Aquisições no Setor Público". Também foi iniciada a segunda turma do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores, capacitação em sete módulos que passou a integrar a Política de Formação e Desenvolvimento de Competências de Gestão implementada pela CGRH.

No entanto, o Acordo também prevê turmas exclusivas para o INPI em cursos na modalidade à distância oferecidos pela ENAP. Até o momento, foram concluídas capacitações em "e-MAG - Cartilha Técnica de Acessibilidade", "Orçamento Público: Elaboração e Execução e Legislação aplicada à Gestão de Pessoas - Lei 8.112/90".

A Tabela 24 traz o demonstrativo dos resultados de capacitação oferecidos pelos cursos presenciais e à distancia no ano de 2010, através da parceria INPI – ENAP.

Tabela 24 – Cursos Parceria INPI - ENAP

Nº	Curso	Carga Horária	Período	
			Início	Fim
1	Registro de Preços - Turma 1	16h	27/05/2010	28/05/2010
2	Gestão de Materiais e Planejamento da Cadeia de Suprimentos - Turma 1	40h	16/06/2010	22/06/2010
3	A Legislação de Pessoal e o SIAPE como Instrumento de Gestão - Turma 1	8h	18/06/2010	18/06/2010
4	Papel do Gerente na Gestão do Desempenho de Equipe	21h	22/06/2010	24/06/2010
5	Elaboração de Editais para Aquisições no Setor Público - Turma 1	16h	08/07/2010	09/07/2010
6	Gestão de Contratos e Serviços de Suprimentos - Turma 1	40h	26/07/2010	30/07/2010
7	Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Turma 1	32h	02/08/2010	05/08/2010
8	A Legislação de Pessoal e o SIAPE como Instrumento de Gestão - Turma 2	8h	10/08/2010	10/08/2010
9	Formação de Pregoeiros: Pregão Eletrônico	16h	16/08/2010	17/08/2010
10	Gerenciamento de Projetos - Turma 1	40h	16/08/2010	20/08/2010
11	Planejamento na Administração Pública com o Método Balanced Scorecard - Turma 1	32h	23/08/2010	26/08/2010
12	Gestão de Materiais e Planejamento da Cadeia de Suprimentos - Turma 2	40h	23/08/2010	27/08/2010
13	Gestão de Pessoas: Fundamentos e Tendências - Turma 1	24h	01/09/2010	03/09/2010
14	Didática para Facilitadores de Aprendizagem	40h	13/09/2010	17/09/2010
15	A Gerência e seus Desafios - Turma 1	40h	29/09/2010	08/10/2010
16	Planejamento na Administração Pública com o Método Balanced Scorecard - Turma 2	32h	04/10/2010	07/10/2010
17	Gestão de Pessoas: Fundamentos e Tendências - Turma 2	24h	06/10/2010	08/10/2010
18	Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Turma 2	32h	18/10/2010	21/10/2010
19	Elaboração de Editais para Aquisições no Setor Público - Turma 2	16h	26/10/2010	27/10/2010
20	Registro de Preços - Turma 2	16h	28/10/2010	29/10/2010
21	A Gerência e seus Desafios - Turma 2	40h	03/11/2010	12/11/2010
22	Gerenciamento de Projetos - Turma 2	40h	08/11/2010	12/11/2010
23	Gestão de Contratos e Serviços de Suprimentos - Turma 2	40h	22/11/2010	26/11/2010
24	Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores - DGOS	148h	22/06/2010	01/10/2010
25	PPA - Elaboração e Gestão - Ciclo Básico	40h	Cancelado	

Fonte: CETEC.

O Plano de Trabalho do INPI para 2010 previa a realização de 25 turmas presenciais, todas executadas conforme planejamento inicial, exceto a turma do curso "PPA - Elaboração e Gestão - Ciclo Básico", cancelada a pedido da própria ENAP. Pode-se destacar como resultados positivos da parceria o intercâmbio promovido entre o INPI e as muitas organizações públicas sediadas no Rio de Janeiro, o que permitiu atingir o público-alvo de cada curso de forma mais ágil e em acordo com os objetivos institucionais de cada órgão. No que diz respeito à meta de alunos capacitados por meio da parceria, observa-se que o número de 471 encontra-se muito próximo à meta previamente traçada, a exatos nove concluintes para o alcance integral deste objetivo, considerando o cancelamento de uma turma. Este resultado pode ser explicado pelo fato de que algumas turmas específicas, tais como "Didática para Facilitadores de Aprendizagem" e "Gestão de Contratos de Serviços e Suprimentos",

apresentaram grande parcela de evasão, provocada, em sua maioria, devido aos adiamentos decorrentes da falta de professores, entre outros fatores alheios à atuação do INPI. Episódios de cancelamentos ocorridos após o início das turmas inviabilizaram a substituição do aluno matriculado e desistente por um outro interessado, ocasionando a consequente perda da vaga. Em termos gerais, conclui-se que os resultados da parceria para 2010 foram bastante exitosos, restando, apenas, alguns ajustes de ordem operacional a serem acordados junto à própria ENAP para melhor conduzir o processo de matrícula e incrementar os resultados para 2011.

Para formar as turmas dos cursos à distância oferecidos em 2010, por meio da Parceria INPI/ ENAP, a estratégia de comunicação de 2010 abrangeu divulgação no Blog do Servidor do jornal "Extra", na Internet, e contato por telefone e e-mail com instituições públicas do Rio de Janeiro, incluindo prefeituras do interior do Estado. Embora muitos servidores interessados tenham efetuado pré-inscrição nos cursos oferecidos, o processo de cadastro de CPFs até a efetiva realização do curso pela ENAP ainda é longo e, por essa mesma razão, especialmente sujeito a taxas de evasão ainda maiores do que as já características dessa modalidade.

Considerações Finais

O Relatório de Gestão não é de competência exclusiva da Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPO). Contamos com uma rede de colaboradores em diversos setores do INPI, cuja experiência e visão gerencial permitem viabilizar a elaboração e a divulgação do documento.

Agradecemos as críticas, as sugestões e os elogios recebidos, visando a adequar e aperfeiçoar este Relatório de Gestão, de forma a auxiliar gestores e servidores a adquirir, interpretar e processar informações sobre o desempenho institucional e a estabelecer contatos úteis com outras áreas.

Responsáveis pela consolidação do Relatório de Gestão 2010:

Coordenadora-Geral
Nasareth Sandra Venancio Dias

Coordenação
Laura Fontinelle Bibas

Edição, Copidesque e Revisão
Vina Studart Pereira Gama Rodrigues

Técnicos
Júlio Grevy Montenegro Osório e Alves
Ligia Maria Miranda Ferreira
Marcos Tiago Duarte
Mario Sergio Alfano da Cunha
Natalia de Souza Melo
Patricia Ribeiro Soares
Pedro Areas Burlandy
Sergio Caiazzo
Vanderson Pinheiro Clemente

Glossário

Academia de Inovação e Propriedade Intelectual do INPI

A Academia foi idealizada para consolidar as atividades de pesquisa e desenvolvimento em propriedade intelectual e criar mecanismos de disseminação de conhecimentos que permitam obter benefícios na utilização do Sistema de Propriedade Intelectual.

A Academia oferece três programas de formação de recursos humanos: Formação de Curta Duração, Mestrado Profissional e Ensino à Distância. Como o tema é de interesse para a economia mundial, a Academia pretende promover, ainda, a interconexão desse trabalho com as ações empreendidas em outros países, em academias semelhantes. Associações com universidades brasileiras e estrangeiras estão em curso propiciando o intercâmbio de experiências, de maneira a desenvolver novos cursos e grupos de pesquisa na área.

Backlog

Sequência de pedidos que aguardam análise ou demanda não-atendida na regulamentação de processos internos para concessão de pedidos de marcas e patentes.

Contrato de Transferência de Tecnologia

Negociação técnico-econômica, cujo objetivo é a transmissão de determinados bens intangíveis protegidos por propriedade industrial (patentes, desenho industrial e marcas) ou por conhecimentos técnicos (*know-how* e prestação de serviços de assistência técnica). Para que possam produzir efeitos perante terceiros, legitimar transferências para o exterior e permitir a dedução das despesas na apuração do lucro real das pessoas jurídicas, os contratos devem atender a preceitos legais e estão sujeitos à averbação ou registro no INPI. O contrato de franquia também deve ser registrado no INPI.

Desenho Industrial

Forma plástica ornamental de um objeto ou conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa, e servir de tipo de fabricação industrial.

e-INPI

Sistema Eletrônico de Gestão da Propriedade Industrial, desenvolvido em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), para requisição de serviços ao INPI. O Sistema disponibiliza a Guia de Recolhimento Eletrônica, a ser preenchida e apresentada pelos usuários para efetivar o Protocolo de Requisição de Serviço no INPI.

e-Marcas

Módulo do e-INPI, que pode ser utilizado pelo usuário para demandar serviços e praticar atos processuais relativos a registros ou pedidos de registro de marcas, por meio de formulários eletrônicos próprios, fazendo uso da Internet.

Indicação Geográfica

Identificação de procedência ou denominação de origem de um produto ou serviço próprio de um país ou uma região, que possui uma determinada qualidade, característica ou reputação, que o diferencia dos demais disponíveis no mercado, tornando-o singular.

Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos os fatores naturais e humanos.

Lei da Propriedade Industrial (LPI)

Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Lei do *Software*

Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País e dá outras providências.

Lei dos Direitos Autorais

Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais (direitos do autor e direitos conexos) e dá outras providências.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

Lei de Natureza Especial, em razão do seu objeto e da forma peculiar de tramitação definida pela Constituição, por meio da qual são previstas as receitas, autorizadas as despesas públicas, explicitados a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo Federal e definidos os mecanismos de flexibilidade que a Administração fica autorizada a utilizar. A LOA deriva de Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), formalmente remetido à deliberação do Legislativo pela Chefia do Poder Executivo, apreciado pelo Parlamento segundo a sistemática definida pela Constituição, possuindo estrutura e nível de detalhamento determinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício.

Marca

Segundo a legislação brasileira, a marca representa todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifica e distingue produtos e serviços de outros análogos, de procedência diversa, e certifica a conformidade com determinadas normas ou especificações técnicas. Para obter o registro de uma marca, é necessário apresentar o pedido ao INPI que o examinará com base nas normas legais estabelecidas pela Lei da Propriedade Industrial e nos atos e resoluções administrativos.

***Patent Cooperation Treaty* (PCT -Tratado de Cooperação de Patentes)**

Firmado em 19 de junho de 1970, em Washington, com a finalidade de desenvolver o sistema de patentes e de transferência de tecnologia. O Tratado prevê, basicamente, meios de cooperação entre países industrializados e países em desenvolvimento. Visa a simplificar, tornando mais eficaz e econômico, tanto para o usuário como para os órgãos governamentais encarregados na administração do Sistema de Patentes, o procedimento para proteção patentária em vários países.

Patente

Título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores, autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela patente e, durante o prazo de vigência da patente, o titular tem o direito de excluir terceiros, sem prévia autorização, de atos relativos à matéria protegida.

Pipeline

Dispositivo incorporado pela Lei da Propriedade Industrial (LPI) - Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, com o objetivo de proteger as patentes relativas a substâncias, matérias ou produtos obtidos por meios ou processos químicos, substâncias, matérias, misturas ou produtos alimentícios, químico-farmacêuticos e medicamentos de qualquer espécie e respectivos processos de obtenção ou modificação, garantidas em tratado ou convenção em vigor no Brasil. Fica assegurada a data do primeiro depósito no exterior, desde que seu objeto não tenha sido colocado em qualquer mercado, por iniciativa direta do titular ou por terceiro com seu consentimento, nem tenham sido realizados, por terceiros, no País, sérios e efetivos preparativos para a exploração do objeto do pedido ou da patente.

Plano Plurianual (PPA)

Instrumento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal, considerando as despesas de capital, e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada.

Portal da Lusofonia

O Portal visa a valorizar e afirmar a língua portuguesa como idioma tecnológico, ao disponibilizar, em um centro de documentação, os direitos da propriedade industrial dos países lusófonos. O projeto consiste na criação de um banco virtual de demandas e ofertas de cooperação técnica no âmbito da propriedade intelectual, tendo como especial interesse agregar esforços no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Portal Periódicos CAPES

Portal que oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 29.000 periódicos internacionais, e a mais de 130 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento.

Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet, realizado a partir de qualquer terminal ligado à rede e localizado nas instituições ou por elas autorizado. Todos os programas de pós-graduação, de pesquisa e de graduação do Brasil ganham em qualidade, produtividade e competitividade com a utilização dessa fonte que está em permanente desenvolvimento.

Prêmio Inventor Inovador

Concedido pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), exclusivamente em âmbito nacional, o prêmio destina-se àqueles que tenham desenvolvido produto ou processo que já esteja presente no mercado, com patente registrada no Brasil. Podem candidatar-se, assim, somente os inventores (pessoas físicas) que possuam patente concedida, registro de desenho industrial ou registro de programa de computador perante o INPI e que tenham efetivamente comercializado seu invento.

Programa de Fornecimento Automático de Informação Tecnológica (PROFINT)

Programa de fornecimento automático de informação tecnológica que se materializa pela assinatura de um contrato específico, em que a empresa destaca as áreas tecnológicas de interesse e, a partir daí, todas as folhas de rosto com dados bibliográficos e resumo de documentos de patentes nacionais e internacionais, contidas no banco de patentes do INPI naquelas áreas, são repassadas automaticamente ao cliente.

Programa FOCAR

O Programa FOCAR tem como objetivo proporcionar uma visão diferenciada da propriedade intelectual e estimular o uso da informação tecnológica pelas micro e pequenas empresas, no sentido de agregar valor a seus produtos, processos e serviços inovadores para o sucesso comercial do negócio. Constitui uma parceria estabelecida entre o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), a Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro (REDETEC), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro (SEBRAE/RJ) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Propriedade Industrial

Nome coletivo para um conjunto de direitos relacionados com as atividades industriais ou comerciais do indivíduo ou da organização, entre os quais figuram as patentes de invenção, os modelos de utilidade, os modelos e desenhos industriais, as marcas de fábrica, de comércio ou de serviços, nomes e insígnias de estabelecimento, logotipos e denominações de origem e indicações geográficas, visando a assegurar o privilégio de uso e exploração, estimular o desenvolvimento da indústria para o bem comum e garantir contra as intromissões ilícitas de terceiros.

Propriedade Intelectual

Expressão genérica que pretende garantir a inventores ou responsáveis por qualquer produção do intelecto (no domínio industrial, científico, literário e/ou artístico) o direito de auferir, ao

menos por um determinado período de tempo, recompensa pela própria criação. Segundo definição da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), constituem propriedade intelectual as invenções, obras literárias e artísticas, símbolos, nomes, imagens, desenhos e modelos utilizados pelo comércio, abrangendo duas grandes áreas: propriedade industrial (patentes, marcas, desenho industrial, indicações geográficas e proteção de cultivares) e direito autoral (obras literárias e artísticas, programas de computador, domínios na Internet e cultura imaterial). Quanto aos conhecimentos tradicionais, ainda não há uma definição no atual sistema de proteção da propriedade intelectual.

Registro de Desenho Industrial

Título de propriedade temporária sobre um desenho industrial, outorgado pelo Estado aos autores ou a outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras dos direitos sobre a criação.

Registro de Indicação Geográfica

Reconhecimento de um nome como indicação geográfica, por meio de pedido apresentado por sindicatos, associações, institutos ou qualquer outra pessoa jurídica de representatividade coletiva, com legítimo interesse e estabelecida no respectivo território, como substituto processual da coletividade que tiver direito ao uso de tal denominação.

Royalty

Importância cobrada pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca, entre outros, ou pelo autor de uma obra, para permitir seu uso ou comercialização.

Serviço de Informações IPR-Helpdesk

Serviço gratuito, criado com a finalidade de promover a criatividade e a inovação na Europa. Disponível em cinco idiomas e especializado em direitos de propriedade intelectual, contendo análises comparativas das legislações adotadas por diversos países, o *site* IPR-Helpdesk (*Intellectual Property Rights*) foi criado em 2002 por um programa da União Européia, sendo consultado por escritórios de marcas e patentes de todo o mundo.

Sistema de Buscas EPOQUE

Sistema de Buscas do Escritório Europeu de Patentes (EPO) que permite acessar e recuperar rapidamente informações relativas a qualquer campo da tecnologia já coberto pela publicação de documentos de patentes.

Sistema Nacional de Inovação

Conjunto de instituições e organizações responsáveis pela criação e adoção de inovações em um determinado país.

Subgrupo de Trabalho no 7 "Indústria" do Mercosul

Criado com a finalidade de contribuir para a integração produtiva e avançar em direção a uma política industrial comum aos países do bloco, o Subgrupo discute temas como pequenas e médias

indústrias, artesanato, propriedade intelectual, qualidade e inovação.

***Substantive Patent Law Treaty* (SPLT)**

Novo sistema de patentes mundiais preparado pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), o Tratado sobre o Direito Substantivo de Patentes permitirá o registro de patentes com abrangência mundial e abrirá mais possibilidades para acumulação de controle sobre os recursos biológicos por parte das empresas multinacionais.

***Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS)**

O Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio (ADPIC) constitui uma tentativa de regular e proteger diferentes bens imateriais no mundo. Trata dos direitos de autor e conexos, marcas, indicações geográficas, desenhos industriais, patentes, topografias de circuitos integrados, proteção do segredo de negócio e controle da concorrência desleal, e estabelece princípios básicos quanto à existência, à abrangência e ao exercício dos direitos de propriedade intelectual.

Lista de Siglas

A

ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ABPI - Associação Brasileira de Propriedade Intelectual

ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos

ACAD - Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento

ANII - Uruguai - Agencia Nacional de Investigación e Innovación)

AmCham - Câmara Americana de Comércio

AP - Autorização de Pagamentos

APEX-BRASIL - Agência de Promoção de Exportações

ARIPO - African Regional Intellectual Property Organization

B

BACEN - Banco Central do Brasil

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

C

CA - Certificado de Adição

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBMB - Centro Brasileiro de Material Biológico

CDV - Companhia de Desenvolvimento de Vitória

CDG - Curso de Desenvolvimento Gerencial

CEDIN - Centro de Disseminação e Informação Tecnológica

CEDPI - Centro de Defesa da Propriedade Intelectual

CEPRO - Coordenação de Estudos e Programas

CENGE - Coordenação de Engenharia e Arquitetura

CETEC - Centro de Educação Corporativa

CETEPI - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual

CFEPI - Coordenação de Formação e Extensão em Propriedade Intelectual

CGAD - Coordenação-Geral de Articulação Institucional e Difusão Regional

CGAR - Coordenação-Geral de Ação Regional

CGC - Comitê de Gestão Compartilhada

CGCI - Coordenação-Geral de Cooperação Internacional

CGCOM - Coordenação-Geral de Comunicação Social

CGIR - Coordenação-Geral de Indicações Geográficas e Registros

CGMI - Coordenação-Geral de Modernização e Informática

CGPO - Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento

CGOF - Coordenação-Geral de Planejamento,

Orçamento e Finanças

CGPAT - Coordenadorias-Gerais de Patentes

CGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos

CGTEC - Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia

CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

CGU - Corregedoria Geral da União

CITEC - Coordenação de Informação Tecnológica

CNB - Comitê Nacional de Biotecnologia

COCAPEC - Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas

COCAPI - Comissão de Cadastro de agentes da Propriedade Industrial

COFIN - Coordenação de Finanças

COIND - Coordenação de Fomento e Registro de Indicações Geográficas

COMUT - Comutação Bibliográfica

CONAC - Coordenação de Cooperação Nacional

COPEPI - Coordenação de Formação em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento

COPGP - Coordenação de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa

COTEC - Coordenação de Orientação Técnica

COTREMA - Setor de Instrução de Recursos e Nulidades Administrativas

CPD - Centro de Dados

CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal

CRB - centros de Recursos Biológicos

CRD - Controle de Recebimento de Documentos

CSC - Comitê de Solução de Controvérsias

CTI - Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer

D

DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DART - Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica

DAS - Diretoria de Administração e Serviços

DESIN - Divisão de Desenho Industrial

DIALC - Divisão de Cooperação Técnica com América Latina e Caribe

DIALI - Divisão de Averbação de Licenças

DIARH - Divisão de Administração de Recursos Humanos

DIATEND - Divisão de Orientação e Atendimento ao Usuário

DIBIB - Divisão de Serviços da Biblioteca

DICIG - Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros

DICOB - Divisão de Cooperação Técnica Bilateral com Escritórios Nacionais de Propriedade Intelectual

DIDOC - Divisão de Documentação

DICOD - Diretoria de Cooperação para o

Desenvolvimento

DICOL - Divisão de Contratos e Licitações

DIESPRO -Divisão de Estudos e Programas

DIFEM - Divisão de Fomento à Proteção de Propriedade Intelectual de Empresas

DIGEP - Divisão de Gestão de Projetos Estratégicos

DGOS - Curso de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores

DIFIP - Divisão de Fomento à Proteção de Propriedade Intelectual de Universidades e Instituições de Pesquisa

DILEG - Divisão de Legislação de Recursos Humanos

DIMAR - Divisão de Marcas

DIORG - Divisão de Cooperação Técnica com Organismos Regionais, Plurilaterais e Multilaterais

DIPOR - Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário

DIPTO - Divisão de Registro de Programa de Computador e Topografia de Circuitos

DIREG - Escritório de Difusão Regional

DIREC - Divisão de Registro de Contratos de Tecnologia.

DIRTEC- Diretoria de Contratos de Tecnologia e Outros Registros

DIRAD - Diretoria de Administração

DIRMA - Diretoria de Marcas

DIRPA - Diretoria de Patentes

DOU - Diário Oficial da União

DPLAD - Divisão de Planejamento e de Desempenho Institucional

DSERV - Divisão de Serviços Gerais, Documentação e Arquivo

E

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENAI - Encontro Nacional da Indústria

ENAP- Escola Nacional de Administração Pública

ENAPID - Encontro Acadêmico em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento

EPO - Escritório de Patentes Europeu

EPOQUE - European Patent Office Query

EPTOS - Eletronic Patent and Trademark Office System

F

FABESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FENAGR - Feira Nacional da Agricultura Irrigada

FCINPI - Funções Comissionadas do INPI

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FUJB - Fundação Universitária José Bonifácio

G

GED - Gerenciador Eletrônico de documentos

CGU - Controladaria Geral da União

GPAC - Grupo de Assessoramento Permanente ao Comitê de Informática

GPDAPI - Sistema de Gestão do Desempenho Individual

GPS - Sistema de Posicionamento Global

GRECC - Gratificação por Encargo de Cursos e Concurso

GRU - Guia de recolhimento da União

I

IAP -Índice de Atendimentos no Prazo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICTs - Instituições de Ciência e Tecnologia

ICP-Brasil - Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira

IEA - Índice de Execução Adequada

IEL - Instituto Euvaldo Lodi

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IFET - Instituto Federal de Educação Tecnológica

IG - Indicações Geográficas

INAPI - Instituto Nacional de Propiedad Industrial, Chile

INDE - Indicação Geográfica sobre Nomes Geográficos

INDECOPI - Instituto Nacional de Defensa de la Competencia y de la Protección de la Propiedad Intelectual, Peru

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

IPAS - Industrial Property Automation System

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional

ISA - Índice de Satisfação com o atendimento

ISA/IPEA - Autoridade Internacional de Busca e Exame Preliminar (International Searching Authority / International Preliminary Examination Authority)

L

LNT - Levantamento das Necessidades de Treinamento

LOA - Lei Orçamentária Anual

LPI - Lei da Propriedade Industrial

M

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MEC - Ministério da Educação

MIA/PCT - Encontro de Autoridades Internacionais no âmbito do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (Meeting of International Authorities / Patent Cooperation Treaty)

MPF - Ministério Público Federal

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MRE- Ministério das Relações Exteriores

MU- Modelo de Utilidade

N

NITs - Núcleos de Inovação Tecnológica

O

OBTEC - Divisão do Observatório Tecnológico

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual

P

PAC - Plano Anual de Capacitação

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

PAG - Protocolo Automatizado Geral

PCT - Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes

PDB - Política de Desenvolvimento da Biotecnologia

PCDPs - Pedidos de Concessão de Diárias e Passagens

PDE - Programa de Desenvolvimento de Equipes

PDG -Programa de Desenvolvimento de Gestores

PDI - Plano Diretor de Informática

PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo

PDTEC- Programa de Desenvolvimento Tecnológico

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PI - Propriedade Intelectual

PI - Privilégio de Invenção

PMEs - Pequenas e Médias Empresas

PMEs- Políticas Públicas

PODI - Pólo de Desenvolvimento e Inovação

PPA - Plano Plurianual do Governo Federal

PROAMB- Programa de Ambientação dos Novos Servidores

PROFINT - Programa de Fornecimento Automático de Informação Tecnológica

PROINS - Programa de Orientação e Integração dos Novos Servidores

R

REDETEC - Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro

REDIR - Representação de Escritório de Difusão Regional

REINPI - Representação do INPI

REPITEC - Rede de Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica da Bahia

RPI - Revista da Propriedade Industrial

S

SAPRA - Serviço de Administração Predial e Atividades Auxiliares

SARGE - Seção de Arquivo Geral

SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SEACO - Serviço de Apoio Administrativo da Coordenação-Geral de Indicações Geográficas e Registros

SEARC - Serviço de Arrecadação

SEADE - Serviço de Administração dos Escritórios de Difusão Regional

SEADM - Seção de Administração

SEATECMAR - Setor de Atendimento Técnico de Marcas

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEBUS - Seção de Orientação e Buscas

SECITECE - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação do Estado do Ceará

SECLO - Seção de Cadastro e Lotação

SECON - Serviço de Contabilidade Geral

SECPA - Seção de Expedição de Certificados, Controle de Pagamento e Anotação de Registros

SEFIN - Serviço Financeiro

SEGEA - Serviço de Gerenciamento de Aquisições

SEGES/MP - Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento

SELIC - Serviço de Liquidação e Custo

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SEORD - Seção de Orientação, Recepção e Disseminação

SEPAG- Seção de Pagamento

SEPES - Serviço de Estudos e Projetos Especiais

SEPEX - Serviço de Protocolo e Exepedição

SERAP - Serviço de Administração Predial, Serviços Gerais e Engenharia

SERCO - Seção de Exame Formal, Recebimento e Controle de Documentos de Registros

SERDHU - Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos

SERFIN - Serviço Financeiro

SERMAP - Serviço de Material, Patrimônio, Protocolo e Arquivo

SERPA - Serviço de Patrimônio

SERPRO - Serviço Federal de Processamentos de Dados

SESUP - Serviço de Suprimentos

SETEC/MEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

SGQ - Marcas - Sistema de Gestão da Qualidade em Marcas

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

SICREPI - Sistema de Cooperação Regional em Propriedade Industrial

SIDOR - Sistema Integrado de Dados Orçamentários

SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINPI - Sistema Integrado da Propriedade Industrial

SIP - Serviço de Informação do Pessoal

SISBACEN - Sistema de Informações do Banco Central

SISCON - Sistemas de Contratos

SISGD - Sistema de Gestão do Desempenho

SISPP - Sistemas de Preços Praticados

SNI - Sistema Nacional de Inovação

SOF - Secretaria de Orçamento Federal

SRV - Sistema de Requisição de Veículos

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

T

TCU -Tribunal de Contas da União

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

U

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFLA - Univeridade Federal de Lavras

UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB- Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO - Universidade do Rio de Janeiro

UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas

USPTO - Escritório Norte-americano de Marcas e Patentes

V

VCENTER - Servidor Virtual Center

Lista de Tabelas, Quadros e Gráficos

Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento

Tabela 1 - Indicadores do Programa 393 no PPA 2008-2011 14

Tabela 2 - Execução Física das Ações Finalísticas do Programa Desenvolvimento do Sistema da Propriedade Intelectual 16

Tabela 3 - Desempenho da Carteira de Indicadores do INPI em 2010 17

Tabela 4 - *Ranking* Setorial do Índice de Execução Adequada (IEA) dos Projetos - 3º Quadr. 2010 38

Tabela 5 - Comparativo LOA mais Créditos Adicionais 42

Tabela 6 - Demonstrativo da Receita por Fonte 42

Tabela 7 - Comparativo da Receita de 2008 a 2010 43

Tabela 8 - Repasses 44

Tabela 9 - Comparativo das Despesas Realizadas por Grupo 46

Tabela 10 - Déficit Orçamentário 2010 46

Tabela 11 - Superávit / Déficit 46

Quadro 1 - Indicador Imagem Institucional 18

Quadro 2 - Índice de Satisfação com o Atendimento 19

Quadro 3 - Número de Pessoas Presentes em Ciclos de Estudo e Seminários 19

Quadro 4 - Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação não Patentárias Solicitadas 20

Quadro 5 - Índice de Produtividade nas Buscas em Documentos de Patentes Solicitadas 20

Quadro 6 - N° de Pessoas Capacitadas em Cursos de Curta Duração 21

Quadro 7 - N° de Pessoas Capacitadas em Cursos de Longa Duração 21

Quadro 8 - N° de Publicações em Propriedade Intelectual 22

Quadro 9 - Eventos Dirigidos ao Sistema Brasileiro de Inovação 22

Quadro 10 - Participantes dos Eventos Dirigidos ao Sistema Brasileiro de Inovação 23

Quadro 11 - Inserções do INPI em Eventos de Terceiros 23

Quadro 12 - Produtividade de Decisões de Patentes 24

Quadro 13 - Produtividade na Expedição de Cartas Patentes 24
Quadro 14 - N° de Primeiros Exames de Pedidos de Patentes 25
Quadro 15 - Reversão de Decisão Administrativa de Patente 25
Quadro 16 - Indicador Backlog de Marcas 26
Quadro 17 - Idade Média dos Pedidos em Espera pelo Exame de Marcas 26
Quadro 18 - Índice de Demanda Acumulada de Marca 27
Quadro 19 - Tempo Médio de Espera Entre o Depósito e o Exame de Marca 27
Quadro 20 - Índice de Não Conformidade de Certificados de Averbação 28
Quadro 21 - Relação entre Decisões e Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia 28
Quadro 22 - Tempo Médio de Decisão dos Requerimentos de Averbação de Contratos de Tecnologia 29
Quadro 23 - Índice de Produtividade de Exame de Desenhos Industriais de Segunda Instância 29
Quadro 24 - Índice de Não Conformidade dos Pedidos de Registro de IG Nacionais 30
Quadro 25 - Índice de Não Conformidade dos Pedidos de Registro de IG Estrangeiros 30
Quadro 26 - Índice de Produtividade de Exame de Programa de Computador 31
Quadro 27 - Índice de Produtividade de Exame de Desenhos Industriais de Primeira Instância 31
Quadro 28 - Índice de Arrecadação de Receita 32
Quadro 29 - Índice de Execução da Despesa 32

Gráfico 1 - Situação da Carteira de Projetos do INPI – Dezembro/2010 35
Gráfico 2 - Evolução da Situação dos Projetos do INPI - Dezembro/2010 36
Gráfico 3 - Evolução do Índice de Execução Adequada (IEA) da Carteira de Projetos do INPI 36
Gráfico 4 - Evolução da Situação dos Projetos por Diretriz Estratégica - Dezembro/2010 37
Gráfico 5 - Evolução Setorial do Índice de Execução Adequada 38
Gráfico 6 - Evolução da Situação dos Projetos por Diretoria - Dezembro/2010 39
Gráfico 7 - Principais Problemas Relatados no 3º Quadrimestre de 2010 40
Gráfico 8 - Distribuição da Receita de Serviços 43

Coordenação-Geral de Comunicação Social

Tabela 1 - Avaliação Qualitativa das Matérias 49

Ouvidoria

Tabela 1 - Estrutura de Atendimento do Sistema "Fale Conosco" 55

Tabela 2 - Marcas – Inclusão dos Servidores das Divisões Regionais 57

Tabela 3 - Satisfação dos Usuários de Marcas – Como Registrar 59

Tabela 4 - Índice de Satisfação com o Atendimento (ISA) 62

Tabela 5 - Índice de Atendimentos no Prazo (IAP) 64

Gráfico 1 - Índice de Satisfação com o Atendimento (ISA) 65

Gráfico 2 - Índice de Atendimentos no Prazo (IAP) 65

Diretoria de Patentes

Tabela 1 - Depósito de Pedido de Patentes 69

Tabela 2 - Exame em 1ª Instância 71

Tabela 3 - Relação Primeiro Exame e Exames em 1ª Instância 72

Tabela 4 - Atividade Técnica de Exame em 2ª Instância - Recursos e Nulidades Administrativas 73

Tabela 5 - Número de Ações Judiciais Interpostas na CGPAT I e CGPAT II 75

Tabela 6 - Exame de Pedido de Patente 76

Tabela 7 - Arquivamento por não Cumprimento de Exigência Técnica 78

Gráfico 1 - Depósito de Pedido de Patentes 68

Gráfico 2 - Depósitos Efetuados no Brasil por Estado da Federação - Ano de Referência 2010 70

Gráfico 3 - Estimativa de Decisões na Diretoria de Patentes em 2011 77

Gráfico 4 - Indicador de 1os Exames de Pedidos de Patentes - 2010 79

Gráfico 5 - Indicador de Volume de Depósitos de Pedidos de Patentes de Invenção 80

Gráfico 6 - Indicador de Volume de Depósitos de Patentes de Modelo de Utilidade 81

Gráfico 7 - Indicador de Prazo de Concessão de Patentes 81

Diretoria de Marcas

Tabela 1 - Exame de Pedidos de Registro de Marca 83

Tabela 2 - Evolução dos Resultados referentes à Decisão de Marcas 84

Tabela 3 - Pedidos Depositados e Despachos em Pedidos de Marcas 85

Tabela 4 - Despachos em Registros de Marcas 85

Tabela 5 - Despachos Relativos a Transferências e a Anotações Diversas 86

Tabela 6 - Idade Média dos Pedidos em Espera pelo Exame de Marcas em 2010 87

Tabela 7 - Índice de Demanda Acumulada de Marca em 2010 87

Tabela 8 - *Backlog* de Marcas em 2010 87

Tabela 9 - Expectativa de Espera pelo Exame em 2010 87

Gráfico 1 - Depósitos por Papel e Depósitos por e-Marcas em 2010 84

Gráfico 2 - Produtividade dos Examinadores em 2010 88

Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros

Tabela 1 - PPA 2010– Demonstrativo de Execução Física 92

Tabela 2 - Carteira de Indicadores de Gestão da CGTEG 96

Tabela 3 - Carteira de Indicadores de Gestão da CGIR 97

Tabela 4 - Entradas e Decisões de Contratos de Tecnologia 2008 a 2010 98

Tabela 5 - Número de Certificados de Averbação por Categoria Contratual de 2008 a 2010 100

Tabela 6 - Remessas ao Exterior por Transferência de Tecnologia de 2004 a 2009 100

Tabela 7 - Depósitos de Desenho Industrial e Decisões Finais 101

Tabela 8 - Recursos e Nulidades de Desenho Industrial 102

Tabela 9 - Depósitos de Desenho Industrial por Estado 102

Tabela 10 - Pedidos de Registros de Indicação Geográfica por Espécie 103

Tabela 11 - Pedidos de Registro de Indicação Geográfica por Nacionalidade 103

Tabela 12 - Depósitos e Decisões Finais de Indicação Geográfica 104

Tabela 13 - Depósitos e Concessões de Programa de Computador 106

Tabela 14 - Depósitos de Programa de Computador por Estado 107

Quadro 1 - Carteira de Projetos Relativos a Contratos de Tecnologia 93

Quadro 2 - Carteira de Projetos Relativos a Indicações Geográficas, Desenho Industrial, Programa de Computador e Topografia de Circuitos Integrados 94

Gráfico 1 - Entradas e Decisões de Processos 2008 a 2010 98

Gráfico 2 - Entradas de Processos 2008 a 2010 99

Gráfico 3 - Saídas de Processos 2008 a 2010 99

Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento

Tabela 1 - Previsão das Metas do PPA e Resultados Obtidos 111

Tabela 2 - Andamento do Subprojeto Conversão/Indexação 112

Tabela 3 - Andamento do Subprojeto Digitalização de Documentos Publicados 112

Tabela 4 - Andamento do Projeto Automação do Acervo da Biblioteca 112

Tabela 5 - Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação Patentária Solicitadas 113

Tabela 6 - Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação não Patentária Solicitadas 113

Tabela 7 - Evolução da Documentação Técnica de Patentes 113

Tabela 8 - Buscas Realizadas e Atendimento a Usuários Externos e Internos 113

Tabela 9 - Metas do PPA e Resultados Alcançados Ano de 2010 120

Tabela 10 - Publicações no Ano de 2010 120

Tabela 11 - Atividades e Número de Alunos Formados em 2010 121

Tabela 12 - Metas e Resultados dos Indicadores de Gestão do INPI 2010 122

Tabela 13 - Metas do PPA e Resultados Alcançados no Período de 2008 a 2010 123

Tabela 14 - Metas e Resultado do Indicador de Número de Capacitados nos Cursos de Curta Duração (Básico, Intermediário e Avançado) entre 2009 a 2010 124

Tabela 15 - Metas e Resultados do Indicador de Número de Capacitados no Curso de Longa Duração (Mestres Formados) entre 2009 a 2010 124

Tabela 16 - Metas e Resultados do Indicador de Número de Presentes em Ciclos de Estudos e Seminários entre 2009 a 2010 124

Tabela 17 - Metas e Resultados do Indicador de Número de Publicações entre 2009 a 2010 124

Tabela 18 - Situação do Projeto "Ensino à Distância em Propriedade Intelectual" no Período 2009 -2010 125

Tabela 19 - Situação do Projeto "Revista da Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento" no Período 2009 - 2010 125

Tabela 20 - Situação do Projeto "Sistematização da Produção do Conhecimento" no Período 2009 -2010 126

Tabela 21 - Atividades de Disseminação e Fomento das Divisões Regionais e Escritórios do INPI em 2009 e 2010 .. 131

Tabela 22 - Realização da Ação de Cooperação Técnica em PI 135

Tabela 23 - Memorandos de Entendimento 136

Tabela 24 - Realização da Ação de Integração Operacional de Sistemas de PI no Âmbito Regional 137

Tabela 25 - Projeto Estratégico Observatório de Propriedade Industrial do INPI 139

Gráfico 1 - Empresas Assinantes do PROFINT em 2009 e 2010 114

Gráfico 2 - Folhas de Rosto de Documentos de Patentes Enviadas em 2009 e 2010 pelo PROFINT 114

Gráfico 3 - Pessoas Atendidas pelo INPI, 2008-2010[1] 127

Gráfico 4 - Participantes em Eventos Dirigidos 128

Gráfico 5 - Eventos Dirigidos 128

Gráfico 6 - Inserções do INPI em Eventos 129

Gráfico 7 - Evolução das Parcerias Firmadas no Período 2008-2010 129

Gráfico 8 - Inserções na Mídia 133

Diretoria de Administração

Tabela 1 - Pendências no SCDP Referentes a 2008 142

Tabela 2 - Pendências no SCDP Referentes a 2009 142

Tabela 3 - Pendências no SCDP Referentes a 2010 143

Tabela 4 - Estatística de Documentos Financeiros – 2010 155

Tabela 5 - Decomposição Financeira 157

Tabela 6 - Processos de Restituição de Taxas 158

Tabela 7 - Repactuação – Situação dos Processos 159

Tabela 8 - Movimentação de Pessoal – Exercício 2010 169

Tabela 9 - Movimentação de Pessoal - Consolidado 2010 169

Tabela 10 - Movimentação de Pessoal – Consolidado – Exercícios Anteriores (2008 e 2009) 170

Tabela 11 - Desempenho da SEPAG 170

Tabela 12 - Total da Folha de Pagamento (em R$) 171

Tabela 13 - Processos Movimentados pela DIARH entre 2008 e 2010 173

Tabela 14 - Cronograma de Execução do Curso de Desenvolvimento Gerencial - Turma 1 175

Tabela 15 - Cronograma de Execução do Programa de Desenvolvimento de Equipes - 2010 175

Tabela 16 - Custo Unitário do Programa de Desenvolvimento Tecnológico 176

Tabela 17 - Quadro Demonstrativo dos Cursos ***In Company*** - 2010 - Instrutores Pagos por GRECC 177

Tabela 18 - Indicador dos Cursos Externos 178

Tabela 19 - Capacitações Externas Realizadas em 2010 178

Tabela 20 - Resumo Geral de Indicadores 178

Tabela 21 - Orçamento de Capacitação em 2010 em R$ 179

Tabela 22 - Programa de Estágio 2010 179

Tabela 23 - Média de Estagiários por Mês 180

Tabela 24 - Cursos Parceria INPI - ENAP 182

Quadro 1 - *Status* de Execução das Ações Propostas para o Exercício de 2010 163

Gráfico 1 - Gerenciamento Funcional dos PCDPs em 2010 143

Gráfico 2 - Número de Pesquisas de Preço (por Tipo) 152

Gráfico 3 - Estatística de Respostas (em %) 152

Gráfico 4 - Tempo Médio de Pesquisa de Mercado 153

Gráfico 5 - Restituição de Taxas – Situação (Janeiro a Dezembro de 2010) 158

Gráfico 6 - Comparativo do Desempenho de Elaboração de Normativos Internos 172

Anexos

Anexo I - Lei Orçamentária Anual 2010 - LOA Nº 12.214 + Créditos Adicionais 2010 210

Anexo II - Acompanhamento da Receita 2010 214

Anexo III - Execução das Ações Orçamentárias do INPI - 2010 216

Anexo IV - Execução Orçamentária - Divisões Regionais Descentralizadas 218

INPI INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL



Anexos

Anexo I - Lei Orçamentária Anual 2010 - LOA Nº 12.214 + Créditos Adicionais 2010			
Programática	**Programa/Ação**	**Func.**	**Esf**
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		
	OPERAÇÕES ESPECIAIS		
0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	09 272	
			S
			S
0393	Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual		
	ATIVIDADES		
0393 20CW 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Exames Periódicos	22 301	
			S
0393 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	22 301	
			S
0393 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	22 365	
			F
0393 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	22 331	
			F
0393 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	22 306	
			F
0393 2026 0001	Exame de Pedidos de Registro de Marca	22 664	
			F
0393 2027 0001	Exame de Pedidos de Patente	22 664	
			F
0393 2028 0001	Exame de Pedidos de Programa de Computador	22 664	
			F
0393 2029 0001	Exame de Contratos e Faturas de Tranferência de Tecnologia	22 664	
			F
0393 2272 0001	Gestão e Administração do Programa	22 122	
			F
			F
			F
			F
			F
			F
			F
			F
0393 2732 0001	Exame de Pedidos de Registro de Indicação Geográfica	22 664	
			F
0393 2734 0001	Exame de Pedidos Registro de Desenho Industrial	22 664	
			F
0393 2760 0001	Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual	22 664	
			F

R$ 1,00

GND	RP	Mod	IU	Fte	L O A	CRÉDITOS	TOTAL
					32.048.724	3.016.000	35.064.724
					32.048.724	**3.016.000**	**35.064.724**
					32.048.724	3.016.000	35.064.724
1	1	90	0	100	30.439.137	3.016.000	33.455.137
1	1	90	0	250	1.609.587	-	1.609.587
					211.167.504	5.555.718	216.723.222
					180.764.190	**4.695.718**	**185.459.908**
					119.070	62.910	181.980
3	1	90	0	100	119.070	62.910	181.980
					2.145.780	-	2.145.780
3	1	90	0	100	2.145.780	-	2.145.780
					170.880	-	170.880
3	1	90	0	100	170.880	-	170.880
					894.960	26.922	921.882
3	1	90	0	100	894.960	26.922	921.882
					1.850.688	1.668.796	3.519.484
3	1	90	0	100	1.850.688	1.668.796	3.519.484
					1.850.000	-	1.850.000
3	2	90	0	250	1.850.000		1.850.000
					1.450.000	-	1.450.000
3	2	90	0	250	1.450.000		1.450.000
					71.000	-	71.000
3	2	90	0	250	71.000	-	71.000
					345.000	-	345.000
3	2	90	0	250	345.000	-	345.000
					160.078.063	3.000.000	163.078.063
1	1	90	0	250	104.027.893		104.027.893
1	1	91	0	250	146.989		146.989
1	1	90	0	650	-	1.500.000	1.500.000
1	1	90	0	100	-	1.500.000	1.500.000
3	2	90	0	250	37.861.773		37.861.773
3	2	90	0	280	12.974.644		12.974.644
3	2	91	0	250	2.339.600		2.339.600
4	2	90	0	280	2.727.164		2.727.164
					41.000	-	41.000
3	2	90	0	250	41.000	-	41.000
					188.000	-	188.000
3	2	90	0	250	188.000	-	188.000
					1.484.000	-	1.484.000
3	2	90	0	250	1.484.000	-	1.484.000

continua

Anexo I - Lei Orçamentária Anual 2010 - LOA Nº 12.214 + Créditos Adicionais 2010			
Programática	**Programa/Ação**	**Func.**	**Esf**
0393 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	22 128	
			F
			F
0393 6481 0001	Disseminação de Informações Tecnológicas	22 573	
			F
0393 8092 0001	Exame de Pedidos de Registro de Topografia de Circuitos Integrados	22 664	
			F
0393 8096 0001	Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	22 664	
			F
0393 8907 0001	Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	22 664	
			F
0393 8910 0001	Modernização dos Processos	22 664	
			F
	OPERAÇÕES ESPECIAIS		
0393 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – PSS	22 122	
			F
			F
			F
	PROJETOS		
0393 10TS 0001	Integração Operacional dos Sistemas de Propriedade Intelectual no Âmbito Regional	22 664	
			F
0393 10U2 0001	Cooperação Técnica em Propriedade Industrial	22 664	
			F
0393 7F44 0001	Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico	22 664	
			F
0901	**Cumprimento de Sentenças Judiciais**		
	OPERAÇÕES ESPECIAIS		
0901 00G5 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	28 846	
			F
0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	28 846	
			F
			F
			TOTAL

R$ 1,00

GND	RP	Mod	IU	Fte	L O A	CRÉDITOS	TOTAL
					2.300.000	-	2.300.000
3	2	90	0	250	2.190.000	-	2.190.000
3	2	91	0	250	110.000		110.000
					5.556.000	-	5.556.000
3	2	90	0	250	5.556.000	-	5.556.000
					30.000	-	30.000
3	2	90	0	250	30.000	-	30.000
					1.500.000	-	1.500.000
3	2	90	0	250	1.500.000	-	1.500.000
					758.819	-	758.819
3	2	90	0	250	758.819	-	758.819
					50.000	-	50.000
3	2	90	0	250	50.000	-	50.000
					21.930.314	**860.000**	**22.790.314**
					21.930.314	705.000	22.635.314
1	0	91	0	250	21.930.314	-	21.930.314
1	0	91	0	650	-	155.000	155.000
1	0	91	0	100	-	550.000	550.000
					8.473.000	**-**	**8.473.000**
					473.000	-	473.000
3	2	80	0	280	473.000	-	473.000
					1.000.000	-	1.000.000
3	2	80	0	250	1.000.000	-	1.000.000
					7.000.000	-	7.000.000
4	2	90	0	280	7.000.000		7.000.000
					884.216	**(2.271)**	**881.945**
					884.216	**(2.271)**	**881.945**
					86.191	-	86.191
1	0	91	0	100	86.191	-	86.191
					798.025	(2.271)	795.754
1	1	90	0	100	652.960	(10.924)	642.036
3	1	90	0	100	145.065	8.653	153.718
				Pessoal	158.893.071	6.710.076	165.603.147
				Outras Despesas Correntes	75.599.279	1.767.281	77.366.560
				Investimento	9.727.164	-	9.727.164
				Fonte 100	36.504.731	6.822.357	43.327.088
				Fonte 250	184.539.975	-	184.539.975
				Fonte 280	23.174.808	-	23.174.808
				Fonte 650	-	1.655.000	1.655.000
					244.219.514	**8.477.357**	**252.696.871**

Fonte: SIAFI.

Anexo II - Acompanhamento da Receita 2010					
Especificação	**Janeiro**	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**
	15.382.742	**14.169.088**	**17.635.088**	**14.901.591**	**16.541.732**
Receita Patrimonial	**1.763.408**	**1.869.962**	**1.885.970**	**1.862.394**	**1.956.308**
Taxa de Ocupação de Imóveis Fun. Prop. Nac. Resid	2.120	1.548	2.406	2.120	2.612
Remuneração de Depósitos Bancários	1.761.288	1.868.414	1.883.564	1.860.274	1.953.696
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	**13.607.530**	**12.289.402**	**15.746.504**	**13.037.329**	**14.584.802**
Serviços de Com. Livros, Periódicos, Mat. Esc. e Publicidade	79.303	141.151	241.529	184.700	172.850
Serviços Administrativos	31	8	62	97	500
Serviços de Patentes	6.722.764	6.329.759	8.150.484	6.427.608	7.380.547
Serviços de Registro de Marcas	6.574.285	5.646.950	6.892.810	6.245.685	6.761.308
Serviços de Transferência de Tecnologia	183.540	121.810	280.940	135.110	219.090
Serviços de Registro de Indicações Geográficas	680	50	600	840	540
Serviços de Registro de Programa de Computador	14.410	13.570	20.650	20.588	26.980
Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	12.923	10.913	15.694	13.986	10.521
Outras Receitas de Serviços	19.595	25.190	143.735	8.715	12.465
Outras Receitas Correntes	**11.804**	**9.723**	**2.614**	**1.868**	**621**
Multas e Juros de Mora	9	-	-	14	17
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	11.106	9.232	-	1.756	198
Outras Restituições	-	-	-	-	-
Receita de Ônus de Sucumbência	-	-	-	-	-
Outras Receitas	688	491	2.614	98	406
	8.439	**8.638**	**2.282**	**15.031**	**17.530**
Amortização de Empréstimos	**8.439**	**8.638**	**2.282**	**15.031**	**17.530**
Amortização de Empréstimos Diversos	8.439	8.638	2.282	15.031	17.530
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Depósitos no Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Outras Receitas	-	-	-	-	-
	5.586	**11.310**	**20.583**	**16.216**	**25.016**
Taxa de Ocupação de Outros Imóveis					
Serviços Administrativos	-	200	-	-	368
Serviços de Registro de Patentes - OP. Intra-Orçamentárias	4.656	9.210	18.356	15.092	23.378
Serviços de Registro de Marcas - OP. Intra-Orçamentárias	930	1.900	2.227	1.124	870
Serviços de Registro de Desenho Industrial - OP. Intra-Orçamentárias		-	-	-	-
Serviços de Reg. de Programa de Comp. - OP. Intra-Orçamentárias		-	-	-	400
Outras Receitas Correntes		-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**(2.349)**	**-**
Retificações	**-**	**-**	**-**	**(2.349)**	**-**
TOTAL	**15.396.767**	**14.189.035**	**17.657.952**	**14.930.489**	**16.584.278**

R$ 1,00

Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
17.269.082	**19.517.570**	**19.593.230**	**19.320.238**	**19.251.818**	**19.440.888**	**21.263.730**	**214.286.796**
1.825.297	**1.734.013**	**1.873.683**	**1.690.958**	**2.007.559**	**2.295.888**	**2.333.076**	**23.098.518**
1.628	2.120	2.406	2.040	2.200	2.326	1.834	25.360
1.823.669	1.731.893	1.871.277	1.688.918	2.005.359	2.292.799	2.332.005	23.073.158
-	-	-	-	-	763	(763)	-
15.443.195	**17.585.425**	**17.712.466**	**17.627.681**	**17.243.791**	**17.144.402**	**18.917.578**	**190.940.106**
168.129	200.692	114.618	229.862	161.895	170.096	(1.010.362)	854.463
178	-	126	220	3	21	29	1.274
7.776.531	8.297.732	7.229.081	7.478.585	7.436.043	6.962.180	9.713.861	89.905.177
7.212.042	8.852.299	10.150.054	9.611.993	9.351.830	9.692.020	9.799.295	96.790.571
232.085	208.165	166.245	269.820	267.145	209.080	383.040	2.676.070
7.000	1.150	3.340	860	40	4.640	1.840	21.580
28.725	15.160	26.600	27.000	23.760	68.658	28.920	315.021
15.316	8.137	20.587	8.178	150	36.197	-	152.603
3.190	2.090	1.815	1.163	2.925	1.510	955	223.348
589	**198.131**	**7.081**	**1.599**	**468**	**597**	**13.076**	**248.172**
-	-	-	-	-	-	11.460	11.500
	197.647	736	1.315	-	510	55	222.555
0,48	-	207	3	-	-	-	211
-	-	5.889	-	-	-	-	5.889
589	485	248	281	468	88	1.561	8.016
23.976	**21.424**	**13.487**	**59.427**	**9.619**	**5.209**	**26.003**	**211.064**
23.976	**21.424**	**13.487**	**59.427**	**9.619**	**5.209**	**26.003**	**211.064**
23.976	21.424	13.487	59.427	9.619	5.209	26.003	211.064
-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
30.445	**28.785**	**24.218**	**23.833**	**17.874**	**18.642**	**40.380**	**262.889**
							-
360		-	1.200	2.698	360	2.067	7.253
28.560	27.105	19.730	20.720	13.526	14.812	30.825	225.971
1.525	1.440	4.488	995	1.650	3.470	6.888	27.506
-	-	-	-	-	-	240	240
	240	-	-	-	-	360	1.000
-	-	-	918	-	-	-	918
-	**(120)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.469)**
-	**(120)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.469)**
17.323.503	**19.567.659**	**19.630.936**	**19.403.499**	**19.279.311**	**19.464.739**	**21.330.113**	**214.758.280**

Fonte: SIAFI.

Anexo III - Execução das Ações Orçamentárias do INPI - 2010

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOA + CRÉDITOS ADICIONAIS
0089	**Previdência de Inativos e Pensionistas da União**	**35.064.724**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS	**35.064.724**
0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	35.064.724
0393	**Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual**	**216.750.202**
	ATIVIDADES	**185.641.888**
0393 20CW 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados - Exames Periódicos	181.980
0393 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	2.145.780
0393 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	170.880
0393 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	921.882
0393 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	3.519.484
0393 2026 0001	Exame de Pedidos de Registro de Marca	1.850.000
0393 2027 0001	Exame de Pedidos de Patente	1.450.000
0393 2028 0001	Exame de Pedidos de Programa de Computador	71.000
0393 2029 0001	Exame de Contratos e Faturas de Tranferência de Tecnologia	345.000
0393 2272 0001	Gestão e Administração do Programa	163.078.063
0393 2732 0001	Exame de Pedidos de Registro de Indicação Geográfica	41.000
0393 2734 0001	Exame de Pedidos Registro de Desenho Industrial	188.000
0393 2760 0001	Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual	1.484.000
0393 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	2.300.000
0393 6481 0001	Disseminação de Informações Tecnológicas	5.556.000
0393 8092 0001	Exame de Pedidos de Registro de Topografia de Circuitos Integrados	30.000
0393 8096 0001	Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	1.500.000
0393 8907 0001	Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	758.819
0393 8910 0001	Modernização dos Processos	50.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS	**22.635.314**
0393 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – PSS	22.635.314
	PROJETOS	**8.473.000**
0393 10TS 0001	Integração Operacional dos Sistemas de Propriedade Intelectual no Âmbito Regional	473.000
0393 10U2 0001	Cooperação Técnica em Propriedade Industrial	1.000.000
0393 7F44 0001	Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico	7.000.000
0901	**Cumprimento de Sentenças Judiciais**	**881.945**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS	**881.945**
0901 00G5 0001	Contribuição da União, de suas autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	86.191
0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	795.754
	TOTAL	**252.696.871**

R$ 1,00

INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	EMPENHO LIQUIDADO	DESTAQUES	EXECUÇÃO TOTAL	% DE EXECUÇÃO
-	**34.972.314**	**-**	**34.972.314**	**99,74**
-	**34.972.314**	**-**	**34.972.314**	**99,74**
-	34.972.314	-	34.972.314	99,74
11.284.625	**185.549.153**	**2.416.966**	**199.250.744**	**91,93**
8.946.416	**162.320.356**	**1.116.966**	**172.383.737**	**92,86**
-	-	-	-	0,00
2.925	2.073.426	-	2.076.351	96,76
-	112.497	-	112.497	65,83
-	798.208	-	798.208	86,58
-	3.493.232	-	3.493.232	99,25
146.608	1.585.648	-	1.732.256	93,64
102.884	1.347.116	-	1.450.000	100,00
2.502	27.182	-	29.684	41,81
26.964	317.754	-	344.718	99,92
7.952.134	147.823.705	-	155.775.839	95,52
3.461	37.433	-	40.894	99,74
14.424	173.507	-	187.930	99,96
70.423	438.744	400.000	909.166	61,26
173.190	1.282.668	-	1.455.858	63,30
324.773	2.656.345	-	2.981.119	53,66
2.502	27.182	-	29.684	98,95
92.378	34.714	716.966	844.058	56,27
31.248	90.995	-	122.243	16,11
-	-	-	-	0,00
-	**22.050.853**	**-**	**22.050.853**	**97,42**
-	22.050.853	-	22.050.853	97,42
2.338.210	**1.177.944**	**1.300.000**	**4.816.154**	**56,84**
-	-	-	-	0,00
-	-	-	-	0,00
2.338.210	1.177.944	1.300.000	4.816.154	68,80
-	**-**	**881.945**	**881.945**	**100,00**
-	**-**	**881.945**	**881.945**	**100,00**
-	-	86.191	86.191	100,00
-	-	795.754	795.754	100,00
11.284.625	**220.521.466**	**3.298.911**	**235.105.003**	**93,04**

Fonte: SIAFI.
NOTAS: Para cálculo do % de execução consideramos como executado o empenhado liquidado mais os destaques.

Anexo IV - Execução Orçamentária - Divisões Regionais Descentralizadas		
PROGRAMA/AÇÃO	**PLANO INTERNO**	**DESTAQUE RECEBIDO**
DIVISÃO REGIONAL DO PARANÁ - UGR 183040		
Gestão e Administração do Programa	DIREG/PR	230.812
DIVISÃO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL - UGR 183042		
Gestão e Administração do Programa	DIREG/RS	382.338
DIVISÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL - UGR 183043		
Gestão e Administração do Programa	DIREG/DF	494.313
DIVISÃO REGIONAL DO CEARÁ - UGR 183044		
Gestão e Administração do Programa	DIREG/CE	505.413
DIVISÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS - UGR 183045		
Gestão e Administração do Programa	DIREG/MG	449.825
T O T A L		**2.062.701**

R$ 1,00

INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	EMPENHO LIQUIDADO	EXECUÇÃO TOTAL	% DE EXECUÇÃO
22.420	181.911	204.331	88,53
22.420	181.911	204.331	
33.248	316.229	349.477	91,41
33.248	316.229	349.477	
37.461	454.523	491.984	99,53
37.461	454.523	491.984	
85.853	418.836	504.689	99,86
85.853	418.836	504.689	
56.809	391.331	448.139	99,63
56.809	391.331	448.139	
235.791	**1.762.829**	**1.998.620**	**96,89**

Fonte: SIAFI.

INPI INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Ministério do
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA